



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Márcia Mara Ramos

**Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas
implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST**

Rio de Janeiro

2021

Márcia Mara Ramos

**Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações
na formação das crianças Sem Terrinha do MST**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de doutora no Programa de
Pós-graduação em Educação na Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:
Infância, Juventude e Educação

Orientadora: Professora Dra. Lúgia Maria M. L. Leão de Aquino

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

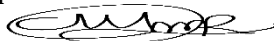
R175 Ramos, Márcia Mara.
 Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas
 implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST / Márcia Mara
 Ramos. – 2021.
 277 f.

 Orientadora: Lígia Maria M. L. Leão de Aquino
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
 Educação.

 1. Educação – Teses. 2. Pedagogia do Capital – Teses. 3. Movimento Sem
 Terra – Teses. 4. Infância – Teses. I. Aquino, Lígia Maria M. L. Leão de. II.
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37.015(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.



Assinatura

09/03/2022

Data

Márcia Mara Ramos

**Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações
na formação das crianças Sem Terrinha do MST**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de doutora, ao Programa de
Pós-graduação em Educação da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:
Infância, Juventude e Educação

Aprovada em 26 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Lígia Maria M. L. Leão de Aquino (Orientadora)
Faculdade de educação - UERJ

Professora Dra. Patrícia Raquel Redondo
Universidade Nacional de La Plata – UNLP

Professor Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Professora Dra. Zoia Ribeiro Prestes
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Dra. Lizandra Ogg Gomes
Faculdade de Educação – UERJ

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Para Arthur (*in memoriam*) e Heitor. Amor que transborda a vida... Meninos que me tornaram vovó Marcinha.

Às crianças Sem Terrinha do MST, que na arte de viver e amar, me ensinam as possibilidades de pensar com elas um mundo mais humano e possível.

AGRADECIMENTOS

Ofereço o poema Retalhos, de Cris Pizziment, para agradecer às queridas e aos queridos camaradas que fazem parte da minha construção histórica:

Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'. (Cris Pizziment)

Ao Paulinho, companheiro que nesse nosso caminhar junto, compartilha afeto, amor, paciência, prosa, leituras, projetos e a incansável luta por um mundo mais humano.

À Dona Ana Maria, minha mãe, que me ensinou a arte de cuidar do jardim e celebrar o nascimento de cada flor, de cada planta que embeleza a nossa vida. Ao meu pai, Seu Toninho Ramos, violeiro e cantador, que proporcionou a mim o gosto pela arte da música. Ao William, filho amado, rebelde e que nos desafia a sempre pensar no ato de ser mãe, amiga e companheira. À Elisandra, filha de coração, que nos presenteia com Arthur e Heitor, transbordando o nosso coração de alegria e esperança.

Ao MST por me formar educadora popular, a toda militância que contribuiu com a minha formação e pesquisa, destacando nas representações da companheira Izabel Green e no companheiro Edgar Koling. E especialmente às crianças Sem Terrinha, que foram alento para a minha escrita e deram vivacidade para a conclusão dessa tese.

Agradeço à Professora Ligia Aquino, pela acolhida no Grupo de Pesquisa “Infância e Saber Docente” a camaradagem, paciência e disposição para orientação e pelas prosas desanimadoras e animadoras da conjuntura atual. Ao grupo de Pesquisa “Infância e Saber Docente”, onde, de forma fraterna, compartilhamos projetos, estudos, debates, ideias, cuidados e conhecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) e à Linha de Pesquisa “Infância, Juventude e Educação”. Agradeço aos professores e às professoras do programa,

representados pela Professora Ana Karina Brenner e o Professor Walter Omar Kohan, pelos cuidados, afeto e compromisso com o conhecimento e a ciência.

À Professora Patrícia Redondo pelo carinho, cuidados, acolhida na Argentina e orientação. Ao Grupo de Investigação “La Cruz del Sur, entre la desigualdad y la emancipación” pelos projetos compartilhados, reflexões e leituras desde o Uruguai, Argentina e Brasil.

Ao Claudio Costilla, Santiago Morales, Amália e tantos camaradas que me acolherem em Buenos Aires.

Às minhas amigas e camaradas de varandas, Marina, Gabriela, Lucineia, Luan, Ruth, Luana e Mari, dando mais sentido à vida com poesias, cantorias, petiscos em tempos de isolamento social.

À querida Nivia e Durão pela acolhida em Cuba, possibilitando ampliar os estudos da pesquisa, conhecendo as experiências cubanas, me embriagando de esperança e convicção na construção de um mundo melhor. À jovem querida Giselle, mesmo distante, sempre presente com suas palavras amigas e afetuosas.

Às Cantadeiras Ana Chã, Jade Percassi e Guê Oliveira por alentar meus dias com cantorias... na certeza de que nossa cantiga é uma arte aliada à luta de classes.

À Carolina Bahniuk, Anakeila Stalffer, Maira Freitas, Lisandra Ogg, Zoia Prestes, Maria Tereza Goudard, Dani Grazinoli, Diana Daros, Maria Silva, Carol Trapp, Elis Carvalho, Lurdes Sanches... amigas e camaradas, leitoras e motivadoras que sensivelmente me fortaleceram no processo de organização e conclusão da tese.

À banca de qualificação e defesa: Profa. Ligia Maria L. Leão de Aquino, Profa. Patrícia Redondo, Prof. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa, Profa. Zoia Ribeiro Prestes, Profa. Lisandra Ogg Gomes, Profa. Flavia Miller Naethe Morra, Profa. Maria Tereza Goudard Tavares e Prof. Manuel Jacinto Sarmento. Meu afeto e agradecimento por fazer parte desse processo importante de minha formação.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pela oportunidade de estudar em uma universidade pública e adentrar no mundo do conhecimento que, com certeza, está à disposição da classe trabalhadora.

Finalmente, mas não a menos importante, agradeço à CAPES e FAPERJ pela possibilidade do financiamento que foi fundamental para o desenvolvimento, e aprofundamento do estudo e pesquisa, possibilitando expansão do conhecimento e contatos com outras pesquisas e pesquisadores.

RESUMO

RAMOS, Márcia Mara. **Infância do campo:** uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A tese intitulada “Infância do Campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST” prezou por uma investigação apreendida na análise da concepção materialista e dialética da história. Compreendendo a urgência de outro projeto societário, da produção de outra hegemonia e considerando que as crianças, dentro de sua classe social, devem ter um papel político e histórico, dessa forma, contribuindo a partir do seu tempo/criança. O estudo teve como objetivo analisar o projeto educativo para as crianças Sem Terra, entendendo que se trata de um sujeito coletivo, histórico, político e social, cuja consciência se forma diretamente em territórios demarcados por uma histórica conflitualidade no campo da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Intencionou investigar como a formação sociopolítica das e com as crianças do MST tem proporcionado ações de resistência e emancipação na educação da infância do e no campo. Os princípios que orientaram a pesquisa teve como fundamentação a filosofia da *práxis* social, considerando a relação dialética entre teoria e prática para o trabalho formativo e educativo com a infância do campo, através do processo histórico da luta pela terra no MST e a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Considerando aqui, o processo histórico e a *práxis* educativa do MST na construção das escolas de acampamentos e assentamentos, das mobilizações das crianças Sem Terrinha e da Ciranda Infantil como instrumentos políticos das crianças e que proporcionam também uma maior participação das mulheres no Movimento. Concluímos que a pesquisa destaca como central os processos formativos e educativos na construção da história social e política da infância na luta pela terra no MST, no período de 1984 a 2018, tendo como marco a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, com o entendimento de que os processos organizativos do MST na luta pela terra, proporcionam uma participação ativa e efetiva das crianças Sem Terrinha na sociedade.

Palavras-chave: Educação do Movimento. Pedagogia do Capital. Sem Terrinha. Ciranda Infantil. Luta.

RESUMEN

RAMOS, Márcia Mara. **Infancia del campo**: un análisis del rol educativo de la lucha por la tierra y sus implicaciones para la formación de la niñez Sin tierra en el MST. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

La tesis titulada “infancia del campo: un análisis del rol educativo de la lucha por la tierra y sus implicaciones para la formación de la niñez Sin tierra en el MST” destacó una investigación aprendida en el análisis de la concepción materialista y dialéctica de la historia. Comprender la urgencia de otro proyecto social, la producción de otra hegemonía y considerar que los niños, dentro de su clase social, deben tener un rol político e histórico, contribuyendo así desde su tiempo/niñez. El estudio tuvo como objetivo analizar el proyecto educativo para la niñez Sin Tierra, entendiendo que se trata de un sujeto colectivo, histórico, político y social, cuya conciencia se forma en territorios demarcados por un conflicto histórico en el ámbito de la lucha por tierra y por la reforma agraria en Brasil. Se pretendió investigar cómo la formación sociopolítica de y con los niños del MST ha proporcionado acciones de resistencia y emancipación en la educación de la niñez del campo. Los principios que guiaron la investigación se basaron en la filosofía de la praxis social, considerando la relación dialéctica entre teoría y práctica para el trabajo formativo y educativo con la niñez del campo, a través del proceso histórico de la lucha por tierra en el MST y la realización del 1º Encuentro Nacional de niños y niñas Sin Tierra. Considerando aquí, el proceso histórico y la praxis educativa del MST en la construcción de escuelas en campamentos y asentamientos, las movilizaciones de los niños Sin Tierra y de la Ciranda Infantil como instrumentos políticos para la niñez y que proporcionan una mayor participación de las mujeres en el Movimiento. Se concluye que la investigación destaca como centrales los procesos formativos y educativos en la construcción de la historia social y política de la niñez Sin Tierra en la lucha por la tierra en el MST, en el periodo de 1984 a 2018, con el marco de la realización del 1º Encuentro Nacional de niños Sin Tierra, con la comprensión de que los procesos organizativos del MST en la lucha por tierra, brindan una participación efectiva de los niños Sin Terrinha en la sociedad.

Palabra clave: Educación del Movimiento. pedagogía del capital. Ciranda Infantil. Sin Terrinha. Lucha.

ABSTRACT

RAMOS, Márcia Mara. **Childhood in the Countryside**: an analysis of the educational role of the struggle for land and its implications in the formation of the landless children of MST. 2021. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The thesis entitled "Childhood in the Countryside: an analysis of the educational role of the struggle for land and its implications in the formation of the landless children of MST" was based on an investigation grounded on an analysis of the materialist and dialectic conception of history. Understanding the urgency of another project of society, of the production of another hegemony and considering that the children, within their social class, should have a political and historical role, thus contributing from their time/childhood. The study aimed to analyze the educational project for the Landless children, understanding that they are a collective, historical, political and social subject, whose consciousness is formed directly in territories demarcated by a historical conflict in the field of the struggle for land and agrarian reform in Brazil. It intended to investigate how the sociopolitical formation of and with the children of the MST has provided actions of resistance and emancipation in the education of children of and in the countryside. The principles that guided the research were based on the philosophy of social *praxis*, considering the dialectical relationship between theory and practice for the formative and educational work with children in the countryside, through the historical process of the struggle for land in MST and the holding of the 1st National Meeting of Landless Children. We consider the historical process and the educational *praxis* of the MST in the construction of schools in the camps and in the settlements, the mobilizations of the Landless children and the *Ciranda Infantil* (Children's popular school) as political instruments for the children and also as tools that provide a greater participation of women in the Movement. We conclude that the central highlights of the research are the formative and educational processes in the construction of the social and political history of childhood in the struggle for land in MST, in the period from 1984 to 2018, with the 1st National Meeting of the Landless Children as a landmark, understanding that the organizational processes of the MST in the struggle for land provide an active and effective participation of the Landless children in society.

Keywords: Education of the Movement. Pedagogy of Capital. Landless Children. Children's *Ciranda*. Struggle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG –	Associação Brasileira do Agronegócio
AL –	Alagoas
ALCA –	Acordo de Livre Comércio das Américas
ANAP –	Associação Nacional de Agricultores Pequenos
ANCED –	Associação Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente
ANVISA –	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BA –	Bahia
BIRD –	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC –	Base Nacional Comum Curricular
CE –	Ceará
CEBs –	Comunidades Eclesiais de Base
CEDECA –	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPAL –	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLOC –	Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CN –	Coordenação Nacional
CNBB –	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONANDA –	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
CPA –	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
DER –	Departamento de Educação Rural
DF –	Distrito Federal
DN –	Direção Nacional
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI –	Educação Infantil
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
ENERA –	Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária
ENFF –	Escola Nacional Florestan Fernandes
ES –	Espírito Santo
FGV –	Fundação Getúlio Vargas
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FUNDEP –	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro

GO –	Goiás
GV Agro –	Centro de Estudos do Agronegócio
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEJC –	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JST –	Jornal Sem Terra
MA –	Maranhão
MAB –	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC –	Ministério da Educação
MG –	Minas Gerais
MNCI –	Movimento Nacional Campesino Indígena
MPA –	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS –	Mato Grosso do Sul
MT –	Mato Grosso
NB –	Núcleo de Base
OMC –	Organização Mundial do Comércio
OMS –	Organização Mundial da Saúde
ONG –	Organização Não Governamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
OPJM –	Organização dos Pioneiros José Martí
OSAR –	Observatório Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva
OXFAM –	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PA –	Pará
PB –	Paraíba
PE –	Pernambuco
PI –	Piauí
PIB –	Produto Interno Bruto
PJR –	Pastoral da Juventude Rural
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPP –	Projeto Político-Pedagógico
PR –	Paraná
PRONERA –	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REDUCA –	Red Latinoamericana por la Educación

RJ –	Rio de Janeiro
RN –	Rio Grande do Norte
RO –	Rondônia
RR –	Roraima
RS –	Rio Grande do Sul
SC –	Santa Catarina
SE –	Sergipe
SP –	São Paulo
TO –	Tocantins
TPE –	Todos Pela Educação
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNB –	Universidade de Brasília
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP –	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF –	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIJUÍ –	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNLP –	Universidad Nacional de La Plata
USP –	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 O LUGAR DA INFÂNCIA DE “LOS DE ABAJO” NO PROJETO DO CAPITAL....	35
1.1 O direito negado de ser criança e viver suas infâncias nas classes populares na América Latina.....	36
1.2 A produção da subjetividade neoliberal e as crianças.....	46
1.3 A Pedagogia do Capital e a formação da infância no Brasil.....	51
1.3.1 O agronegócio e a educação das crianças.....	55
1.4 As “pandemias” históricas na América Latina.....	72
2 NA CIRANDA DA RESISTÊNCIA BRINCAR, SORRIR E LUTAR... TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA DO MST NO BRASIL.....	80
2.1 As crianças nas definições políticas do MST.....	89
2.1.1 I Congresso do MST em 1985: onde estavam as crianças?.....	89
2.1.2 “Ocupar, resistir e produzir” também na Educação: II Congresso do MST no ano de 1990.....	93
2.1.3 Uma identidade política em gestação: III Congresso do MST no ano de 1995 – Reforma Agrária uma luta de todos e dos Sem Terrinha também!.....	97
2.1.4 O nascimento da identidade política das crianças Sem Terrinha.....	100
2.1.5 A Ciranda Infantil no IV Congresso do MST no ano de 2000.....	104
2.1.6 A ocupação das crianças Sem Terrinha no V Congresso do MST em 2007.....	107
2.1.7 A Ciranda Infantil, um instrumento de luta e educação política das crianças Sem Terrinha.....	112
2.2 Concepção de educação e de infância no MST.....	119
2.2.1 A significação dos processos formativos e educativos no universo da Comunicação e Cultura da infância Sem Terra.....	125
2.2.2 As crianças nas definições políticas do MST.....	130
3 UMA EDUCAÇÃO EM MARCHA DE “PÉS NO CHÃO”, POPULAR E DE RESISTÊNCIA.....	133
3.1 O processo de construção da escola do MST e da infância.....	134
3.1.1 1985 – A primeira escola do MST na Fazenda Annoni.....	136
3.1.2 1995 – Instituto de Educação Josué de Castro.....	139
3.1.3 1996 – Escola Itinerante.....	141
3.1.4 2005 – Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF.....	144
3.1.5 A escola do MST.....	146

3.2 As mobilizações infantis no MST: Por que mobilizar as crianças do campo?.....	149
3.2.1 A Primeira Mobilização Infantil no MST.....	152
3.2.2 As mobilizações nos estados.....	155
3.3 Ciranda Infantil: uma conquista das crianças e das mulheres no MST.....	163
3.3.1 O direito das crianças do campo de ter o seu espaço de educação.....	164
3.3.2 A Ciranda Infantil é de todas nós.....	168
3.3.3 A 1ª Ciranda Infantil Itinerante do MST.....	174
3.3.4 Ciranda Infantil e Escola Itinerante Paulo Freire.....	181
4 AS CRIANÇAS SEM TERRINHA REINVENTAM O MST.....	190
Disponível em: https://www.letras.mus.br/mario-lago/cancao-do-nao-tempo-de-lua/ ..	195
4.1 A construção do Encontro.....	195
4.1.1 A metodologia de trabalho adotada com as crianças.....	198
4.1.1.1 Lançamento do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha, na Coordenação Nacional	202
4.1.1.2 Reunião com a equipe metodológica.....	204
4.1.1.3 Caderno de Orientações para os/as Educadoras/es.....	205
4.1.1.4 Oficina Preparatória com o coletivo de coordenação das crianças Sem Terrinha.....	206
4.1.2 Organização da Oficina Preparatória.....	208
4.1.3 Manifesto das Crianças Sem Terrinha.....	216
4.1.4 Produção da Arte.....	217
4.1.4.1 Mobilizações nos estados.....	219
4.2 Realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha... mas no caminho teve uma greve dos caminhoneiros.....	223
4.2.1 1º Encontro Nacional: uma grande festa das crianças da reforma agrária popular!.....	225
4.3 O pós Encontro.....	245
4.3.1 Com a palavra, as crianças Sem Terrinha.....	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
REFERÊNCIAS.....	269
ALENTEJANO, Paulo. CORDEIRO Tássia. 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo- brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos Acesso em: Novembro de 2019.....	269
Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Manifestações pelo país marcarão Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos. Disponível em: http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/40-campanha/572- manifestacoes-pelo-pais-marcarao-dia-mundial-de-luta-contra-os-agrotoxicos Acesso em: dezembro de 2015.....	270

Canção da Primavera - Mario Quintana CD Crianças. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IpJ_8luC0gY Acesso em: setembro de 2020.....	270
CESARE, Marques. Nestlé e Mondelez processadas por escravidão de crianças na cadeia do cacau. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/artigo-nestle-e-mondelez-processadas-por-escravidao-de-criancas-na-cadeia-do-cacau Acesso em: março de 2021.....	270
_____. Café “Nespresso”, da Nestlé, explora trabalho infantil. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/02/cafe-nespresso-da-nestle-explora-trabalho-infantil#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20explora%C3%A7%C3%A3o%20do,principal%20garoto%20propaganda%20da%20Nespresso.&text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20cacau%2C%20a,Sequer%20se%20manifestou Acesso em: março de 2021.....	270
MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.....	274
PABLO GUIMÓN. Os gurus digitais criam os filhos sem telas. 2019, California, EUA - EL País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html	275
SODRÉ, Lu. Eleitores de Bolsonaro ateiam fogo em acampamento do MST no Mato Grosso do Sul. Brasil de Fato, 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eleitores-de-bolsonaro-ateiam-fogo-em-acampamento-do-mst-no-mato-grosso-do-sul/	277
SOARES, João Paulo. Há 40 anos, Revolução Sandinista derrotava a ditadura Somoza na Nicarágua. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza/ acesso em: fevereiro de 2021.....	277
TALGA, Dagmar. Filme: Portal do Buriti. Brincando na Chuva de Veneno. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg	277
TELES, Maria Amélia de Almeida. Direito à Creche, luta rebelde. Outras Palavras, 2018. Disponível em: http://www.dmttemdebate.com.br/direito-a-creche-luta-rebelde/ acesso em: novembro de 2020.....	277
ANEXO A – Manifesto do 1º Congresso Infantil do MST.....	278
ANEXO B – Manifesto dos Sem Terrinha ao povo Brasileiro.....	280
ANEXO C – Manifesto das crianças sem terrinha.....	282

INTRODUÇÃO

Os meninos e meninas à volta da fogueira
Vão aprender coisas de sonho e de verdade
Vão aprender como se ganha uma bandeira
Vão saber o que custou a liberdade.

Manuel R. A. Monteiro

Figura 1 – Abertura do 1º Encontro Nacional das crianças Sem Terrinha.



Foto: Arquivo pessoal

Tecendo o fio da história, buscando o caminho para *florescer a primavera dentro de mim*¹, encontrando nas crianças o brilho e a esperança nesse caminhar *juntos*, proporcionando que a roda da história tenha mais cores, perguntas e respostas para um tempo que está ficando sem “memória”. O tempo nos desafia a seguir vivos e nos cuidando, cantando juntos “*alerta, alerta, ainda cabe sonhar*”. Mesmo que o sonho e o caminhar juntos, em tempos de pandemia, seja gritar (da janela ou da varanda) para acordar as palavras utopia e revolução!

A presente tese tem como sujeitos da pesquisa as crianças Sem Terrinha, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil. Desde o seu surgimento, em 1984, o MST coloca em questão a concentração fundiária e a propriedade privada da terra no Brasil. Ocupa e disputa territórios, até então apropriados pelo grande latifúndio, mobiliza e organiza

1 Inspiração no texto do Livro Vermelho de C.G. Jung. (Buenos Aires – abril de 2020, em quarentena).

famílias do campo e da cidade, excluídas do direito ao trabalho e à dignidade, para a luta por Reforma Agrária.

A tese intitulada “Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST”, sob orientação da Profª Drª Ligia Leão de Aquino, UERJ, e supervisão da Profª Drª Patrícia Raquel Redondo, UNLP, no estágio doutoral na Argentina, traz como objeto de investigação o projeto educativo do MST, que é proposto no sentido da luta contra-hegemônica, isto é, na resistência à hegemonia burguesa e sua pedagogia.

A tese está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPed), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e compõe a Linha de Pesquisa “Infância, Juventude e Educação”, o Grupo de Pesquisa “Infância e Saber Docente”, UERJ/Brasil, e o Grupo de Investigación “La Cruz del Sur, entre la desigualdad y la emancipación”, da Argentina.

Os estudos ocorreram entre os anos de 2017 a 2021, um tempo importante para a investigação e pesquisa, com a oportunidade de estudar em uma universidade pública e comprometida com o conhecimento, com o ser humano, com o social e suas diversidades. Na persistência e na luta, não abrindo mão do que é público, dos direitos conquistados historicamente pelo povo brasileiro e de uma ciência que está a serviço da humanidade e não do capital, a UERJ, com 70 anos de existência, segue resistindo e é considerada por muitos uma universidade popular, por ter sido pioneira no ensino noturno, na política de cotas e outras ações que representaram mudanças significativas no perfil de seus estudantes, cada vez mais oriundos das camadas populares. A UERJ Resiste!

Nos últimos anos passamos por um período de muitas turbulências na América Latina, de diversas derrotas de governos “populares” e da esquerda, da criminalização dos movimentos sociais e populares, de investidas e crescimento de pensamentos e práticas liberais na economia, na política e ultraconservadoras nos costumes e práticas culturais. No Brasil, esse contexto é marcado por perdas de conquistas da classe trabalhadora, violações de direitos humanos, precarização do trabalho e combate às manifestações populares, junto ao fortalecimento de um movimento conservador, que através de um golpe parlamentar, jurídico, midiático e político, levou a cabo, em 2016, o *impeachment* da primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff, colocando em xeque a tão recente democracia brasileira,

Um movimento que influenciou e decidiu os passos seguintes na política brasileira, nas relações sociais, econômicas, ambientais e de aprofundamento dos valores

ultraconservadores da classe dominante, se concretizando o ciclo do golpe com as eleições de 2018.

Com o advento da pandemia da covid-19, que chegou no Brasil em 2020, tais problemas se agudizaram, não só pelo fenômeno em si, mas pelo fato de não existir nenhuma política sanitária nacional articulada para o seu enfrentamento, que se devia, principalmente, a um negacionismo da ciência e da letalidade do vírus, presente no discurso e nas práticas de agentes governamentais, como o presidente da República e alguns governadores, prefeitos e parlamentares.

Por isso, estudar, pesquisar nesse contexto, não foi um exercício fácil. Fechar o ciclo de estudo doutoral foi desafiador, reflexivo e em muitos momentos, desanimador. Não pelo estudo em si, mas pela sensação de impotência que todas essas narrativas proporcionavam. Entretanto, aqui chegamos!

A pesquisa tem por objetivo investigar e analisar o projeto educativo para as crianças Sem Terrinha, entendendo que se trata de um sujeito coletivo, histórico, político e social, cuja consciência se forma diretamente em territórios demarcados por uma histórica conflitualidade no campo da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Busca-se assim, pensar como a formação sociopolítica das e com as crianças do MST tem proporcionado ações de resistência e emancipação na educação da infância do e no campo.

Desse objetivo geral, os objetivos específicos orientaram os caminhos investigativos e a estrutura da tese: (I) contextualizar os processos formativos na construção histórica da infância na luta pela Terra e no MST, no período de 1984-2018, com ênfase na realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha; (II) refletir sobre os processos formativos que o MST realiza com as crianças, desde os encontros em seus diferentes territórios (assentamentos e acampamentos, regional e estadual), analisando os documentos produzidos para e com as crianças no processo de preparação e realização do I Encontro Nacional; (III) analisar o papel da educação política das crianças Sem Terra a partir das matrizes formativas da luta social, da coletividade, da organização política e da participação das crianças na perspectiva do projeto de emancipação humana; (IV) analisar a relação da “Pedagogia do capital”, frente ao projeto educativo do MST para a infância Sem Terra.

Apoiados nos estudos da concepção materialista e dialética da história, como instrumento de análise para melhor compreensão da lógica da sociedade capitalista e as leis que a regem, colocamos as seguintes questões para o aprofundamento da pesquisa e dos estudos do lugar da infância da classe trabalhadora : o MST como organização popular,

através de suas lutas e ações, tem contribuído para construção de uma outra hegemonia², numa concepção revolucionária de mundo, e uma consequente sistematização no trabalho com a infância do campo? A formação histórica e sociopolítica com e para as crianças do MST tem proporcionado ações de resistência e emancipação na educação da infância do e no campo?

O MST ocupa e disputa “territórios” para além do debate sobre a reforma agrária clássica, que se propõe fazer a desapropriação de terras, mas segue com referência no projeto hegemônico. O projeto de Reforma Agrária Popular, defendido pelo MST a partir de 2014, se baseia na construção da soberania popular, na produção de alimentos saudáveis, tendo como filosofia de vida a agroecologia, a distribuição de renda, das riquezas, o cuidado com a terra e a vida, com a diversidade, através de relações humanitárias, igualitárias e solidárias entre as populações do campo e da cidade. (MST, 2014).

É isso que dá significado à terra ocupada, compreendendo-a como um lugar de produção da humanidade, dando sentido e reinventando a cada dia, formas coletivas para o fortalecimento das lutas populares no enfrentamento e superação do modelo hegemônico que produz desigualdades, individualismo, espoliação humana e *monocultura da vida*, como afirma Vandana Shiva³.

A luta e organização do MST no Brasil dá a garantia do acesso à terra para mais de 350 mil famílias assentadas, que tendo o direito de uso da terra, precisam das políticas agrícolas para produzirem e existirem no campo, bem como das políticas de saúde, educação, infraestrutura etc. Atualmente, o MST tem mobilizadas mais de 80 mil famílias acampadas, em beiras de estradas ou em áreas de latifúndio ocupado, à espera da desapropriação das terras. Das famílias mobilizadas pelo MST, das quais um grande número são crianças, que convivem e acompanham com seus familiares a realidade de conflitos por terra e território e o enfrentamento à propriedade privada da terra.

2 “o termo hegemonia, em sua origem grega remetia a uma autoridade militar exercendo a supremacia de uma cidade-Estado no interior de uma confederação. [...] O termo se converteu em conceito, no interior da tradição marxista. Embora empregado com sentidos algo distintos, constitui uma herança comum aos revolucionários russos, referindo-se explicitamente ao papel da hegemonia do proletariado na necessidade da aliança de classe com o campesinato. Lenin consolidou o conceito incorporando a ela uma dupla dimensão: a importância da consciência proletária de que a hegemonia envolve a direção da luta revolucionária e a exigência de integrar a luta de todos os trabalhadores e do povo explorado. Antônio Gramsci [...] reformulou o conceito de hegemonia. Inicialmente, utilizou-o no sentido acima, referindo-se ao sistema de alianças que a classe operária deveria criar para derrubar o Estado burguês [...] tomando como ponto de partida principalmente a história e a realidade do seu tempo (PONKO; FONTES, 2012, p. 389-390)

3 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mnj_SE05rxY Acesso em: abril 2020.

Os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora

O que nos leva a estudar e pesquisar as crianças Sem Terrinha no Brasil? Primeiramente, a criança, como parte da sociedade, proporciona ao mundo uma força que desperta coragem, resistência e luta para o enfrentamento cotidiano das desigualdades sociais, das injustiças e tantas outras violências que a afeta pelas determinações estruturais. Pensar dialeticamente nas crianças das classes populares é ter presente um sujeito social que encoraja para a luta por um mundo mais humano, ao mesmo tempo em que estará sempre em vulnerabilidade por ser o projeto capitalista determinante de seu lugar no mundo. E é nesse sentido que as crianças dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária do MST são parte constitutiva da história da infância da classe trabalhadora na luta pela terra no Brasil, colocando o Movimento em movimento, para pensar ações que reafirma o lugar da criança do campo como sujeito de sua história.

A história das crianças da classe trabalhadora e suas infâncias vêm sendo tecida no meio de guerras, da fome, de abusos e violências sexuais, da exploração do trabalho infantil, da falta de amor, de cultura, de saúde e educação. Certamente não será fácil traçar elementos sobre esses sujeitos que vivem à margem do pensamento social, invisibilizados nas ações, nos direitos sociais e na política. As pesquisas seguem apresentando dados assustadores relacionados às desigualdades e violências de diferentes naturezas sobre as crianças da classe trabalhadora no mundo.

As crianças do campo no Brasil, convivem com a realidade de conflitualidade e violência produzida pelo latifúndio e o agronegócio. O “arcaico” e o “moderno” seguem utilizando as práticas coloniais de atear fogo em acampamentos⁴ do MST, em comunidades indígenas e quilombolas⁵, realizam a pulverização aérea com agrotóxicos em cima das comunidades⁶, que, de alguma forma, representam ameaça para o capital, além dos assassinatos diretos de lideranças das organizações sociais do campo. Segundo o último relatório “Conflitos no Campo – Brasil” (2020), da Comissão Pastoral da Terra – CPT, na

4 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eleitores-de-bolsonaro-ateiam-fogo-em-acampamento-do-mst-no-mato-grosso-do-sul/> | <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/acampamento-em-area-de-fazenda-e-alvo-de-ataques-em-maraba-sudeste-do-para.ghtml>

5 Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/29/conheca-20-incendios-provocados-para-expulsarcamponeses-e-indigenas-de-suas-terras/>

6 Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/01/26/fazendeiros-despejam-agrotoxicos-sobre-area-indigena-em-ms.html>

pesquisa realizado referente ao ano de 2019, foram assassinadas 32 pessoas em função de conflitos agrários no campo.

É na contradição da luta de classes, na contramão do projeto destrutivo do capitalismo que alternativas são forjadas e apresentadas como possibilidades de resistência no campo popular desde as ações com as crianças. E acreditamos que esse seja o principal significado da finalização da escrita nesse contexto de pandemia e de caos que vivemos no Brasil.

A escolha do sujeito da pesquisa se relaciona com o trabalho como educadora popular na continuidade dos estudos que tenho desenvolvido ao longo do processo formador e no aprofundamento dos estudos iniciados no Mestrado, que tratava do processo da luta pela terra e a resistência dos movimentos sociais e populares no enfrentamento as organizações e corporações internacionais vinculadas ao agronegócio, cuja tática reside na formação ideológica e educativa que visa a manutenção e acumulação de lucro, na relação trabalho e capital, desde a infância.

Um segundo aspecto que nos faz refletir sobre o sujeito criança, são as poucas pesquisas relacionadas à mesma na questão agrária brasileira. A história da luta pela terra, de certa forma, é representada com o protagonismo dos adultos homens, embora as mulheres sejam uma parte constitutiva fundamental no contexto da organização e, somado às crianças, enfrentam todas as mazelas impostas pelo capitalismo.

A invisibilidade e silenciamento da criança na luta pela terra se reflete na ausência do tema nos estudos e pesquisas sobre a questão agrária, assim como na subalternização em pesquisas sobre a história da criança e da infância no Brasil, que a narra como escravizada, trabalhadora explorada, colonizada, isto é, “sem infância”, consequência de um desenvolvimento de exploração, dessa parcela da população nos canaviais, fornos de carvão, na industrialização, na rua, etc. Pouco se sabe sobre as insurgências das crianças no contexto agrário.

Com o processo de debates e reflexões na construção do projeto educativo das crianças da reforma agrária no MST, a infância Sem Terra ganha visibilidade e expressividade construindo uma identidade política no Brasil, bem como a luta das mulheres camponesas, é que começam aparecer com mais força em alguns estudos e pesquisas sobre as crianças do campo. Com a realização da 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, no ano de 1998, a infância do campo vai ganhando espaço de debate nas reuniões e seminários da articulação nacional. A Educação do Campo no Brasil, iniciado pelos movimentos sociais e sindicais do campo, universidades, pastorais e organizações não

governamentais, vem construindo uma concepção de campo e educação, dando visibilidade a pauta das crianças.

A bandeira de luta por uma Educação do Campo, se afirma no direito às políticas públicas para os povos do campo, assumindo o compromisso com a pesquisa, a divulgação das experiências e o estudo sobre a realidade agrária no país, se mobilizando para “[...] parte de um projeto popular” para o povo brasileiro (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 19).

Os elementos apresentados para descrever a importância e relevância da pesquisa com as crianças do campo e valorização da história da luta social e popular têm relação com a minha trajetória de vida e meu processo de formação. Desde a adolescência, vivenciando a vida em um acampamento e, depois, assentamento, tive a oportunidade de iniciar a militância na organização das crianças Sem Terra no interior de São Paulo, na regional Sudoeste Paulista, a partir da atuação no Setor de Educação do Movimento, mais diretamente na Frente da Infância, por meio das Cirandas Infantis Itinerantes e das mobilizações infantis. Espaços que me proporcionaram seguir no campo dos estudos e pesquisas com as crianças do campo.

Minha experiência de infância no campo, assim como a de milhares de crianças, foi uma vida privada de direitos fundamentais. A negação do direito de acesso à terra e do direito de estudar foram dois fatores impactantes que marcaram minha relação com o acampamento e o assentamento, como também o processo de formação na militância do MST. Foram nos espaços político-pedagógicos da luta pela terra, em busca desse espaço para plantar, e para sobreviver no campo que nos enraizamos no MST, no direito de lutar e ter a terra e também de conquistar o direito em estudar e seguir com o trabalho em educação, cultura e organização das crianças no campo.

O que representa na minha vida chegar até o doutorado? Mulher pobre, das classes populares, descendente de negros e indígenas, filha de camponeses sem escolaridade, Sem Terra, mãe, recentemente avó, educadora e militante. Em poucas palavras posso resumir: luta e organização, persistência e convicção, coletividade e disciplina, direito ao conhecimento. Sou a primeira pessoa da minha família que teve acesso à graduação e a única que tem Mestrado e que caminha para a finalização do Doutorado. Considero uma conquista e uma responsabilidade, mas não sem luta e estudo. Uma conquista que não é só minha, mas também do sujeito coletivo MST, que proporcionou espaços que incentivaram e motivaram a volta aos estudos, numa perspectiva comprometida com o projeto da classe trabalhadora, com foco na infância das classes populares. É também uma responsabilidade com a história das crianças, que pelas condições estruturais e sociais dadas às suas famílias, tiveram que trabalhar para

alimentar seus irmãos, já que quando se vive em condições de pobreza, a educação escolar nem sempre faz parte da vida das pessoas. Esse foi o caso de minha mãe.

Método de estudo e metodologia

A aproximação da teoria social nos estudos sobre a criança Sem Terrinha no MST, como sujeito histórico e político tem existência objetiva, mediada pelas ações concretas da luta pela reforma agrária no MST. O ato de ocupar o latifúndio para produção de alimentos saudáveis o direito ao trabalho, transforma a natureza e o ser social inserido nesse contexto. Emergindo a partir de sua realidade a consciência da luta por outros direitos, sendo uma delas, a educação. Daí a importância da teoria social como um referencial para pesquisa, e neste caso, o materialismo histórico-dialético, método que nos permite um aprofundamento e análise da sociedade de classes, tendo como particularidade o lugar reservado para as crianças da classe trabalhadora nesse projeto.

Sobre o pensamento e história da construção da concepção de infância no mundo ocidental, o historiador Philippe Ariès (1978, p. 65), em sua obra, a *Historia Social da Criança e da Família*, historicize o processo de surgimento da concepção de infância. Para o historiador, desde o século XIII, através da arte e iconografia, surgem os primeiros sinais de sentimento de infância, sendo os séculos XV, XVI e XVII significativos para o desenvolvimento desse sentimento e que se consagra no século XVIII, num contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Na relação com o pensamento crítico, Neil Postman, no livro “O Desaparecimento da Infância” (2012) apresenta um longo percurso da “invenção da infância” e sua relação intrínseca com o processo de desenvolvimento do capitalismo, até seu desaparecimento dos meios de comunicação na atualidade. O autor remete à “era do *show business*”, um novo tipo de alfabetização visual apresentado pela televisão, saindo da abstração e passando a fazer parte da vida humana cotidiana, se apresentando como uma sociedade do “possível”, desde que se tenha dinheiro para consumir.

Os estudos sobre a reflexão histórica da construção social da infância, precisa ter como referência o processo de transformação do capitalismo na vida das crianças, para entender como o próprio capitalismo se apropria do termo “infância”, mudando de cenário a criança e as colocando nos meios de comunicação como vendedora da ideia de consumo e consumidora.

A comunicação de massas, a indústria cultural e a educação como mercadoria, passam a ser alicerce vital para a alienação e acumulação do capital, que através da ideologia burguesa fazem a formação ideológica desde a infância, formando “indivíduos homogeneamente globalizados” – flexíveis, vazios de sentimentos e sentidos, de uma *cultura híbrida* que se fortalece com o negacionismo, precarização, empobrecimento da ciência etc.

No caso das crianças do campo, a compreensão dos movimentos sociais e populares é de que na educação se deve levar em conta a formação humana, o desenvolvimento cultural e político, universalizando o direito à educação desde a educação infantil até a universidade. No MST, o processo histórico nos permite perceber que as crianças dos acampamentos e assentamentos participam ativamente das atividades e da luta pela terra, o que possibilita a participação delas, na construção do próprio Movimento.

A infância do campo, como identificado no “Dicionário da Educação do Campo” (2012), são apresentadas como seres globalizados no mundo e por isso, afetados por ele. Falar desses sujeitos é ter presente a criança “[...] integrada a lugares e sujeitos que a globalização uniu, partilhando dos seus dramas e tragédias, realidade e fantasias” (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 418),

No horizonte de um projeto histórico emancipado, a ideia de infâncias do campo, em vez de infância do campo, pode alargar o horizonte étnico-político pelo qual as identificações sociais são aprendidas. Articulando num mesmo conjunto a materialidade da vida, a cultura e a identidade, a diversidade deixa de ser a força que atua para legitimar a exclusão; ela passa a alargar o sentido da experiência humana no mundo, da qual as crianças do campo são parte (Idem, idem, p. 422-423)

As crianças do campo (assentadas, acampadas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, caiçaras, atingidas por barragens, pequenas agricultoras, entre outras...) vivem suas realidades, sua cultura, identidade, suas organizações, mas não podem estar separadas da dimensão de totalidade. Considerando a sociedade em que vivemos, onde a concentração fundiária, os conflitos por terra e território e a exploração das crianças é uma realidade, para que esses povos garantam o direito de ter infância em suas comunidades, a luta e a resistência são as principais bandeiras de unidade.

Os estudos sobre o campo brasileiro, a questão agrária, a educação do campo, entre outros referenciais, permitem um aprofundamento sobre as lutas dos movimentos populares do campo, através das reflexões e da construção de uma *práxis* social, de um fazer com as crianças do campo vinculadas à luta pela terra.

A pesquisa do doutorado se desenvolve com a aproximação nos estudos sobre *pesquisa-ação* militante, do colombiano Orlando Fals Borda (2015), que elabora um pensamento crítico e subversivo na América Latina, vinculado às lutas e destacando a

necessidade de pesquisadores “[...] ir além do falar, escrever e pensar criticamente”, mas atuar e participar ativamente nas mudanças sociais. (JAUMONT; VARELLA, 2016, p. 431). O que reforça o meu compromisso como educadora popular e pesquisadora nos estudos da infância do campo dos movimentos populares, atuando nos processos formativos e educativos das crianças Sem Terrinha no MST.

Para Fals Borda (2015, p. 254-255), a pesquisa militante precisa estar conectada com os processos de transformação da sociedade, compreendendo que somos “seres preparados para o estudo, a crítica à sociedade e o mundo”, mas principalmente para contribuir com as mudanças e as transformações sociais. São quatro elementos fundamentais destacados por Fals Borda para participação na realização da *pesquisa-ação* militante:

1. El esfuerzo de investigación-acción se dirigió a comprender la situación histórica y social de grupos obreros, campesinos e indígenas colombianos, sujetos al impacto de la expansión capitalista, es decir, al sector más explotado y atrasado de nuestra sociedad.
2. Este trabajo implicó adelantar experimentos muy preliminares, o sondeos, sobre cómo vincular la comprensión histórico social y los estudios resultantes, a la práctica de organizaciones locales y nacionales conscientes (gremiales y/o políticas) dentro del contexto de la lucha de clases del país.
3. Tales experimentos, o sondeos, se realizaron en Colombia en cinco regiones rurales y costaneras, y en dos ciudades, con personas que incluían tanto profesionales o intelectuales comprometidos en esta línea de estudio-acción como cuadros del ámbito local, especialmente de gremios.
4. Desde su iniciación, el trabajo fue independiente de cualquier partido o grupo político, aunque durante el curso del mismo se realizaron diversas formas de contacto e intercambio con aquellos organismos políticos que compartían el interés por la metodología ensayada (FALS BORDA, 2015, p. 255).

Para Bringel e Maldonato (2016, p. 402), essa metodologia teve como papel central a transformação da “ciência e dos cientistas sociais”, na relação histórica com o sujeito da pesquisa, da práxis social com os grupos populares e ações concretas com os grupos de interesses. A partir da compreensão da “[...] história como processo social e história como narrativa”, resgata as memórias da população camponesa para interpretação da historicidade de uma determinada região. Numa relação entre ciência, rebeldia e subversão, destacam os autores que Fals Borda se tornou um dos nomes mais expressivos da “sociologia da libertação” no pensamento latino-americano.

Parte-se, em suma, da narrativa dos sujeitos e do resgate de suas lembranças, suas músicas, seus mitos e crenças, para reconstruir essas histórias de forma colaborativa e participativa com os próprios trabalhadores da região. Assim, a partir da memória coletiva, e usufruindo de mecanismos de educação, arte popular (dinâmicas, músicas, teatro, quadrinhos etc.), recupera-se uma série de experiências de resistência camponesa naquela região, como por exemplo, os “baluartes de autogestão camponesa” e retoma-se o vínculo com antigas lideranças dos movimentos socialistas dos anos de 1920 e 1930, que serviram como fonte de inspiração para as novas gerações de insurgentes, se comprometendo com as causas

socialistas e colaboraram na reconstrução da identidade caribenha naquela parte da Colômbia (BRINGEL; MALDONATO, 2016, p. 402).

Fals Borda, assim como muitos intelectuais críticos da América Latina, destaca a importância do pensamento crítico latino-americano, tratando de temas que contribuíram para o desenvolvimento de diversas pesquisas: “[...] da violência ao conhecimento, da questão agrária à marginalidade urbana” (Bringel; Maldonato, 2016, p.391). E mesmo com sua contribuição para o desenvolvimento da ciência na região e seus aportes teórico-metodológicos, por vezes é esquecido, desconhecido ou até mesmo “ignorado no meio acadêmico brasileiro” (Idem, Idem).

Partindo da historicidade do lugar das crianças no MST e da conflitualidade no campo brasileiro, se reconhece, no processo de mobilização e organização da luta pela terra, uma obra coletiva sendo esculpida, redesenhada, reinventada, ganhando forma e conteúdo no meio de muitas contradições impulsionadas pelo sistema capitalista. São crianças que tem em seu contexto histórico um lugar marcado por violências dessa mesma sociedade capitalista, e que na luta pela terra se apresentam nas práticas destrutivas do latifúndio e do agronegócio. Com a organização da luta pela terra no MST, o lugar das crianças vai sendo significado, as tirando da invisibilizado, tendo a educação e formação na luta desde a luta por escola em suas comunidades, como a disputa por uma concepção de educação das camponesas e camponeses.

A violência no campo atinge, historicamente, as diferentes gerações, com particularidade na infância, que acompanha todos os processos, inclusive os de violência com suas famílias na luta pela terra, como nos descreve José de Souza Martins, no livro “O Massacre dos Inocentes” (1991). No caso das crianças Sem Terra elas participam de todos os processos de mobilização com seus familiares, sendo as mobilizações infantis uma das ações de luta pelo direito de ter escola do e no campo na sua comunidade.

Na perspectiva de construir uma educação desde as organizações populares, Benjamin (2009, p. 121-123) faz uma dura crítica de como a burguesia arquiteta a sua pedagogia com fundamentos na psicologia e ética para a construção do “homem integral e cidadão”, adaptado, útil, “consciente” de sua condição social. Na concepção dessa educação burguesa, a realidade de classe não está em questão para os problemas sociais. O ideário construído nas manifestações contrárias à “politização das crianças”, oculta e desnaturaliza as instituições privadas da burguesia nas esferas “religiosa, militarizada, dos escoteiros e das associações etc.”, instrumentos que se constituem antiproletário e anticomunista. A pedagogia burguesa vê a sua “prole” como herdeira e reprodutora de sua prática, continuadores do projeto da família e da propriedade privada.

Diferente da criança da classe burguesa, a criança da classe trabalhadora “nasce dentro de sua classe social”, sendo sua condição de classe que a diferencia na sociedade capitalista e determina o seu lugar na história. Desde o seu lugar de gestação, no ventre de mães trabalhadoras, exploradas e muitas vezes abusadas, as condições objetivas da luta de classes intencionam a sua formação e consciência de uma criança trabalhadora.

Para Benjamin (2009), a educação da classe trabalhadora exige contexto e objetivo, intencionalidade no processo educativo. Deve ser construída com “consciência de classe”, educando as crianças numa perspectiva proletária e revolucionária, se diferenciando da educação burguesa. E nessa perspectiva, a projeção dessa construção educativa intenciona “abrançar a vida toda”, sendo parte do programa do partido, dos movimentos sociais, a formulação desde a educação revolucionária do trabalho, com o entendimento de que a teoria alicerçada pela prática social proporcionará uma articulação entre o fazer e o pensar, lutar e construir, umas das principais referências para a construção da pedagogia do MST.

A partir do contexto brasileiro, os estudos sobre os “Fundamentos da Escola do Trabalho” (2000) em Pistrak, contribui para as reflexões e análises nos processos formativos e educativos enquanto práxis social. Pois as ações transformadoras com as crianças, no contexto da luta pela terra, estão alicerçadas na política e pedagogia revolucionária. Pois como afirma Pistrak:

Sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária. Sem uma teoria de pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade social e utilizada para resolver os problemas pedagógicos na base das inspirações do momento, caso a caso, e não da base de concepções sociais bem determinadas. (PISTRAK, 2000, p. 24).

Ou seja, a educação da classe trabalhadora não pode se desassociar de uma teoria social e da prática revolucionária, do pensar e do fazer. Pois é no cotidiano da luta de classes que as crianças dialeticamente se constroem como sujeito coletivo, histórico e político. E por vivenciarem no seu dia a dia o sofrimento e a luta pela sobrevivência, elas aprendem com a realidade social a enfrentar a vida.

Há, portanto, a necessidade da construção de um programa educativo para a infância, como afirma Benjamin (2009, p. 123), compreendendo que “[...]a educação da classe trabalhadora deve ser construída pelo programa do partido, mais exatamente pela consciência de classe”. A educação classista deveria ser uma das prioridades de uma organização social e popular, bem como dos movimentos populares, sindicais e dos partidos de esquerda. A burguesia possui o seu sistema educacional e educa seus filhos para atender uma demanda “econômica e política”, ao mesmo tempo em que também pensa e projeta a educação e a

direção da “formação ideológica” para os filhos da classe trabalhadora, a partir dos seus próprios interesses e demandas. Nesse sentido, as reflexões de Benjamin sobre a importância do acesso às diferentes linguagens na formação da criança da classe trabalhadora são fundamentais para o desenvolvimento da criticidade e da busca pela sua liberdade. É na relação com a materialidade da vida que a “educação revolucionária” é construída, na relação entre teoria e prática (práxis social) e na omnilateralidade na formação do ser humano, desde a infância.

A burguesia cria um cenário de manifestações contrárias à educação política e libertadora da classe trabalhadora. Trazendo para a realidade brasileira, é visível quando se refere à educação do Movimento Sem Terra, por exemplo, onde a classe burguesa, produtora de uma sociedade desigual, patriarcal, homofônica e violenta, reage como se o MST estivesse doutrinando e violentando as crianças dos acampamentos e assentamentos. Da mesma forma, criminaliza a categoria de trabalhadoras e trabalhadores da educação por ter opinião, serem críticos e não seguir a cartilha da pedagogia do capital. No entanto, essa mesma classe burguesa atua desde a esfera pública e privada para pensar e organizar a educação, desde a perspectiva da “pedagogia do capital”, para a classe trabalhadora. Ou seja, o que é certo na perspectiva da ideologia burguesa é a continuidade da exploração humana, de uma sociedade de projeto único – sem memória, sem história, consumidora e alienada ao sistema destruidor de humanidades.

A construção de uma educação emancipatória da classe trabalhadora, exige luta e organização, resistência e elaboração coletiva, práticas históricas de enfrentamento de lutas das classes populares, na perspectiva de outra hegemonia. Nesse processo de luta e resistência, faz-se necessário, a gestação de uma concepção dialética de criança e de infância na perspectiva da classe trabalhadora, como nos provoca Benjamin, pois pensar o lugar das crianças nesse contexto, exige a apropriação das diferentes linguagens para criação de novas artes populares, da brincadeira como essência humana e da coletividade como projeção da organização social e política desde a infância.

A perspectiva de estudar e aprofundar a experiência do processo formativo e educativo das crianças no MST, reconhecendo sua historicidade e o lugar de construção social e política no movimento da luta em sua totalidade, tem relação com a construção do projeto de sociedade. Considerando que o capitalismo vem aprofundando as desigualdades no mundo,

O grande aporte do materialismo histórico – e da dialética – é também uma enorme exigência: superar as abordagens limitadas, procurando pensar a *síntese contraditória* e rica que constitui cada período histórico e suas linhas fundamentais, aquelas que dão a “cor geral” a um processo. O tom fundamental é sempre a maneira

de produzir a própria vida social. Se ela repousa na exploração, esta deve se manter sempre como o foco central de nossa análise. (FONTES, 2006, p. 11).

O significado do lugar na história social e política das crianças Sem Terrinha está vinculado à experiência do MST, na perspectiva da formação humana e da política, sendo o contexto do campo brasileiro, do conflito agrário produzido pela concentração fundiária, lugar de luta e resistência das crianças e seus familiares e da construção da concepção de infância no Movimento. Nesse sentido, aprofundar o lugar da infância nesse projeto a partir de sua historicização tem relevância para análise da pesquisa, pois continuar questionando a sociedade capitalista, que vive o seu extremo processo de desenvolvimento e destruição humana, é o desafio que a classe trabalhadora enfrenta cotidianamente.

O processo histórico do MST demarcado na luta pela terra, desafiou a construção de um projeto educativo, em movimento, para as crianças com vínculo na luta pela reforma agrária. Esse projeto tem como alicerce a luta social, a coletividade e a organização que dimensiona a educação política no Movimento, desde a elaboração de uma *práxis social* como teoria sobre a concepção de infância e identidade Sem Terrinha.

No caso das crianças Sem Terrinha que convivem com a conflitualidade e violência do latifúndio e do Aagronegócio, as comunidades Sem Terra possibilitam espaços de convivência com a coletividade que as acolhe e as pensa como sujeitos de direito, compreendendo-as como críticas, criativas e participante do Movimento Sem Terra.

O projeto de Reforma Agrária Popular tem como perspectiva a elaboração de uma outra sociedade, outra cultura, outro *ethos* educativo voltado à construção de um novo homem e de uma nova mulher, lutadores pelos direitos da comunidade, da justiça social e de se permitir para o novo, assim como de enxergar a sociedade para além da sua localidade. Tem como horizonte a luta pela distribuição de renda, a supressão da propriedade privada do latifúndio do saber, do patriarcado, das violências históricas que marca profundamente a vida de seres humanos das classes populares, principalmente das crianças e das mulheres.

No entanto, os idealizadores da ideologia hegemônica e imperialista através de sua mídia burguesa e conservadora, disseminam a ideia de que as crianças que fazem parte do MST são vítimas de doutrinação, de formação para guerrilha, de lavagem cerebral entre outros. Mas, como descreve Alambert sobre o MST,

[...] nos acampamentos e nos terrenos ocupados pelo MST floresce tudo aquilo que a história e o Estado brasileiro negaram à maioria do seu povo. O movimento educa. E educação aqui não se confunde com doutrinação ou dogmatismo. Pessoas cuja história pregressa só conheceu o analfabetismo aprendem a ler, através da utilização revolucionária de um dos maiores avanços educacionais da história da cultura moderna: o método Paulo Freire. A cidadania cultural lhes chega através da escola,

do ensino formal em todos os níveis. O movimento propicia cursos com níveis de aprendizado mais altos que as escolas regulares do Estado, desde a infância até o ensino universitário, em vários lugares do Brasil: desde os mais pobres até os centros universitários que desenvolvem a ciência mais avançada e aberta que o país possui. O MST já formou doutores. (ALAMBERT, 2021, p.2)

Trazendo o significado do fazer histórico que nos permite pensar, elaborar e pesquisar a partir do fazer coletivo e organizativo, como nos alerta Gramsci (1978, p. 12): “[...] O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário”.

Consideramos essa pesquisa uma sistematização e elaboração de uma experiência de luta coletiva a partir das crianças Sem Terrinha no MST. Seja pela possibilidade de fazer parte da construção do projeto educativo para as crianças, do MST, dos grupos de pesquisas (Brasil e Argentina), que proporcionam debates, estudos e aprofundamento teórico, seja pelo contato com tantas outras pessoas que ao longo desse processo interagiram com a escrita, leituras, indicações de referências, ou mesmo pelo afeto e estímulo com palavras de cuidados e ternura.

Os *procedimentos metodológicos* partem de uma análise qualitativa, entendendo que o princípio que orienta a pesquisa é a filosofia da *práxis social*, na relação dialética entre teoria e prática para o trabalho formativo e educativo com as crianças do campo, através da realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha do MST.

A organização da pesquisa levou em conta elementos do processo histórico, das ações coletivas com as crianças e da militância envolvida neste trabalho: a) a *práxis* educativa do MST na construção das escolas de acampamentos e assentamentos, das mobilizações das crianças Sem Terrinha e da Ciranda Infantil; b) atuação militante nesses espaços como educadora e pesquisadora das áreas de assentamento de reforma agrária no Brasil; c) a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha em 2018.

Foram também considerados para os procedimentos metodológicos da pesquisa, quatro momentos na construção do Encontro: 1) espaço de debate interno no Setor de Educação Nacional e Direção Nacional na tomada de decisão em realizar o 1º Encontro; 2) lançamento do 1º Encontro Nacional das Crianças na Coordenação Nacional do MST; 3) composição da equipe de metodologia, iniciando um processo de estudo e elaborações da proposta metodológica para a construção com as crianças e as orientações para os educadores; 4) Oficina com o coletivo de coordenação nacional das crianças, em Brasília;

Para a coleta de dados e informações foram utilizados diferentes instrumentos, na maior parte deles, visando a participação protagonista das crianças na construção e desenvolvimento do Encontro, tais como: atuação em diferentes atividades; produções de documentos; rodas de conversas para a composição da coordenação de crianças do 1º Encontro Nacional; atividades culturais e de comunicação; presença das crianças nas atividades do Movimento; a Jornada das Crianças Sem Terrinha, em 2017, no Rio de Janeiro; atuação na coordenação do 1º Encontro Nacional, em 2018; debates, leituras de documentos internos, produções do MST, pesquisas já realizadas sobre a infância no Movimento; literaturas que tratam da temática, pesquisas na internet e a participação nos grupos de pesquisa no Brasil e na Argentina.

Além destes, as conversas com as professoras e educadoras das escolas do MST através do *Google Meet*; os diálogos realizados em 2020, dois anos depois do Encontro e num contexto de pandemia, com as crianças que participaram do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, nos permitindo ouvi-las e possibilitando esse retorno para a pesquisa. As conversas aconteceram através de troca de mensagens de áudio por *WhatsApp*, mediado por educadoras/es que através de contato com os familiares, mobilizavam as crianças nos estados para nos contar o significado de sua participação no 1º Encontro Nacional. Praticamente quase todas as crianças contactadas nos estados, com representação das cinco regiões do Brasil, deram retorno e recebemos um material forte e emocionante, com receptividade e acolhimento da proposta e convite para participar desse momento da pesquisa. Um alento para a vida, e em especial para o momento de distanciamento, causado pela pandemia da covid-19.

Como norteador da investigação buscamos analisar como o MST vem proporcionando e construindo um lugar na luta pela terra *para* e *com* a criança Sem Terrinha no campo brasileiro.

A composição da tese

A exposição está organizada em seis partes, incluindo a Introdução e Considerações Finais, e busca fazer um debate sobre o lugar emblemático da infância latino-americana no projeto do capital, com questões da contemporaneidade e o processo histórico da criança na luta pela terra no MST, bem como apontar elementos de análise e aprofundamento do sujeito político e histórico, a criança Sem Terrinha, no contexto do campo brasileiro.

Capítulo 1. O lugar da infância de “los de abajo” no projeto do Capital.

Apresenta um quadro sobre a criança e a perspectiva de infância das classes populares no projeto capitalista, na relação entre capital e trabalho, onde prevalece a exploração e expropriação desde a infância, num contexto marcado por desigualdade, pobreza e extrema pobreza na América Latina, que se escancarou com a pandemia e se mostrou em níveis ainda mais elevados de espoliação do capital sobre o planeta.

Neste capítulo, a análise sobre o conceito de infância no projeto capitalista expõe uma concepção baseada na exploração infantil, na violência de gênero e no extermínio das crianças pobres e negras do campo e da cidade e traz como desafios, desde as lutas populares, o pensar e projetar a educação política das crianças na América Latina.

Capítulo 2. Na Ciranda da resistência brincar, sorrir e lutar... Trajetória histórica das crianças Sem Terrinha do MST no Brasil.

Este capítulo descreve o processo da historicidade da práxis social no trabalho com a infância no MST e a elaboração coletiva de uma concepção de infância vinculada a um movimento de origem camponesa e popular no contexto da conflitualidade e contradições da luta pela terra no Brasil. A historicização sociopolítica é demarcada desde as crianças nas decisões políticas do MST ao longo de quase quatro décadas de história do Movimento, com o objetivo de formular as principais ideias sobre a concepção de educação e infância no MST a partir das pesquisas já desenvolvidas ao longo do processo de formação.

Capítulo 3. Uma educação em marcha de “pés no chão”, popular e de resistência.

Aprofunda a historicização das crianças Sem Terrinha com referência nos três instrumentos políticos que o MST construiu no projeto educativo para a infância: a luta por uma escola “diferente” e popular; as mobilizações infantis e a construção da identidade do sujeito político, histórico e coletivo da criança Sem Terrinha; o significado da Ciranda Infantil para as crianças e mulheres Sem Terra, bem como a importância da criação desse espaço para a Via Campesina nacional e internacional. Esses três instrumentos, vem proporcionando e valorizando a ocupação das crianças no MST, bem como, dando significação ao universo de comunicação e cultura infantil, a partir das produções de literatura, canções, poesias, jornais e revistas.

Capítulo 4. As crianças Sem Terrinha reinventam o MST

Este capítulo traz como marco o processo de formação e educação política das crianças no MST que com a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, que vai desde a tomada de decisão política para a realização do Encontro até a organização das atividades como um todo. Um encontro que em todo seu processo, se propôs ser *com* a participação efetiva das crianças e adultos em todos os estágios concebidos desde as localidades, estados e nacionalmente, além da própria contribuição da sociedade nesse desenvolvimento. Diz sobre as crianças da luta pela terra no Brasil assumindo outro espaço social, político e de visibilidade no contexto agrário brasileiro, a partir da luta pela Reforma Agrária Popular e o MST.

As Considerações Finais trazem apontamentos e proposições que observam a disputa do projeto societário na educação das crianças Sem Terrinha no MST, os desafios da classe trabalhadora em pensar pontos estratégicos sobre o lugar da infância das classes populares na perspectiva da luta social e a continuidade de pesquisas sobre as crianças do campo e suas contribuições para o contexto da luta pela terra.

1 O LUGAR DA INFÂNCIA DE “LOS DE ABAJO” NO PROJETO DO CAPITAL

Figura 2 - Crianças vítimas das violências em diversas partes da América Latina.



“Na América Latina, crianças e adolescentes somam quase a metade da população total. Metade dessa metade vive na miséria. Sobreviventes: na América Latina, a cada hora, cem crianças morrem de fome ou de doenças curáveis, mas há cada vez mais crianças pobres em ruas e campos dessa região que fabrica pobres e proíbe a pobreza. Crianças são, em sua maioria, os pobres; e pobres são, em sua maioria, as crianças. E entre todos os reféns do sistema, são elas que vivem em pior condição. A sociedade as espreme, vigia, castiga e às vezes mata; quase nunca escuta, jamais a compreende. [...] Dia após dia nega-se às crianças o direito de serem crianças. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana” (GALEANO, 2015, p. 11-14).

O mundo da criança e o seu lugar no mundo. A criança “é um agente na sua própria construção e na construção do mundo” (WAETOFOSKY, 2000). O que vai determinar o seu desenvolvimento é a práxis social e histórica da sociedade onde a criança está inserida. Portanto, são as relações sociais determinantes do lugar da criança no mundo, as condições dadas à sua família na sociedade de classe que incidem diretamente no seu desenvolvimento humano.

Neste capítulo, analisaremos o lugar da criança da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo, partindo inicialmente da reflexão sobre o não direito à infância na América Latina, seguida por uma discussão que pretende elencar alguns elementos teóricos sobre a formação da subjetividade neoliberal, com o ideário de liberdade individual, impactando objetivamente na formação da infância da classe trabalhadora. Ao final, discutiremos a

pedagogia do capital e a atuação do agronegócio na (con)formação da classe trabalhadora, em particular as crianças.

Consideramos ser esse lugar da criança atravessado por pensamentos, linguagens, ideologias e contradições inseridas no projeto hegemônico do capitalismo contemporâneo. Nos importa também destacar a relação dialética presente entre as crianças no mundo e o mundo das crianças, reconhecendo nas contradições a possibilidade de elaboração de ações coletivas de resistência no enfrentamento ao projeto do capital, desde a infância.

Traremos com mais ênfase as crianças da América Latina, região marcada por uma forte desigualdade social, agudizada em tempos hodiernos pela pandemia da covid-19. Condição essa que escancara a barbárie produzida pelo sistema capitalista através da conjugação de diversas pandemias: da fome, da violência de gênero, do racismo estrutural, da exploração do trabalho infantil, entre outras mazelas decorrentes da intensa crise do sistema social, político, econômico e de valores.

Com referência em Zibechi (2020, p. 65-67) sobre os movimentos sociais na América Latina, caracterizando-os como “*los de abajo*” a população indígena, negra, mestiços, camponeses e setores populares urbanos, que excluídos do modelo hegemônico, resistem criando “espaços-refúgio”, territórios autocontrolados, na luta por autonomia, defendidos por essas comunidades. É preciso, então, pensar as crianças e a infância de “*los de abajo*” da América Latina, o significado de ser criança e ter infância em contextos marcados por conflitualidades e a imposição para a “civilização” numa distopia do “desenvolvimento econômico”.

1.1 O direito negado de ser criança e viver suas infâncias nas classes populares na América Latina

É importante destacar que a América Latina é demarcada por um processo histórico de genocídios, massacres, invasões e ditaduras nos territórios dos povos originários, além dos conflitos sociais ocasionados pelas práticas de violência e exploração dos invasores europeus, a fim de consolidar as colonizações na região e transformando a América Latina em território de tortura, exploração e repressão, produzindo uma das regiões mais desiguais do mundo.

Nas palavras de Galeano (2009), a América Latina é uma região que

continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos destinados aos países ricos que ganham consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha os produzindo (GALEANO, 2009, p. 17).

Os povos explorados da região, massacrados, para continuar existindo, subvertem a lógica do projeto capitalista e sua geopolítica, resistem e se reinventam com práticas populares e alternativas na defesa de seus territórios, mantendo viva a insurgência de lutas na região e a existência das diferentes organizações populares.

Pensar o lugar da criança e sua infância enquanto sujeito de direitos, político e histórico, num contexto em que a vida humana para existir precisa “aceitar” qualquer tipo de trabalho, ou trabalho nenhum, extenuando-se por qualquer pedaço de pão (comida), para seguir produzindo o mundo da miséria, sendo o mesmo sistema produtivo que despreza a velhice e teme as crianças.

[...] A velhice é um fracasso, a infância um perigo. Há cada vez mais meninos marginalizados que, no dizer de alguns especialistas, *nascem com tendência ao crime*. Eles integram o setor mais ameaçador dos *excedentes populacionais*. O menino como perigo público, *a conduta antissocial do menor na América*, tem sido há muitos anos, o tema recorrente dos congressos panamericanos sobre a infância. Os meninos que vem do campo para a cidade e os meninos pobres em geral *são de conduta potencialmente antissocial*, segundo nos alertam os congressos desde 1963 (GALEANO, 2015, p. 18).

As crianças das classes populares vivem e convivem no meio da conflitualidade social e estrutural que as colocam em vulnerabilidade, pobreza e violência. A globalização produz um imaginário de modernidade, no entanto, as práticas do passado são presentes e aprofundam as desigualdades e a extrema pobreza para a maioria da população do planeta.

A expropriação da riqueza da América Latina, nos tempos coloniais, ao mesmo tempo em que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo na Europa central, produziu uma profunda desigualdade social, estrutural, étnico-racial e de gênero que atravessam, desde então, a constituição da classe trabalhadora dos países da América Latina. E que definem, também, o lugar da infância da classe trabalhadora, bem como de toda geração humana.

A violência e imposição são presentes na atualidade, que para Tavares dos Santos (2002), demonstram ser efeitos dos processos de globalização que produzem transformações na estrutura e no espaço, gerando “conflitos sociais e novas formas de conflitualidade”. Ele destaca três tipos de violência predominantes na conflitualidade social na América Latina. O primeiro tipo é a produção da *violência estrutural*, que tem um vínculo com a “concentração da propriedade da terra; da corrupção; da concentração de renda e da produção da desigualdade social. O segundo é a *violência criminal urbana*, produzida pelo crime organizado no comércio ilegal de armas, no tráfico de drogas, que difunde o uso de armas de fogo e faz com que se considere essa uma “violência de pobres contra pobres”, pois são eles os que acabam morrendo na linha de frente dessas ações. O terceiro tipo remete aos *conflitos*

sociais agrários, uma “violência política” contra os agentes das lutas sociais pela posse, concessão de uso ou propriedade da terra. Sendo também uma violência estrutural e que tem sua expressividade na exploração e precarização das relações de trabalho rural (SANTOS, 2002, p. 18-19).

A escolha em trazer presente a criança da classe trabalhadora da América Latina, desde o contexto histórico da região e o lugar destinado à infância no projeto do capital, nos faz refletir como vai sendo elaborada a ideia de infância para as classes populares. Os estudos sobre o tema reafirmam a presença da criança na sociedade de formas muito diferenciadas, sendo reconhecida enquanto construção social, atuante na sociedade e que se consolida desde a ideologia burguesa com o sistema capitalista. Para Postman (2012), com a “invenção da infância, através da prensa tipográfica”, a tarefa do adulto foi preparar a criança para administrar o mundo simbólico. Ao mesmo tempo em que se construía o conceito de infância, também estava sendo gestado um novo conceito de adulto. A ideia de infância ganha o mundo ocidental e tem seu marco no ano de 1850, se tornando um conceito que diz respeito tanto a um “princípio social, quanto um fator social” (POSTMAN, 2012, p. 65).

Com o surgimento da infância, como descreve Ariès (1981, p. 185-187), os primeiros sentimentos que aparecem nessa construção social têm uma relação com a ideia de “paparicação” depois da “inocência e da fraqueza”. A criança vai ganhando uma dimensão social, sendo reconhecida como frágil, inferior e de controle da família, assim como as mulheres. Importante destacar que as condições sociais, econômicas e culturais são determinantes para o sentimento de infância, isto é, as determinações de classe condicionam quem terá infância na sociedade. As mudanças nesse sentimento começam ter outra conformação entre o final do século XVI à XVII, desde a forma de se vestir, da compreensão da educação que passa ser elementar também para as crianças, como a separação delas. E no caso das crianças das classes populares, a exploração do trabalho infantil, certamente já era uma prática da sociedade de classe.

É no século XVIII que a infância é introduzida na esfera da instituição escolar. Uma escola europeia que nasce com perspectiva de classe; [...] a especialização social de dois tipos de ensino, um para o povo, e o outro para as camadas burguesas e aristocratas. De um lado as crianças foram separadas das mais velhas, e de outro, os ricos foram separados dos pobres (ARIÈS, 1981, p. 183).

A escola vai ampliando paulatinamente e tornando-se um espaço para a infância. A exigência dessa instituição para apreensão do mundo letrado, “a criança bem-educada⁷ seria preservada das rudezas e da imoralidade que se tornariam traços específicos das camadas populares e dos moleques”, em consequência, e ao mesmo tempo, se constrói um *novo tipo de adulto*. Essa concepção de infância construída para a “humanidade”, leva em conta, primeiramente, as crianças da classe burguesa que podem vivenciar em certo sentido sem precisar se preocupar diretamente com sua sobrevivência. Não se tratando de uma concepção forjada com vivências das crianças africanas ou indígenas, da classe trabalhadora ou de “*los de abajo*”, é uma concepção de classe burguesa.

Nesse processo inicial de constituição do capitalismo, logo da invenção da infância, o lugar das meninas e meninos pobres era no trabalho escravizado, nos orfanatos, nas ruas e nas fábricas. Portanto, para terem visibilidade, *direito à palavra* e um lugar chamado “infância”, as crianças da classe trabalhadora precisam que a sua classe social as reconheça como sujeito histórico e político, para que elas (as crianças) se reconheçam no espaço da luta, para a projeção e construção, desde pequena, de uma sociedade emancipadora (BENJAMIN, 2009, p. 112).

Num processo em que o mundo da criança vai sendo constituído a partir da relação adulto/criança e que, historicamente, sofre modificações, adaptações, transformações ganhando novas materialidades, presentes nos símbolos e nos significados ao longo dos tempos. A concepção de infância, desde *los de abajo*, ganha significação numa relação de presença e participação da criança na luta social, na formação e resistência á sociedade de classe, na intencionalidade dada desde a educação política e o reconhecimento infantil como um segmento importante e em formação a partir do seu contexto e classe social.

Isso significa dizer que a vivência da infância se encontra determinada pelas relações sociais hegemônicas, dependendo da classe social a qual pertence, constitui lugares distintos para as crianças das classes burguesa e trabalhadora. Essa cisão demarcada desde o capitalismo nascente, tomando novos contornos e roupagens na sociedade atual, porém há uma extensa parcela das crianças da classe trabalhadora para qual o direito à infância é negado e/ou só é vivenciado por um processo de luta social. É sobre a vivência de negação e afirmação da infância das crianças da classe trabalhadora na América Latina o foco de nossa análise.

7 Seria o pequeno burguês na França, na Inglaterra se tornaria o *gentleman*, criado por uma aristocracia. (ARIÈS, 1991, p. 165).

Não sendo possível desassociar a criança do contexto da vida real, e sendo elas provenientes das classes populares, de “*los de abajo*”, na particularidade da América Latina e com foco na realidade brasileira, como garantir que os direitos das crianças a ter infância no processo histórico sejam respeitados?

Para Redondo (2015), existe uma dívida histórica com as crianças na América Latina, considerando que as análises em sua maioria, se atém nas questões do atraso e da exclusão, sem se posicionar em relação ao principal problema que é o desenvolvimento do capitalismo latino-americano – internacional, que concentra as riquezas e se apropria dos bens naturais, produzindo a pobreza, a marginalidade e se apresentando com um maior grau de exploração, de injustiças e desigualdades. A exploração do trabalho infantil é um dos principais problemas que afetam a infância da classe trabalhadora na América Latina:

Las infancias trabajadoras son una imagen cotidiana en nuestras tierras. En las grandes urbes, en zonas rurales, en las minas, en el trabajo doméstico, entre otras formas de explotación, los niños y niñas son explotados incluso bajo forma veladas de trabajo esclavo; la mendicidad, la prostitución, que ubica de manera alarmante a la niñez latinoamericana en una situación de extrema vulnerabilidad. En el caso de Méjico, en la zona de Chiapas, donde se concentra los índices más altos de pobreza de dicho país, el 32% de la población chiapana pertenece a grupos indígenas. [...] En el Paraguay, casi cincuenta mil niños, de un total de medio millón que trabaja en el país, lo hacen bajo la forma del “criadazgo”, una forma sutil de servidumbre en casas de familias (REDONDO, 2015, p. 19).

Na América Latina, milhões de crianças nascem destinadas à miséria, o que requer posição ética, política e coragem para denunciar o caráter *desigual* da região e do discurso da “infantilização da pobreza”, mais do que descrever as realidades das infâncias, é preciso transformá-las. Considerando a trajetória de lutas pela independência, de lutas libertárias e emancipatórias dessa região, certamente o limite para efetivação da participação da criança está atrelado às condições estruturais e políticas. A “dívida histórica” com relação à infância, situa-se na concentração das riquezas, determinadas pelas condições estruturais e políticas impostas à sua família, limitando também a participação da criança e sua infância na sociedade (REDONDO, 2015, p. 15).

A triste realidade que vivem as crianças e suas famílias nos países da América Latina requer mais do que a denúncia de suas condições sociais e estruturais, dentre outros meios, pelos indicadores da condição de vida, elas precisam de mudanças estruturais e sociais. Suas infâncias vivem, historicamente, diferentes conflitualidades e nem sempre o lugar da infância empobrecida, marginalizada ganha espaço nos debates ou nas pautas estratégicas para o enfrentamento e combate às violências estabelecidas pelo projeto do capital.

Descreveremos, a seguir, alguns exemplos que nos tocam profundamente e marcam a história de negação da infância das crianças da classe trabalhadora nos países latino-americanos, com a compreensão de que cada país tem histórias profundas sobre a realidade das vidas de suas infâncias. Histórias que apesar de terem suas singularidades, não podem ser consideradas particulares, pois elas fazem parte de uma estratégia política de dominação do capital.

O caminho para a escolha desses exemplos teve como objetivo dar visibilidade às marcas históricas do lugar destinado à infância no capitalismo, trazendo elementos que compõem a violência de gênero desde a infância, do extermínio de crianças pobres e negras, numa compreensão de que as crianças da classe trabalhadora estão na luta para a sobrevivência desde sempre.

No **Paraguai**, destacamos o episódio denominado *La Batalla de los Niños*, que ocorreu no dia 16 de agosto de 1869, ficando marcado na história do país como o massacre de *Acosta Nu*⁸, marco da guerra tríplice da aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai no período de 1865 a 1870. Vale ressaltar que no Brasil o regime era o escravagista. Na ocasião, as crianças paraguaias foram exterminadas pelo exército, em sua maioria formado por brasileiros, numa matança de crianças, mulheres e homens paraguaios. Foram mais de 3.500 crianças com idade entre 8 e 15 anos que viveram a crueldade do poder bélico e dominante. Em 1948, a partir do decreto⁹ n° 27484, o dia 16 de agosto foi instituído como o *Día del Niño* – o dia das crianças no Paraguai. Essa data não é um dia de festa e sim de homenagem às crianças mártires de Acosta Nu.

O Brasil, o Uruguai e a Argentina têm uma dívida histórica com o Paraguai. Deixaram uma profunda dor na história de um país que viveu uma sangrenta batalha, um extermínio, resultante da guerra entre esses países. Atualmente as formas de violência com o Paraguai, se revela na apropriação das terras paraguaias e o avanço do agronegócio por latifundiários e empresários brasileiros e multinacionais, que continuam explorando e matando paraguaios em seus territórios.

Como não reafirmar que a *educação política* é fundamental na vida das crianças exploradas, violentadas e assassinadas cotidianamente pela força bélica e econômica do capital?

8 Disponível em: <http://revista-sanssoleil.com/wp-content/uploads/2017/09/Bondar.pdf>
Acesso em: fevereiro de 2021.

9 Disponível em: <https://www.csj.gov.py/cache/lederes/R-2-071948-D-27484-1.pdf>
Acesso em: fevereiro de 2021.

Da **Guatemala** colocamos em evidência um histórico de abusos, exploração sexual e trabalho infantil, deixando as crianças e adolescentes num estado de total vulnerabilidade no país. No dia 8 de março de 2017, o incêndio no orfanato *Hogar Seguro Virgen de la Asunción*, deixou ao menos 40 meninas mortas¹⁰ e várias feridas – vítimas de violência da política de Estado e de gênero. Nesse espaço, conhecido como “lugar seguro”, denúncias anteriores, já indicavam que as meninas sofriam maus tratos e abusos sexuais, porém, nenhuma ação foi efetivada, resultando nessa tragédia.

Na intenção de dar visibilidade ao contexto dado e a importância para a realidade das meninas e mulheres no país, um estudo realizado pelo Observatório Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva – OSAR (2018), evidencia que 116.773 meninas de 10 a 19 anos engravidaram no país em 2018, destas 4.629 eram crianças de 10 a 14 anos, com um total de 77.700 registros de nascimentos. Os dados de 2019 seguem no mesmo ritmo alarmante de 2018, somando um total de gravidez entre meninas de 10 a 19 anos de 116.349, sendo 5.133 com idade entre 10 e 14 anos. Em 2020,¹¹ na análise dos dados dos meses de janeiro a novembro, se evidenciaram que 104.837 meninas de 10 a 19 anos engravidaram, e que 4.814 dentre elas, tinha entre 10 e 14 anos, com registro de nascimento de 54.422 bebês. Muitos destes casos, principalmente das meninas na faixa etária entre 10 e 14 anos, são vítimas da violência de estupro.

Os dados comparativos entre os três anos revelam uma continuidade nos altos índices de gravidez de crianças e adolescentes e a violência de gênero na Guatemala. Violência que afeta diretamente as mulheres desde a sua infância e que não se restringe apenas a Guatemala¹², mas ao conjunto dos países da região, revelando um componente de caráter histórico. Pensar o lugar das crianças das classes populares remete, necessariamente, a pensar as inter-relações entre a questão de gênero e de classe, pois se revela uma dimensão determinante na vida da infância feminina e das mulheres.

Na **Nicarágua**, o acontecimento que ficou conhecido como “*a revolução das crianças*”, registrada por Barcelos (1982) no seu livro sobre a Revolução Sandinista, mostra como as crianças, pelas condições dadas naquele período¹³, de 1974 a 1979, foram obrigadas a

10 Disponível em: <https://nosotrasfeministas.wordpress.com/2017/03/15/ao-menos-40-meninas-foram-mortas-no-dia-8-de-marco-em-um-abrigo-na-guatemala-pela-negligencia-do-estado/> Acesso em: fevereiro de 2021.

11 Disponível em: <https://osarguatemala.org/embarazos-y-registro-de-nacimientos-de-madres-adolescentes-ano-2020/> Acesso em: fevereiro de 2021.

12 O Brasil registra 6 abortos por dia entre meninas de 10 a 14 anos, vítimas de estupro. E registra 26 mil partos de meninas (crianças) entre 10 e 14 anos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53807076> Acesso em: abril de 2021.

13 A Revolução Sandinista na Nicarágua foi uma das mais importantes referências de luta no século XX para a América Latina. Uma revolução que derrotou a família do ditador

buscar alternativas para a sobrevivência num estado de exceção. Naquele momento, um “exército de crianças” se mobilizaram e construíram estratégias para não morrerem pelos tanques da guarda. As crianças tinham em média 11 anos de idade, e entre elas se destacou como liderança um menino de 12 anos chamado de Zapote. Esse grupo de meninos estava vinculado à organização do Movimento Sandinista. As crianças e as mulheres tiveram forte presença na luta pela resistência e sobrevivência no país.

É certo que o autor vivenciou a experiência da revolução como jornalista, mas fez a escolha de trazer o “protagonismo” dos meninos. E qual seria a função das mulheres e meninas na Revolução Sandinista? Para Randall (1931) no livro “As mulheres na Nicarágua: estamos todas despertas”, as mulheres de diversas classes sociais tiveram papel fundamental na revolução, desde as atividades diretamente como guerrilheiras no exército, como registra a autora, até as histórias da atuação das camponesas, professoras, donas de casa, enfermeiras, entre outras (RANDALL, 1982, p. 22), de maneira que, as mulheres participaram ativamente da revolução, assim como as crianças.

No **Brasil**, a realidade de violência também se faz dramaticamente presente em sua história. Com fortes marcas de um país escravizado, o estado burguês com sua política de extermínio, tem assassinado permanentemente crianças, adolescentes e jovens pobres e negros das periferias dos grandes centros urbanos.

Dentro da triste realidade da população em situação de rua no Brasil, no dia 23 de julho de 1993, a polícia *abre fogo contra mais de 70 pessoas* que dormiam na porta da igreja Candelária, na região central da cidade do Rio de Janeiro, o que ficou conhecido internacionalmente como *Chacina da Candelária*. Segundo o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA¹⁴, os policiais assassinaram oito jovens de 11 a 19 anos.

Somoza, concentrador de maior parte das terras na Nicarágua, e que contava com o apoio dos EUA, num contexto de aumento significativo da pobreza no país. A ocorrência de um terremoto no ano de 1972, em que a ajuda humanitária recebida foi apropriada pela família de Somoza, foi o principal forjador da mobilização no país que levou à vitória da revolução. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza/> Acesso em: fevereiro de 2021. Esse processo revolucionário se iniciou com as ações armadas desencadeadas pela Frente Sandinista, em 1974, e só foi encerrada com a vitória da revolução nicaraguense, em 21 de julho de 1979, na praça da revolução, com mais de 50 mil pessoas e os principais comandantes guerrilheiros. Foi decretada a expropriação de todos os bens de Somoza. (BARCELLOS, 1982, p. 146-147).

14 Disponível em: <https://cedecarj.org.br/2020/07/24/27-anos-candelaria-nunca-mais/> Acesso em: janeiro de 2021.

De 1993 até os dias atuais, quantas Candelárias o Brasil e, em especial o Rio de Janeiro, já vivenciou? Quantas mães nas periferias dos grandes centros urbanos tiveram que enterrar seus filhos e filhas considerados “bandidos” e/ou “marginais”? A resistência e a luta fazem parte desse processo. O episódio em questão provocou o surgimento do Movimento “Candelária Nunca Mais”, em defesa da vida.

No caso da luta pela terra no campo brasileiro, dois casos emblemáticos reafirmam o lugar da infância do campo e da cidade no projeto do capital. O assassinato da menina Vanessa dos Santos, de 7 anos, no Massacre de Corumbiara, em 1995, no acampamento Santa Helena, Rondônia, e o assassinato de Oziel Alves, 17 anos, no massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, na curva do S, estado do Pará. Sobre esses dois casos, veremos mais elementos no capítulo 2 desta tese.

A política de extermínio faz parte dos programas de governos conservadores e ultraconservadores e nesse contexto não se pode ignorar as questões raciais e de gênero e de classe, pois a maioria da juventude exterminada é pobre, negra e periférica, atingindo também os povos do campo.

Com as palavras de Galeano:

O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. (GALEANO, 2015, p. 11).

Nesse cenário de desenvolvimento acelerado do capitalismo, do aprofundamento da extrema pobreza, das práticas destrutivas ocasionadas por esse sistema produtor de desigualdades, é urgente uma intervenção social concreta para mudanças no projeto societário, para que de fato as crianças tenham suas infâncias humanamente respeitadas, ou ao contrário, será mais um discurso abstrato sobre os problemas reais da vida das crianças da classe trabalhadora na América Latina

Como já mencionado nos diversos exemplos acima, a negação do direito à infância está presente em diversos conflitos: agrários, armados, militarizados. Nesses conflitos são geralmente as crianças as mais afetadas: da violência e abuso, da exploração sexual, do extermínio e do genocídio de crianças e jovens pobres e negros.

Que projeto esse sistema opressor pode oferecer para o que podemos chamar de infância, em seus processos contraditórios de negação e afirmação? O capitalismo promove a exploração, o consumo, a disputa e a concorrência porque é de sua natureza, não importa as

consequências nefastas constituídas por suas relações, o que vale é a expansão da acumulação do capital e não a vida das pessoas.

Nos países da América Latina, colonização e ditaduras marcam profundamente as relações de poder e violência que são estabelecidas pela classe dominante. No caso brasileiro, o trato com a criança trabalhadora explorada, considerada mercadoria e escravizada, compõe uma história sociopolítica da infância, marcada por violências e violações de direitos. As crianças das populações indígenas e afro-brasileiras sofrem com mais intensidade essa condição, são desprovidas de direitos e trabalham desde que o Brasil é Brasil, como afirma Del Priori (2008, p. 10), as crianças “foram escravizadas, são exploradas e sem direitos” ao mesmo tempo, são invisibilizadas e por isso todas as mazelas as atingem em todas as dimensões.

O direito à educação para as crianças trabalhadoras no Brasil foi negado desde a colonização. As escolas eram, inicialmente, organizadas pelos jesuítas e destinadas para poucos, desenvolvia uma formação cultural doutrinária e cristã. O trabalho era visto como sendo “a melhor escola” para as crianças das classes populares.

Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro no início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas um terço sobrevivia até os dez anos. A partir dos quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. E por quê? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já apareciam com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformandos em pequenas e precoces máquinas de trabalho. (DEL PRIORI, 2008, p. 12).

A concepção de infância na história do Brasil vai sendo gestada pela exploração da força de trabalho infantil no contexto agrária, hegemonizada pelo latifúndio, em que o trabalho escravo e a violência eram parte constituinte da vida das crianças trabalhadoras daquele período. Uma mão de obra barata, escravizada e silenciada.

As crianças indígenas no processo de colonização, como afirma Rizzinni (2008), eram consideradas como um “papel em branco”, e por isso precisavam de uma “cultura” e de “cidadania”. É fato que a “educação civilizatória” eurocêntrica veio por meio de práticas de imposição, violência e obediência. Já as crianças afro-brasileiras que nasceram no Brasil, escravizadas pelos colonizadores europeus, se destinavam ao trabalho, além de serem violentadas. Elas trabalhavam...

Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas, a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terra, como boias-frias; nas unidades domésticas de produção

artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas para manterem a si e as suas famílias. (RIZZINNI, 2008, p. 376).

Consideradas e tratadas como “animais selvagens”, assim como suas famílias, foram marcadas pelo sofrimento e pela dor, ao serem arrancadas de seus territórios em nome do que se chamava de “civilização” e de “humanidade” ocidental.

O capitalismo ascende no projeto societário o lugar da criança como “futuro”, criando uma ideia de uma projeção ilusória, pois as crianças das classes populares trabalham e vivem as suas condições de criança mediante sua realidade social, ou seja, têm que lutar por sua sobrevivência e de sua família desde pequenas.

O destino reservado a elas no contexto socioeconômico, educacional, cultural e de valores fundados numa sociedade de exploração, tem como componente o trabalho infantil na constituição social da infância. Nessa relação de exploração as crianças aprendem a sujeitar-se às condições de seu tempo/idade, da pobreza, da obediência, da violência e da invisibilidade, condicionando-as a exercerem determinado lugar na sociedade de classes.

O processo de colonização no Brasil tem uma profunda relação com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que se altera ao longo do tempo, mas mantém o objetivo da acumulação do capital através da exploração da força de trabalho e segue produzindo desigualdades sociais entre homens e mulheres, brancos e negros etc. Em nome da propriedade privada, o capital apropria-se cada vez mais da terra, da água, dos minérios e dos bens da natureza e as crianças da classe trabalhadora não estão fora desse contexto.

No caso da infância da luta pela terra no Brasil, refletir sobre o lugar da criança do campo, que historicamente esteve invisibilizada, no entanto, explorada, violentada desde a invasão portuguesa, é também ter presente que a infância na América Latina vive em contexto de conflitualidade na questão agrária. Ao mesmo tempo, considerando que o desenvolvimento do capitalismo, no mundo das tecnologias, vem se reafirmando como um lugar de individualismo e consumo no projeto liberal, faz-se necessário pensar esse lugar de luta e resistência na educação política das crianças das classes populares.

1.2 A produção da subjetividade neoliberal e as crianças

Neste tópico destacaremos a dimensão da produção da subjetividade neoliberal nas crianças, fazendo uma conexão com o projeto do capital na vida da criança da classe trabalhadora, apresentado no item anterior. Nos debruçamos em buscar compreender que a

forma de ser criança interessa ao capital, num contexto destrutivo, através do projeto de sociedade em que elas estão inseridas, em especial das condições dadas ao acesso à educação, que no projeto neoliberal do capitalismo contemporâneo vai produzindo desde a infância uma ilusão de “liberdade” na sociedade globalizada.

As crianças da classe trabalhadora, historicamente, são as mais afetadas pelas desigualdades sociais advindas da formação social capitalista. As políticas neoliberais nunca tiveram como horizonte resolver as desigualdades, pelo contrário, têm como centralidade a garantia do crescimento econômico, independente, ou mesmo em detrimento, das questões sociais. O que interessa para o projeto capitalista é continuar tendo condições de explorar o máximo da força de trabalho, dos bens naturais e outros, de onde provém a riqueza.

O projeto neoliberal foi uma resposta do capitalismo para a crise da década de 1970, considerando a falência do Estado na formulação de políticas macroeconômicas. Com a premissa de que esse mesmo Estado não estaria em condições de exercer um atributo à soberania e de fazer a política monetária e fiscal, seu papel assume novos contornos. Ele determina um conjunto de medidas econômicas e sociais, provocando uma piora das condições de vida da classe trabalhadora e o acirramento da luta de classes, por meio das constantes retiradas de direitos, do contingenciamento de gastos públicos nas áreas sociais como saúde, educação, assistência social etc, de privatizações das empresas estatais, e outras políticas que impõem a cultura hegemônica e intensificam a precarização do trabalho, num contexto de alto índice de desemprego.

Segundo Dardot e Laval (2016) na análise sobre o desenvolvimento neoliberal no contexto europeu, o novo sujeito moderno, desde a sua característica e formação, compõe o “novo sujeito neoliberal: hipermoderno, impreciso, flexível, precário, fluido, e que sofre os sintomas das relações sociais contemporâneas que o produz”. Esse momento do capitalismo foi denominado pela psicanálise como a era da ciência ou do discurso capitalista. O novo sujeito moderno, produto do final do século XX, ancora-se na figura do homem-empresa ou do sujeito empresarial e produz uma formação de um novo tipo, para responder o objetivo de reorganização da sociedade, das empresas e das instituições nas relações e comportamento mercantil, gestando esse homem neoliberal que é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 321-322).

O capitalismo atual alcança a expansão de mercado, produz em grande escala, com altas tecnologias, disputa territórios e produz uma violência nunca vista antes, desigual. Os interesses econômicos, sob poder bélico, dominam sociedades em nome do crescimento

econômico, engendrando formas mercantis nas relações sociais e criando uma “liberdade” subjetiva na produção do indivíduo liberal, que acredita ser “proprietário de si mesmo”.

O indivíduo liberal hodiernamente, acredita poder gozar de todas suas faculdades, do "livre exercício de sua razão e vontade", se submetendo à contratualização, que se tornou uma medida de todas as relações humanas, o cerne do individualismo moderno. O sujeito produtivo, o “colaborador”, é uma grande obra da sociedade industrial, na fabricação de homens úteis, dóceis ao trabalho e dispostos ao consumo. No entanto, para a “fabricação do homem eficaz”, foi preciso “arranjos nos processos normativos e disciplinares, dos tipos de educação, da mente que disciplina o corpo, organiza a vida social, *governa*, conduz e direciona as escolhas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 323-327).

A formação do “sujeito plural” está amparada na mercantilização das relações, na produção de “um indivíduo liberal, proprietário de si mesmo”, que concebe uma “liberdade subjetiva”, como se tivesse um “novo governo dos homens” conduzindo o seu “pensamento e ações, acompanhando, orientando, estimulando e educando esse pensamento”, não só adestrando os corpos, mas gestando e governando os corpos (Idem, idem, p. 324-325).

É possível perceber como essa relação afeta a formação das crianças, desde o distanciamento com o processo de criação humana, de socialização entre pares e do fortalecimento do individualismo. O acesso às tecnologias, como os celulares, *tablets*, brinquedos que emitem sons etc., condicionam a criança para uma sociedade de consumo de mercadorias e de adaptação a esse tipo de sociedade. No entanto, de forma incisiva, cria o desejo de consumir, por meio de propagandas direcionadas ao público infantil, levando também para um caminho viciante. Esses artefatos tecnológicos, por vezes, tiram de foco a imaginação e criação da criança nas produções de seus próprios brinquedos e brincadeiras e nas relações dos adultos e crianças.

Para Mancebo (2003), essa questão compõe parte da estratégia neoliberal. Ela explica haver nesse momento a ampliação substantiva da velocidade da informação e divulgação em massa das ideias dominantes, permitindo que o capitalismo continue se recompondo e se apropriando de novas criações tecnológicas.

[...] A faceta tecnológica das mudanças globais – a nova tecnologia das comunicações e da informática, já cunhada, por muitos, de revolução da microeletrônica – vem sendo apresentada como uma das principais responsáveis por grande parte dessas novas dinâmicas. Ela tem permitido o incremento do volume e da velocidade das informações e a redução dos custos da comunicação e transporte, envolvendo o conjunto do planeta, mesmo de forma desigual; tem produzido um impacto na produção e organização industriais, na comercialização dos produtos, viabilizando a atividade especulativa (MANCEBO, 2003, p. 77-78).

Assim, por meio das facetas tecnológicas e das mudanças globais, o projeto liberal se apropria cada vez mais das tecnologias da informação, na qual a mídia burguesa é um importante instrumento de reprodução das ideias hegemônicas, disseminando uma comunicação de massa numa *velocidade frenética*, fortalecendo o projeto capitalista. A indústria cultural com o avanço das tecnologias informacionais, digitais acentuam a conexão humana com “softwares”, que controlam cada vez mais as emoções, as sensações, dão soluções para os problemas e apresentam possibilidades de consumo a partir do “gosto individual”. Criando uma “aparência” da realidade, controlada por algoritmos que aprisionam e orientam desde a infância a formação do “novo homem liberal”.

Vivemos a primeira geração da história que tem acesso frequente à internet, às redes sociais, ao celular e outras tecnologias, desde a infância, mediadas pelo consumo do projeto capitalista. A questão que nos urge pensar nesse tempo de avanço das tecnologias, é: quais consequências e impactos causarão na humanidade essa condição? A competitividade pela atenção e tempo das crianças, adolescentes, jovens e adultos pelas empresas da indústria cultural (*Facebook, Instagram, TikTok, Netflix* etc.), numa disputa para modificar e determinar “o que você pensa, o que você faz e quem você é” e num mercado que negocia tempo de usuários e o “futuro de humanidades”, é a partir dos estudos da mente, através da psicologia, que engenheiros do Vale do Silício vêm transformando a vida humana em *usuários* da indústria de tecnologias, como apresenta o documentário “O Dilema das Redes” (ORLOWSKI, 2020). É de fato muito assustador.

No entanto, os criadores de algumas dessas tecnologias viciantes, não permitem que seus filhos acessem as redes sociais antes do ensino médio. Conforme mostra a reportagem do *El País*¹⁵ (2019), eles consideram que a “criatividade é essencialmente humana”, e o acesso às telas limitam as habilidades motoras, o desenvolvimento da criança, a concentração, entre outros.

A respeito do desenvolvimento da imaginação nas crianças, Vigotski (2018, p. 24-44) aponta que quanto maior a experiência vivida por elas, na socialização entre seus pares, maior será seu repertório acumulado para a imaginação e criação, uma vez que ela depende da experiência e a experiência da criança se forma e cresce gradativamente, num processo que vai gestando as possibilidades criativas. Num caminho contrário ao proposto pelo projeto do capital, o autor nos lembra que “a infância é considerada a época em que a fantasia é mais

¹⁵ Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html
acesso em: maio de 2019.

desenvolvida e, de acordo com essa visão, na medida em que a criança se desenvolve, sua imaginação e a força de sua fantasia diminuem” (Idem, idem, p. 46).

Campos (2012) nos chama a atenção para a aceleração do progresso tecnológico, que produz uma infantilização e ao mesmo tempo um adultocentrismo nas crianças, se diferenciando das gerações anteriores. A autora se refere à “mercantilização da vida infantil”, uma espécie de produção de imagens midiáticas sobre a infância, que explora esse mercado para o fortalecimento do consumismo e da produção de um referencial hegemônico na América Latina e no mundo. A “experiência geracional das crianças desse momento atual é vivida de forma distinta das gerações passadas” num mundo produtor de desigualdades, com o duplo jogo capitalista – de dar “visibilidade às crianças e suas misérias e da invisibilidade das condições econômicas que produzem a miséria” (CAMPOS, 2012, s/n).

Destacamos aqui a importância de refletir sobre as relações que são estabelecidas entre a tecnologia e o controle humano desde a infância e sua relação com a formação de uma subjetividade pautada no individualismo, no consumo, na exposição, o que afeta diretamente a saúde mental das crianças e de toda humanidade.

As crianças estão inseridas de diferentes formas no projeto do capital, através da cultura, da arte, da alimentação, do trabalho, do consumo, das tecnologias, da escola, entre outras, numa fusão que faz a formação na perspectiva da ideologia burguesa – para obtenção do lucro, do distanciamento do conhecimento propriamente dito, da humanidade, do controle dos corpos, corações e mentes. Interessa ao capitalismo produzir um ser cada vez mais alienado de sua condição humana, para que seja possível a sua expropriação total para os interesses do capital.

Em tempos da *era digital*, o capitalismo, para garantir a expropriação contínua da força de trabalho humana, precisa do tempo do humano conectado às redes sociais, controlando suas emoções, sentimentos e estimulando o uso frenético e acesso de informações por meio de mensagens diretas e rápidas, tirando a centralidade do conhecimento, da história, da criticidade.

Já são visíveis os impactos que o uso demasiado das redes sociais pode causar na vida humana. Incidem na saúde mental das pessoas, no descrédito a projetos emancipadores, no fortalecimento de ideias ultraconservadoras, na falta de tempo para as relações sociais e outras atividades. Apesar de ainda não termos a real compreensão de todos esses impactos, percebemos como eles afetam diretamente a formação das crianças. Seria ingênuo pensar que no projeto capitalista as crianças estariam isentas dessa fatura. A única formação que o capital

pode oferecer para as crianças das classes populares é o de “controle” de sua subjetividade, objetivando para serem explorados e dependentes da sociedade de classes.

Vale ressaltar que as tecnologias são importantes, desde que não se tornem um vício e nem dominantes e que estejam a serviço da humanidade, não para destruir as relações humanas, pois o contato entre os familiares, amigos, a discussão política, a brincadeira, a criação, tem sido mediado quase que exclusivamente pelas tecnologias. A crise sanitária por nós vivenciada na atualidade, aprofundou e acelerou, e muito, a “virtualização” das relações sociais, incluindo os processos formais de escolarização.

1.3 A Pedagogia do Capital e a formação da infância no Brasil

A pedagogia do capital é uma estratégia de dominação que tem como formuladores “intelectuais orgânicos, singulares e coletivos do capital” que educam para o consentimento da sociedade e a conformação moral e intelectual nos marcos do capitalismo, produzindo a denominada “pedagogia da hegemonia” (MARTINS; NEVES; 2012, p. 538-339). Para Neves (2005), a pedagogia da hegemonia no Brasil atua diretamente com ações concretas na esfera pública estatal e envolve adaptações no sentido da civilidade, da cultura e da moralidade, sendo a “escola-educação” o lugar mais importante de atuação e controle da pedagogia do capital.

O papel da educação na pedagogia do capital sempre cumpriu duas funções, de preparar a força de trabalho e de criar consenso social. A nova pedagogia da hegemonia como afirma Neves & Sant’Ana (2005), avança com a intencionalidade de educar o indivíduo para a competitividade, ser consumidor de “coisas fúteis”; empobrecer o conhecimento produzido historicamente; acessar uma tecnologia que está a serviço do capital, com o controle social exercido por meio da comunicação de massas e da indústria cultural. Uma imposição e “concentração da expressiva parcela da difusão de dados, sons e imagens na América Latina, nas mãos de um reduzido megagrupo” (MORAES, 2011, p. 35).

Para compreensão de como a subjetividade da pedagogia do capital atua na formação ideológica desde a infância, destacaremos reflexões sobre a atuação do agronegócio na educação pública, na cultura e na comunicação, com foco definido para a agricultura. Os intelectuais do agronegócio divulgam nas escolas públicas suas concepções de sociedade, de campo, produção de alimentos, educação ambiental, que colidem com as estratégias educativas do Movimento Sem Terra, em especial envolvendo as crianças Sem Terrinha, foco desta tese.

A educação como formadora da classe trabalhadora para educar o consenso na sociedade desde a concepção da pedagogia da hegemonia, segundo Neves (2005), altera-se ao longo do tempo. No período de dominância do “fordismo e americanismo”, até o final da década de 1970, a configuração do Estado, ao menos nos países do capitalismo central, era distinta. Naquele momento, o Estado, em certa medida, garantia um alargamento da “cidadania político-social” determinando a elaboração de um “novo tipo humano”, adaptados para esse padrão organizacional do trabalho, concebendo o Estado, denominado então de bem-estar social, num ciclo de expansão do capitalismo mundial, que se apresentava no sentido de reproduzir políticas de garantia de acesso a alguns direitos aos trabalhadores europeus e estadunidense.

A América Latina não viveu o fordismo europeu, mas uma dura realidade de ditaduras, repressões, violências e espoliação, que reflete ainda hoje nas condições dadas à vida das crianças da classe trabalhadora da região. Não teve uma ampliação da política, foi seletiva, desigual gerando uma ilusória harmonia na convivência social capitalista. A estratégia da pedagógica do capital estava sintonizada com a construção desse ideário, dando a “falsa ideia de distribuição de riquezas”, evitando a adesão da classe trabalhadora aos ideários socialista (NEVES; SANT’ANNA; 2005, p. 29-30).

Em linhas gerais, a pedagogia da hegemonia nos tempos de fordismo e “americanismo” se constituiu em um alargamento da cidadania político-social, de modo a impedir que o nível de consciência e de organização das classes dominadas ultrapassasse o segundo momento econômico-corporativo das relações de força política. Foi assim que os partidos revolucionários que atingiram o nível ético-político de consciência coletiva foram se transformando, especialmente na Europa, em social-democratas, hegemonizando, sob a batuta do capital, a classe trabalhadora. O sindicalismo clássico foi dando espaço ao sindicalismo de resultado, reduzindo o nível de consciência coletiva do segundo momento do grau econômico-corporativo para o primeiro momento, quando se desconhece a unidade entre o específico e a classe social (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 31).

Com o fim da Guerra Fria, as lutas e algumas conquistas da classe trabalhadora europeia, sob o Estado de bem-estar social, se constitui como uma luta internacional contra a ordem hegemônica. Com a nova social-democracia mundial, o sistema capitalista dá uma nova função ao Estado burguês, com novos formatos de seu papel educador, dando origem ao Estado neoliberal, deixando de ser “produtor de bens de serviço para ser provedor de serviços para os excluídos” (idem, p. 32-33).

A nova pedagogia da hegemonia segundo os autores, atua num movimento de *repolitização da política* com três traços definidores: primeiro estimulando um tipo de “participação, incentivando soluções de caráter individual”, que aparentemente se constitui como “atuação na sociedade”, não representando consequências para a hegemonia burguesa e

produzindo um “modelo novo de cidadania”; segundo atuando para o “desmantelamento e/ ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora”. Desde a precarização do trabalho à desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como da desmobilização do sujeito político coletivo, restringe o nível de consciência política e coletiva e estimula a pequena política representada nos projetos de conformação social; o terceiro se fortalece com a fragmentação de classe, produzindo as *subclasses*, para não adesão do movimento organizado. Se apropriando de pautas identitárias, particulariza a luta social, sendo ele, o sistema capitalista, o principal responsável pelas desigualdades sociais (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 34-36).

Nesse movimento da pedagogia do capital, o trabalho é uma categoria importante para a análise do lugar da criança na sociedade de classe, compreendendo a sua dupla dimensão social: “ontológica e histórica ou criador e alienador”. Sendo que a dimensão ontológica representa a chegada histórica do ser humano em sua totalidade na capacidade produtiva, rompendo os limites dominantes e seus propósitos de separação do trabalho manual do intelectual, dominando a natureza em sua totalidade, sendo a essência humana a centralidade da vida. O trabalho como atividade ontológica, desde sua relação com a necessidade humana, e não da produção de mais valia, na formação omnilateral que abre possibilidade para o conhecimento já produzido pela humanidade, se relaciona com outro projeto de sociedade (MANACORDA, 2010, p. 84-100).

É possível visualizar experiência do trabalho como princípio educativo contrapondo o trabalho unilateral desde as práticas sociais e populares, que mesmo nas condições dadas pelo sistema capitalista é uma forma de fazer contraposição. Porém, sob a pedagogia do capital, refere-se ao trabalho alienado e hegemônico desta forma social.

A relação do trabalho na sociedade de classes se apresenta com alta taxa de desemprego, e no caso do Brasil com a pandemia, os dados que já eram alarmantes, representam um quadro de barbárie social em que vive o povo brasileiro. Nos dados apresentados pelo IBGE¹⁶ no primeiro trimestre de 2021, em relação às pessoas com idade para o trabalho, são 14,8% de desempregados e 6% de desalentados¹⁷, sem mencionar as condições de trabalho e as perdas dos direitos trabalhistas para aqueles que estão empregados. A condição da criança, certamente, será de mais vulnerabilidade.

Nas pesquisas sobre trabalho e saúde, Dejourns (2008) destaca a luta dos trabalhadores contra o “sofrimento engendrado pelos constrangimentos do trabalho”, reafirmando a

¹⁶ Disponível em: Desemprego | IBGE Acesso em 29 de julho de 2021.

¹⁷ Pessoas que desistiram de procurar trabalho, seja pelo valor gasto por essa procura, idade, por não ter retorno, desestímulo, desânimo e falta de expectativa – sofrimento.

necessidade de saídas coletivas para a saúde mental, pois os constrangimentos trabalhistas tornam os trabalhadores cada vez mais sós, ficando mais difícil suportar as injustiças. Dejours (2008) ressalta que todas as patologias ligadas às questões do trabalho estão voltadas para a “patologia da solidão, onde desaparece a solidariedade e se assiste uma despolitização global” (DEJOURS, 2008, p. 18-19).

A tese conhecida como a “centralidade do trabalho” mostra que o trabalho desempenha um papel essencial na formação do espaço público, pois trabalhar não é tão-só produzir: trabalhar é ainda viver junto. Ora, viver junto não é produto de geração espontânea; pressupõe uma atenção em relação ao outro, um respeito pelo outro e contribuições extremamente complexas por parte de todos, na luta contra o poder dos interesses privados. O trabalho é mesmo, certamente, o *locus* principal em que se realiza o aprendizado da democracia. Mas, se a renovação do viver junto fracassa, então o trabalho pode se tornar uma perigosa força de destruição da democracia e de difusão do cinismo e do cada-um-por-si. (DEJOURS, 2008, p. 20).

A banalização dos comportamentos gera disputas e desconfianças entre colegas, sendo o trabalho um fator que piora a saúde mental, porém, o emprego para quem está desempregado pode levar para um plano de melhora. É a “dialética do trabalho”. Isso se reflete nas condições das mulheres e homens que, mesmo com a precarização, estão em mais bem estado de saúde mental daqueles que não tem o trabalho. O trabalho pode ser um medidor de emancipação, e não somente de alienação, a exemplo das relações da inserção e luta das mulheres no trabalho, “emancipa-se da dominação exercida sobre elas pelos homens” (idem, p. 22).

O processo de globalização tem definido intensas transformações no mundo do trabalho. Para Lancman (2008), a crescente entrada de mulheres nesse cenário é um dos fatores que contribui para “redefinição das relações entre capital-trabalho” (LANCMAN, 2008, p. 27).

A flexibilização dos contratos de trabalho, favorecendo formas como o trabalho informal, terceirização de serviços, trabalhos temporários, como autônomo, subcontratos, trabalho intermitente etc., aprofunda a precarização do trabalho, por meio das perdas dos direitos trabalhistas, previdenciários, incluindo novos modelos “flexíveis” de regulação, como o gerencialismo. O que impõe aos trabalhadores e trabalhadoras “a ‘escolha’ do mau trabalho ou trabalho nenhum” (Idem, idem, p. 28).

Muitos autores discutem a centralidade do trabalho no mundo social, sua importância nas relações sujeito/sociedade e na constituição do próprio sujeito. O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou vender sua força de trabalho em busca da remuneração. Há também uma remuneração social pelo trabalho, ou seja, o trabalho enquanto fator de integração e determinação do grupo com certos direitos sociais. O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como

reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade. (LANCMAN, 2008, p.31).

A relação trabalho e infância está intimamente ligada às relações geracionais das condições de trabalho dos adultos e responsáveis pelas crianças. Num contexto de precarização do trabalho, da perda do *status* social e da degradação da condição salarial, o trabalho é “o maior fator de produção de sentido para a integração social” (Idem, idem, p.31-32), o que impacta nas condições estruturais e psíquicas da criança.

1.3.1 O agronegócio e a educação das crianças

A educação, como instrumento de poder ideológico dominante, desde a colonização, vem formando uma concepção de indivíduos e de mundo para manutenção da sociedade de classes. Ela não está desassociada do contexto histórico, sociocultural e econômico, principalmente na atualidade a educação é um instrumento ideológico em disputa pelo capital. No Brasil a educação vem se tornando uma mercadoria importante para o negócio do projeto capitalista, com a intensificação das investidas do empresariado na educação pública.

Não é nova a atuação dos empresários na educação, porém nas últimas décadas a forma de articulação e inserção na educação pública apresentam novas características. Importante ressaltar que o movimento de empresários compõe a nova pedagogia da hegemonia pautando-

se por buscar resultados e metas, por meio de avaliações em larga escala e na pedagogia das competências, com objetivo de conduzir a formação destinada a atender as exigências do mundo do trabalho do século XXI¹⁸. Esse movimento tem por foco a educação pública, tendo como mantenedores¹⁹ e apoiadores os principais interessados na fonte de lucro e de disseminação da ideologia dominante.

18 A crítica sobre a pedagogia das competências pode ser vista em Marise Ramos; Acácia Kuenzer; Gaudêncio Frigotto; Newton Duarte.

19 Mantenedores do Todos pela Educação: Associação Crescer Sempre, Daniel GOLDNER, Família Kishimoto, Fundação Bradesco, Itaú Social, Fundação Lemann, FLUPP, Fundação Maria Cecília Solto Vidigal, ProFuturo, Fundação Vale, GOL Linhas Aéreas, Instituto MRV, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto UNIBANCO, Itaú Educação e Trabalho, Movimento Bem Maior, Milu Villela, Prisma Capital, Scheffer. Apoiadores: Arredondar você faz a diferença, Burger King, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Roberto Marinho, Instituto ACP, Instituto CSH, Instituto Cyrela, Instituto Votorantim, Jair Ribeiro, Marina Arnhold Moderna, PATRI, Persio Arida, Shouder, SUZANO. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/#quem-apoia> Acesso em: janeiro de 2021.

No Brasil sua maior expressão, devido ao alcance e entidades agrupadas, reside no movimento do Todos Pela Educação – TPE, composto por diversos grupos de empresários, dentre os quais os do agronegócio. Compreendendo que as relações capitalistas não se restringem somente ao território nacional, mas é global, o TPE influencia na América Latina como um todo, compondo a *Red Latinoamericana por la Educación* – REDUCA, formada por 14 países da América Latina e lançada em Brasília, em 16 de setembro de 2011, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo informação no site da REDUCA²⁰, a Rede tem por compromisso público e comum “participar ativamente e contribuir com seus governos para que toda e cada criança e jovem da região possa exercer plenamente o seu direito humano a uma educação inclusiva e de qualidade”.

Influenciando, controlando e determinando ideologicamente e economicamente a educação desde a esfera pública e privada na América Latina, esses organismos atuam na sociedade civil, por meio de diversas organizações sociais, fortalecendo a educação como mercadoria, a sociedade como clientes e o corpo docente ainda mais precarizado, explorado e condicionado a seguir a cartilha da pedagogia do capital para não perder o emprego.

A educação como estratégia no projeto do capitalismo é uma frente importante para acumulação do capital e disseminação da ideologia dominante. Colocaremos em destaque neste texto, as estratégias que vem sendo utilizadas para a formação das crianças da classe trabalhadora e as ações dos empresários que se objetivam na fusão entre agricultura, educação, cultura e comunicação, uma concepção fortalecida através das ações conjuntas da indústria cultural e da comunicação de massas, com o objetivo de fortalecimento do agronegócio como principal projeto de agricultura para o Brasil.

Porém, esse projeto não é incorporado sem resistência e problematização no campo da educação pública, por parte da categoria dos professores e dos movimentos sociais e sindicais. Diante da sociedade de classes, esses sujeitos muitas vezes são questionados socialmente por não atenderem o projeto do capital, são criminalizados e considerados *doutrinadores* da ideologia da esquerda brasileira.

O TPE, atuando como sociedade civil e representante dos interesses do empresariado, defende a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que iniciou seu debate em 2015, avançando numa segunda versão em 2016 e homologação da terceira versão no MEC, em 2017. A BNCC não representa um debate e construção coletiva da categoria docente, é

20 Países que compõe a REDUCA: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana. Disponível em: <https://reduca-al.net/pt/nosotros> Acesso em: janeiro de 2021.

produzida no movimento de golpe no Brasil e sua perspectiva é de intervenção do empresariado na educação pública. A contradição do capital no cenário educacional, no campo conservador e ultraconservador, tendo a atuação do TPE como principal representante da educação da classe burguesa no Brasil, ao mesmo tempo que defende a BNCC, é contrário ao projeto Escola Sem Partido. Ou seja, existe certa “divergência” entre a burguesia, mas tem confluência, acordo e unidade na acumulação do capital, na criminalização e ataques à determinada categoria de trabalhadores e trabalhadoras da educação. Os ataques e criminalização são recorrentes, considerando que a categoria docente, por ser formada nas escolas e faculdades de formação de professores nas universidades públicas no Brasil, tem suas historiografias apontadas como “esquerdistas” na formação dos estudantes, atacando diretamente as áreas de História e Geografia, tirando a importância desses conhecimentos para a formação humana.

O fato do agronegócio ser questionado sobre as queimadas, o uso intensivo de agrotóxicos, o desmatamento, entre outras práticas que se acentuam no atual governo, escancaram a coragem de intelectuais orgânicos²¹ do capital apelarem, via redes sociais, para pedir que a educação brasileira “*respeite o agro*”, defendendo que agricultura do “*passado, não é só escravidão*” e fazendo uma crítica ao livro didático utilizado no Colégio Anglo, que faz referência à agricultura no período colonial. Como se agricultura “moderna” não tivesse relação com o passado, como se o povo brasileiro não tivesse a representação da história do Brasil na vida cotidiana, como se os povos indígenas, quilombolas, da floresta, Sem Terra, entre outros, não vivessem num contexto de conflitualidade no campo, de extermínio desses mesmos povos originários e os das periferias, das desigualdades estabelecidas em nome da propriedade privada, da exploração e concentração de riquezas.

A luta e resistência pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade é histórica e continua sendo referência frente as imposições do capital na educação. A grande questão é como unificar a luta por uma educação brasileira em prol de um projeto da classe trabalhadora, para a classe trabalhadora. Assim como o SUS é uma luta fundamental para as classes populares, a educação pública e gratuita é um campo de disputa e de interesse da classe.

21 Francisco Graziano é engenheiro, professor e fundador do PSDB. Atuou em vários espaços públicos no Governo Fernando Henrique Cardoso e outros. Foi deputado federal e se afastou do PSDB para apoiar a campanha do atual Governo Jair Bolsonaro. Faz uma crítica nas redes sociais em relação ao material didático do Colégio Anglo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Svll6uqCMrA&feature=youtu.be> acesso em: fevereiro de 2021.

No Brasil, território de maior concentração fundiária, os conflitos por terras compõem a história da questão agrária brasileira. A base de sustentação do projeto hegemônico do capital para a agricultura – o agronegócio – está alicerçado na concentração fundiária, na propriedade privada e na superexploração do trabalho. A estratégia do agronegócio na fusão campo e cidade, considerando “tudo” como produção do “agro”, se apropriando das diferentes experiências da agricultura familiar, nos coloca uma questão: qual o papel que as instituições do agronegócio têm cumprido na educação dos filhos da classe trabalhadora do campo e da cidade?

Em relação ao campo brasileiro, é necessário compreender o lugar da educação dos trabalhadores e da ideologia dominante, representada atualmente pelo agronegócio:

O Estado cumpre papel fundamental de sustentação deste setor, sendo que, além dos elevados financiamentos, é parceiro na divulgação da imagem que o agronegócio constrói de si mesmo, permitindo a existência de tais projetos educacionais nas escolas públicas e transferindo às empresas a tarefa de educar/adestrar a classe trabalhadora (CHÃ; VILLAS BÔAS, 2015, p.103).

O papel educador das empresas do agronegócio avança no Brasil com o apoio do Estado brasileiro, disseminando a ideologia dominante desde a educação, cultura e comunicação, numa parceria entre municípios, estados e Governo Federal, com a “organização política do agronegócio” e as empresas associadas ao capital que propagandeia a ideologia do mesmo. O agronegócio é apresentado como se fosse o único “responsável” pela produção de alimentos e pelas altas na balança econômica e comercial no Brasil. Para Alentejano (2021), existem controvérsias no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do agronegócio que cresceu 24,31% entre 2019 e 2020, enquanto o PIB do país caiu 4,1%, elevando o “bom” desempenho do agro para a economia brasileira. Ao mesmo tempo em que se apresenta o “bom desempenho” do agro, cresce a taxa de desemprego, aumenta a fome e as desigualdades sociais no país. Para o referido estudo, o crescimento do agronegócio está longe de ser uma “boa notícia”, pois o resultado ele se deu em função da alta dos preços dos alimentos e da devastação da natureza para a expansão de monoculturas, sendo apenas as grandes corporações transnacionais a usufruir desse crescimento econômico no Brasil (ALENTEJANO, 2021, p. 1-4).

No caso da educação, uma das intervenções ocorre diretamente na escola pública desde a formação dos docentes até as crianças, jovens e adultos. Em geral, elas se realizam por meio de projetos das empresas privadas em parcerias com os municípios. Essa intervenção na esfera pública nega os processos históricos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, rejeitando a existência de seres pensantes e construtores da

educação no Brasil, bem como a existência dos movimentos sociais que denunciam permanentemente a intervenção violenta dessas empresas no campo.

Lamosa²² (2016) em seus estudo e pesquisas, apresentou em sua tese, como o agronegócio atua na educação brasileira. Principalmente por meio de um discurso ambientalista, esse setor se junta a outros setores, que também fazem apelos a essa questão, e passam a atuar com programas ambientais nas escolas públicas. No entanto, se desenvolvem a partir de uma perspectiva não crítica da educação ambiental, a qual passa longe das principais causas da degradação ambiental: a exploração do trabalho e da natureza pelo capital e seus representantes.

O estudo realizado com foco na análise do Programa do Agronegócio na Escola, existente desde 2001, é um dos programas educacionais da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, implementado na região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. O programa é vinculado às prefeituras, com o objetivo de “levar o conceito do agronegócio para a sala de aula”, capacitar professores e direcionar a educação pública para os interesses da agricultura do capital. Pelos dados apresentados no site da Associação (2019), o Programa Educacional Agronegócio na Escola²³, no período de 2001-2019, atingiu 255.651 alunos, 3.307 professores e 108 municípios, num total de 592 escolas da região. Vale ressaltar que o envolvimento do agronegócio com a educação no Brasil não está somente nessa região, mas existem outros braços da ABAG intervindo na esfera da educação pública em diversos estados como no Paraná, Maranhão, Pará, Espírito Santo e Bahia²⁴.

Destaca Lamosa (2016) que a ABAG, é um *tipo novo* de organização da classe dominante, difundida no Brasil desde os anos de 1990, cumprindo o papel de reorganização do Estado e da “liberação da economia com forte transferência na responsabilidade das políticas públicas e sociais para o setor privado”:

[...] o novo tipo de organização passou a mobilizar, a organizar e a representar diferentes frações do capital: agrário, comercial, industrial e financeiro. [...] A capacidade de mobilizar da organização do tipo novo não é o único fator que a difere do tipo tradicional de representação. A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias a montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores,

22 Para saber mais, consultar pesquisa doutoral sobre o programa do agronegócio na escola pública 2016 e o livro “Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas”.

23 Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola> Acesso em: janeiro de 2021.

24 No livro “Hegemonia Burguesa na Educação Pública: problematizações no curso TEMS (IPSJV/Pronera)” há um conjunto de pesquisas que analisaram criticamente algumas ações educacionais de empresas do agronegócio. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/hegemonia-burguesa-na-educacao-publica-problematizacoes-no-curso-tems>

distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços (LAMOSA, 2016, p. 107)

O agronegócio, com a expressão “do lado de dentro da porteira”, busca dar o significado da produção agrícola (soja, cana, milho, laranja, eucalipto, minérios etc.), e com a expressão “da porteira para fora”, se refere à grande produção agroindustrial, em concordância de que o agronegócio “representa diferentes frações do capital: agrário, comercial, industrial e financeiro”, atuando também na educação, cultura e comunicação. De acordo com Loureiro e Lamosa (2014), a ABAG se constitui como “partido” ou “príncipe moderno” cumprindo com a organização e direção moral e política à classe dominante (LOUREIRO; LAMOSA, 2014, p. 534):

O objetivo do partido do agronegócio foi formular e mobilizar, difundindo os interesses do conjunto das frações agrárias mais modernas do Brasil, além da unidade entre estas e outras frações da classe dominante, no interior da sociedade civil. A ABAG está longe de ser apenas uma organização dos proprietários rurais. Desde sempre, seu objetivo foi aproximar a organização das grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, membros das frações industriais e, principalmente, financeiras (Idem, idem, p. 538).

Ao longo das últimas duas décadas, a ABAG tem alguns “braços pedagógicos” pensantes para o agronegócio, representados pelos institutos “PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), e pelo Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além de outros institutos” (LOUREIRO; LAMOSA, 2014, 539-40).

A educação, além da formação dos docentes e estudantes, atua também na produção dos materiais didáticos para as escolas públicas no Brasil, fortalecendo a sua ideologia de mercado, de exploração dos bens naturais e do próprio ser humano. Bem como reafirmando a ideia positiva do uso de veneno.

O agronegócio não representa compromisso com a educação pública brasileira, seu compromisso é a de transformá-la em mercadoria para que as frações da classe trabalhadora acessem o ensino precarizado e condicionado ao projeto imperialista. São muitos os exemplos do projeto destrutivo na educação, com atuação do agronegócio; um desses exemplos, podemos sinalizar com o fechamento de mais de 80 mil escolas do campo²⁵ no Brasil, nos últimos 21 anos (ALENTEJANO; CORDEIRO, 2020). Já em 2014, a consigna das crianças Sem Terrinha na visita ao MEC, anunciavam: “o agronegócio fecha as escolas do campo, fechar escola é crime!”

25 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos> Acesso em: novembro de 2019.

Num cenário de luta e resistência dos povos do campo para conquistar espaços e debates sobre a Educação do Campo, com pensamento vinculado às práticas sociais, que contrapõem as práticas do agronegócio, importante refletir, que significado e sentimento representa o fechamento de mais de 80 mil escolas públicas do campo no contexto atual para o povo brasileiro?

A realidade da classe trabalhadora no campo, historicamente, é de violência e falta de acesso à mínima infraestrutura. A luta pela terra e a resistência para sobreviver no campo compõem a história das famílias desprovidas dos direitos a terra, do trabalho, da moradia, da alimentação e da educação desse país. Com o projeto vigente na atualidade, com o predomínio da agricultura de mercado e a inter-relação e apoio da estrutura do Estado burguês, embora a agricultura familiar, composta por famílias ribeirinhas, assentadas da reforma agrária, quilombolas, dos povos originários, meeiros, arrendatários, responsáveis por 70% da produção de alimentos no Brasil, esses trabalhadores e trabalhadoras enfrentam uma negação de direitos e incentivos para permanência no campo.

Para continuar sobrevivendo, precisam lutar permanentemente para obter acesso às políticas públicas de créditos agrícolas, de conquista da terra e na luta contra a criminalização dos povos que vivem e querem permanecer no campo. Já os empresários do grande capital que produzem commodities (eucalipto, soja, cana-de-açúcar, milho...) matéria prima para exportações, têm grandes investimentos e financiamentos apoiados pelo Estado.

Outro exemplo do tipo de descompromisso do “agro” com a educação brasileira está presente no fato alarmante ocasionado na escola rural, no município de Rio Verde, Goiás, que sofreu pulverização aérea com agrotóxico, deixando 29 crianças e oito adultos intoxicados e com problemas de saúde que seguirão para a vida toda. Infelizmente, não é um fato isolado, sendo o Brasil um país líder em consumo de veneno.

O documentário brasileiro de Dagmar Talga “Pontal dos Buritis: brincando na chuva de veneno (2013)²⁶”, apresenta uma realidade vivida concretamente no campo brasileiro, sob o projeto de agricultura do agronegócio. Do direito à educação pública no campo e dos impactos da pedagogia do capital numa direção da pedagogia da “destruição e morte”, como se refere Aparecida Tavares dos Santos “[...] se o mundo do trabalho é o mundo da morte, a pedagogia para o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo é a pedagogia da morte. Neste quadro, consideramos a pedagogia do mercado também como pedagogia da morte” (SANTOS, 2012, p. 6).

26 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg> Acesso em: 12 de junho de 2015.

No caso da escola, onde as crianças “brincam na chuva de veneno”, a intoxicação da infância e professores, não é sinalizado como um problema para a empresa agroquímica *Syngenta*²⁷. Segundo as informações do Site, a pulverização é para *combater as pragas*. O sentido de pragas, nesse caso, pulverizando uma *escola pública e do campo*, território que tem sofrido uma profunda criminalização no Brasil, é uma questão a ser pensada.

A realidade da escola do campo, para além da precarização e do projeto de fechamento, com o avanço das monoculturas e o uso corriqueiro e intensivo de agrotóxicos, não considera os impactos destrutivos ocasionados nas vidas dos que vivem no campo e muito menos a realidade dos povos do campo. A prática da pulverização aérea nas plantações do agronegócio tem causado profundos problemas para a natureza e a saúde humana.

Diversos estudos²⁸ e instituições vêm alertando sobre a importância do combate e a compreensão do uso de agrotóxicos como causadores de doenças crônicas, além dos impactos da pulverização intoxicando escolas rurais e famílias do campo, bem como a terra, a água e o ar. Fora a venda de uma produção de alimentos intoxicados/envenenados para a sociedade como um todo.

Defender uma política agrícola com produção agroecológica e orgânica da agricultura familiar e camponesa é o projeto que vem sendo construído desde os movimentos sociais e populares para a sociedade do campo e da cidade. O MST vem alertando em diversas campanhas, nas grandes e pequenas feiras da reforma agrária, nos armazéns do campo, nas redes sociais etc., que “alimentar-se é um ato político” e direito de toda a humanidade.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida²⁹ no Brasil, nos alerta que “o uso dos agrotóxicos está diretamente relacionado à atual política agrícola do país, adotada desde a década de 1960”, que fortalece a concentração das seis grandes empresas transnacionais: “Monsanto (EUA), Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Dupont (EUA), DowAgrosciences (EUA) e Basf (Alemanha). Atualmente, três fusões devem concentrar ainda mais o mercado: Dupont e Dow, ChemChina e Syngenta e Monsanto e Bayer”.

Outro exemplo da prática do “agro” foi o despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, no sul do estado de Minas Gerais, em plena pandemia. A primeira estrutura destruída pelo agronegócio nessa ação foi a escola. Nada pode causar mais temor à burguesia do que seres humanos pensantes da classe trabalhadora, nada pode causar mais

27 Disponível em: <https://www.syngenta.com.br/pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-e-perigosa> Acesso em: Janeiro de 2021.

28 Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/44300> Acesso em: março de 2019.

29 Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/> Acesso em: Janeiro de 2021.

indignação na sociedade do que ver seres humanos serem arrancados de suas raízes em nome do capital. Ver uma escola sendo destruída e as crianças e educadoras/es salvando os livros das máquinas que não pensam, que não sentem, mas são conduzidas por humanos, é revoltante! Como deve ser trágica a vida desses motoristas que conduziram as máquinas para destruir a escola, as casas das famílias e plantações. O que está em questão é a propriedade privada, a destruição da história social e política das classes populares que rompem com a subordinação do capital e ousam fazer história. A escola da classe trabalhadora, no contexto atual do Brasil, representa um espaço de disputa, de resistência na luta de classes desde a infância.

A escola pública, nos espaços organizados pelo MST desde a sua origem, vem se revelando com potencial significativo de luta, a partir das mobilizações infantis das crianças Sem Terrinha; das mobilizações dos estudantes secundaristas e professores das escolas urbanas em diferentes estados; da luta permanente dos trabalhadores da educação na defesa da educação pública etc. Um movimento de crianças, jovens e adultos fazendo a luta pelo direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade e disputando com o empresariado a “escola pública”, ao mesmo tempo em que a mídia burguesa criminaliza e dissemina ideias para a desqualificação e enquadramento desses sujeitos políticos denominando-os como “invasores” por ocupar e defender os espaços públicos conquistados com muita luta.

A luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, requer pensar também a alimentação como *direito político*, uma cultura que não esteja a serviço da indústria do capital. Para Chã³⁰ (2018), o agronegócio por meio da “publicidade, da propaganda” e do “marketing cultural”, atua nas comunidades rurais, através de suas entidades e empresas para construir sua hegemonia na produção de uma “imagem de campo e de Brasil bem-sucedido”.

É frequente o envolvimento das empresas do agronegócio no campo artístico: temos empresas de veneno organizando festivais de música, produtoras de transgênicos financiando sessões de cinema e oficinas culturais para jovens, grandes empresas de celulose ou de cana-de-açúcar patrocinando orquestras sinfônicas ou corais de trabalhadores (CHÃ, 2018, p. 17).

Em sua pesquisa, Chã recupera o papel decisivo da Indústria Cultural na implantação da Revolução Verde no Brasil, com as publicidades veiculadas na Rede Globo, criada em 1965, que compactua com a política de agricultura conservadora da ditadura empresarial militar. Atualmente para o agronegócio, a cultura tem como principal interesse a economia e a política, transformando a dimensão cultural em um propósito meramente mercadológico,

30 Para saber mais ver pesquisa de mestrado de Ana Manuela Chã e o livro “Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia” (2018).

afetando e ameaçando diretamente as comunidades camponesas e tradicionais, a partir da “perda de suas identidades” e da “desmobilização social” (CHÃ, 2018, p. 30).

Assim como na educação, as propostas culturais da iniciativa privada se consolidam por meio das políticas públicas, especialmente pela Lei Rouanet³¹, sendo o campo um lugar que sempre conviveu com a inexistência destas políticas públicas de cultura. Essa articulação público-privada abre grandes precedentes para empresas apresentarem seus projetos com apoio, logística dos órgãos locais e com recursos públicos. O “agronegócio e a indústria cultural” são, em suma medida, a continuação do projeto neoliberal, que tem o Estado como gerenciador de seus projetos. Já as populações do campo, “expropriadas dos seus meios de produção agora o são do seu modo de vida” (CHÃ, 2018, p. 184).

A respeito da atuação do agronegócio na comunicação, Nóbrega e Bandeira (2019), apresentam a conexão entre ambas, que denominam de “duas monoculturas que se conectam”. Para as pesquisadoras elas estão interligadas pela concentração da propriedade e destacam-se os interesses da fusão no sentido de aprofundar a ideologia dominante na formação do povo brasileiro.

Sutilmente, a propaganda do agro apresenta-se como progresso e modernidade, ao mesmo tempo em que valoriza a colonização, como veicula a propaganda “Cana é Agro”³², que retoma imagens do período colonial, apresentando a ideia de escravidão como algo importante para a história econômica do Brasil. A difusão do projeto de agricultura do capital como uma forma de transformar o latifúndio em algo moderno, positivo, que permite ao agronegócio uma produção ampla e invisibiliza as reais condições do campo brasileiro.

De acordo com Nobrega e Bandeira³³ (2019), “cinco grupos concentram mais da metade dos 50 veículos de comunicação” existentes no Brasil e parte destes, também são proprietários de negócios no setor agropecuário. O grupo Globo, por exemplo, é associado na Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG. Essas empresas se caracterizam por ter alta “concentração de audiência e alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências políticas, religiosas e econômicas”.

31 A Lei Rouanet 8.313, de 23 de fevereiro de 1991, como políticas físicas e jurídicas destina parte dos recursos que iriam para o pagamento do Imposto de Renda para o financiamento de obras artísticas e definidoras dos projetos governamentais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm Acesso em: janeiro de 2021

32 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_s9ShEqkvM Acesso em: fevereiro de 2018.

33 Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/> Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

O grupo Globo, como sócio da ABAG desde 2016, vem apresentando uma série de propagandas sobre o agronegócio com o slogan “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”, em que falsamente vincula toda a produção agrícola brasileira ao agronegócio. São vídeos de 40 a 50 segundos sobre diferentes temas que exaltam o agronegócio e vendem a ideia de uma conexão entre campo e cidade, de “conectar o consumidor com o produtor rural³⁴”, através da campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”.

Ao afirmar que o “Agro é Pop” trazem a dimensão do popular urbano, moderno, que tem relação com a produção de monocultura. Não é o caso da produção agrícola dos povos do campo, da agricultura familiar e camponesa, que garantem a sobrevivência e produção da vida com diversidade. Uma produção que exige dedicação de tempo, compreensão do clima, tempo, solo, uma relação permanente com a natureza. No “Agro é Tech” apresentam a ideia de superação do “atraso” no meio rural, pelo uso de tecnologia de ponta e agrotóxicos na produção das monoculturas. Porém, considerando que as tecnologias são importantes para o desenvolvimento humano, desde que esteja a serviço do bem comum, no projeto do capital são usadas para uma produção de alta escala para exportação, sem nenhum respeito pela natureza e seus ciclos. É uma agricultura que degrada o meio ambiente, polui rios e expulsa a população do campo de seus territórios em nome da propriedade privada.

Com o “Agro é Tudo” supervalorizam o agronegócio na junção do campo e da cidade, da fazenda e da indústria, isto é, se apresenta como um projeto único e moderno para agricultura, e “bom” para todas pessoas, ao mesmo tempo em que esconde conviver e se utilizar de métodos arcaicos na agricultura, por meio do trabalho escravo que, todavia, está presente na realidade brasileira. Ou seja, formas mais modernas e tecnológicas “convivem” com formas degradantes, análogo de trabalho e estão intrinsecamente imbricadas. O dito “moderno” se alimenta e expande seu lucro nessa simbiose, num movimento do desenvolvimento “desigual e combinado” do capitalismo. O agronegócio falseia a realidade ao apresentar em rede nacional uma agricultura que não é “atrasada” e deve ser o orgulho dos brasileiros, escamoteando a exploração do ser humano, crimes ambientais e tantas outras mazelas de sua autoria.

A relação entre grupos ruralistas com os meios de comunicação, é histórica, como nos apresentam Nobrega e Bandeira (2019):

As relações entre os grandes grupos de mídia brasileiros e o agronegócio são antigas. A Folha de S.Paulo, por exemplo, jornal impresso de maior tiragem do país, teve origem na Folha da Manhã S.A., empresa constituída em 1931 tendo em seu quadro de diretores e acionistas nomes como Otaviano Alves de Lima, que reforçou

34 Disponível em: [O que a mídia esconde quando fala "O agro é pop" - Outras Palavras](#). Acesso em: Janeiro de 2021.

a adoção de uma linha editorial voltada para os “lavradores de São Paulo”, como o jornal designava os proprietários de terras, principalmente os cafeicultores. Essas relações se mantiveram ao longo do tempo. De um lado, há aqueles que são, ao mesmo tempo, proprietários de terras e de veículos de comunicação. É o caso de João Carlos Di Genio, dono do Grupo Mix de Comunicação, responsável pela rádio Mix FM, sexta rede nacional de maior audiência. Além de ser o dono do Grupo Objetivo, um dos maiores grupos de educação privada no país, Di Genio tem cinco fazendas de produção de gado e reprodução de animais, em parceria com sua universidade, a Unip, e é um dos maiores proprietários de imóveis da cidade de São Paulo (NOBREGA; BANDEIRA, 2019).

No caso do grupo Globo [como já mencionado], é proprietário de nove dos cinquenta veículos de maior audiência no Brasil. O grupo organizado pela família Marinho também “é dono de fazendas e empresas de produção agrícola, como a Fazenda Bananal Agropecuária, as Fazendas Guara Agropecuária e a Mangaba Cultivo de Coco. A Globo Comunicações e Participações S/A é integrante da ABAG (NOBREGA; BANDEIRA, 2019).

Com essa fusão é possível visualizar que esses grupos “ao mesmo tempo, proprietários de terra, de veículos de comunicação e promotores de ações na área da cultura e educação” também disseminam a pedagogia do capital. Na apropriação das diferentes linguagens entre agricultura, cultura, educação e comunicação, eles propagam uma ideologia de agricultura voltada aos interesses do grupo vinculado à ABAG, como sendo um interesse comum de todas as classes sociais.

É nesse contexto de interesses dos representantes do capital que ocorre a fusão da agricultura, educação, cultura e comunicação numa conexão e implementação de uma “cultura industrial” de padronização desde a alimentação, do gosto, da escola, do brinquedo, das práticas culturais etc., em um mundo globalizado. Em particular, no que diz respeito às brincadeiras infantis, há uma direção mediada por aparatos tecnológicos que provocam o desaparecimento das brincadeiras coletivas, substituídas por brinquedos que passam a ser industrializados, assim como as relações sociais e humanas, de maneira a estimular e fortalecer o individualismo e o consumismo desde a infância.

Resistir ao mundo globalizado e valorizar a cultura popular, dando lugar à criação e ação da criança em vez da mercadoria que torna a brincadeira puro entretenimento e consumo. A relação com o brincar e a produção da brincadeira e do brinquedo é um processo que envolve o conhecimento da criança e a apropriação da mesma a partir de sua relação com a sociedade e “[...] não há dúvida que o brincar significa sempre libertação” da humanidade. Sendo a brincadeira uma dimensão humana, não pode ser considerada uma ação exclusiva da criança, pois elas “[...] criam para si, brincando, o pequeno mundo próprio”, sendo esse um momento essencial e necessário para o desenvolvimento social infantil (BENJAMIN, 2009, p. 85).

As crianças do campo vivem suas brincadeiras em meio à luta e resistência à conflitualidade produzida pelo latifúndio e o agronegócio. Vivem suas infâncias em territórios de conflito desde que a colonização europeia viu nas terras brasileiras possibilidades de exploração. Na atualidade, as crianças do campo vivem em um contexto entre o “atrasado” e o “moderno” do desenvolvimento capitalista. Elas se deparam com a precarização e negação do acesso às condições básicas para viver e enfrentam a violência operada pelo latifúndio e o Estado em nome “liberdade e igualdade” da propriedade privada.

A infância do campo, no caso as crianças Sem Terrinha, está na luta ativamente para ter o direito à terra como um lugar de vida, do cultivo e produção de alimentos saudáveis e do trabalho para a produção da existência humana, sem exploração. A luta pela reforma agrária no MST vai sendo gestado com participação popular, transformando o grande latifúndio em lugar habitado por povo organizado, que resiste coletivamente para criar, produzir e reinventar a história dos oprimidos, na luta por uma libertação revolucionária.

A terra, historicamente, sempre esteve em disputa e com o desenvolvimento do capitalismo e suas formas destrutivas, produzindo uma espacialidade política globalizada, o que para Harvey significa uma “destruição criativa da terra”, dessa maneira modifica as relações sociais em nome da acumulação do capital, concentrando a renda, riquezas, terras, recursos etc. E quando a paisagem geográfica não atender mais à demanda da acumulação do capital, “deve ser destruída e reconstruída com uma nova configuração” (HARVEY, 2012, p. 156).

Fazer o lugar, em particular o que chamamos de “casa”, é uma arte que pertence principalmente ao povo e não ao capital, assim como certos aspectos dos lugares que chamamos de cidades, são ferozmente disputados por desenvolvedores capitalistas para fornecer as infraestruturas físicas tão necessárias para ocorrer a acumulação. O significado mais profundo que as pessoas atribuem a sua relação com a terra, lugar, casa, práticas da habitação, está perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos dos mercados de terra e de propriedades. (Idem, idem, p. 157).

O projeto do capital, não tem a terra como lugar de habitat, no capitalismo tudo vira mercadoria. A conflitualidade agrária é uma realidade na vida das populações do campo. As crianças vivem no meio das disputas por terra, petróleo, minérios, territórios etc, produzindo uma espacialidade desumanizada, de desesperança, sem projeto social apresentado para as mudanças necessárias.

Essas ações impactam a vida das crianças do campo e se evidenciam pela exploração infantil, pelos abusos sexuais, a migração de famílias, o tráfico de crianças, a militarização, a destruição do conhecimento, os incêndios criminosos de casas, barracos, escolas, plantações,

matas. Também está presente nas nascentes dos rios envenenadas com agrotóxicos, para que as pessoas não possam utilizar a água, nos tratores que destroem as casas, barracos, escolas, a mando do latifúndio e do agronegócio. A atualidade mostra o preço da “liberdade” para a classe trabalhadora sob o capitalismo e a condição de exploração e obediência.

Mas a resistência dos povos do campo também está presente, produzindo uma contra-hegemonia na direção da necessária construção de outra sociedade. A relação com a terra e seu significado para as comunidades tradicionais e camponesas, tem a ver com a dimensão da vida, de casa, de vivência na natureza, da relação com o mundo, do tempo e de se habitar na terra-mãe, na *Pachamama*, como se referem os povos andinos. “A terra, ela é sagrada, nas mãos de quem trabalha a terra³⁵”, é um bem comum e para essas populações não é considerada uma mercadoria. A terra é o lugar de produção da vida, da existência e da produção de alimentos saudáveis, a relação com ela representa a vivência com princípios comunitários e esse comprometimento é que garante a resistência dos povos e a luta contra a concentração fundiária.

Como mencionado anteriormente, a conflitualidade e a violência compõem a história da questão agrária brasileira na vida das crianças e seus familiares. Em sua pesquisa sobre as crianças e a luta pela terra na Amazônia, Martins (1991) registra o massacre dos inocentes, das crianças sem infância no Brasil. O autor mostra como essas crianças, filhas de posseiros e camponeses, acompanham todos os processos vividos pelos pais e a comunidade em que estão inseridas, inclusive, os de violência na luta pela permanência e posse da terra.

[...] poucos dias antes de minha chegada, os grileiros revidaram e cometeram violências no povoado. Entre outras, prenderam e amarraram um dos posseiros sobre um formigueiro da chamada “formiga-de-fogo”, deixando-o ali várias horas. Essa violência foi presenciada pelas crianças, que a ela e a outras se referiram nas conversas que comigo tiveram. Antes disso, um grileiro tentara incendiar o povoado, com seus ranchos de barro e palha, onde moram centenas de famílias, num momento em que os pais estavam na roça e nas casas se encontravam apenas crianças e poucos adultos. Foram salvos porque o vento soprou na direção oposta, levando o fogo para outro lado (MARTINS, 1991, p. 57).

A vida das crianças do campo está condicionada à realidade da sua família e que, no caso dos posseiros, a relação se dava direto entre eles e os fazendeiros, numa disputa desigual e onde as crianças e mulheres certamente não tinham voz, nem visibilidade. A pesquisa de Martins (1991) proporciona para os estudos da infância do campo uma reflexão sobre as escolhas do pesquisador e pesquisadora referente ao sujeito da pesquisa, do valor dado aos “invisíveis da história”, como ele se refere, ou até mesmo o questionamento: por que as crianças e as mulheres não falam?

35 Trecho da música “Canto da Terra Sagrada”, de Paulo Amorim.

O estímulo a que as crianças escrevessem pequenos depoimentos, sobre a migração e o novo lugar, revelou uma grande vontade de falar, uma surpreendente informação sobre os acontecimentos e sobre os limites e possibilidades de suas vidas, além de uma discreta, mas clara, crítica aos adultos por excluírem-nas das discussões sobre o que estava acontecendo. Nas entrevistas gravadas, foram tímidas. Mas, confirmaram com mais clareza de expressão de amplo conhecimento das ocorrências. A fala das crianças, uma fala tristemente adulta, privada da inocência infantil que eu, ingenuamente, imaginava encontrar nelas. Fala de crianças habitualmente a serem empurradas, até pela violência, como narraram algumas, pelas estradas sem rumos e sem-fim, em busca de um lugar para viver, lentamente, e desde muito cedo, aprendendo na poeira dos caminhos que são estrangeiros na sua própria pátria (MARTINS, 1991, p. 58 – grifos nossos).

As crianças do campo, desde o direito à fala, sofrem com as marcas da escravidão. No caso das crianças “sem infância no Brasil”, o seu destino é marcado historicamente pelo trabalho e ter o direito à escola, educação ou saúde é algo muito distante da realidade, quem dirá ter infância.

As crianças são exploradas através do trabalho, violentadas psicologicamente e fisicamente, além de vivenciarem todo o processo de violências com seus familiares. Todas as violações dos direitos da criança são permitidas, inclusive o silenciamento da sua voz, do seu corpo, da exploração e abuso sexual, além da força do adulto sobre o “menor, delinquente, selvagem”, entre tantas outras expressões colonizadoras que se referiam e se referem à criança “trabalhadora”, do campo e da cidade.

Estudar a criança e a infância na luta pela terra é ter presente a ausência de documentos históricos em que ela vivencia o conflito agrário e tem seus direitos violados, o que representa marcas profundas na vida e na história do que os estudiosos da temática conceituam como infância.

O trabalho e a exploração da criança da classe trabalhadora é uma questão fundamental para ser refletida no capitalismo contemporâneo. Para Conde e Silva (2020), é necessário diferenciar o *trabalho infantil* da *exploração do trabalho infantil*. O primeiro pode ser confundido com qualquer tipo de trabalho e considerando a perspectiva ontológica, da atividade de produção e criação humana, o princípio educativo do trabalho para a construção de experiências coletivas e criativas, numa perspectiva de classe, não exerce a função de alienação e espoliação humana. Como princípio educativo, o trabalho, não sem limites sob as relações capitalistas, pode se desenvolver pela arte, nas escolas, nas produções agrícolas familiares que estabelecem outra relação com a natureza, como por exemplo, nas experiências coletivas do MST.

Já a exploração do trabalho infantil, tem uma relação direta com o projeto do capital desde a inserção das crianças nos processos de produção de capital, ocasionado pelas

condições dadas a sua família, num processo de alienação que não “revela o autor/autora do produto” e que pode ser “criança, mulher, deficiente, idoso” (CONDE; SILVA, 2020, p. 9). A exploração do trabalho infantil, ocasionada pelas desigualdades sociais que produz uma espacialidade de miséria, pobreza e extrema pobreza, são assuntos muito mencionados nas pesquisas de organismos internacionais. Esses mesmos organismos só não mencionam a *exploração do trabalho infantil*” como resultado do neoliberalismo e não faz parte do projeto capitalista acabar com a exploração. No mercado de trabalho do capital está incluso as diferentes idades, tanto do “trabalho visível” quanto do “invisível”, e as crianças, diferentemente dos adultos, tem na sua “experiência de vida, o martírio da servidão” (CONDE; SILVA, 2020, p. 9-12). Para os autores,

O Unicef presta um serviço em prol do ocultamento desse fenômeno, corroborando para a manutenção do *status quo* e a sua confusão epistemológica/etimológica entre os termos “trabalho infantil” e “exploração do trabalho infantil”. Dito dessa forma, não seria nenhum exagero admitir que a repercussão dessa confusão conceitual e ideológica passa a incidir sobre a produção de políticas públicas e sociais, cujos respectivos programas e ações governamentais, ditos de “cidadania e inclusão social”, na maioria das vezes, estão impregnados de uma lógica precária, emergencial, clientelista e até filantrópica (Idem, idem, p. 12).

Os referidos autores consideram que para a erradicação da exploração do trabalho infantil, não bastam só as críticas, conceitos e as políticas. Para que a miséria, a fome e a exploração tenham ressonância é necessário, em escala nacional e internacional, um conjunto de lutas e medidas mais efetivas e radicais desde os movimentos populares e sindicais para a supressão da sociedade de classes, no caso do capital e de suas expressões: a “propriedade privada, a mais-valia, o trabalho alienado e abstrato, as desigualdades na distribuição de riqueza, do latifúndio”, entre outros (CONDE; SILVA, 2020, p. 18).

As práticas de violência do latifúndio são atuais, mas representadas como “modernidade” com o agronegócio. A criança pobre, filha da classe trabalhadora do campo e da cidade é invisibilizada, porém projetada pelo sistema capitalista como pequena adulta, consumidora das mercadorias do capital e objeto da exploração da força de trabalho infantil. Um exemplo é descrito no artigo de Marques Casara ao Brasil de Fato³⁶ (2021), onde nos apresenta o “amargo do chocolate” nos processos de escravização de crianças na cadeia do cacau. As empresas “Nestlé e Mondelez foram processadas” por permitir que crianças sejam forçadas a trabalhar em condições desumanas na Costa do Marfim. Essa ação tramita na

36 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/artigo-nestle-e-mondelez-processadas-por-escravidao-de-criancas-na-cadeia-do-cacau> Acesso em: março de 2021.

justiça da capital dos Estados Unidos, envolvendo também as empresas: Cargill, Barry Callebaut, Mars, Olam e Hershey's.

Essa forma de exploração acontece também no Brasil. As empresas “Nestlé, Mondelez, Garoto, Cargill, Barry Callebaut e Olam, estão com ações ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho – MPT”, relacionadas à exploração do trabalho infantil na cadeia do cacau. Segundo Casara, são seis multinacionais no Brasil que exploram mais de oito mil crianças e adolescentes, que vivem em condições desumanas nas fazendas de cacau. Além desse produto, a Nestlé também está envolvida em processos de exploração infantil na cadeia produtiva do café³⁷, intermediado pela marca Nespresso.

No Brasil, em 2018, a Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais – Adere-MG e a Conectas Direitos Humanos denunciaram na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico as empresas Nestlé, Jacobs Douwe Egberts, McDonald's, Dunkin' Donuts, Starbucks e Illy sobre a exploração do trabalho infantil em lavouras de café. Essa é uma realidade concreta, mas ainda pouco conhecida e divulgada para a população de modo geral, no intuito de não degradar os nomes das empresas. No entanto, as autoridades políticas e jurídicas têm conhecimento dessas situações e, muitas vezes, são coniventes com elas.

No México e Argentina, estudos de Juárez e Alberto Re (2015) apresentam situações de exploração do trabalho infantil em complexos agroindustriais do agronegócio.

No caso do México, a exploração do trabalho infantil ocorre na zona de floricultura, no sul do país. O período intensivo de trabalho acontece no mês de fevereiro, com as festividades de San Valentin no México e Estados Unidos; no mês de maio, pelo Dia das Mães; e outubro, pela tradição do Dia dos Mortos. Nesses meses de intensa produção, sinalizam os autores, as crianças não comparecem nas escolas, para cortar e empacotar flores nos complexos agroindustriais (JUÁREZ; ALBERTO RE, 2015, p. 99).

Já na Argentina, em Jujuy, a exploração se dá na produção de tabaco. Os meses de mais intensidade estão entre dezembro a março, período de colheita, que envolve trabalho feminino, infantil e de adolescentes. Com base na pesquisa realizada em 2007, da Universidade de Buenos Aires e da Superintendência de Riscos do Trabalho, dos 163 lugares pesquisados, em 124 foram encontrados menores de 19 anos, dentre os quais 10% eram

37 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/02/cafe-nespresso-da-nestle-explora-trabalho-infantil#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20do,principal%20garoto%20propaganda%20da%20Nespresso.&text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20cacau%2C%20a,Sequer%20se%20manifestou> Acesso em: fevereiro de 2021.

crianças abaixo dos 9 anos, 30,3% crianças de 10 a 14 anos e 63,2% adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos. (Idem; Idem, , 2015, p.101).

A exploração do trabalho infantil se dá pela profunda desigualdade e pobreza na região, pela ausência de políticas públicas, especialmente para as populações do campo, e pela sobrevivência nesses territórios, que expressam abandono dos órgãos governamentais. Mas, principalmente, é resultado do projeto destrutivo capitalista.

Dito isso, podemos afirmar que o agronegócio tem livre arbítrio para explorar os trabalhadores e seus filhos, a fim de atender suas necessidades de ampliação constante de seus lucros, condição essa aprofundada pela pandemia, onde as pessoas da classe trabalhadora mais pauperizada estão ainda mais vulneráveis e por isso, acabam por aceitar condições mais perversas de exploração. A pandemia da covid-19 escancara as pandemias históricas na região, impactando diretamente, e com força, na vida das crianças e das mulheres.

1.4 As “pandemias” históricas na América Latina

Com a pandemia da covid-19, que atingiu o Brasil e os demais países latino-americanos em 2020, as desigualdades sociais são escancaradas e as formas de violência do capitalismo seguem o seu percurso de desumanização e destruição da natureza. Inicialmente produzindo a ideia do “novo normal”, para garantir a continuidade da espoliação e acumulação de capital, que mesmo em contexto de pandemia segue, cada vez mais, explorando a América Latina e aprofundo o que alguns chamaram de *pandemia da fome*.

Com milhares de vidas ceifadas por um vírus, o projeto capitalista, continuou em seu percurso de esbulho, por meio da expropriação de trabalhadores e trabalhadoras e da natureza. Segundo o relatório da OXFAM³⁸, de julho de 2020, 73 bilionários da América Latina aumentaram suas fortunas em 48,2 bilhões de dólares durante a pandemia. Dos bilionários latino-americanos, 42 são brasileiros que, juntos, somam R\$ 34 bilhões de aumento em suas fortunas. O mesmo relatório estima que 40 milhões de pessoas perderiam seu empregos no decorrer da crise sanitária e 52 milhões estariam na faixa da pobreza.

Outro relatório recente, das Nações Unidas³⁹ (2020), apresenta o panorama de segurança alimentar e nutricional da América Latina e Caribe do ano de 2019, alertando que

38 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/> Acesso em: agosto de 2020.

39 Disponível em: <https://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/panorama/2020/es/> Acesso em: janeiro de 2020.

7,4% da população da América Latina já viviam a pandemia da fome, representando 47,7 milhões de pessoas nessas condições. Esse número aumentou nos últimos cinco para 13,2 milhões de pessoas com subnutrição que com a pandemia, prenuncia o aumento da fome e da insegurança alimentar na América Latina.

Numa realidade de “distribuição desigual de recursos e oportunidades”, com as políticas neoliberais que estão a serviço do grande capital, a emergência da pandemia da covid-19 aprofunda as desigualdades sociais para as populações mais vulneráveis da região, e as crianças seguem sendo as mais afetadas.

O documento das Nações Unidas também indica a existência de um “sobrepeso infantil” nos territórios altamente vulneráveis da região, chegando a 13,1% e nos de maior atraso 6,6%. Esse sobrepeso atinge parte das crianças da classe trabalhadora mais desamparada, que tem perdido sua autonomia na produção e consumo e ingerido, cada vez mais, alimentos ultraprocessados e de fácil acesso pelo menor preço desse tipo de alimentação, muito calórica e pouco nutritiva, o que tem impactado negativamente no desenvolvimento infantil.

Outra informação diz respeito ao atraso no crescimento infantil, que alcança 27,6% nos territórios de alta vulnerabilidade e 11,9% nos territórios considerados atrasados, e está presente em 142 localidades, distribuídas nos 23 países da região. com níveis mais elevados de pobreza e baixos níveis de escolaridade, proporcionalmente alto em “territórios rurais”. O relatório enfatiza que “um em cada cinco territórios” analisados ambos indicadores apresentam: sobrepeso e o atraso no crescimento infantil. Esses territórios tendem a ser de populações rurais,, indígenas e afrodescendentes. Para a diretora do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, Rossana Polastri,

O Panorama confirma a necessidade urgente de investir no campo e na agricultura familiar. Em primeiro lugar, porque as áreas e populações rurais são as mais afetadas pelos problemas de desnutrição. E segundo, porque para a região, onde o custo de uma alimentação saudável é o mais alto do mundo, é fundamental promover sistemas alimentares que favoreçam o acesso a alimentos nutritivos, diversificados e acessíveis, o que só pode ser feito com o apoio à agricultura familiar para a América Latina e Caribe. (POLASTRI, 2020)

A fome não é algo subjetivo, é objetivo. Em 2018 o IBGE apontava 13,5 milhões de brasileiros vivendo na extrema pobreza. O relatório da Oxfam⁴⁰, de julho de 2020, já indicava

40 Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-pessoas-morrerao-de-fome-no-mundo-do-que-de-covid-19-em-2020/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=campanha_grants&utm_term=ads3&utm_content=fome_mundo&gclid=CjwKCAjw0_T4BRBIEiwAwoEiAY2bS1nBQJn5GWABCqVxV9UuMeVwN7VJKYWiHm77oNbdrZb8DCI7cRoCi_sQAvD_BwE Acesso em: julho

que com a “pandemia poderia morrer mais pessoas de fome no mundo, do que de covid-19. E em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)⁴¹ divulgou números alarmantes sobre a fome no Brasil. O país vive um “pico epidêmico da fome”, são 19,1 milhões de pessoas nessas condições.

A “fome não é uma catástrofe natural”, como afirma Esteve (2017, p. 25), as causas da fome são políticas, determinadas pela indústria agroalimentar. O alimento é uma mercadoria que só é possível acessar quem tem dinheiro. E com o aumento do desemprego, dos preços de alimentos, seu acesso vai ficando cada vez mais distante das possibilidades da classe trabalhadora. Mas a má alimentação produz também um “mundo de obesos e famélicos”, não se tratando só de comer, mas de comer bem.

Josué de Castro (1985) também dizia em 1950 que as causas da fome são políticas. Em seus estudos sobre a “geografia da fome”, alertava sobre o “fenômeno da fome” com outras calamidades, como a “[...] guerra e as pestes ou epidemias”, sendo a fome a menos debatida e conhecida (CASTRO, 1983, p.30):

Quanto à fome foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a Revolução Russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões, de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (CASTRO, 1983, p. 31).

O estudo analisa a *fome coletiva* “endêmica ou epidemicamente”, considerando as grandes massas humanas que vivem a extrema miséria. O autor se refere à fome coletiva como um fenômeno social e geograficamente universal, o que inclui todos os continentes. Considera que por muito tempo, a fome foi mascarada pelos países da América, que esconderam suas misérias enquanto “toda a terra de homens até hoje tem sido a terra de fome” (Idem, idem, 57).

Com a globalização, a *oferta* dada pelo capitalismo para quem tem o mínimo de possibilidade de consumo, é o da comida barata, rápida, de *fast food*. Segundo Esteve, nos “Estados Unidos a obesidade afeta, majoritariamente, as populações *afroamericanas* (36% do total) e os *latinos* (29%)”, com esse modelo alimentar globalizado. Uma comida sem nutrientes e proteínas necessárias para o desenvolvimento humano, afeta diretamente na saúde, ocasionando várias doenças crônicas da atualidade (ESTEVE, 2017, p 37).

Para a autora, a fome e a obesidade são sintomas do mesmo problema, que está interligado à cadeia de produção de alimentos industriais, onde os alimentos frescos são

de 2020.

41 Disponível em: OLHE PARA A FOME Acesso em: outubro de 2021

inacessíveis e o *fast food* vai se tornando a “opção” de comida para a sobrevivência. Um modelo “agroalimentar” que não está preocupado em alimentar a humanidade, mas fazer com que algumas empresas tenham mais lucro (Idem, idem, p. 37-42).

No caso do campo brasileiro, os movimentos sociais e populares vem realizando doações de alimentos como uma forma de solidariedade com a população urbana e indígena, desde o início da pandemia, promovendo um grande movimento de compartilhamento da produção dos assentamentos e acampamentos. Tendo presente as condições dadas de isolamento social e contexto político, as formas de luta e resistência tem se fortalecido com a solidariedade entre os povos. Mas é evidente a necessidade de uma política agrícola que fortaleça a agricultura familiar e camponesa, para que as populações do campo sigam existindo e produzindo.

Refletir sobre as contradições da sociedade de classe produzida pelo sistema capitalista na realidade latino-americana é fundamental para pensar os impactos da pandemia da covid-19. Pensar, por exemplo, quem tem ou teve direitos sobre as medidas de isolamento social? Como foi a determinação da relação entre trabalho e capital ou do direito de ficar em casa quando, antes da pandemia, 47 milhões de latino-americanos passavam fome? Em nome da “economia” e da sobrevivência humana, a maioria da população arrisca suas vidas para não morrer de fome.

As políticas públicas, fundamentais para o “bem-estar social”, não representam um compromisso dos órgãos públicos com as classes populares. No caso brasileiro, o Sistema Único de Saúde – SUS tem assegurado, não sem limitações advindas de sucessiva precarização e desmonte dos governos neoliberais, a saúde da população brasileira, um espaço importante de pesquisa e prevenção determinante para a vida das classes populares. Portanto, defender e valorizar o sistema público e trazer a saúde como elementar para vida, e não como mercadoria, é um debate importante a ser feito com as populações mais vulneráveis da região, pois só o sistema público e gratuito de saúde tem preparo para atender a população, especialmente em tempos de “pandemias”.

No que tange ao sistema educacional, a desigualdade também aumentou, segundo relatório da CEPAL e UNESCO⁴², em consequência da suspensão das aulas presenciais em mais de 190 países para a não propagação do vírus. O relatório afirma que desde maio de 2020, mais de 1200 bilhões de estudantes de todos os níveis de educação, em todo mundo não tiveram aulas presenciais, destes, 160 milhões são provenientes da América Latina e Caribe.

42 Disponível em:
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45904/1/S2000510_es.pdf Acesso em: dezembro de 2020.

Nesse aspecto educacional, a região também já era a mais desigual do mundo. Com a pandemia e com a suspensão das aulas, os estudantes dos setores mais vulneráveis foram os mais afetados, pois em muitos casos, como bem apresenta o relatório, a escola, além de ser um espaço de apropriação de conhecimento, lida com questões relativas: a) à alimentação e nutrição – na pandemia várias alternativas tiveram que ser organizadas para a distribuição de alimentação para os estudantes; b) à distribuição de anticoncepcionais e educação sexual; c) ao acesso à saúde mental; d) às atividades recreativas.

Além disso, é importante ressaltar as desigualdades tecnológicas em toda região. As aulas remotas e o desconhecimento das tecnologias onde elas não faziam parte do contexto educacional, passam a ser um instrumento de controle social e de mais precarização no ensino. Com o remoto, a saúde mental, as relações permanentes em casa, o trabalho doméstico e externo, as condições estruturais e objetivas para os cuidados, afetam diretamente as relações humanas e sociais na vida das crianças, adolescentes, jovens, famílias e docentes.

Refletir sobre a importância do conhecimento e acesso com qualidade à educação é determinante para a formação humana. Com a pandemia, os países com maior desigualdade social não garantiram os direitos básicos para a sociedade, como alimentação, por exemplo, e a compreensão sobre a realidade dos estudantes, famílias e professores deveria ser a pauta principal das políticas educacionais, não a aquisição de plataforma de ensino remoto. Em muitos casos, os/as estudantes só acessam a alimentação através da escola, visto as condições de total vulnerabilidade, maior desigualdade entre pobres e ricos e o aumento da violência de gênero e da extrema pobreza que afeta diretamente esses estudantes e suas famílias. Com a pandemia da covid-19, tudo ficou mais evidente e mais dramático, afetando em cheio as crianças da classe trabalhadora.

No Brasil, o ano de 2020 é marcado não só pela pandemia da covid-19, mas também por um genocídio de crianças pobres e negras que são assassinadas pela violência do Estado brasileiro. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, 12 crianças foram mortas por “balas perdidas”⁴³. Ana Carolina (8 anos), João Victor (14 anos), Luiz Antônio (14 anos), Douglas Enzo (4 anos), Kauã Victor (11 anos), Rayane Lopes (10 anos), Ítalo Augusto (7 anos), Maria Alice (4 anos), Leônidas Augusto (12 anos), João Pedro (14 anos), Emilly Vitoria (4 anos), Rebecca Beatriz (7 anos).

43 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/conheca-as-historias-das-criancas-mortas-baleadas-no-rio-em-2020.ghtml> Acesso em: novembro de 2021.

ultraliberal em curso, de ter direito à vida digna e de ter um lugar de criação e imaginação. O lugar das crianças das classes populares no sistema capitalista é o da luta e resistência para a sua sobrevivência e afirmação da infância num contexto de tantas privações.

No Brasil, a pandemia acentuou as desigualdades sociais, com o aumento da fome, da violência e a ausência de projeto social e compromisso político daqueles e daquelas que foram eleitos em nome do “povo”. Com a pandemia, se escancara e revela o cinismo da burguesia e seus representantes políticos na manutenção de seus privilégios e do descompromisso governamental e negacionista, que acaba por configurar um Estado violento e totalitário. Acrescenta-se a isso a dor pelas vidas ceifadas pelo vírus; o colapso no sistema público de saúde; a pressão do sistema capitalista sobre a população; a falta de vacina e a não prioridade do governo federal para consegui-la, além de desestimular seu uso (marca registrada desse governo); e a liberação, com muita pressão popular, de parques investimentos em auxílios emergenciais.

Nos alerta Silva (2021)⁴⁷, ser o sistema agropecuário do agronegócio uma ameaça para a humanidade. Seu projeto de agricultura é um dos principais responsáveis pelo avanço do vírus da covid-19, de maneira mais evidente na pecuária industrial, com a criação intensiva de animais em grande escala, nos abate das granjas e na produção.

Se nos anos da Guerra Fria a humanidade viveu debaixo do teto de aço da ameaça nuclear, o admirável mundo novo das pandemias rebaixou os limites para a existência humana: agora estamos presos debaixo do teto de zinco das granjas de abate de animais em massa, cada uma delas uma fábrica em potencial da próxima bomba microbiológica (SILVA, 2021, p. 5).

Para ele, a cadeia de contágio das doenças infecciosas começa com a destruição da natureza, das florestas, das ocupações das áreas úmidas, urbanização extensiva e da industrialização. Na medida em que a modernização da produção agropecuária, a urbanização e a industrialização avançam nas áreas úmidas, drenadas para formação de campos, as aves migratórias e selvagens perdem suas áreas de pousio para bandos, passando a forragear em meio aos restos das produções de grãos das fazendas. Os exemplos brasileiros citados pelo autor, como as granjas de produção em escala de frango, suínos, bovinos e da intensiva produção de monoculturas de soja, trigo e cana-de-açúcar, proporcionado pela modernização agropecuária, afetam em cheio o habitat dos animais, criando um espaço para a propagação de vírus e doenças.

47 Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-pandemia-e-o-agronegocio-no-brasil/>
Acesso em: fevereiro de 2021.

[...] Quando os vírus das aves selvagens infectam, por exemplo, um celeiro de frangos de corte, encontram uma via livre para testar caminhos de evolução para sua patogenicidade e virulência, sem, contudo, contar com os mecanismos de interrupção de doenças com que as florestas e os bandos de animais selvagens possuem em razão de sua biodiversidade (Idem, idem).

O desmatamento, as queimadas, o uso intensivo de agroquímicos (veneno), a produção em alta escala de animais e o avanço agroindustrial afetam diretamente a natureza, destruindo o planeta e gerando pandemias que colocam o futuro da humanidade em suspenso.

Considerando que esse quadro não é conjuntural, mas histórico, representa o avanço do projeto destrutivo do capital, agrava as desigualdades e permite o não acesso da grande parte da população ao mínimo de direitos sociais (alimentação, moradia, saúde, educação, entre outros), conformando um projeto de violência de Estado, de extermínio da população pobre e negra e, como dissemos, afetando de maneira mais perversa as mulheres e as crianças.

No caso do Brasil, a classe trabalhadora é condenada à exploração da força de trabalho, à exposição ao contágio do vírus, ao negacionismo à ciência, à despolitização do conhecimento, em outras palavras, a uma política que “decreta morte aos pobres”. Desse modo, muitos são os desafios colocados nesse contexto para pensar o nosso lugar enquanto humanidade, desde as lutas sociais, em que os movimentos buscam formas de fazer as denúncias e ações de solidariedade e ao mesmo tempo garantir os cuidados orientados pelos profissionais da saúde e a OMS, para seguir resistindo e existindo.

Há a urgência de reafirmar a importância da educação e da cultura popular na construção do pensamento contra-hegemônico, para reinventar e reexistir como projeto em construção da emancipação humana, do cuidado com o planeta, da luta pela soberania alimentar e a criação de alternativas que abarquem as especificidades das crianças das classes populares na construção de outra hegemonia.

O MST, na contramão da ordem dominante, vem ao longo de sua trajetória, construindo uma reflexão sobre o lugar das crianças do campo na sociedade capitalista e seu lugar num projeto de luta contra-hegemônico. Na perspectiva de contribuir para a construção de outra hegemonia, desenvolve um significativo trabalho também com as crianças, as reconhecendo como sujeitos políticos e históricos na luta pela terra no Brasil. Nessa direção, os próximos capítulos da tese trarão como estudo o processo de construção da experiência coletiva e popular, da história social e política das crianças Sem Terrinha no Movimento Sem Terra, num contexto marcado por uma histórica conflitualidade no campo de lutas pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

2 NA CIRANDA DA RESISTÊNCIA BRINCAR, SORRIR E LUTAR... TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA DO MST NO BRASIL

Figura 3 – Criança Sem Terrinha tentando impedir os policiais do despejo no acampamento.



Foto: Juliana Adriano
Para, polícia! Para de desmanchar nosso barraco!⁴⁸

Com a coragem das crianças Sem Terrinha, nas ocupações de terras e nos assentamentos, a imagem registrada por Juliana Adriano, na ocupação do acampamento Chiarello no estado de Santa Catarina, diz muito do caminho que escolhemos para o desenvolvimento deste capítulo. Buscamos articular o registro de nosso processo de vivência, estudo e pesquisa, num esforço de trazer elementos que compõem a história social e política da infância na luta pela terra no MST, Brasil, desde a presença e atuação política da criança e da mulher no contexto da luta. Numa interface entre "as crianças nas definições políticas do MST" e a construção da história social e política da infância Sem Terrinha, forjada desde a luta popular no contexto agrário brasileiro.

Nos estudos sobre os processos históricos da luta pela terra no Brasil, as crianças são meramente mencionadas, não tratando de uma geração de empobrecidos, silenciados e sem

48 Criança Sem Terrinha durante o despejo das 180 famílias do acampamento Marcelino Chiarello, em Xanxerê, Faxinal dos Guedes, SC, 2017.

acesso aos direitos básicos, como afirma Martins (1991) nos estudos das crianças da luta pela terra, filhas de posseiros e pequenos agricultores na Região Amazônica, na década de 1970. As referências existentes de pesquisa sobre as crianças do campo ganham maior volume a partir da década de 1990, com as experiências no trabalho de educação na reforma agrária no MST – com os estudos e pesquisas sobre educação, escola do campo, infância no MST, nas culturas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras, ou seja, ao tratar da temática sobre Educação do Campo⁴⁹.

Por entender que as crianças Sem Terra, no contexto agrário brasileiro, são desprovidas de direitos, assim como as crianças indígenas, as atingidas por barragens, as pequenas agricultoras, ribeirinhas, quilombolas, entre outras populações do campo, e para ter acesso à escola em suas comunidades, bem como o direito à terra como lugar de vida – de brincar, estudar e trabalhar, elas precisam fazer a luta desde criança.

Podemos dizer na esteira de Martins (1991), que o lugar destinado à infância do campo da classe trabalhadora, historicamente, refere-se à infância silenciada, sofrida, sem acesso à escola, à saúde e condenada à miséria. Assim, no contexto de conflitualidade e enfrentamento cotidiano às violências do latifúndio, do agronegócio e do Estado, que disputam as crianças da classe trabalhadora para o projeto do capital, a educação do campo, como projeto educativo das organizações sociais, é um instrumento de luta.

Outro fator importante a considerar, é que não é possível pensar a criança separadamente da mulher, pois, historicamente, foram delegadas à elas a responsabilidade da maternidade, da busca pela sobrevivência, do abandono da família, do Estado e da sociedade. O MST tem como objetivo a supressão da sociedade de classes na construção de outro projeto societário e por isso deve considerar como um dos pontos de partida nessa construção, o fim do patriarcado. O tema de igualdade de gênero não pode ser apenas “discurso”, é preciso ser

49 A educação do campo no Brasil tem seu nascimento com a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, no ano de 1998. Um conceito em construção desde o protagonismo dos movimentos populares e sindicais, que diante o movimento da realidade, analisam desde as lutas e práticas políticas educativas de resistência das organizações do campo. A expressão *campo* e *não rural*, tem um sentido histórico e político, trazendo para o cenário nacional o trabalho camponês, a educação para essas populações que vivem, trabalham e produzem no campo. Da Educação Básica para o projeto de Educação *do* e *no* Campo, ampliando a perspectiva da formação humana, desde um novo jeito de fazer a luta por educação do campo, fazendo no enfrentamento às políticas neoliberais para a educação e a agricultura; da luta por políticas públicas para o campo, sendo uma das principais, a reivindicação por escolas do/no campo; da valorização do conhecimento e luta dos povos e comunidades do campo, demarcando que a Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, dos camponeses e camponesas (CALDART, 2012, p. 257-261).

vivenciado, efetivado em sua prática cotidiana por todas as pessoas que compõem o MST e constroem sua luta cotidiana.

Esse debate, em muitos casos, pode se apresentar com certa ambiguidade, numa relação do discurso de que é a “igualdade que funda a desigualdade”, porém, na realidade vivida nos diferentes períodos históricos pelas classes populares, não é a igualdade que “produz a dominação”. A aparência de “igualdade” e de oportunidades, produzida pelo capitalismo é fruto das determinações estruturantes da sociedade de classes e nessa estruturação social, nas decisões determinantes, as mulheres e as crianças não têm voz (RANCIERE, 2012, p. 158-159).

Os territórios de conquista popular, devem ser lugar de maior participação de todas as pessoas, mas muitas vezes, também se limitam à participação dos homens. Desta forma, a luta por igualdade se reproduzem desigualdades expressas por aqueles que têm mais escolarização, maior poder de decisão e de participação nos diferentes espaços. O universo da luta popular também produz desigualdades pelo contexto histórico marcado pelo patriarcado, pelo sistema escravagista e de estrutura capitalista. No entanto, é importante considerar que aqueles que não têm voz legitimada nesses espaços de luta, nos conflitos e contradições que se apresentam, aprendem a falar, escutar, pensar sobre o mundo se educam na coletividade e não serão obedientes aos mandos do poder hegemônico.

A escolha em trazer elementos da história numa perspectiva social e política da infância na luta pela terra no MST, tem como objetivação mostrar o processo da ocupação e conquista da criança Sem Terra, seu lugar de existência e significação nessa luta. Compreendendo o lugar da infância na trajetória de luta-reflexão-ação permanente na construção do Movimento, que contrariando o projeto hegemônico do capital, as crianças são forjadas no seio da luta popular como sujeitos históricos, participantes ativamente nas ocupações de terra, nas marchas reivindicatórias, na luta por escola e saúde para os assentamentos e acampamentos etc.

De acordo com Freitas (2006), a história social da infância no Brasil nos remete pensar a luta que foi para incorporar a criança na historicidade e garantir direitos sociais, pois a sua condição na sociedade foi a de “retirada da história gradual da questão social infantil”, expressa nas formas de violências físicas e simbólicas, da invisibilidade e silenciamento, sendo concebida na luta para garantir que as crianças entrassem na história e fossem reconhecidas como sujeitos políticos e sociais nos diferentes âmbitos de investigação e das práticas populares (FREITAS, 2006, p. 13-14).

Para tal, consideramos as tomadas de decisões políticas do MST para a infância, o debate sobre as crianças nos espaços nacionais do Movimento, a ocupação da infância no MST e a concepção educacional do Movimento: a Pedagogia do MST. Nossa intenção é buscar saber se nessa construção em movimento o MST vem apresentando uma mudança no horizonte infantil da luta pela terra no campo brasileiro⁵⁰.

A trajetória da infância Sem Terra foi sistematizada através de documentos, reflexões, memórias e na própria vivência nesse processo como militante e educadora da infância no Movimento. Como sujeito em construção e imersa nessa história, busco realizar uma análise crítica e reflexiva sobre o lugar das crianças Sem Terrinha no MST, dando sentido e vivacidade à práxis social e popular com estas crianças.

Como produto da história e consciência do que somos, nos pautamos na concepção dialética de história no pensamento gramsciano:

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura. No sentido mais imediato e determinado, não podemos ser filósofos – isso é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente – sem a consciência da nossa historicidade, da fase do desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções (GRAMSCI, 1978, p. 12)

A memória-história de nossas crianças Sem Terrinha é uma experiência coletiva, da luta de trabalhadores e trabalhadoras pelo direito de ter a terra, portanto, uma história forjada nas contradições da luta de classes. Buscamos trazer nas reflexões a seguir, experiências da história concreta de um grupo social de crianças da classe trabalhadora do campo vinculadas ao MST, numa relação dialógica com estas crianças, sujeito de nossas reflexões, daqueles e daquelas quem nem sempre são citados nas importantes pesquisas sobre a luta pela terra no Brasil, mas que se fazem presentes cotidianamente. E com inspiração na literatura

50 O segundo e terceiro capítulos desta tese foram elaborados a partir da minha prática como educadora no MST desde o ano de 1996 e pelo aprofundamento da temática nas pesquisas desenvolvidas ao longo da minha formação, as quais cito a seguir: a) a monografia do curso Normal Médio (magistério) “Sementes de Esperança”, no Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC; b) a monografia de graduação “A Infância do Campo: o trabalho coletivo na formação das crianças Sem Terra”, cursado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; c) monografia “A significação da infância em documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”, no curso de especialização em “Movimentos Sociais e Educação”, em parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; d) a dissertação de mestrado em educação, na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; os estudos para o exame de qualificação e finalização do doutorado; Outro conjunto de fontes desses capítulos são oriundos de depoimentos das primeiras professoras, educadoras/dirigentes do MST, das crianças Sem Terrinha de escolas de acampamentos e assentamentos, de documentos internos, das publicações coletivas de materiais do Setor de Educação do Movimento e documentos cedidos por educadoras e educadores do MST.

infantojuvenil sobre a importância da memória/história das crianças Sem Terrinha, [...] *O que é memória?*⁵¹ *é algo quente, é algo bem antigo, algo que faz chorar, algo que me faz rir, algo que vale ouro.*

Nas palavras de Görden (2009), a criança é considerada a “GRANDE ESPERANÇA”⁵² e desperta a coragem para seguir em frente na luta:

Procuro, em minha memória, as imagens mais marcantes das crianças durante os anos de minha militância junto ao Movimento dos Sem Terra. São tantas e tão fortes. Mas a mais marcante é um pouco distante no tempo e é de uma criança anônima. Vou contar a história.

[...] no ano de 1981, no mês de julho. Um dos primeiros acampamentos da pré-história do MST, o da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, passava por seu momento mais dramático. Estava cercado pelo Exército Nacional e pela Polícia Federal, a mando do presidente-ditador João Batista Figueiredo. Comandava a operação, no local, o coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o temido coronel Curió. Também eu não passava de um piá novato e inexperiente, recém-iniciado nas lidas da Comissão Pastoral da Terra e já jogado no centro de conflito de altíssima intensidade. O governo militar estava determinado a destruir o acampamento, mas estava com dificuldade de usar a repressão física direta. Ninguém podia entrar para levar solidariedade aos colonos, nem fazer reuniões, nem rezar missas. Ônibus que trafegavam pelo local não podiam parar no acampamento. Só alguns quilômetros antes ou depois do aglomerado de gente Sem Terra vivendo embaixo dos barracos de lona preta.

Foi quando chamou atenção uma criança de uns 4 anos, sentada em cima de um tronco de árvore, na beira da estrada, quase ao centro do acampamento, parecendo alheia a tudo que ali se passava, sem importar com o aparato militar que a rodeava. Cantando, a plenos pulmões, a música-hino dos Sem Terra naquela época: *A grande esperança*. Parei, tomado de emoção, ouvindo aquela voz infantil rompendo o silêncio imposto pela ditadura militar e pelas elites aos camponeses pobres que estavam ousando levantar sua cabeça e dizer sua voz.

“A classe loceira e a classe opelália, ansiosa espela a refolma aglaria” cantava a vozinha inocente acordando em mim a coragem amortecida. (GÖRGEN, 2009, p. 5-6, grifos nossos).

A criança do campo, marcada pelo contexto da ditadura empresarial-militar, em meio à repressão e à violência que aterrorizava o seu grupo social, teimosamente canta e traz esperança para um tempo de desesperança. A sua presença fez a diferença no chão agrário, trouxe um alento para quem estava na condição de resistência e luta em busca de dignidade, de um lugar para produzir a sua existência.

Por acaso, ou por destino histórico, entre os acampados havia uma professora. Era Maria Salete Campigotto, professora estadual em Ronda Alta, desde 1978, que casada com um colono sem-terra, se integra ao grupo. Salete virá a ser depois, a primeira professora de assentamento do país. [...] a preocupação era como cuidar das crianças, evitar que se expusessem demasiadamente aos perigos de morar na beira de uma estrada e discutir com elas sobre a luta da qual forçosamente estavam participando. E a resposta veio imediatamente. “Quando o Cel. Curió visitava o

51 Do livro infantil: Guilherme Augusto Araújo Fernandes (1995).

52 Prefácio do livro “Crianças em Movimento – As mobilizações infantis no MST”.

Depoimento do Frei Sérgio Görden na visita ao acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, na década de 1980. O título do prefácio faz referência à música hino da reforma agrária à época.

acampamento, geralmente trazia balas para as crianças. Não demorou muito e elas começaram perceber as más intenções desses presentes. Logo passaram a recusá-los e a responder em coro: ‘não queremos balas, queremos terra’” (Salete) (MST, 2005, p. 12).

Com o trabalho que se inicia com as crianças no acampamento e a nova ocupação no local onde se tornaria assentamento definitivo em 1982, em Passo da Entrada, surge uma segunda preocupação, da comunidade e dos pais, a “organização da escola”, já que o acampamento contava com 180 crianças em idade escolar, sendo 112 apenas para o 1º ano. Foi então que Lúcia Webber, ligada a paróquia de Ronda Alta, faz uma articulação com a Secretaria de Educação para a construção de uma escola que fosse reconhecida pelo estado, e depois de muitas reuniões e audiências, foi autorizada a construção da mesma, mas a sua legalização só foi efetivada no ano 1984 (MST, 2005, p. 13). Lúcia e Salete, desenvolvem atividades pedagógicas com as crianças, desde o início do acampamento, bem como do Movimento.

As primeiras professoras⁵³ de acampamento atuaram ativamente na Encruzilhada Natalino, no ano de 1981, antes mesmo do surgimento oficial do MST, o que é fundamental para pensar a gênese da educação no Movimento, principalmente as discussões sobre a escola e as crianças no acampamento.

O acampamento foi um desafio muito grande, com mais de 600 famílias, com 60% de analfabetismo e mais de 160 crianças sem atividades escolares. Com o acampamento tomado pelo exército, não podia sair e muito menos entrar a comida. A igreja é que dava mais apoio, mas foi feito uma panfletagem na cidade, difamando o padre. Com a quantidade de crianças que a gente tinha e duas professoras, a educação não poderia ser tradicional, pois já estávamos sendo desafiadas no dia a dia com a ditadura. No ano de 1992, com ajuda do João Pedro, conseguimos trazer uma equipe de Paulo Freire, de São Paulo. Ele tinha acabado de voltar do exílio. Com a equipe, foi feito a formação com os professores da escola e da EJA. Estudamos tema gerador, método da realidade, dinâmicas, trazendo as palavras geradoras que aproximavam da vida do dia a dia das famílias: terra, barraco, enxada, sino⁵⁴... E a Salete inventava música para trabalhar com as crianças (CAMPIGOTTO; VEDOVATTO, 2020).

A escola de acampamento nasce com a *luta*, palavra que, a meu ver, se transforma na principal palavra geradora, enraizada no projeto de educação popular, libertadora, germinando a possibilidade da construção de uma escola diferente. A educação política das crianças da

53 Conversa concedida no dia 30 de julho de 2020, pelo *Google Meet*, com Salete Campigotto e Lucia Vedovatto. Foram as primeiras professoras do acampamento da Encruzilhada Natalino. No momento aural, vivem e atuam como professoras no assentamento Nossa Senhora Aparecida da Fazenda Annoni, atuam no Setor da Educação do Instituto Educar.

54 O toque do sino era para se juntar para a missa, oração, assembleia, alerta, visita no acampamento etc. Quando o sino tocava, as famílias se juntavam, pegavam a cruz e todos iam para a estrada para buscar a visita que o Curió não deixava entrar. Assim, abria-se o caminho para as pessoas que apoiavam o Movimento (CAMPIGOTTO, 2020).

classe trabalhadora vai sendo construída a partir da realidade social, de um “contexto, um terreno objetivo no qual se educa”, uma educação para as crianças que “exige abranger a vida toda” (BENJAMIN, 2009, p.113).

A escola foi construída de madeira e todas as tardes, de segunda a sexta, trabalhávamos com quatro grupos de 1º a 4º séries, das 13h às 15h e das 15h às 17h. Foram realizadas campanhas para arrecadar materiais escolares (caderno, quadro, giz, gibis...) e trabalhávamos canto, dramatização, horta, criação de coelhos. A alegria das famílias foi retomada com as crianças no período escolar. E as mães vinham juntas para ajudar porque o grupo de crianças era muito grande (CAMPIGOTTO; VEDOVATO, 2020).

A professora Salete Campigotto já era graduada em Pedagogia e a Lucia Vedovatto estava fazendo o curso de Pedagogia. Elas aprendiam juntas a trabalhar com as crianças. A Professora Izabel⁵⁵, outra integrante do grupo, vinha da igreja católica e também atuava como educadora de EJA no acampamento Encruzilhada Natalino, em 1981. Como o exército bloqueou o acampamento, ela acabou permanecendo nele e atuando no MST desde a sua fundação até os dias atuais. Todas essas mulheres vinham de uma vivência com a educação popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), tendo em suas histórias a luta pela terra e o compromisso com o povo.

A conversa concedida em plena pandemia sobre a atuação dessas professoras no MST, pioneiras no trabalho com as crianças nas escolas e na Educação de Jovens e Adultos Sem Terra, foi muito forte e emocionante. Elas estavam no Instituto Educar, no Assentamento, fazendo pão para colocar nas cestas de doações, da campanha de solidariedade do MST. Elas são memória viva de como começou o processo de luta e resistência da história educacional do Movimento e a luta pela terra, as compreendendo como sujeito coletivo, que na sua particularidade individual, tomam consciência da luta coletiva e sua importância para a transformação da sociedade.

Naquele momento, a ocupação da terra, a organização do acampamento e o encontro de gerações, proporcionava um lugar de muitos pensamentos, contradições, sonhos, esperança resistência e até mesmo desistência da luta. Um dos espaços que expressa esse encontro geracional é a assembleia, lugar em que todas as pessoas estão presentes, incluso as crianças. É ali que as notícias boas ou ruins são compartilhadas. É ali também o lugar de divergências, da aprovação de normas de convívio coletivo, do aprender viver em coletividade. É certamente o lugar onde as crianças são estimuladas a aprenderem músicas da luta, ter contatos com poesia, com instrumentos musicais, a dizer as palavras de ordem que são

⁵⁵ Foi a primeira professora de Educação de Jovens e Adultos - EJA no acampamento e, atualmente, atua no estado do Paraná como militante e educadora popular nas áreas da infância, das mulheres, saúde e agroecologia no Movimento.

significadas pelas crianças. A Grande Esperança⁵⁶, que a criança cantarolava e está na memória de Frei Sérgio e de muitos Sem Terra Brasil afora, segue esperando o projeto de Reforma Agrária Popular:

A classe roceira e a classe operária / Ansiosa espera a reforma agrária / Sabendo que ela dará solução / Para a situação que está precária / Saindo o projeto do chão brasileiro / De cada roceira ganhar sua área / Sei que na miséria ninguém viveria / E a produção já aumentaria / Quinhentos por cento até na pecuária!

O marco do surgimento oficial do MST ocorre com a realização do primeiro Encontro Nacional, em janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná, com a presença de militantes de 12 estados do Brasil. No final da década de 1970, a luta pela terra no país ocorre em vários estados, de forma mais regionalizada, sem a existência de uma organização nacional para dar centralidade a essas lutas. As experiências do sul do Brasil, com a articulação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, ganham enraizamento por meio das CEB's, inspiradas pela Teologia da Libertação e da educação popular.

O Movimento surge com a influência das “Pastorais Sociais, Igrejas Luteranas, CEB's, CPT e sindicatos rurais combativos, da articulação entre os trabalhadores do campo (pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, posseiros, entre outros)” que resistiam e reivindicavam sua permanência no campo e uma justa distribuição da terra no Brasil. Torna-se um dos movimentos continuadores da luta pela terra e pela reforma agrária, bandeira histórica e central em outros tempos, como na década de 1960 com as Ligas Camponesas e se consolida como uma organização nacional de camponeses e camponesas no Brasil (FERNANDES; STEDILE, 1999, p. 19-29).

A história da luta pela terra no MST e o seu vínculo com a Teologia da Libertação, configura-se numa junção importante nos processos da luta revolucionária na perspectiva das mudanças sociais na América Latina, como se refere Michael Löwy (2005), analisando as organizações sociais latino-americanas, através da Tese 1 em Benjamin, sobre o conceito de história:

A ideia de uma associação entre teologia e marxismo é uma das teses de Benjamin que suscitou mais incompreensão e perplexidade. No entanto, algumas dezenas de anos depois, o que em 1940 era apenas uma intuição ia se tornar um fenômeno histórico de enorme importância: a Teologia da Libertação na América Latina. O conjunto de textos – escritos por autores de uma cultura filosófica extraordinária, como Gustavo Gutierrez, Hugo Assmann, Enrique Dussel, Leonardo Boff e muitos outros, que articulam de maneira sistemática o marxismo e a teologia – contribuiu para mudar a história da América Latina. Os milhões de cristãos, inspirados por essa teologia, presentes nas comunidades de base ou nas pastorais populares desempenham um papel crucial na revolução sandinista na Nicarágua (1979), no

56 Canção considerada hino dos camponeses à época, também conhecida por “Classe Roceira”. Composição de Francisco Lázaro / Goia.

crescimento da guerrilha na América Central (El Salvador, Guatemala), na formação do novo movimento operário e camponês brasileiro – do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – e até mesmo na eclosão das lutas indígenas em Chiapas. De fato, a maior parte dos movimentos sociais e políticos rebeldes latino-americanos durante os últimos trinta anos tem a ver, em diferentes graus, com a Teologia da Libertação (LÖWY, 2005, p. 46).

É no contexto das lutas populares na América Latina, no fortalecimento da organização da classe trabalhadora no Brasil, das lutas operárias e camponesas, que o MST vai se constituir como organização nacional, tendo em sua composição orgânica, a presença e atuação em 24 estados brasileiros, compondo, assim, uma estrutura organizativa nacional para a luta e efetivação do projeto de Reforma Agrária no Brasil. Sua estrutura política é composta por coordenações e setores⁵⁷ desde as comunidades Sem Terra, regiões ou brigadas, nos estados e em nível nacional. São espaços de debates e definições políticas que abrange o conjunto do MST, incluso as crianças.

Nesse processo de organização dos acampamentos e assentamentos do MST, um dos setores mobilizados inicialmente, foi o Setor de Educação, responsável pelas ações educativas destas áreas que estavam se organizando. Ações que, embasadas na concepção da Educação Popular e da Pedagogia Socialista que, fundamentam a construção da Educação do Movimento. Uma concepção fundamentada na teoria social na perspectiva do materialismo histórico-dialético por meio dos pensadores russos, tendo como estudo principal os “Fundamentos da escola do trabalho”, de Moisey Pistrak e a discussão sobre coletividade e auto-organização, de Anton Makarenko, vinculado ao projeto e pensamento da pedagogia socialista; da educação popular com base nos fundamentos da “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire; da própria construção da educação no MST (CALDART, 2015, p. 23-24).

O MST considera a educação como “uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a organização e pelo conjunto das lutas dos trabalhadores” (MST, 1999). Ou seja, a Pedagogia do Movimento é o jeito que o MST vai organizar o fazer em movimento, através da teoria e da prática em ações concretas da vida real do assentamento e acampamento.

Como demonstramos, desde sua gênese essa organização tem realizado ações com as crianças. No curso de sua trajetória têm pautado questões relevantes sobre a infância no MST. No entanto, é recente a discussão mais específica a respeito do lugar da infância no MST para o conjunto da militância dirigente, extrapolando os setores de Educação e de Gênero.

57 Os setores organizados: Frente de Massas; Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Educação; Comunicação; Gênero; Direitos Humanos; Saúde; Coletivos: de Juventude; Cultura; Relações Internacionais; Finanças e Projetos. Para saber mais, buscar informação do *site* www.mst.org.br.

2.1 As crianças nas definições políticas do MST

Como afirmamos, a luta pela terra é o alicerce da organização dos/das trabalhadores/as Sem Terra no campo brasileiro. No contexto da ocupação da terra e das necessidades que emergem nesse espaço, se constroem alternativas de vida, sendo a educação uma das dimensões construídas a partir das crianças e dos adultos presentes nas ocupações. Foi na luta pela terra que o MST reconheceu e instituiu como direito o acesso à escola do campo para as crianças, jovens e adultos, pautando desde então, a infância na organização política. E é nesse percurso, da luta pelo direito dos povos do campo em ter acesso à educação, que as definições políticas são construídas, e que em certa medida, vai tornando a educação uma pauta dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Destacaremos neste capítulo a presença e participação das crianças na construção da luta pela terra, a partir das definições políticas do MST, em seus 37 anos de existência. Acreditamos que considerar a criança como sujeito político e social no processo de construção da luta pela terra seja um exercício a ser feito, pois ela nem sempre aparece nos registros da história e nos marcos importantes do Movimento”, mas comparece nos diferentes espaços, até mesmo naqueles que são ditos para não ter crianças. Nos dedicaremos em analisar a experiência, da particularidade da infância Sem Terra, em um dos marcos importantes do MST, os Congressos Nacionais, com a intenção de contribuir com o registro da história da infância na luta no MST.

2.1.1 I Congresso do MST em 1985: onde estavam as crianças?

As principais definições políticas do MST são deliberadas nos congressos nacionais. Ao longo de seus 37 anos, foram realizados seis congressos entre os anos de 1985 e 2014. A realização destas atividades têm por objetivo reunir o conjunto da militância do MST de todo Brasil, mobilizados pelo debate sobre o contexto do desenvolvimento do capitalismo mundial, a questão agrária no país, as lutas sociais, com particularidade na luta pela terra, e as experiências em construção nos assentamentos e acampamentos, para o projeto de Reforma Agrária. O Programa de Reforma Agrária do MST, de 2014, se fundamenta nos seguintes objetivos: “lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária Popular e lutar pela transformação da sociedade” – uma sociedade socialista (MST, 2014, p. 35).

O processo de organização e participação nos Congressos Nacionais do MST ocorre nos assentamentos e acampamentos, desde os núcleos de bases, nas direções locais, estaduais

e nacionais. São as reflexões e debates realizados nessas comunidades, nas instâncias de encontros regionais e estaduais, por exemplo, que o texto do programa agrário vai se compondo, para ser aprovado, posteriormente, nos Congressos Nacionais. A periodicidade para a realização dos mesmos era, inicialmente, de cinco anos, porém os dois últimos tiveram alterações devido as mudanças conjunturais no Brasil⁵⁸.

Por ser um espaço de definições políticas, consideramos importante sintetizar em cada um dos congressos nacionais as questões relativas à infância e às mulheres. Nesse sentido, como no início do Movimento tem poucos registros sobre a criança e a mulher, a escrita também ganha uma forma mais descritiva em alguns momentos e em outros mais analítica. Isso ocorre também pela densidade da participação e atuação como educadora e militante a partir da década de 1990.

O **I Congresso Nacional do MST** foi realizado nos dias 29 a 31 de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba/PR, com a participação de 1500 camponeses e camponesas com o lema: “Terra para quem nela trabalha” a “Ocupação é a Única Solução” (MST, 1985). Momento de ânimo e esperança para a luta política camponesa e operária, com as discussões realizadas no I Congresso se construiu um documento para ser entregue ao primeiro Presidente civil da República, Tancredo Neves⁵⁹ (SCOLESE, 2008, p.338).

Nesse congresso foi eleita a Direção Nacional do MST, representada naquela ocasião, pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rondônia, numa composição de dois representantes de cada estado. É importante ressaltar, já nessa primeira formação, a presença da mulher na história do MST, pois dos vinte dirigentes eleitos, duas mulheres foram indicadas representando os estados do Mato Grosso do Sul e da Bahia.

Para elucidar a luta das mulheres, que desde a origem do MST está na pauta, a conversa com a educadora militante Izabel Grein⁶⁰ nos traz elementos importante da história, de quem acompanhou a construção desde o início:

No 1º Congresso do MST nós tivemos que fazer uma luta para que 30% dos participantes fossem mulheres. Embora as mulheres vinham para dentro do Movimento muito empoderadas, muito mais do que hoje. Hoje elas vêm subjugadas para dentro dos acampamentos e assentamentos. Poucas mulheres vêm com a cabeça erguida. Na época, na agricultura e no campo, nós tínhamos no Sul, mulheres

58 Seguindo a periodicidade dos últimos dois Congressos Nacionais, supõe-se que o MST realizaria neste ano de 2021 o seu VII Congresso Nacional, porém a conjuntura de pandemia não permitiu qualquer tipo de discussão a esse respeito, o que altera novamente a periodicidade desta atividade.

59 Presidente falecido antes de tomar posse, ficando a cargo do vice-presidente, José Sarney, assumir o governo.

60 Conversa feita por WhatsApp, em julho de julho de 2020.

empoderadas que vinham para a organização exigindo direitos. Estava muito forte a participação nas oposições sindicais: era isso que fazia a força das mulheres. Nós tínhamos espaço de discussão política, tinha o lugar onde podia conversar. Elas vinham das Comunidades Eclesiais de Base e das oposições sindicais. As mulheres organizavam o movimento de mulheres, com forte participação e queriam estar presentes, queriam dizer as suas palavras. Então, foi pedido para a organização do Congresso do MST que 30% dos participantes fossem mulheres. Certamente tinha crianças, mas estavam com as mães, com sua família. Estavam nas plenárias com os adultos. Mas certamente não tinha muito, não me lembro de muitas crianças. (Grifos nossos).

As mulheres e crianças sempre estiveram presentes nos diferentes espaços de luta. A atuação da mulher desde os sindicatos, das Comunidades Eclesiais de Base fortaleceram a intervenção na luta política no MST, garantindo não só presença no I Congresso, mas participação efetiva na construção do Movimento.

Em entrevista ao Jornal Sem Terra, em 1995, Santana, primeira dirigente eleita no MST, na ocasião com 29 anos, ao ser questionada se “vale a pena a mulher buscar sua libertação”, responde:

É difícil. Tenho muita dificuldade para participar. Ele não gosta, não participa, mas também não interfere. Às vezes, ele coloca resistência, mas com diálogo mostro a ele que é importante a participação. Eu vou pra roça, cuido da casa, lavo, passo, cozinho, cuido das crianças, e ainda participo do Movimento. Já vou educando meus filhos com igualdade. Tem vezes, como aconteceu agora, eu fiquei pensando: “será que devo ir, será que vou deixar meu marido doente com os meninos?”. Mas depois, vejo que tenho que lutar por eles, tenho que lutar para que meus filhos tenham uma vida melhor. Não ia adiantar nada se eu ficasse dentro de casa. Se eu não sair e não lutar, minha família vai ficar em situação ainda pior. Tenho certeza que as mulheres que estão aqui têm consciência disso. [...] E eu acho que tem poucas mulheres participando, que a coordenação deve ter homens e mulheres em número igual. (SCOLESE, 2008, p.339. Grifos nossos).

A coragem de participar na luta, talvez seja o primeiro passo de libertação das mulheres também na luta pela terra. Certamente, para poderem participar, uma das condições é levar os filhos junto, numa luta cotidiana em busca do direito de “igualdade”, com uma dupla jornada de trabalho ou tripla e, às vezes, se culpando por não dar conta de resolver os problemas do mundo.

Santina Grasseli, gaúcha, estudou até os 5º ano e parou os estudos para poder ajudar a família nos plantios. Casou-se com 16 anos e foi em busca de terra mais barata no estado do Mato Grosso do Sul. Com três filhos, morando em Ivinhema, foi convidada pela Pastoral da Terra para ocupação de terra e foi escolhida para compor a Direção Nacional do MST em 1985 (SCOLESE, 2008, p. 65-67).

A outra dirigente executiva, Olinda Maria de Oliveira, eleita na primeira direção do MST pelo estado da Bahia, relata que “sentia o impacto [do preconceito] quando os homens eram apresentados à tesoureira [do sindicato]: tinha piadinhas de mau gosto”. Olinda Maria, desde os seis anos, trabalhava na padaria com a mãe e com os irmãos e irmãs. No povoado

onde vivia não havia energia elétrica e escola somente até o quarto ano. Olinda Maria e os nove irmãos foram alunos do próprio pai, lavrador, que levava a sério a alfabetização do povoado (Idem, idem, p. 240-241). Aos 25 anos, retoma sua escolarização, entrando no quinto ano e concluindo o antigo Segundo Grau, atual Ensino Médio, em um curso para jovens e adultos. Aos 28 é convidada para se tornar catequista por um grupo de padres italianos., com seu envolvimento nas Comunidades Eclesiais de Base, participa da disputa de uma chapa sindical dos trabalhadores rurais, com a aprovação nas eleições, assume a tesouraria e a luta sindical destes trabalhadores em Santa Maria da Vitória. Em um encontro entre os comandos sindicais, ela foi escolhida para representar os lavradores do oeste da Bahia na primeira Direção Nacional do MST (Idem, idem, p. 245).

A atuação delas nesse processo inicial, tem seu lugar de importância e reafirma a luta por igualdade das mulheres do campo, contribuindo na demarcação da história da mulher e das crianças no Movimento. Esses sujeitos, embora não apareça de forma explícita, já estavam lá, na escola, nas lavouras e no projeto de luta por uma sociedade melhor. Com a participação e presença da mulher na luta pela terra no MST, para além de assumirem os processos produtivos, também tencionam e projetam o seu lugar de fala na política e na formação. Inaugurado no ano de 1988, a produção do 1º Caderno de Formação nº 15 “A mulher nas diferentes sociedades”, organizado pela Frente de Mulheres para fazer o debate com as mulheres Sem Terra dos assentamentos e acampamentos (MST, 1988).

A mulher, a criança e a educação no Movimento, desde o primeiro momento, vão ocupando os espaços, pois, como afirma a música “Sem medo de ser mulher”, de José Pinto⁶¹, “sem a mulher, a luta vai pela metade”, vide o exemplo das primeiras professoras de acampamento na luta e no trabalho com a educação das crianças, jovens e adultos, das mulheres nas direções do Movimento, na produção agrícola, na organização dos acampamentos e assentamentos, entre outros espaços.

O debate sobre educação no MST nasce antes da criação do Setor de Educação. Inicialmente foram construídas frentes de trabalho por uma necessidade concreta da luta. Uma dessas frentes foi a Comissão Nacional dos Assentados, que definiu como prioridade pensar as questões da educação nos assentamentos. Com essa preocupação, foi organizado o 1º Seminário Nacional de Educação em Assentamentos, entre os dias 27 e 30 de julho de 1987, em São Mateus, no Espírito Santo.

⁶¹ O compositor e cantador popular do MST, conhecido por Zé Pinto, compôs essa canção no ano de 1991, por encomenda das freiras aliadas do MST que estavam organizando as mulheres do acampamento em Colorado, no oeste do estado de Rondônia. A organização ocorria em função do Encontro de Mulheres, no dia 8 de março, realizado no Espigão do Oeste e reunindo mais de nove mil mulheres.

Nesse espaço participaram integrantes do MST dos estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, com uma representação de 13 professores e monitores (MST, 2017, p. 9). Considerando que foram dez estados convidados, mas somente quatro compareceram, a preocupação é apresentada para o conjunto do Movimento sobre a real importância que se dava à educação nos assentamentos, naquele momento.

Um dos pontos altos do Seminário foi a troca de experiência, destacando os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que já apresentavam uma prática mais sistematizada de educação alternativa. Os relatos dos estados presentes em relação à educação eram semelhantes: “monitores sem magistério, falta de recursos, falta de local apropriado, falta de recursos humanos, interferência do Estado...”. O MST, em desacordo com a “escola tradicional” capitalista, define no Seminário, os seguintes objetivos da educação do MST:

A Educação Popular visa transformar a realidade social, não através do convencimento ou da imposição, mas despertando consciência. [...] A Educação Popular quer promover a consciência de classe, a organização e a capacidade dos trabalhadores para transformar a realidade em função dos seus interesses (MST, 2017, p. 10).

Nesse processo, são sistematizados alguns elementos da concepção da educação do MST a partir da Educação Popular, definindo os principais valores presentes na organização dos processos educativos, como a participação, a cooperação, a solidariedade, a criatividade, o pensamento crítico e a autocapacitação; afirmando a educação permanente nos acampamentos e assentamentos e não se limitando no tempo e espaço. Indica uma metodologia com base na interrelação da teoria e prática na produção coletiva do conhecimento, destacando o papel do professor como organizador e motivador para a participação, na reflexão e aprofundamento do saber popular e do conhecimento científico desenvolvido pela humanidade. (Idem, idem, p. 10-11).

Podemos observar que ao mesmo tempo em que a mulher vai se inserindo no MST, seja através da Frente de Mulheres, da participação na produção e educação, as crianças também ganham um cenário de atenção coletiva, sendo o processo principal de definição política do MST em relação às crianças, no campo da Educação Popular, na construção de escolas⁶² alternativas para os acampamentos e assentamentos, em contraposição à escola tradicional burguesa.

2.1.2 “Ocupar, resistir e produzir” também na Educação: II Congresso do MST no ano de 1990

62 Esse tema será desenvolvido no capítulo 3.

O II Congresso do MST foi realizado nos dias 8 a 10 de maio de 1990, com a presença de cinco mil Sem Terra em Brasília, num período de forte repressão, mas também de amplitude da luta pela terra no Brasil. As ocupações aumentaram em todo território nacional e junto a isso, a resistência e o enfrentamento na disputa pela terra desde o poder local, estadual e federal. O Brasil estava sob o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), primeiro presidente eleito por eleições diretas, mas envolvido em escândalos de corrupção, que não o deixou concluir o mandato, renunciando no dia 29 de dezembro 1992, um dia antes de seu *impeachment*. Nesses dois anos, esteve instaurado um governo de muita repressão, seguindo com as práticas de violência como instrumento político, que vem desde a colonização, deixando sua marca registrada na história de massacres e chacinas⁶³ contra as organizações populares, as populações em situação de rua, carcerária, os povos do campo, entre outras realidades de violência no país.

É nesse momento que o Movimento inicia seu processo organizativo no trabalho com as cooperativas no sul do país, na organização coletiva dos acampamentos e assentamentos, bem como na forma de conceber suas comunidades em agrovilas, aproximando as famílias e possibilitando uma área social com posto de saúde, escola, horta comunitária, parque infantil e creches para as crianças e organização de espaços para o esporte. A produção agrícola foi o carro-chefe na discussão e organização dos assentamentos, que se tornaram uma referência importante para o trabalho de base, apresentando-se como um resultado obtido através da luta, para as famílias que tinham interesse na luta pela terra.

As condições da educação para o campo, a negação do acesso à escola, a precarização, o conservadorismo da escola burguesa, provocam no MST, o debate sobre a construção de uma “escola diferente”. Inicia-se coletivamente um debate interno e se produz o Caderno de Formação nº 18 (1991), que se converte em um importante documento orientador sobre “O que queremos com as escolas de assentamentos”. A educação passa a ser entendida então, como um direito das famílias Sem Terra, assumindo, junto à luta por escola, a formação de educadores para construir a desejada escola diferente da reforma agrária.

Essa escola envolvia as crianças, adolescentes, mas também abarcava a necessidade de organizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), já que havia muitas pessoas nos acampamentos e assentamentos analfabetas ou com muita pouca escolarização. A

⁶³ No ano de 1992, na cidade de São Paulo, na Casa de Detenção do Carandiru, a polícia militar para “conter” uma rebelião, utilizou sua prática de extermínio numa chacina que matou 111 detentos. Como registrado no capítulo 1 desta tese, no ano de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, foram assassinados oito adolescentes que dormiam no pátio da igreja Candelária. Todas as vítimas eram pobres e negras. Prática recorrente na cidade do Rio de Janeiro.

alfabetização e escolarização de jovens e adultos se torna uma bandeira forte e permanente junto às famílias Sem Terra, privadas, até então, do acesso ao conhecimento letrado.

Constata-se, portanto, que a luta por escola nos assentamentos se torna uma questão concreta para o conjunto do MST e esse processo passa também pela mobilização das crianças em suas comunidades. É um período de muitas mobilizações na organização das comunidades Sem Terra, desde a produção no campo da agricultura, da organização das famílias, bem como das produções de materiais pedagógicos para as frentes da Educação do Movimento.

Sublinhamos que nesse momento foram produzidos vários materiais pedagógicos, voltados para a formação das crianças, à exemplo da “Coleção Fazendo História”, em 1994, com duas produções literárias infanto-juvenis: “A comunidade dos gatos” e “O Dono da bola”. Também foi construído, nesse mesmo ano, no campo da música infantil, o álbum “Plantando Cirandas⁶⁴”, uma fita k7 com 28 canções. Essas produções de literaturas e músicas infantis, foram elaboradas coletivamente no Curso de Pedagogia⁶⁵ do MST, em Belo Horizonte.

A ideia de “Ciranda Infantil” no MST surge com essa primeira produção, tendo como referência a brincadeira e cantiga de roda, da cultura popular brasileira, na canção da artista popular Lia de Itamaracá, “Minha Ciranda”, que na versão cantada pelo MST, a Ciranda ganha uma configuração diferente da letra original [...] Esa Ciranda não é minha só, ela é de todos nós, ela é de todos nós. [...] pra se dançar ciranda, juntando mão com mão, formando um cordão, batendo o pé no chão”.

As referidas produções dialogam com o período de organização dos assentamentos, tendo como centralidade a organização, a produção e o trabalho coletivo nos mesmos e faz a reflexão do contexto conjuntural, reafirmando os direitos das crianças e da natureza. Uma das canções infantis, da Brigada Axé, tem por título “Ocupação” e faz menção a organização da produção:

64 “[...] Ainda no ventre, escuta o filho a mãe que lhe canta. Depois, nascido, continuam as canções nos aconchegos do colo materno. [...] As Cirandas Infantis são, principalmente, os primeiros mutirões culturais de que participamos e desde encontro de alegria cria-se dentro de nós a noção do quanto é bom estarmos e fazermos juntos. [...] Cirandas, como canção de roda, não acontece no ar e tampouco nos espaços limitados do interior de um prédio: elas precisam de chão, terra, e as pessoas nela se apoiando recriam, a cada passo, a eterna relação entre o ser humano e a natureza, expressa em toda sua plenitude quando acontecer o ato de plantar”. (MST, 1994, p. 4).

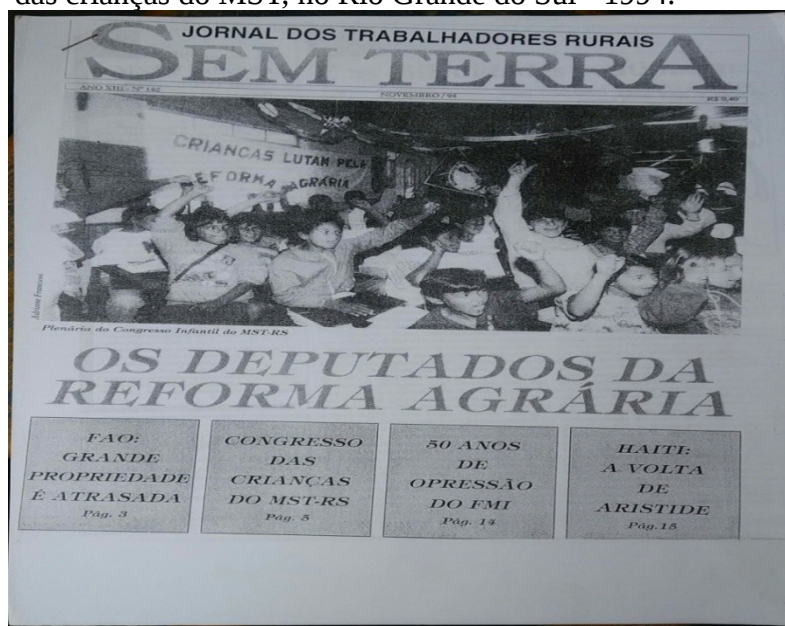
65 Esse curso foi mobilizado pelo MST de forma alternativa para o estudo com oficinas de produção de materiais e com educadores militantes do Setor de Educação em nível nacional. Na atualidade, a versão do Curso de Pedagogia é realizado nas grandes regiões, no período de férias (janeiro), uma vez ao ano, para professores de assentamentos e acampamentos do MST.

Pra entrar na ocupação tem que ter união. / OBA! AGORA JÁ POSSO ENTRAR. / Pra entrar na ocupação temos que resistir / Pra entrar na ocupação temos que cooperar / Pra entrar na ocupação temos que produzir / Pra entrar na ocupação temos que repartir / Pra entrar na ocupação temos que educar (MST, 1994, p. 10)

Como marco importante na luta por escolas do campo, destacamos as mobilizações infantis no MST, inauguradas no mês de outubro de 1994, no estado do Rio Grande do Sul. O Setor de Educação do MST e as professoras das escolas de assentamentos e acampamentos organizaram a primeira mobilização infantil, na cidade de Porto Alegre, com 101 crianças. Na mobilização estavam presentes as dimensões da luta e organização como principal palavra de ordem para o conjunto do MST, inclusive as crianças.

Esse espaço, para além de trazer o estudo, o debate do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), coloca em evidência para a sociedade o abandono e descaso dos órgãos governamentais com as crianças do campo. Do direito das crianças de ter a terra como lugar de produção da existência, de estudar em sua comunidade-território, garantindo a qualidade de vida e do conhecimento e reconhecimento de seus direitos enquanto crianças camponesas.

Figura 4 - Foto da capa do JST registrando o 1º Congresso das crianças do MST, no Rio Grande do Sul - 1994.



As crianças Sem Terra ganham espaço no Jornal Sem Terra (JST) e na imprensa burguesa. O JST, como veículo não só de informação, mas de formação das famílias Sem Terra, colocou para reflexão do conjunto do MST as provocações do Jornal Zero Hora que se refere a mobilização infantil do MST como “*pedagogia homicida*”, de “*educação para a morte*”, entre outras referências da mídia burguesa que cria um discurso ideológico de

criminalização dos movimentos sociais, distorcendo a realidade e a verdade, já que não tem compromisso com ela.

Mas afinal, a quem assustou tanto a manifestação dos “sem-terrinha” (é assim que a imprensa apelidou nossas crianças)? E por que assusta tanto ver uma criança empunhando a bandeira vermelha e dizendo que quer ajudar acabar com a miséria do povo? (JST, 1994, p. 5).

Podemos dizer que nas diversas ações realizadas pelo MST junto às crianças, vai sendo gestado e construído a identidade política das crianças Sem Terra, em nível nacional, sendo o JST um instrumento muito presente na vida das famílias acampadas e assentadas nesse período, proporcionando debate e reflexão sobre o tema (sobre esse assunto, trataremos com mais ênfase no capítulo 3 desta tese).

Ainda no marco da primeira mobilização infantil do MST, destacamos a relação política que foi se construindo com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Na realização de sua 1º Conferência de Crianças e Adolescentes de Porto Alegre, em 20 de outubro de 1994, o manifesto das crianças Sem Terra, integrou-se ao documento final da Conferência do MNMMR. São nos movimentos populares organizados que as crianças da classe trabalhadora podem se reconhecer na sua causa e na sua luta e desde pequenas, aprendendo a importância de unificar suas pautas de luta por direitos na sociedade.

Nesse período, fica evidente a organização dos assentamentos e a formação dos coletivos, impulsionando um aprofundamento nos debates e nas reflexões registradas como processo de construção das comunidades Sem Terra e da educação do MST. As crianças começam a ganhar visibilidade e papel político desde as relações com crianças de outros movimentos, bem como participar de mesas de negociações com órgãos governamentais a partir da mobilização infantil. Consideramos ser esse um período que ocorre de forma mais expressiva, um processo de gestação da identidade política das crianças Sem Terra no Brasil, com força nas dimensões da luta e organização.

2.1.3 Uma identidade política em gestação: III Congresso do MST no ano de 1995 – Reforma Agrária uma luta de todos e dos Sem Terrinha também!

No ano de 1995, com o lema “Reforma Agrária: uma luta de todos”, o MST realiza o III Congresso Nacional, nos dias 24 a 27 de julho, em Brasília. Com a participação de 5.226 camponesas e camponeses, o MST traz e incorpora o debate de que a reforma agrária precisa ser um tema de toda a sociedade. No entendimento do MST, a população como um todo,

principalmente a urbana, também consumidora dos alimentos produzidos no campo, teria um papel fundamental de compreender a importância da reforma agrária para o Brasil, ajudar no debate e consumir alimentos da agricultura camponesa e familiar. Tal compreensão parte da análise de que tanto o campo quanto a cidade são explorados pelas empresas de alimentos.

Esse período demarca a abertura do MST para a sociedade, numa compressão estratégica de ampliação de suas lutas, na reafirmação dos objetivos e princípios do programa agrário do MST. Nesse mesmo ano toma posse o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consolidando o projeto neoliberal em seu governo, dando sequência a um conjunto de medidas de ajustes fiscais, como o Plano Real, que visou a manutenção econômica do Estado brasileiro, iniciando-se o processo de privatização das empresas estatais e colocando o estado como regulador/gerenciador das empresas privadas. É nesse governo também que se inaugura a reforma agrária de mercado, contrapondo a luta do MST e criminalizando os movimentos sociais, num período de muitas lutas e mobilizações, somado a uma atuação incisiva e violenta do Estado nas perseguições às organizações sociais dos trabalhadores do campo e da cidade.

Nesse período, as crianças cantavam em seus encontros no estado de São Paulo: *“Fernando, Fernandinho⁶⁶ não queremos mais você. A carne é um bom alimento, mas do preço que ela está ninguém pode mais comer... O leite, o arroz, a farinha, o feijão etc.”*.

Essa realidade agrária vai configurando um cenário de muita repressão, conflitualidade e, ao mesmo tempo, resistência no campo. Relatamos aqui um episódio que retrata essa turbulência social vivida pelas famílias nos acampamentos no Brasil. Na madrugada do dia 09 de agosto de 1995, policiais armados se deslocaram para o acampamento do MST, na ocupação da Fazenda Santa Helena, com mais 600 famílias, localizada no estado de Rondônia. Em um dos maiores conflitos agrários do estado, que ficou conhecido como *Massacre de Corumbiara*, no qual policiais deixaram mais de 50 pessoas feridas e 10 Sem Terra mortos, sendo uma das vítimas uma criança de 7 anos⁶⁷.

A menina Vanessa dos Santos Silva, de 7 anos, estava com a mãe, o pai e um irmão. Ela foi atingida por um tiro nas costas, no momento em que a família fugia do acampamento. Segundo as investigações, a morte foi em consequência da perda de sangue ocasionada pelo disparo. Em depoimento na época, Maria dos Santos, mãe

66 Letra adaptada. A versão original compõe a fita k7 com a canção “Dinheirinho”, que no refrão menciona a Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab, criada em 1962 e extinta em 1997. “[...] Sunab, dona Sunab não gostamos de você. O pão é um bom alimento, mas no preço que está ninguém pode mais comer” (MST, 1994, p. 14). A adaptação teve sua origem, ainda no governo de Fernando Collor de Melo.

67 Disponível em: G1 - Testemunhas relembram massacre de Corumbiara: 'cenas de guerra' - notícias em Vilhena e Cone Sul (globo.com). Acesso em fevereiro de 2020.

de Vanessa, diz que ouviu o grito da filha enquanto corria e ela morreu 10 minutos depois. (ETEVAN; PAIÃO; BARROS, 2015).

Na realidade dos acampamentos, assim como daqueles que lutam pelo direito à moradia para a sua existência na terra, os “donos de tudo” os considera como “donos do nada”, o que demarca o processo histórico do Brasil, onde a propriedade privada está acima do ser humano. Como nos ilustra o poema de Vinicius de Moraes “Os Homens da terra”⁶⁸, que “os senhores donos da terra” ao se deparar com o movimento da classe trabalhadora se posicionando para o “não o fuzil contra a enxada”, da terra árida, dos “ninguéns”⁶⁹, a semente de esperança semeada pelos “filhos e filhas (dos) ninguéns” – se mobilizando, organizando e plantando a semente da primavera.

Figura 5 - Foto: Geraldo Lazzari.



Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/10/politica/1436536093_766504.html Acesso em: julho de 2020.]

No ano seguinte, em 1996, dia 17 de abril, numa operação planejada, na fazenda Macaxeira, curva do S, aconteceu o terrível *Massacre de Eldorado do Carajás*, no estado do Pará, deixando 19 mortos, 69 feridos e 7 desaparecidos. Oziel Alves, de 17 anos, foi o jovem que por sua liderança, durante seu assassinato foi torturado e obrigado a gritar “Viva o MST!”.

O que se pode evidenciar é que a realidade das crianças na luta pela terra convive, até os dias de hoje, com esse quadro de violência determinada pelo latifúndio e pelo Estado. O MST segue com os seus objetivos e junto à luta internacional, consegue apoio político para denunciar o Estado capitalista e o latifúndio, que MATA todos aqueles que tentam transgredir a ordem burguesa e distribuir a riqueza produzida pela humanidade.

68 Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/2016/03/16/os-homens-da-terra-vinicius-de-moraes/>

69 Eduardo Galeano. Poema “Os ninguéns”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-ninguens-por-eduardo-galeano/>

Nas palavras de Pedro Tierra, no poema em homenagem à Corumbiara, Carandiru e Eldorado do Carajás, num gesto sensível, expressa a contribuição da arte demarcando o território da luta: “hoje o silêncio pesa como os olhos de uma criança depois da fuzilaria. Candelária, Carandiru, Corumbiara, Eldorado do Carajás não cabem na frágil vasilha das palavras... Se calarmos, as pedras gritarão...”. São vidas ceifadas em nome da propriedade privada, do poder sobre o outro, um projeto de desumanização, da produção do descartável, de higienização, destruição do planeta. Até quando ceifarão vidas para que o projeto do capital siga sendo hegemônico?

Em resposta às violências do Estado e do latifúndio, no dia 17 de abril de 1997, diante de um quadro de repressão e de um ano do Massacre de Eldorado do Carajás, o MST finalizava, em Brasília, a *Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária*. Foram dois meses de caminhada com cerca de 1500 Sem Terra organizados em três colunas, que saíram das cidades de São Paulo/SP, Governador Valadares/MG e Rondonópolis/MT.

Caminhando num total de mil km aproximadamente, encerraram a marcha na chegada em Brasília com mais de 100 mil pessoas, entre Sem Terra, amigos do MST, sindicalistas e militantes de outras organizações sociais do campo e da cidade. Em memória do massacre, foi oficializado pela Via Campesina⁷⁰, no México em 1996, o dia 17 de abril como Dia Internacional da Luta Camponesa.

No Brasil, o reconhecimento foi através da luta política e muita pressão social, inclusive internacional, para a assinatura do presidente do Brasil no momento, Fernando Henrique Cardoso, resultando na Lei nº 10.469⁷¹, no dia 25 de junho 2002, que instituía o dia 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária no Brasil.

2.1.4 O nascimento da identidade política das crianças Sem Terrinha

Nas suas primeiras edições as mobilizações infantis eram chamadas de Congressos Infantojuvenis, o nome Sem Terrinha como identidade política, se fez presente inicialmente no 1º Congresso Infantil do estado de São Paulo, realizado na cidade de São Paulo, no ano de 1996, trazendo no lema a expressão: “Reforma Agrária: uma luta de todos e dos Sem Terrinha também”. A palavra Sem Terrinha apareceu nesse encontro em palavras de ordem, como “Terra, saúde, educação pra todos os Sem Terrinha é a solução”, e se apresentou para a

70 Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/> Acesso em: 03 de março de 2020.

71 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10469.htm Acesso em: março de 2020

sociedade paulistana com a divulgação do Manifesto dos Sem Terrinha à Sociedade Brasileira.

Percebemos que desde a preparação desse encontro, se confirmava a identidade política Sem Terrinha, proporcionando que as crianças do MST se reconhecessem nessa identidade. Tanto que no ano seguinte, em 1997, os congressos das crianças nos diferentes estados que o MST estava organizado, passaram a se chamar Encontro dos Sem Terrinha⁷², mobilização infantil ou Jornada dos Sem Terrinha. O nome, assim como o nome social Sem Terra, como descreve Caldart (2000) em sua tese, também se configura como uma identidade coletiva, política e social das crianças no MST:

A condição (individual) de sem (a) terra, ou seja, a de trabalhador ou trabalhadora do campo que não possui sua terra de trabalho, é tão antiga quanto a existência da apropriação privada deste bem natural. No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocabulário sem-terra, com hífen e com o uso do s na reflexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia (CALDART, 2000, p. 16-17).

Portanto, com essa compreensão da identidade e autonomia, o nome Sem Terra e Sem Terrinha, são nomes próprios, com “letra maiúscula, sem hífen, e sem o uso do s”, construídos coletivamente com identidade política e social, desde o projeto histórico da luta de trabalhadoras e trabalhadores camponeses.

O ano de 1997 é marcado por mais uma conquista para as crianças Sem Terrinha. Com a luta por escola, o reconhecimento das mobilizações infantis e a identidade política gestada na jornada de luta das crianças, mais um instrumento político foi concebido para elas em nível nacional. O Setor de Educação, após muitos debates sobre a presença das crianças nas atividades da organização, a conjuntura brasileira feminista na luta por creches, a luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação das creches nas cooperativas de produção nos assentamentos, realiza a 1ª edição da **Ciranda Infantil**⁷³, no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, realizado em Brasília. Para a gestão da Ciranda infantil, o MST teve como referência a experiência cubana: espaços

⁷² Tema a ser desenvolvido no próximo capítulo.

⁷³ Para saber mais sobre o tema, buscar em: ROSSETTO, Edna Araújo Rodrigues. Dissertação de Mestrado “Essa Ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das Crianças Sem Terrinha no MST”. UNICAMP, 2016.

destinados às crianças pequenas, chamados de *Círculos Infantis*⁷⁴, criado desde a revolução cubana para a educação das crianças.

Essa experiência efetiva-se diante de muitas reflexões de mães militantes que, por não terem com quem deixar seus filhos durante um período de estudos, reuniões, entre outras atividades, foram pautando no Movimento a respeito. Antes de se tornar uma ação do Setor de Educação a nível nacional, já existiram experiências nessa direção. O estado do Ceará foi pioneiro na realização do espaço infantil, com a realização da “Creche Itinerante Paloma”, impulsionando o Coletivo Nacional de Educação a discutir, em 1996, pela primeira vez, a educação infantil no Movimento (MST, 2006, p.).

A Ciranda Infantil⁷⁵ realiza práticas educativas com as crianças Sem Terrinha de zero a seis anos, reconhecendo a importância da presença das crianças pequenas nos diferentes espaços da luta pela terra, e sobretudo, afirmando o valor da participação da mulher nos espaços de luta. Desde então, a Ciranda foi se tornando uma referência para as crianças e para as mulheres no MST e, atualmente também se converteu numa inspiração para outras organizações nacionais e internacionais, junto aos movimentos populares da Via Campesinas e, para além dos movimentos, algumas universidades, que têm construído esse espaço para os cursos em parcerias com os movimentos do campo.

A realização do I ENERA em 1997, registrou vários acontecimentos significativos para a luta dos povos do campo; 1) como já dito, a realização da primeira Ciranda Infantil no MST que, posteriormente, amplia-se no interior do Movimento e para além dele; 2) início do debate sobre a necessidade da Educação do Campo no Brasil, sendo essa concepção gestada a partir de experiências já desenvolvidas nas áreas de reforma agrária do MST, resultando na articulação dos movimentos sociais, populares e sindicais envolvidos com o campo, para a realização da 1ª Conferência por uma Educação Básica do Campo no Brasil, que aconteceu em Luziânia/GO, no ano de 1998. Essa mobilização proporcionou a luta por uma política pública para a educação do campo e a criação no ano de 2010 do Fórum Nacional pela Educação do Campo – FONEC; 3) a criação de um grupo com representantes de diferentes entidades para elaboração de uma proposta de educação para os assentamentos de reforma agrária. Proposta que culminou na apresentação do Programa Nacional de Educação na

74 Segundo a Telesur, os *Círculos Infantis* cubanos são espaços para o desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida. Existe há mais de 50 anos. O projeto “educa a tú hijo” foi desenvolvido para a população das regiões rurais, para garantir o acesso das famílias que vivem distantes, e com o sucesso do programa foi estendido para a cidade. Cuba tem em torno de 1.130 *Círculos Infantis*, atendendo mais de 154 mil crianças de todo o país. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_MCcxzLCUXI. Acesso em: dezembro de 2015.

75 Aprofundaremos mais sobre esse tema no capítulo 3.

Reforma Agrária – PRONERA⁷⁶, sendo aprovado no dia 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

Data também de 1998 a criação da primeira turma de Pedagogia da Terra do MST, num convênio com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e o MST. Essa primeira turma foi fundamental para o debate, fortalecimento e abertura de novos cursos de Pedagogia e outros cursos de graduação em diferentes áreas nas universidades do Brasil, o que contribuiu na formação de educadores da reforma agrária, bem como nos estudos e pesquisas no campo brasileiro. Destacamos nessa importante conquista, a oportunidade de estudar na universidade pública, com um projeto construído desde a luta da classe trabalhadora do campo, com a efetivação do PRONERA, uma conquista dos sujeitos do campo.

Com esse programa, muitos jovens e adultos tiveram a oportunidade de serem alfabetizados, escolarizados e terem acesso à universidade⁷⁷. Infelizmente, o Decreto 10.252/2020, do atual Governo Bolsonaro, extinguiu “a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do PRONERA⁷⁸”. Com tantas retiradas de direitos na atual conjuntura, não foi novidade para as organizações sociais do campo, mas é um retrocesso para a história de luta na garantia de políticas públicas para a Educação do Campo no Brasil.

Podemos evidenciar que esse período de acirramento da luta social, das mobilizações contra as violências, foi também um período de muita luta, produção e reafirmação dos povos do campo enquanto sujeitos coletivos. O lugar da infância do campo se fortalece com a luta pela terra, desde a formação e escolarização de educadores para atuarem nas escolas do campo e nas Cirandas Infantis, das construções dos parques infantis nos assentamentos, envolvendo toda a comunidade Sem Terra. O trabalho com as crianças dá vivacidade às comunidades e suas experiências e considerando a realidade do campo, um passo a mais é dado em relação à construção do projeto de “Reforma Agrária: uma luta de todos”, que inclui as crianças Sem Terra e o conjunto da população do campo que, historicamente, só são lembrados nos períodos eleitorais. A educação do campo é um dos principais temas que envolvem outros sujeitos do campo na sociedade. A construção da concepção de infância na

76 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/educacao/66-atuacao/230-historia-do-pronera.html> Acesso em: março de 2020.

77 Com o PRONERA tive a oportunidade de fazer a graduação em Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e o curso de Especialização em Movimentos Sociais, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

78 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/> Acesso em: março de 2020.

luta pela terra no MST, proporciona espaço importante de debate, estudo a partir das experiências educativas que dá significação na formação das crianças do campo.

2.1.5 A Ciranda Infantil no IV Congresso do MST no ano de 2000

“Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio!”, essa foi a palavra de ordem do IV Congresso do MST, realizado em Brasília entre os dias 07 a 11 de agosto de 2000, envolvendo aproximadamente 11 mil militantes de todo Brasil. Período de ascensão do Movimento, desde a conquista de novos assentamentos, das mobilizações para novas ocupações de terra e da ampliação da atuação com mais força política no território brasileiro. Como já mencionado, a repressão e a criminalização do Movimento, se transformou numa das principais pautas políticas para o enfrentamento ao latifúndio, denunciando em nível nacional e internacional a violência no campo.

As linhas políticas do IV Congresso do MST tem como centralidade a continuidade do trabalho de base com a classe trabalhadora que vivem nas condições da espoliação humana do capitalismo, da precarização, desemprego, excluídos das condições de trabalho, num contexto que reafirma a importância da reforma agrária, da articulação com os movimentos do campo e da cidade e de “desenvolver ações contra o imperialismo, combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio), o BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas)”⁷⁹.

Após a experiência da Ciranda Infantil do I ENERA, no IV Congresso do MST ela é organizada pela primeira vez em uma atividade nacional, massiva e que envolve o conjunto do Movimento. A Ciranda Infantil, muito esperada pelas mães e crianças, pois a organização desde espaço educativo proporcionou que as mulheres mães participassem do Congresso, sem se preocupar com quem deixar as crianças, e garantindo não só o cuidado, mas também a educação da infância Sem Terrinha.

Embora as crianças já estivessem presentes nas diferentes atividades, inclusive nos Congressos anteriores, foi no espaço nacional do IV Congresso que a educação infantil ganhou reconhecimento e presença na organização do MST, com identidade, visibilidade e expressividade nacional, sendo a Ciranda Infantil, o lugar de ocupação das crianças Sem Terra.

79 Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/> Acesso em: Juho de 2020.

Para a professora e educadora Edna Rossetto⁸⁰, coordenadora da Ciranda nesse período,

a partir do IV Congresso, já se previa a Ciranda, pois já se sabia que teria participação das mães e iriam trazer os filhos. As mães começaram a criar confiança em deixar as crianças na Ciranda, confiar que o Movimento estava se preocupando com os filhos delas, criou confiança na mãe militante, dirigente, mas também na mãe que está lá no assentamento que participa do seu cotidiano. É a partir do IV Congresso que a gente vê que a Ciranda entra na agenda do Movimento como um todo. A partir do IV Congresso que a gente faz aquele debate do que significa essa infância para o Movimento. [...] A Ciranda teve momentos bem significativos. Essa Ciranda começou a mostrar para o Movimento a possibilidade de organizar as cirandas nos assentamentos e acampamentos. Mesmo com infraestrutura precária que tinha no IV Congresso, a gente conseguiu fazer um trabalho muito bonito com essa Ciranda. A entrada das crianças na plenária foi uma coisa muito linda. As crianças apresentaram com os seus desenhos a direção nacional que estava tomando posse naquele período e foi muito bonito, muito significativo. Cada pai, cada mãe ficaram muito orgulhosos de ver suas crianças entregando a sua produção para os dirigentes, se comprometendo junto com os dirigentes. A partir daí, a gente conseguiu colocar realmente as Cirandas Infantis no debate do Movimento Sem Terra.

Como descreve Rossetto (2020) sobre a Ciranda Infantil no IV Congresso, as crianças ganham presença no debate político e organizativo do conjunto do MST, dá segurança para as mães, se fazendo presente nas diversas atividades do Movimento.

Em 2005, o MST realizou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária com o objetivo de debater a reforma agrária com a sociedade e pautá-la no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nessa marcha, em que participaram 12 mil pessoas, dentre estas, 140 crianças Sem Terrinha, a infância teve como marco principal a reflexão sobre o seu lugar na organização Sem Terra. Num percurso de 200 km, de Goiânia a Brasília, em duas semanas de caminhada, a Ciranda Infantil e Escola Itinerante “*Pé no chão*”, foi o lugar de atuação e participação das crianças do MST. A primeira voltada às crianças para educação infantil e a Itinerante para as crianças em idade escolar.

Nesse contexto de luta afloraram-se as contradições e as questões sobre o trato com as crianças do campo. Mesmo o MST defendendo uma educação libertadora, não significa que sua base social tenha consciência desse projeto, pois a formação e conscientização exigem um processo permanente de politização, reflexão e avaliação nas comunidades.

A marcha permite que o conjunto do MST constata – provocados pela realidade das condições visíveis de desestruturação das famílias, em particular as crianças, e nos espaços voltados a ela – a situação de vulnerabilidade que muitas delas enfrentam, mesmo estando ela e sua família no Movimento. Nos documentos internos de avaliação do MST, encontramos alguns relatos sobre as crianças na Marcha Nacional:

80 Depoimento cedido em 8 de setembro de 2020, via *WhatsApp*.

Algumas crianças não tinham, sequer, um chinelo para pôr em seus pés. Vamos culpar os pais por isso? Não. Mas nosso Movimento não pode deixar de perceber algo tão triste. Quando nos agrupávamos durante a madrugada à espera da marcha sair para entrarmos nos ônibus, não era fácil perceber na grama fria e molhada, os pesinhos de criança com apenas três anos de idade “enrugadinhos” de frio, sem calçado. Fizemos o possível para resolver alguns desses problemas. Mas a reflexão é: se cada estado tem sua organicidade, temos que perceber essas coisas nos pequenos grupos não de uma forma assistencialista, mas de uma forma reflexiva, algo que nos faça crescer juntos para humanização de nossos companheiros e companheiras.

O dia a dia da Ciranda e da Escola mostrou que “apesar da dura vida”, a criança brinca, chora, briga, grita, abraça, beija... são essas as manifestações que nos enchem de esperança, pois são expressões que mostram a criança em processo de resistência e de luta. (MST, 2005, documento Interno, s/n).

A partir das reflexões da Marcha Nacional, ocasionada pelas contradições do trato do adulto (pai e mãe) com a criança, questões são colocadas no debate nacional e aprofundadas nas seguintes instâncias: Coletivo Nacional de Educação e Coordenação Nacional do Movimento, ambos coletivos que dirigem o MST a nível nacional.

Esse processo coloca as crianças da/na luta pela terra, ocupando o debate e reflexão nacional, resultando entre outras ações, na realização do I Seminário Nacional: O Lugar da Infância Sem Terra no MST. Desta maneira, as contradições vividas na marcha sobre a infância provocaram a organização a colocar como questões centrais os cuidados e a educação das crianças nos assentamentos e acampamentos, aprofundando o debate coletivo do *projeto educativo* para a infância no MST, além de discutir as contradições de classe, o caminho para a conscientização e mudanças na construção do lugar da infância no MST.

O Seminário aconteceu entre os dias 9 e 11 de maio de 2007, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e teve a presença de todos os setores do Movimento, com 79 participantes dos estados brasileiros onde o MST está organizado (MST, 2017, p. 123).

Esse encontro retoma e reflete sobre a presença permanente das crianças na luta pela terra e no MST. Nas ocupações, as situações enfrentadas pelas crianças e seus familiares revelam que as condições objetivas não as permitem acessarem os direitos básicos da chamada “cidadania”. Para o MST (2017, p. 123), “as crianças emergem como problemática quando os corpos das mulheres começam a ocupar os espaços institucionais (cursos, reuniões e mobilizações) do Movimento”. Existe uma materialidade concreta das crianças nos espaços do MST, seja nas escolas, nas cirandas, nos estudos sobre a infância, nos setores do MST, no acampamento e assentamento, nos parques infantis entre outros espaços. No Seminário se reafirma que as crianças Sem Terrinha estão em todos os espaços do MST, são sujeitos históricos, participativos e de direitos e, portanto, devem estar em todos os espaços políticos do Movimento.

O Seminário coloca como desafios os estudos: da criança como sujeito participativo; de gênero, rediscutindo os papéis sócio-histórico de homens e mulheres; da família, no sentido da superação da família burguesa; do trabalho como princípio educativo e da produção da vida; dos direitos da infância. (Idem, p. 125).

Na sequência desse seminário, começa a Oficina de preparação das coordenadoras/es da Ciranda Infantil e Escola Itinerante Paulo Freire para o V Congresso do MST. Foram cinco dias de estudo e planejamento com 50 coordenadoras/es, para pensar e organizar o espaço em preparação a Ciranda que receberia mais de 1000 crianças em Brasília.

As preparações para os congressos do MST são de intensas mobilizações, desde a base social, com a sociedade, as articulações e relações políticas e com as organizações populares. A Ciranda Infantil demarca a gestação de um instrumento político, uma novidade no cenário nacional e internacional, marcando a presença de forma organizada das crianças e ampliando a participação das mulheres Sem Terra no MST.

O Movimento Sem Terra, atua como educador do sujeito coletivo e que nos limites da sociedade de classe, enfretam as contradições presente nas práticas das famílias acampadas e assentadas, fazendo o debate e reconhecendo que na luta de classes, estas contradições devem ser tratadas de forma crítica e com ações concretas para as mudanças e transformações sociais.

2.1.6 A ocupação das crianças Sem Terrinha no V Congresso do MST em 2007

Com o lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, o V Congresso Nacional do MST, realizado entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, no período do Governo Luiza Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi o maior congresso já realizado pelo Movimento, envolvendo aproximadamente 18 mil Sem Terra de todo Brasil e diversas entidades de outros países.

A partir do século 21, o campo brasileiro foi hegemonizado de forma mais intensa pelo agronegócio, cujo modelo econômico tinha em seu centro apenas as exportações, os bancos e os grandes grupos econômicos, por isso o discurso que se hegemonizou é o de que a reforma agrária não fazia mais sentido. Com a expansão e consolidação do agronegócio, a complexidade do debate em torno da questão agrária aumentou, e os Sem Terra tiveram que qualificar o debate. O capital estrangeiro, as transnacionais, os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia e para sustentar o seu modo de consumo (MST, 2007, internet⁸¹).

81 Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14> Acesso em: agosto de 2020.

Com o projeto hegemônico na agricultura brasileira, que para além de projetar o modelo econômico internacional, modifica o jeito de produzir alimento, produzindo monoculturas com o uso intensivo de agrotóxicos, entre outras práticas, como desmatamento, queimadas, avanço nas áreas de terras das comunidades tradicionais, provocando crimes ambientais e violência contra os povos do campo. É nesse contexto que o V Congresso Nacional do MST traz o debate sobre a reforma agrária, justiça social e soberania popular.

As crianças Sem Terrinha nesse cenário de debate e organização do MST aparecem com mais visibilidade política. A Ciranda Infantil e Escola Itinerante Paulo Freire no V Congresso, foi organizada para receber mais de 1000 crianças Sem Terrinha e mobilizados mais de 300 educadores/as infantis, num grande encontro cultural de crianças e adultos no acampamento de Sem Terra em Brasília, tornando-se a maior atividade já realizada em nível nacional, com as crianças Sem Terrinha.

A partir da construção dessa Ciranda Infanti e Escola Itinerante, ampliou-se a faixa etária para receber crianças de 0 a 12 anos, onde antes atendia de 0 a 6, e envolveu outros setores do Movimento nas atividades, permitindo uma experiência pioneira com as crianças Sem Terrinha. A ciranda, embora seja de responsabilidade do Setor de Educação, vai sendo organizada e compondo outras frentes no fazer pedagógico. O número de crianças, educadores e setores envolvidos com a Ciranda e a Escola Itinerante no congresso garantem uma maior visibilidade das crianças no MST, proporcionando um amplo debate sobre a infância no Movimento Sem Terra.

Outro fato de extrema relevância se deve ao processo de reafirmação da Ciranda Infantil como espaço educativo das crianças, demarcando mais uma vez, o território de infância e da criança como sujeito político, fortalecendo a participação da mulher na luta, pois, considerando somente o número de crianças no V Congresso, fica evidente a presença massiva das mulheres nessa atividade nacional. Na alteridade de crianças do campo, Sem Terra, esses espaços educativos da infância envolvem a organização, a luta, a alegria, a festividade, as brincadeiras e debate sobre a dura realidade das crianças da terra.

A Ciranda Infantil no V Congresso, homenageia o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, colocando seu nome na Ciranda Infantil dos espaços nacionais, como reconhecimento desse menino nordestino que lia o mundo, que “cresceu, virou jovem, adulto, professor” e é a referência para o mundo na educação popular. “[...] as crianças desde cedo aprendiam a ‘brincar de fazer brinquedo’: papagaio, pião, arapuca, casa de ‘finge’ e caminhãozinho de madeira velha e lata usada. Tudo se aprendia, tudo se criava, tudo se inventava naquele tempo” (BRANDÃO, 2014. p. 17).

Nesse ambiente ocorreu a presença do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, para participar de uma assembleia com as crianças. A assembleia geral que envolvem todas as pessoas dos acampamentos e assentamentos é uma realidade vivida permanentemente pelas crianças. Lugar das palavras de ordem, das músicas da luta, de poesia, de aprovação de regimentos para a convivência coletiva e de noticiar as conquistas ou as perdas coletivas, uma atividade presente na vida das crianças. Mas essa era diferente, era a Assembleia das Crianças, e com o Ministro da Educação.

As crianças surpreenderam a nós, adultos, na organização para a referida assembleia. Depois de toda preparação com o grupo de crianças que seriam os representantes da coletividade da Ciranda Infantil e entregariam a carta para o Ministro da Educação, muita euforia das crianças e adultos, cantoria, animação, palavras de ordem, mesa composta, representada pelo grupo de crianças e adultos. Após as falas políticas das personalidades presentes, as crianças fizeram a leitura da carta e entregaram para o Ministro de Educação, porém, as crianças que estavam na plenária, sentindo-se parte do processo, mas não contempladas com o documento apresentado, espontaneamente foram organizando uma fila em direção ao microfone para contar suas realidades ao Ministro da Educação – como se ele não soubesse.

Esse acontecimento nos revela a real necessidade de pensar os espaços organizativos e mobilizadores com as crianças, considerando que elas já têm uma vivência em assembleias em suas comunidades, uma dimensão do popular na vida coletiva, permitindo a elas esse conhecimento e essas interações a partir da própria materialidade nos acampamentos, assentamentos e escolas do campo. Somo provocados em pensar aprofundar nas metodologias que as envolveu na construção de todo esse processo. Foi um momento forte, bonito e sensível, nos ensinando, a nós, adultos, o quanto as crianças conhecem a organização Sem Terra e têm para socializar entre elas e entre os adultos.

A experiência da Ciranda Infantil e Escola Itinerante no V Congresso foi desafiadora, e que mesmo com toda essa organização do ambiente educativo, para o coletivo de coordenação e educadores colocar na agenda da programação um tempo para as crianças lerem a sua carta na plenária geral do Congresso, gerou tensionamento. Politicamente estava confirmado que as crianças estariam na programação, mas como em toda atividade grande, gerou atrasos, e como a prioridade não são as crianças, foi sugerido corte na atividade delas. O corte é feito naquilo que se considera menos importante para a “grande revolução”.

Torna-se, então, primordial refletir sobre qual a importância e a prioridade dada pela esquerda no tema infância em seu debate político. É visível que a infância não faz parte dos

grandes temas e, muito menos, das mesas nos grandes debates para pensar a sociedade. A invisibilidade dessa geração é quase comum entre as diferentes organizações de esquerda: as crianças em muitos casos “atrapalham” as festas dos adultos, atrapalham os debates políticos, entre outros espaços e atividades.

De fato, é real que colocar 1000 crianças no ginásio Nilson Nelson levaria um tempo grandioso, considerando que o tempo da criança não é o mesmo tempo da velocidade da sociedade de classes. Mas é direito das crianças estarem presentes nos principais espaços do MST, considerando a avaliação do conjunto da organização, de que “as crianças devem estar em todos os espaços que o MST está organizado”.

São as contradições que precisam ser enfrentadas, pois ao mesmo tempo em que se propõe organizar um espaço para as crianças, também é preciso permitir sua visibilidade, sua voz, sua presença, sua participação no todo do encontro. Considerando que o Congresso é de todas as pessoas que vieram de suas bases, as crianças também são parte constitutiva desse espaço, até para que a Ciranda e a Escola não sejam compreendidas somente como um espaço organizado para não “atrapalhar” os espaços políticos, local dos adultos. As crianças também são políticas e históricas e constroem no caso do MST, a luta pela terra no Brasil.

Foi, de fato, um momento de tensão, mas inevitável. A ciranda estava ali, para todos e todas verem... e como não dedicar um espaço para as crianças que também são parte da luta pela terra? O fato é que o Movimento é pedagógico, educa, ensina e a decisão já estava sendo construída. Uma das principais formas de luta que o MST ensina em sua pedagogia é a ocupação. E assim a práxis se fez presente: ou se garante o espaço das crianças na programação geral, ou as crianças ocupam a plenária!

Espaço garantido na programação, um grande movimento acontece na Escola e na Ciranda para organizar as crianças para entrada triunfante no grande ginásio. Esse foi o momento mais esperado não só pelas crianças e educadores/as, mas também pelos 17 mil participantes do V Congresso do MST. Como os delegados do Congresso não sabiam que eram as crianças que participariam no final da tarde, e durante todo o dia foi anunciado pela coordenação que o MST receberia uma “personalidade muito importante”, se pensava: será o Lula? Será o Fidel? Não!

Eram as mais de 1000 Crianças Sem Terrinha! Entrando por dois grandes corredores do ginásio, descendo as escadas com suas pernas de pau, seus balões, suas músicas, cantando, gritando palavras de ordem e emocionando os/as Sem Terra de todo Brasil. As crianças convocam o MST a pensar o lugar da infância Sem Terra, reafirmando que o lugar desta infância é em todos os lugares da organização do Movimento.

A pedagogia do exemplo nos ensinou no episódio da assembleia das crianças com o Ministro da Educação e no debate realizado para a entrada das crianças na plenária do Congresso. Eles revelam que a participação das crianças não se dá somente pelo que está programado, mas principalmente, por princípios construídos coletivamente na luta de classes. É nesse espaço de formação que as crianças têm a oportunidade de se reconhecerem na sua identidade política, participando da luta coletiva e organizativa em seu cotidiano.

Para o projeto capitalista, as crianças das classes populares são condicionadas em pensar que só serão “alguém” quando crescerem, se tornarem adultos. No entanto, as crianças da classe trabalhadora, são trabalhadoras exploradas pelo sistema capitalista. Essa concepção dimensiona para a formação de um indivíduo condicionada a uma sociedade “livre”, alienada, sem memória/história, de consumo, endividamento e consciente de sua exploração humana. Benjamin (2009), nos alerta que a construção da educação revolucionária é ofício da luta de classes, “a criança proletária nasce dentro de sua classe”, portanto o projeto da pedagogia comunista é ofício da luta de classes, pensar o lugar das crianças da classe trabalhadora não pode ser condicionado ao projeto do capital, a formação humana na perspectiva comunista, necessariamente, deve ser pensada desde a infância.

Considerando as contradições que apareceram na Marcha de 2005 e na realização da Ciranda Infantil e Escola Itinerante no V Congresso, foi um período de intenso debate, reflexões e fortalecimento das ações com as crianças no MST. Os encontros nacionais (marcha, seminário nacional e congresso) impulsionam a incorporação (não sem limites e contradições) da responsabilidade com a infância, passando ser do conjunto do MST e não só do Setor de Educação, fortalecendo na Ciranda Infantil, a presença dos diferentes setores do Movimento, e integrando em seus planejamentos, atividades com as crianças.

Como já dito, a presença dos setores do Movimento na construção do projeto político e pedagógico se amplia a partir da Ciranda e Escola do V Congresso. Na comunicação infantil, as crianças ganham um espaço no Jornal Sem Terra, com o encarte chamado de “Jornal das Crianças Sem Terrinha⁸²”, inaugurado em outubro de 2007, com a matéria sobre a Ciranda Infantil e Escola Itinerante do V Congresso do MST.

Esse período foi de intensas atividades e produções para e com as crianças Sem Terrinha no MST. Podemos dizer que o período de 2000 a 2006 foi o auge da formação de educadores/as, de organização das Cirandas Infantis nos estados, da construção de parques infantis nos assentamentos e acampamentos, e que o período de 2007 a 2013, foi auge dos debates no conjunto do MST sobre a infância, das produções *com*, *para* e *sobre* a infância no

82 Sobre a comunicação infantil, traremos no final dessa seção.

MST, da ocupação das crianças na comunicação e cultura e da realização da maior Ciranda Infantil, no V Congresso.

2.1.7 A Ciranda Infantil, um instrumento de luta e educação política das crianças Sem Terrinha

“Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”

O VI Congresso do MST realizado nos dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, também em Brasília, contou com a presença de 16 mil camponesas e camponeses de todo Brasil e se realizou no período do governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

A necessidade de lutar e aprofundar o debate para construir outro tipo de reforma agrária, desafia o MST em discutir e propor a Reforma Agrária Popular. Na perspectiva do VI Congresso, o projeto de Reforma Agrária Popular se compõe com três dimensões para o campo brasileiro e o MST. Dimensões que não são novas na história da luta de classes, mas necessárias para não perder o horizonte do projeto de sociedade: *Lutar* – que além de fazer parte da história de resistência em diferentes sociedades, é também uma convocação para seguir lutando contra o capitalismo; b) *Construir* – refere-se ao processo da organização social desde a mobilização da base e da sociedade; c) *Popular* – na construção de uma reforma agrária popular, com vínculo com as lutas massivas da classe trabalhadora (MST, 2013, p. 50-52). O lema do VI Congresso retoma conceitos históricos das organizações de esquerda e segue como referência para os dias atuais.

Na Ciranda Infantil Paulo Freire, 700 crianças Sem Terrinha ocuparam e animaram o espaço, estando não só presentes nos horários de atividade, mas também em momentos de intervalo das/os educadores. Foram muitas novidades nessa ciranda, sendo uma delas o lançamento do CD *Plantando Cirandas 3*, com composições e melodias construídas e cantadas por crianças de 14 estados brasileiros. Foi um momento muito esperado e muito forte na grande plenária do VI Congresso. As crianças, como sempre, emocionam e transformam os lugares mais densos em energia, alegria e esperança.

No campo das denúncias, as crianças de diferentes lugares do Brasil, desta vez não esperavam a visita do Ministro da Educação, pois sete anos após o V Congresso, a realidade educacional, em especial para a Educação do Campo, havia se distanciado de uma proposta construída com os sujeitos do campo. Em assembleia com as crianças foi decidido fazer uma

visita ao Ministro da Educação daquele período, José Henrique Paim, para denunciar o descaso com a educação do campo e o fechamento das escolas do campo.

A visita ao Ministério da Educação (MEC) foi muito animada. Numa grande marcha, com muitos movimentos, palhaços, perna de pau, balões, livros, cadernos... as crianças foram chegando por faixa etária, com seus responsáveis, *armados* de muita cultura, alegria, cores e curiosidade. A visita tinha por objetivo apresentar para as crianças o MEC, órgão responsável pela educação de todo o Brasil. Momento de denunciar a realidade social, econômica, cultural e, principalmente, o fechamento das 37 mil escolas do campo, e como isso afeta diretamente as crianças desse território. Além da reafirmação de que a luta coletiva ocorre desde a infância.

Foi um momento difícil, pois o Ministro José Henrique Paim não queria receber as 700 crianças e os/as educadoras/es. Tal fato gerou constrangimento e certa insegurança, sobretudo porque se fez presente o aparato policial (vale refletir o papel que o Estado burguês, que mesmo em governos ditos como “democráticos”, cumpre para a manutenção da “ordem”). O órgão público que vinha se propondo fazer o debate sobre a infância do campo, criando Grupos de Trabalhos – GT⁸³, realizando seminários e pesquisas sobre a realidade destas crianças.

O representante da educação brasileira se sentiu afrontado diante do movimento de crianças. Que mal as crianças poderiam causar ao Estado por estar no MEC? Ao contrário, estavam colocando em pauta a precarização da educação e a luta pelo direito de ter acesso, desde o campo, à educação pública de qualidade. As crianças de 0 a 12 anos, sendo a maioria de 0 a 6 anos estavam exercendo cidadania. A presença da coerção no Estado burguês é necessária para manter o seu *status quo* e afastar as classes populares, mesmo que essas sejam crianças. Isso demonstra que a democracia não se faz apenas pelo consenso, mas também pelo uso da coerção sempre que necessário aos olhos desse Estado.

A palavra de ordem em destaque dessa atividade ecoada pelas crianças foi “O agronegócio fecha as escolas do campo. Fechar escola é crime!”. A luta contra o fechamento

83 O MST esteve presente nesse espaço, participando e contribuindo com o debate sobre a infância do campo. Importante destacar a pesquisa realizada por intelectuais da infância e os seminários realizados nas cinco regiões do Brasil. Porém esse espaço apresentou muito limites: 1) o distanciamento da realidade concreta do campo brasileiro, trazendo inovações sem conhecer a diversidade cultural de cada região (padronização de arquitetura escolar); 2) a criação do GT envolvendo vários movimentos, intelectuais e órgãos governamentais, passando a ideia de participação da sociedade no governo, no entanto, o GT não tinha poder deliberativo, ocasionando muitos conflitos; 3) a ausência de efetivação das demandas de construção de escolas no campo, ocasionado pela burocratização da política pública, carecendo de muita luta, audiências municipais, estaduais e algum caso no Ministério Público para obter algumas conquistas na construção de escolas nas áreas de assentamento.

de escolas compõe uma importante agenda do MST. No âmbito do direito à educação e na intenção de ampliar e fortalecer essa luta histórica, em 2011, foi lançada a campanha “*Fechar escola é crime!*”, numa tentativa de chamar a atenção da sociedade para o fechamento significativo das escolas do campo brasileiro.

A presença no MEC foi muito importante para as crianças e para o conjunto do MST. A denúncia não se referia somente às escolas de assentamentos e acampamentos, mas considerava todas as crianças que vivem no campo e não tem acesso à escola, aos direitos básicos e que nem mesmo conhece esses direitos, visto que não estão organizadas e, muitas vezes, a sua realidade se limita ao trabalho infantil.

Essa atividade com as crianças e educadores repercutiu na conquista e aprovação da Lei 12.960⁸⁴, que dificulta o fechamento de escolas do campo, quilombolas e indígenas, publicado no Diário Oficial, de 28 de março de 2014. Foi certamente uma conquista, mas na prática não se efetivou. A Campanha “*Fechar escola é Crime*” e as denúncias feitas pelas crianças foram importantes na conformação da lei, mas a lei por si só, não garante que as escolas do campo não sejam fechadas. Constatamos essa trágica realidade nas pesquisas atuais que apontam o fechamento de 80 mil escolas⁸⁵ do campo em 2019 (ALENTEJANO; CORDEIRO, 2020).

A síntese sobre a infância nos processos de definição política do MST é fundamental para a compreensão do processo de concepção, que vai sendo construído ao longo desses 37 anos. As experiências são forjadas no processo organizativo e coletivo da luta do Movimento, em meio a conflitos, contradições, reflexões e ações concretas no trabalho com as crianças, proporcionando que a história política e educativa da infância não esteja desassociada do projeto de sociedade que o MST defende.

O MST (2014, p. 37) defende nos fundamentos do Programa Agrário para a Educação e Cultura, o combate permanente de todas as formas de preconceito social, “[...] para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, étnica, religião, orientação sexual etc”. O Programa aprovado no VI Congresso, apresenta nove desafios: 1) Democratização da terra; 2) Água: um bem da natureza em benefício da humanidade; 3) A organização da produção; 4) Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5) A industrialização; 6) Política agrícola; 7) A educação do Campo; 8) O desenvolvimento da

84 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm

85 Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/> Acesso em: Janeiro de 2020

infraestrutura social nas comunidades rurais camponesas; 9) Mudanças na natureza do Estado em sua estrutura administrativa (MST, 2014, p.38-48).

No que se refere à Educação do Campo, o MST defende que uma das condições básicas para a construção da Reforma Agrária Popular é o direito do atendimento em suas comunidades, priorizando o acesso à educação básica, sendo que este, todavia não é garantido para todas as pessoas do campo. Considerando que a educação não acontece somente na escola, o direito a “[...] diferentes tipos de conhecimento e bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e organizar; a aprender a se alimentar de modo saudável; e a prática dos valores humanistas e socialistas”. (MST, 2014, p. 45-46).

Nas palavras do MST:

Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa. Ao mesmo tempo, lutamos contra a tutela política e pedagógica do Estado burguês, sejam quais forem os governos em exercícios. Cabe ao povo ser sujeito de sua educação. (MST, 2015, p. 46).

Essas definições em relação à educação, também reafirma o direito da universalização desde a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio nas áreas de assentamento e acampamento; da “manutenção e infraestrutura para as escolas do campo, deste o transporte intracampo para estudantes e professores, de bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, acesso à internet, equipamento para experimentos agrícolas e materiais para o trabalho com as diferentes linguagens; ao atendimento especializado para pessoas com [...] necessidades educativas especiais no próprio campo”; de “concurso específico para atuação de professores nas escolas do campo, da ampliação das juventudes na educação superior, da implementação de programas e projetos sobre a agroecologia nas escolas de educação básica, de promover programas de bolsa de estudo com intercâmbios internacionais para jovens camponeses, com experiência na produção agroecológica” e apoio a “[...] redes de pesquisadores que priorizam projetos de extensão” para as melhorias dos processos educativos nas áreas de Reforma Agrária (MST, 2014, p. 46-47).

Os Congressos, as Marchas e as Coordenações Nacionais têm se tornado espaços de reflexão e interação da educação das crianças Sem Terrinha, sendo pautada na organização geral, a Ciranda Infantil⁸⁶ e a participação da criança, enquanto sujeito político e histórico no MST. A criança vai se inserindo nas definições da educação política do MST e, ao mesmo

86 Sobre o tema da ciranda, traremos um pouco mais do seu histórico no capítulo 3.

tempo, forjando/construindo uma concepção de infância, dimensionado nas atividades de lutas nacionais espaços determinantes para dar visibilidade e voz para as crianças, bem como, fazer o debate sobre a infância, garantindo sua participação como sujeito da luta pela terra e do MST.

As produções coletivas são referências nesse processo de construção, de concepção de educação e de infância no MST, ganhando significação ao longo do desenvolvimento da luta pela terra no MST.

Seguindo o processo de reflexão, debate e construção do lugar da infância no MST, nos dias 30 e 31 de agosto de 2014, na Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema/SP, o Movimento realizou o II Seminário Nacional da Infância Sem Terra. Estiveram presentes nesse seminário os estados de PE, SP, PR, SE, PA, RN, CE, MA, SC, BA, PB, GO, MS, AL, RJ e RO, com representantes da Direção Nacional, das frentes estaduais da infância e coletivos dos setores nacionais de Cultura, Comunicação, Juventude, Gênero, Frente de Massas, Produção, Relações Internacionais e Educação (MST, 2014, p. 123).

O seminário trouxe como temática para o debate a criança no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, faz um breve histórico sobre o lugar da infância Sem Terra e traz apontamentos das matrizes formativas que precisam compor no trabalho com a infância, como a “luta social”, a cultura, a história/memória, a agroecologia, o internacionalismo e o trabalho como princípio educativo” (MST, 2014, p. 127). O II seminário representa um acúmulo do MST, não só no debate, mas também na elaboração e aprofundamento nas questões que remete aos cuidados e à educação das crianças nas áreas de assentamentos e acampamentos.

A realização do II Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária – II ENERA, realizado entre os dias 21 e 25 de setembro de 2015, em Luziânia-Goiás, com a presença de 1500 educadores de todo Brasil, celebra os 18 anos de Ciranda Infantil no MST. Como já mencionado, o I ENERA, ocorreu em 1997, foi o pioneiro na realização da primeira Ciranda Infantil Itinerante do MST.

O percurso do trabalho com as crianças Sem Terrinha vai reafirmando a necessidade do aprofundamento e da ampliação do debate sobre a criança e a infância no MST. Percebemos, nesse último período, maior envolvimento nas ações junto às crianças, de outros setores do MST, para além da educação. É visível como a ampliação da questão da infância no Movimento, vem proporcionando uma maior participação e visibilidade das crianças no MST. Podemos reconhecer nos documentos produzidos e nas ações formativas *com e para* a infância, maior presença das crianças em espaços de visibilidade, como as redes sociais,

espaços de comunicação interna e da própria interação da criança com as lutas e pautas que o Movimento vem construindo no contexto atual.

Reconhecendo o processo histórico e sua importância na luta de classes, a educação política desde a infância, no entendimento de que elas são parte fundamental na luta pela terra e pela reforma agrária, faz com que o MST tome a decisão de realizar o maior encontro de crianças camponesas no ano de 2018. Com mais de 1500 crianças e educadores, o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha⁸⁷, teve como lema: “*Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar por Reforma Agrária Popular*”.

Em 2020, o MST realiza o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, que teve como lema “*Mulheres em Luta: Semeando Resistência*” e a participação de mais de 1500 mulheres de todo o Brasil. O encontro foi realizado nos dias 5 a 9 de março de 2020, em Brasília. A Ciranda Paulo Freire⁸⁸ do Encontro contou com a presença de 188 crianças Sem Terrinha e 44 educadoras e educadores.

O 1º Encontro foi um importante acontecimento para a organização das mulheres Sem Terra, fortalecendo o processo organizativo, de intervenção, estudo e da presença da mulher na luta, num contexto de governo ultraconservador de Jair Bolsonaro.

Desde março de 2020 até os dias atuais, vivemos num cenário de pandemia, que aprofunda as desigualdades sociais e impacta ainda mais a vida das crianças Sem Terra e suas famílias, aumentando as dificuldades e privações. Mas nos parece que nesse momento as crianças da classe trabalhadora que vivem nos grandes centros urbanos têm condições muito mais complicadas e de maior vulnerabilidade que as crianças do campo, no MST, sendo o campo brasileiro lugar de menor aglomeração e de possibilidades de produzir algum tipo de alimento. Isso não quer dizer que não tenha problemas estruturais.

Desse período, observamos que, em grande medida, as crianças nos espaços de Reforma Agrária foram envolvidas em muitas atividades locais com suas famílias, pois as consignas que o MST estabeleceu para sua base social conclama que o “isolamento deve ser produtivo”, com os devidos cuidados, mas produzindo alimentos saudáveis nos assentamentos e acampamentos, ou seja, que as famílias “fiquem em casa, mas não em silêncio”.

Muitas ações estão sendo realizadas nesse contexto, desde as atividades nos programas de rádios, desenhando na quarentena, as contações de histórias, os plantios de árvores – que

87 No capítulo 4, trataremos o processo de organização, mobilização e realização do 1º Encontro Nacional das crianças Sem Terrinha.

88 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/07/ciranda-garante-diversao-e-formacao-para-criancas-no-encontro-das-mulheres-sem-terra/> Acesso em: maio de 2020.

fazem parte do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis⁸⁹”, lançado no início de 2020 com a meta de plantar 100 milhões de árvores em 10 anos.

As condições dadas nesse tempo de pandemia, como já mencionado, são desiguais, além de submeter as crianças e professores em realizar atividades de aulas remotas, as condições tecnológicas (aceso a internet, celular, computador), não leva em considerações a vida humana. Para o MST, a melhor decisão teria sido a suspensão das aulas no ano de 2020, tanto pelo momento, quanto pelas condições tecnológicas que vivem as crianças do campo e das periferias nas cidades, bem como das condições psicológicas e profissionais das/dos docentes. Nessa direção, o MST lançou, em agosto de 2020, a campanha “Volta às aulas na pandemia é crime!⁹⁰”. Para ilustrar a campanha, o MST elencou 10 razões para não voltar às aulas em tempos de pandemia:

1. Volta às aulas na pandemia é um atentado à vida humana; 2. Isolamento social na pandemia é vida preservada; 3. O trajeto escolar oferece riscos de contaminação; 4. A sala de aula aumenta a probabilidade de contágio; 5. Sem melhorias necessárias na infraestrutura das escolas não há segurança sanitária; 6. Sem profissionais da educação, não há educação; 7. Estudantes e professoras/es contaminados, famílias contaminadas; 8. O retorno às aulas pode contribuir para o colapso do SUS; 9. Aulas se recuperam, vidas não; 10. Educação é um direito de todos e todas. A vida em primeiro lugar! (MST, 2020).

Nesse tempo de negacionismo, e com muitas vidas ceifadas mundialmente, o MST vem mobilizando muitas atividades, desde a solidariedade entre a classe trabalhadora até o debate de temas que são fundamentais para entender, analisar e atuar na conjuntura atual. Entre os temas, a infância Sem Terra esteve presente em várias *lives* produzidas pelo Movimento, desde o debate com especialistas na área, do MST e amigos do MST, como também com a presença das crianças apresentando suas realidades cotidianas nos assentamentos e acampamentos, além de suas produções culturais. Em uma das *lives*, as crianças participaram de um encontro internacional com crianças do Chile, Peru, Argentina e Brasil, socializando a realidade das crianças na América Latina.

O ano de 2020, com a pandemia da covid-19, impossibilitou a realização dos encontros presenciais das crianças Sem Terrinha. No entanto, o Setor de Educação mobilizou, e o MST realizou, a Assembleia Nacional Virtual das crianças Sem Terrinha no dia 12 de outubro, marcando presença (de forma remota) no dia das crianças, com um grande encontro cultural. Essa primeira assembleia virtual teve como tema: “*Sem Terrinha em Movimento: cultivando a vida*”, contando com a participação de mais de 500 crianças de todo Brasil e

89 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/07/100-milhoes-de-arvores-conheca-o-plano-nacional-de-plantio-do-mst/>. Acesso em: abril de 2021.

90 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/21/10-razoes-para-nao-voltar-as-aulas-na-pandemia/>. Acesso em: abril de 2021.

constituindo-se como uma festa cultural virtual. Foi a primeira atividade massiva virtual e nacional com crianças que o MST realizou. O estado do Pará também realizou de forma virtual o encontro regional das crianças Sem Terrinha. São momentos difíceis, mas necessários para manter viva a força da organização política e coletiva desde a infância.

Os estudos da pesquisa sobre o lugar das crianças Sem Terrinha, considera os processos de definições políticas dos congressos nacionais do MST, fechando com o VI Congresso, em 2014, até o ano de 2020, período de intensas lutas e derrotas para a classe trabalhadora no Brasil. Com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, houve um retrocesso na história da “democracia” brasileira, que se consolidou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Um governo neofascista, negacionista, homofóbico, machista, racista etc. e uma pandemia mundial que coloca o Brasil de volta ao mapa da fome, com mais de 600 mil vidas ceifadas por um vírus e milhares de pessoas contaminadas.

Um período que interrompe o cenário político e organizativo em que as crianças Sem Terrinha estavam se inserindo presencialmente, atuação que se fortaleceu com as atividades de preparação ao 1º Encontro Nacional; na relação com crianças de outras organizações, participando como delgados e delegadas da assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescente – CONANDA; na representação política em atividades no Ministério da Educação, na embaixada da Palestina, como própria na realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. E nesse tempo de pandemia, as atividades com as crianças Sem Terrinha vêm sendo mobilizadas com as participações virtuais nas *lives*, assembleias e debates internacionais com crianças de outros movimentos e países. Um tempo difícil para a humanidade, em especial para as crianças.

2.2 Concepção de educação e de infância no MST⁹¹

A concepção de educação e da infância no MST foi construída ao longo das três últimas décadas com base na realidade social dos acampamentos e assentamentos e da educação brasileira. Como já citado, o processo de construção da Educação do MST está vinculado à pedagogia socialista, à educação popular e ao projeto de Reforma Agrária, de acordo com a estrutura organizativa do Movimento, assim como as matrizes formadoras da

91 Este texto foi elaborado a partir dos estudos para a monografia do Curso de Especialização Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, realizada em 2014, pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ e para a dissertação de mestrado em educação, em 2016, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

luta social, da coletividade e da organização política, que orientam o projeto educativo nos assentamentos e acampamentos do MST.

Tais bases teóricas buscam converter-se em práxis através da construção de outro tipo de escola, desde sua concepção e sua arquitetura articulada à luta pelo acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Assim, a concepção de educação do MST é forjada no seio da luta social pelas próprias famílias Sem Terra, através das ocupações de terra, da resistência, da organização da vida dos assentamentos e acampamentos, das marchas e das reivindicações por direitos básicos como crédito agrícola, habitação, educação, saúde, entre outros.

Começamos a construção do projeto pedagógico do MST pela escola, mas nela iniciamos pelos *objetivos formativos* que nos remetem para fora dela. Quando decidimos, no final da década de 1980, fazer o debate sobre *o que queremos com as escolas de assentamento (e acampamentos)*, não iniciamos pelos objetivos da escola em si, mas pelos objetivos de formação do sujeito concreto para as quais ela está sendo conquistada nas lutas do Movimento: afirmamos, desde então, que é necessário formar militantes Sem Terra, continuadores da luta pela terra e pela reforma agrária e mais amplamente das lutas coletivas pela transformação da sociedade; e é necessário que esses militantes sejam formados como trabalhadores capazes de dar conta dos desafios da produção nas áreas conquistadas, mas de forma a exercitar/projetar novas relações sociais e econômicas (propriedade coletiva da terra, trabalho cooperado, construção de agrovilas comunitárias), que por sua vez, sejam formadoras para a perspectiva da luta maior (CALDART, 2015, p. 22).

Nos acampamentos do MST, lugar habitado por diferentes gerações de homens e mulheres, se vive o sonho de conquistar um lugar de dignidade – uma terra para o habitat, para a produção de alimentos, bem como ter acesso aos direitos básicos como a educação e a saúde pública. É no processo da ocupação da terra que ocorrem parte da formação e as mudanças na forma de pensar e atuar das famílias que ali se encontram acampadas. Não é um processo fácil, pois somente a luta organizada e coletiva pode proporcionar caminhos de desconstrução do individualismo e de um pensar coletivo com identidade na luta de classes.

A tese de Caldart (2000), intitulada a “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, afirma duas dimensões da pedagogia do Movimento que são fundamentais para pensar o lugar da formação do sujeito Sem Terra: o “processo de formação e a experiência humana de participação no MST” processos (CALDART, 2000, p. 64-65). É no caminhar da ocupação do latifúndio que vai se configurando a identidade política de uma organização do campo, que tem como centralidade a organização de trabalhadoras e trabalhadores que se mobilizam em coletivos a partir de sua base social (acampamento/assentamento) e que dá vida e essência ao MST e à luta coletiva. As pessoas são desafiadas a participar pensando, opinando, estudando, resolvendo problemas e coordenando processos.

Tendo a realidade brasileira para atuação, os processos coletivos, as reflexões, estudos e elaborações da Pedagogia Socialista na Revolução Russa e da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire no Brasil, o Setor de Educação foi concebido no Movimento como um intelectual responsável para elaborar e ajudar o conjunto do MST a refletir e a concretizar uma educação articulada ao projeto de sociedade defendido pelo MST. Na construção de uma educação que tem como perspectiva a emancipação humana, foram produzindo um conjunto de materiais, que refletem e diálogo com as práticas educativas dando direção as mesmas nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária. Destes materiais, destacamos o Caderno de Educação nº 8 (1999), produção que sintetizou e reafirmou a concepção de educação do MST através dos princípios filosóficos e pedagógicos, ampliando a compreensão da coletividade sobre educação.

Os **princípios filosóficos** dizem respeito à nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST. Os **princípios pedagógicos** se referem ao jeito de fazer e pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão **metodológica** dos processos educativos, chamando a atenção de que pode haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. (MST, 1999, p. 4).

É a partir da construção dos princípios de educação que o Setor vai pensar o projeto de escola para os assentamentos na sua diversidade e formação na atuação das crianças nesse processo, seja através das mobilizações infantis na luta por escola, saúde, ou mesmo nas próprias discussões nos assentamentos sobre o espaço das crianças.

Os principais objetivos do MST orientam a luta na perspectiva do projeto de sociedade: *a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela transformação social* (socialismo) e, sendo as matrizes formadoras da Educação alicerçadas aos objetivos gerais do MST, tem-se a tarefa permanente de constituir um projeto educacional – a “Educação de classe” –, que se torne massiva, que atenda toda a classe trabalhadora do campo, desde a educação infantil à universidade, vinculada ao movimento popular, com compreensão de mundo e ações concretas da prática educativa.

As frentes de atuação no campo do trabalho pedagógico têm a ver com a necessidade concreta das famílias acampadas e assentadas, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Escola e a Infância.

Destacamos aqui que não é possível conhecer a concepção de infância e de sua formação do Movimento fora da Pedagogia do Movimento, construída ao longo do tempo de existência do MST. É a partir da realidade concreta do fazer com as crianças nos

assentamentos e acampamentos, articulada e referendada na concepção de educação popular e socialista, que são efetivadas as ações da vida concreta em suas comunidades. A participação da criança na construção desses espaços acontece desde a luta por um projeto de escola da classe trabalhadora, nas atividades proporcionadas para além da escola, como as preparações das atividades para os encontros Sem Terrinha, as Ciranda Infantis, entre outros. As crianças dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, vinculadas ao MST, possuem uma infância singular, forjada nas condições concretas da luta pela terra e pelo direito de “brincar, sorrir e lutar” por uma sociedade onde sejamos “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, porém não sem limites e contradições vivenciadas pela classe trabalhadora que não acessa a riqueza e os bens produzidos socialmente.

As crianças “reinventam o MST”⁹² ao exigir que um movimento camponês de organização popular, as reconheça e proporcione os encontros e jornadas das crianças Sem Terrinha, como espaço de formação, de educação e aprendizado, dando significação à criança no contexto da luta pela terra e principalmente ao Movimento.

Considerando a formação da educação política da infância Sem Terrinha, a luta pela terra e o MST são os principais forjadores desse espaço de participação das crianças, por ter como princípios a luta, a coletividade e a organização política, elementos que permitiram a construção de instrumentos políticos e alternativos para e com a infância Sem Terra, por uma necessidade concreta em transformar a realidade social, marcada pelas desigualdades sociais, pelo patriarcado, pelo propriedade privada estabelecidos pelo poder hegemônico do capital.

A condição da criança na luta pela terra e o MST é significada pela presença da luta e do projeto político de sociedade. Lutar e resistir são duas palavras irmãs, que não se separam no contexto da organização de classe. Elas dão sentido para a formação humana e a produção da existência. No caso das crianças Sem Terrinha as mobilizações infantis referem-se à luta e à organização de crianças desde as suas comunidades. São crianças da classe trabalhadora camponesa e, culturalmente no Brasil, não se tem notícias desse tipo de organização, que para além da sua pauta de luta político-econômica, mobilizam e organizam crianças na perspectiva do projeto de sociedade.

O MST, através da luta pela terra no Brasil, com referência nas lutas sociais históricas, constrói a sua própria pedagogia que está em movimento, que é combativa e de resistência, permitindo que os camponeses e as camponesas se organizem no campo, tendo a educação como um instrumento importante para a formação do ser humano. E, nesse processo, inicia a

92 Fala de Edgar Kolling, integrante do Setor de Educação do MST, na entrevista para o mestrado, 2015.

luta pelo direito à escola dentro dos acampamentos e assentamentos, combatendo a escola burguesa que discrimina as crianças pobres, Sem Terra, negando a elas o direito de acesso à educação. O acesso ao conhecimento permite entender a realidade local e de mundo, proporcionando que as crianças se posicionem sobre elas. Portanto, os instrumentos que o Movimento desenvolveu no processo formativo *para* e *com* as crianças Sem Terra, as ensinam lutar pelos seus direitos e construir espaços que proporcionam a organização das crianças em suas comunidades.

O Setor de Educação, principal intelectual coletivo da infância no Movimento, tem em sua composição nacional, representantes dirigentes dos estados que se integram ao Coletivo Nacional de Educação. Tal coletivo é o espaço responsável para refletir as práticas, a projeção e as linhas políticas de ações da Educação no MST e na sociedade. Outro espaço organizativo e de reflexão das linhas políticas e pedagógicas é a Executiva Nacional da Educação, um coletivo de coordenação com representação das cinco grandes regiões do Brasil. Ainda nessa dimensão organizativa do Setor de Educação, no campo do trabalho pedagógico, foram organizadas as frentes de atuação: da Educação Infantil, da organização das Escolas e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As frentes são espaços fundamentais para a materialidade da concepção de educação e da Pedagogia do Movimento.

A *Frente da Educação Infantil* ou ainda chamada de Educação da Infância, como já demonstrada a sua construção ao longo do texto, volta sua atuação para o trabalho formativo com a infância. Inicialmente, estava foi direcionada às crianças de 0 a 6 anos de idade, contempladas nas atividades das Cirandas Infantis⁹³. No entanto, a partir de 2007 no V Congresso, esse espaço passa atender de 0 a 12 anos, ampliando a atuação e compreensão da importância dessa frente na construção da concepção do projeto educativo para infância no MST.

A Ciranda Infantil foi um espaço construído para garantir, inicialmente, a ampliação da participação da mulher na luta, no estudo e no trabalho nos assentamentos e acampamentos e, junto a esse processo, se torna a principal referência da criança que vai para a luta com sua mãe. A construção desse ambiente educativo é fundamental para a participação das crianças e mulheres Sem Terra, ganhando uma narrativa internacional sobre o fazer pedagógico e a importância da formação para educadores e educadoras que estão nos espaços das escolas, das creches, dos Centros de Educação Infantil nos assentamentos e acampamentos.

93 Para saber mais sobre esse assunto, ver “Educação Infantil. Movimento da vida, dança do aprender”. Caderno de Educação nº 12; ROSSETTO, Edna Araújo. Dissertação: “Essa Ciranda não é Minha só, ela é de todos nós: A educação das crianças Sem Terrinha no MST”; Dicionário da Educação do Campo. As Cirandas Infantis no MST;

A *EJA* foi organizada com o objetivo de tornar os territórios do MST livres do analfabetismo, com referência no pensamento de Paulo Freire, através da Educação Popular e, nos últimos anos, incluindo também o método cubano “*Sí, Yo Puedo*”, que vem sendo organizado em vários estados do país. Para o MST, aprender a ler, a escrever e a calcular, “soletrando a liberdade” da terra, do projeto social, da humanidade – são palavras que expressam a luta e o desejo pela terra conquistada. Ler o mundo e suas contradições, escrevendo no livro da História, a história dos que nunca desistiram de lutar para a construção de uma sociedade assentada na solidariedade e no socialismo. Assim, o MST organizou e mantém campanhas de alfabetização de adultos, tendo presente que, na atualidade, 11 milhões⁹⁴ de brasileiros não tiveram acesso à escolarização. Cabe destacar que a maior concentração do analfabetismo no Brasil está no campo, sendo que uma grande parcela dessa população é formada por jovens.

A *Frente das Escolas* se remete, principalmente, à luta por escolas do/no campo, à construção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos⁹⁵, bem como a consolidação de um Projeto Político-Pedagógico voltado para a realidade do campo e da classe trabalhadora em geral. Atualmente, o MST tem mobilizado mais de 2000 escolas públicas nos assentamentos e acampamentos, com mais de 200 mil crianças, jovens e adultos com educação gratuita garantida, mais de 50 mil adultos alfabetizados e mais de 100 cursos de graduação em parcerias com universidades⁹⁶.

A *Formação de Educadores* não é uma frente específica no MST, pois perpassa as três frentes citadas acima, justamente pela necessidade de ter educadores comprometidos com a educação dos filhos da classe trabalhadora, tem por foco de atuação a formação geral e específica do coletivo de educadores. É nesse processo que hoje muitas escolas do MST têm uma prática educativa realizada embasada na auto-organização dos estudantes, cuja formação foi empreendida ao longo dos 37 anos do Movimento – desde a criação do Magistério (curso de nível médio), do curso de Pedagogia da Terra (graduação em parcerias com universidades brasileiras), das formações em EJA, dos estudos e trabalho com infância desde as escolas, dos cursos de pós-graduação em várias universidades no Brasil, com especialização e mestrado.

94 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/15/ibge-analfabetismo-cai-no-pas-mas-fica-estagnado-no-nordeste.ghtml>. Acesso em: março de 2020.

95 No caso dos acampamentos, a escola é chamada de Itinerante e os professores, principalmente dos anos iniciais, são do próprio acampamento. Ou seja, eles vivem no acampamento e concebem todo o processo de luta junto com as crianças, jovens e adultos. A Escola Itinerante foi uma conquista que iniciou no Rio Grande do Sul, em 1996, e atualmente, a referência principal no MST, está localizado no estado do Paraná.

96 Disponível em: Educação MST - MST. Acesso em: fevereiro de 2021.

Esses cursos formais, em sua maioria, são realizados por meio de convênios com universidades públicas e só foram possíveis através da luta e da conquista dos movimentos sociais do campo com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

2.2.1 A significação dos processos formativos e educativos no universo da Comunicação e Cultura da infância Sem Terra

A construção histórica das crianças e da infância no MST, desde os processos formativos e educativos, significam a participação política e social na luta pela terra. Mas também consideramos que a ocupação das crianças desde o universo infantil na comunicação e cultura do MST ganham uma ampliação no repertório formativo cultural das mesmas.

A comunicação e a cultura para as organizações populares, nem sempre estiveram entre as prioridades centrais das lutas de massa, porém, são duas frentes fundamentais para a formação humana, desde a participação e construção da infância da classe trabalhadora.

Em diferentes períodos históricos, a comunicação e a cultura popular, cumpriram, e cumprem, entre outras, a função de divulgar as lutas, denunciar o sistema hegemônico, de mobilizar e criar uma arte combativa e insurgente. Na atualidade, com o avanço das tecnologias, as redes sociais têm se tornado um espaço de muitas informações, com alcance e repercussão internacional, e que por isso, acaba se convertendo, também, num espaço de convocação para uma parte significativa das lutas.

É a partir da vivência com as próprias crianças do MST na construção do Jornal e da Revista Sem Terrinha, das atividades nas rádios, dos processos no campo da arte e da cultura, das produções de poesias, da construção do CD Plantando Cirandas 3, das literaturas, que vemos apresentada a possibilidade do fazer com as crianças, mas também o desafio das organizações sociais e populares, de terem em suas pautas outras linguagens para a formação contínua das crianças.

Avançar para uma produção em que o fazer com as crianças, a partir de suas realidades, contribua para a sua formação e para uma concepção de comunicação e cultura criativa, crítica, comprometida com o povo, vem se tornando para o MST um desafio que conta com contribuições de muitos militantes da comunicação, da cultura e educação.

Ter uma produção infantil e popular para as crianças Sem Terrinha é reconhecer a importância desses instrumentos enquanto formadores e produtores de uma comunicação e cultura que contrapõe a indústria cultural e a comunicação de massas, produzindo significados, opiniões, conhecimento e reafirmando a história e memória desde a infância.

Os veículos de comunicação e cultura no MST são instrumentos que fazem a disputa ideológica na formação humana, trazendo questões da realidade para serem estudados nas escolas, nas Cirandas Infantis, bem como nos espaços alternativos organizados para as crianças nos assentamentos e acampamentos do MST.

Refletindo sobre a importância de ter uma produção que dialogasse com a realidade das crianças e do mundo, o Movimento, ao longo de sua história, produziu um conjunto de materiais como fitas K7, CDs, livretos de cantigas infantis e literaturas, sendo que algumas dessas produções foram realizadas com as crianças, como o Jornal, a Revista das Crianças Sem Terrinha, documentários e o CD Plantando Cirandas 3. O que levou o MST a organizar essas produções foi a realidade vivida nos acampamentos e assentamentos e a necessidade de se construir instrumentos de Comunicação e Cultura nesses e entre esses contextos, pois a arte e a cultura que chegam mais facilmente até as crianças do campo veiculam a ideologia hegemônica. No próprio processo educativo, o Movimento, por meio do Coletivo Nacional de Educação, foi exercitando coletivamente a produção de literaturas, de canções para e com as crianças, refletindo seus processos educativos (RAMOS, 2013, p. 40-63).

O MST deparando-se com tantas ausências de direitos para os povos do campo, na construção de sua pedagogia e vivendo numa relação de disputa pela escola do campo, avalia que os materiais didático-pedagógicos hegemônicos, que chegam a essas mesmas escolas, não têm uma relação com as crianças Sem Terrinha ou com o projeto da reforma agrária defendido pelo MST.

A comunicação e cultura, numa perspectiva de classe para o universo infantil, num tempo de despolitização, de ataques ao conhecimento e de retiradas de direitos, se reafirma como resistência de educação popular, política e libertadora. Avançar rumo a um projeto de sociedade socialista, requer pensar que o conhecimento tem que ser compartilhado, numa perspectiva de que o direito de ler o mundo não pode ser para poucos, ou tão somente para os filhos e filhas da classe média e da burguesia. O acesso a livros, sobretudo à literatura infantojuvenil, é algo muito caro em nosso país. Vivemos em um país em que a cultura da leitura não foi permitida para as classes populares, distanciando as crianças e suas infâncias, do direito a literaturas.

O Jornal das Crianças Sem Terrinha, lançado em outubro de 2007, e que vinha como uma espécie de encarte no interior do Jornal Sem Terra, teve suas edições mensais permanentes no ano seguinte, com um planejamento temático e objetivo, não sendo somente *para*, mas também *das* crianças Sem Terra. O material se apresentou como uma novidade em um movimento camponês, não só por ter encarado o desafio de escrever para crianças e

adultos, mas, sobretudo, por colocar em seu debate nacional o tema das crianças na luta pela terra. Eram as crianças sendo reconhecidas em um veículo de comunicação que comumente era destinado aos adultos, dando visibilidade a infância Sem Terrinha, que também compõe a construção da história da luta pela terra e o MST.

Outra publicação que se destaca em 2008, é o Caderno Fazendo Escola de nº 5, “A Escola Itinerante Paulo Freire no V Congresso do MST”, uma sistematização da experiência realizada com as crianças. A publicação destaca as várias dimensões trabalhadas, dentre elas a comunicação, que desenvolveu programas de rádio, fotografias e entrevistas feitas pelas crianças e o Setor de Comunicação do MST.

Com a edição mensal do Jornal das Crianças Sem Terrinha, o universo da comunicação infantil vai tomando corpo a partir de 2008 e, em janeiro de 2009, no Encontro Nacional dos 25 anos do MST, realizado no Rio Grande do Sul, foi lançada a 1ª Revista das Crianças Sem Terrinha, com a temática dos “25 anos do MST”. Atualmente publicada entre os meses de setembro e outubro, a revista está em sua 12ª edição e tem por objetivo ser uma produção voltada para as crianças, com uma periodicidade anual e que se constitui como uma produção de orientação para os encontros das crianças Sem Terrinha. Em suas temáticas, a revista procura trazer a história, contada de forma crítica, dos movimentos sociais do Brasil e dos outros países, por meio da arte, das brincadeiras e de jogos pedagógicos. O grande desafio para o MST é de garantir a distribuição massiva da Revista Sem Terrinha, para que as escolas e os diferentes espaços educativos das crianças do MST tenha acesso às publicações.

Figura 6 - Capa do 1º JSTerrinha, 2007 e da 1ª Revista das Crianças Sem Terrinha, 2009



Tanto o Jornal como a Revista são instrumentos de comunicação das crianças com uma dimensão formativa e educativa. O Jornal Sem Terra, acompanhado do encarte do Jornal das Crianças Sem Terrinha, teve sua edição encerrada, porém já havia se tornado uma referência para as crianças e por isso se faz presente em atividades estaduais e nacionais posteriores, com uma produção local ou edição especial em nível nacional para determinadas atividades.

A revista como veículo atemporal-histórico, vem permitindo que as crianças Sem Terrinha conheçam a realidade e a história do MST e das crianças de outros países, bem como temáticas que dialogam com a cultura, alimentação, direitos, brincadeiras, receitas, jogos, sugestões de leituras, músicas, entre outros. Em 2020, por exemplo, sua edição teve como temática o internacionalismo. A revista é uma publicação esperada tanto pelas crianças, quanto pelos adultos do MST.

No campo das publicações, com o desafio de envolver outras linguagens na formação com as crianças, a brigada de audiovisual⁹⁷ foi provocada a produzir alguns vídeos *sobre, para e com* as crianças Sem Terrinha, sendo um desses materiais, o documentário “*Sem Terrinha em Movimento*”⁹⁸ (2009), da Brigada de Audiovisual da Via Campesina junto com os setores de Educação, Cultura e Comunicação, que teve como base de sua construção, além das diversas conversas intersetoriais, os materiais, como desenhos e textos, produzidos pelas próprias crianças e publicados anteriormente na Revista das Crianças Sem Terrinha, o outro é o documentário “*Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar*”⁹⁹ (2019), sobre a experiência do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha (uma produção da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho).

Como sinalizado, a produção desses documentários foi realizada a partir da experiência intersetorial entre os Setores de Educação, Cultura e Comunicação. Com o objetivo de serem instrumentos educativos, dando visibilidade e voz às crianças, visto que as produções anteriores a esse processo privilegiavam os adultos falando sobre as crianças. As produções, para além de trazer as imagens dos processos educativos da construção da infância no MST, traz seu pensamento, posição e reflexões sobre o seu lugar dentro da Organização.

97 Que à época levava o nome de Brigada de Audiovisual da Via Campesina, já que era composta por outros movimentos que fazem parte da Via Campesina, que não apenas o MST, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Atualmente, a brigada leva o nome de Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho – BAEC, em homenagem ao cineasta que sempre foi referência à luta dos movimentos camponeses, a partir de produções como “Cabra Marcado para Morrer” e outras.

98 Disponível em: <https://vimeo.com/30915962>.

99 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVA0>.

Tais produções também dialogam com o conjunto das outras ações desenvolvidas para e com as crianças, possibilitando compartilhar nos diferentes estados, com organização de lançamentos através do “Cinema na Terra¹⁰⁰” e colocar em destaque o debate sobre as crianças e a infância no MST.

É visível o esforço que os setores de Comunicação e de Cultura vêm fazendo para garantir nas atividades a participação das crianças. Além das oficinas de fotografia, entrevistas, produção de texto, produção de programas radiofônicos e audiovisuais, tais setores têm também envolvido as crianças na animação cultural das atividades infantis, desde a coordenação dos momentos culturais em si, quanto na apropriação das temáticas como agroecologia e alimentação saudável, direito da criança e do adolescente, internacionalismo, gênero, das comunicações nas marchas e encontro nacional, entre outros.

Uma das linguagens bastante utilizada no processo junto aos Setores de Comunicação e Cultura está registrada na primeira fita K7, nomeada *Plantando Cirandas* (1994), resultado de um trabalho coletivo realizado na Oficina de Educação para Produções de Músicas Infantis e Literaturas. O segundo processo de musicalização infantil, agora em formato CD, *Plantando Cirandas 2* (1998), foi produzido com composições de caráter individual e com a participação de artistas amigos do MST. As canções com linguagem para crianças trouxeram, como elementos fundamentais, os animais, a floresta, a terra, a brincadeira e o cuidado com o planeta.

A terceira produção musical da infância Sem Terra, foi a construção do CD *Plantando Cirandas 3* (2014), que esteve voltado para o fazer com as crianças desde sua concepção e elaboração das músicas, da melodia à gravação do próprio CD. Ele traz a reflexão e a memória das formas de organização e produção do *Plantando Cirandas 1* e *2*, além de contextualizar a infância na atualidade do MST. Isto é, com o acúmulo das produções anteriores, a concepção do projeto gráfico do CD *Plantando Cirandas 3* é elaborado a partir de um processo de oficinas com educadoras e educadores em dois momentos: da realização da Oficina, em São Luís do Maranhão, com a presença dos estados do Nordeste e da Região Amazônica, e outro momento em São Paulo, na Oficina que contou com a presença das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

100 O projeto Cinema na Terra, iniciado em meados de 2005, propiciou um significativo acesso aos meios de produção e reprodução de diversos materiais audiovisuais. Se caracterizava pela criação de espaços de exibição e debate de cinema nas áreas de reforma agrária, com filmes e vídeos que dialogasse diretamente com o cotidiano dos acampamentos e assentamentos, bem como com as formações, encontros e reuniões. As primeiras exibições, e as mais massivas de toda a história do projeto, aconteceram durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária (2005).

Essas oficinas, realizadas a partir do Projeto “Cantando e encantando com as crianças do Campo”, em 2011, fez o debate sobre as crianças na reforma agrária e garantiu a presença de intelectuais da infância, proporcionando aos educadores brincantes um referencial de estudos sobre a criança e a cultura e o lugar da infância no MST, abrindo um campo de possibilidades no trabalho com a arte e a música nas escolas, nas Cirandas Infantis e nos encontros Sem Terrinha.

O objetivo das oficinas foi de fortalecer as produções culturais já existentes no MST, principalmente no fazer atividades *com* e *para* as crianças, compondo uma frente de educadores brincantes, fundamental para proporcionar espaços para compor, criar, imaginar com as crianças nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

O processo de gestação do CD também proporcionou o debate interno e o exercício de pensar numa metodologia que propiciasse o fazer *com* as crianças do início ao fim dessa construção, pois conceber e elaborar uma proposta coletiva que permitisse que o CD fosse produzido nos estados, com educadores e crianças (desde pensar o tema, a produção da composição e a própria gravação da música), foi desafiador para a coletividade.

O processo em construir com a criança, em todas suas etapas foi mais demorado, exigiu muitas reflexões e debates, no entanto, mais original, coletivo e bonito. O trabalho contou com o apoio de diversos amigos e amigas do MST e das crianças Sem Terrinha, como artistas, musicistas, poetas e poetisa, daqueles que cederam estúdios nos estados para a gravação, das realizações de oficinas de musicalização, de brincadeiras, danças, desenhos, na própria elaboração da escrita com as crianças, entre outras. A produção do *Plantando Cirandas 3*, exigiu essa articulação nos estados e a mobilização das crianças e setores do Movimento. O resultado não podia refletir nada menos que uma valorização do processo de construção como um todo, e que só foi possível pelo esforço coletivo, pois não havia recurso financeiro destinado para essa produção. Contou, como sempre, além do apoio de amigas e amigos, com entidades que acreditam no projeto do MST e muito trabalho de toda coletividade envolvida.

“Nas voltas que o mundo dá, damos as mãos e encontramos aqueles que compartilham dessa grande ciranda da história, para juntos construirmos um mundo em que verdadeiramente estejamos em pé de igualdade, tão simples e justo como uma brincadeira de roda” (MST¹⁰¹, 2014).

2.2.2 As crianças nas definições políticas do MST

101 Encarte do CD Plantando Ciranda 3.

A criança da classe trabalhadora “*nasce dentro de sua classe*” social e é a sua condição e organização de classe que vai determinar a elevação de sua consciência. E é na luta de classe, com as contradições do capitalismo geradas pelas desigualdades – que puderam ser constatadas, nos últimos anos, com a ocupação das escolas públicas no Brasil, as manifestações das crianças Sem Terrinha na luta por escola, as greves nacionais por educação pública, dentre outras...¹⁰². É a condição de classe da sua família que exigirá que as crianças se mobilizem e se organizem coletivamente e no caso do MST, as crianças estão na luta e são parte da sua organização política (BENJAMIN, 2009, p.122-123).

A construção da educação política desde a infância movimenta e projeta um lugar que prepara o ser humano para a vida toda, que possibilita a formação crítica, dialética, organizativa e coletiva para a transformação social. Uma educação política que “ensine lutar e construir” uma sociedade de seres humanos livres desde a infância!

Os estudos da história social da infância Sem Terra, forjados ao longo das três décadas de existência do MST, concretiza um compromisso político em que as crianças são ouvidas, enxergadas, proporcionando outro ritmo, outros movimentos, novas cores no movimento camponês. As crianças Sem Terrinha dão significação na história do MST, na luta pela terra no Brasil e na própria concepção de infância do campo.

Compreendo que os estudos e investigações sobre a infância na luta pela terra e no MST é um desafio para o conhecimento científico e, sobretudo, para pensar as crianças como sujeitos sociais e coletivos no contexto da conflitualidade no campo. Valorizar a história social e política da infância na luta pela terra no MST tem a composição de um repertório em que as crianças forjam sua identidade política, não sem as contradições da sociedade de classes, mas como possibilidade de participação ativa desde as vivências da ocupação da terra, na produção de alimentos, na luta por escola, na resistência de permanecer na terra ocupada reconhecendo-a como território de vida, existência e dignidade, da importância dada ao conhecimento produzido pela humanidade, como também forma de resistência e direito.

O MST caminha para quatro décadas de história e luta no Brasil como organização política/camponesa (1984-2020). As crianças Sem Terrinha passam ter visibilidade na história política e social da luta pela terra no MST. E dessa participação efetiva da criança na luta,

102 No Brasil, temos como referência as ocupações das escolas pelos estudantes, ocorrido nos anos de 2015 e 2016, colocando em questão a estrutura escolar burguesa, com pautas por melhores salários dos professores, melhores estruturas nas escolas, transporte público, defesa das disciplinas de Humanas. Tivemos também as mobilizações das crianças Sem Terrinha em Brasília, nos anos de 2014 e 2018, denunciando no Ministério da Educação (MEC), as condições das escolas de assentamentos e acampamentos e o fechamento de mais 37 mil escolas do campo no Brasil, naquele período.

uma concepção de educação e de infância vai sendo instituída, construída mediante a materialidade da vida real da criança na ocupação da terra; na negação da educação capitalista/burguesa e na apropriação de uma pedagogia socialista e popular; nas dimensões de uma infância que não está separada das relações sociais e políticas; na luta pelo direito à terra, por escola, por condições de moradia, por estradas, por saúde etc. Uma concepção que tem como matrizes formadoras a coletividade, a organização política, o trabalho como princípio educativo, a cultura, os valores humanistas e socialistas, a agroecologia e o internacionalismo.

O projeto educativo do MST proporcionou a construção da identidade de uma criança que brinca, questiona, luta e se organiza; que se reconhece na sua identidade política de Sem Terra, construída na luta social, mediante uma práxis revolucionária que fortalece a participação infantil desde a construção de instrumentos formador, como a luta por um projeto popular de escola do campo, das mobilizações infantis no mês de outubro, demarcando a luta pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil, das Cirandas Infantis como lugar de cultura da criança Sem Terrinha.

3 UMA EDUCAÇÃO EM MARCHA DE “PÉS NO CHÃO”, POPULAR E DE RESISTÊNCIA

Quem são vocês? Sem Terrinha outra vez!
O que que traz? A vitória e nada mais.
Essa onda pega? Essa onda já pegou
Pra anunciar... que o Sem Terrinha já chegou,
já chegou, já chegou!

Figura 7 - Crianças Sem Terrinha: fazem escola no asfalto no estado de São Paulo: Foto: Paulo Pinto. Escola Itinerante estado do Paraná



Foto: Wellington Lenon. Assembleia das crianças Sem Terrinha no V Congresso do MST, arquivo interno do MST: Escola de educação Infantil no estado do Pará e estado de São Paulo. Foto: arquivo pessoal.

A Pedagogia do MST está proporcionando para as crianças Sem Terrinha uma educação política e popular que as permita serem sujeitos históricos e políticos na luta pela terra?

Neste capítulo aprofundaremos a reflexão sobre três instrumentos de educação política e popular que demarcam a construção do projeto educativo *para, com e das* crianças Sem Terrinha no MST: as Escolas (em particular a escola voltada à infância); as Mobilizações Infantis, mais conhecidas como Encontro ou Jornada Sem Terrinha; e as Cirandas Infantis. Esses instrumentos educativos da infância Sem Terra foram construídos ao longo da história da educação **no MST**.

Nossa intenção neste texto é trazer a reflexão sobre a luta por uma *escola do MST*, da infância Sem Terra nos acampamentos e assentamentos, considerando sua realidade no campo e de suas populações, com os desafios da construção da Educação do Campo no Brasil. As

mobilizações infantis, que demarcam a contraposição à comemoração hegemônica do Dia das Crianças no Brasil (12 de outubro), fundada no consumo de mercadorias e divulgando uma imagem de “criança feliz”. Além de se opor às festividades tradicionais do Dia das Crianças, as mobilizações criam uma cultura infantil de encontros e de movimento de crianças para discutir o seu lugar na sociedade. E a *Ciranda Infantil*, permanente ou itinerante,¹⁰³ reconhecida como o lugar concebido para as crianças, permitindo maior participação das mulheres nos diferentes espaços e que compõe a luta pelo direito à educação infantil do campo. Esses três instrumentos serão apresentados separadamente, para a compreensão do significado de cada um deles, mas todos foram sendo concebidos e constituídos ao longo da história do MST e se relacionam entre si.

A escola do MST para a infância, as mobilizações infantis e a ciranda infantil são instrumentos que vem apontando uma singularidade no lugar da infância na luta pela terra no Brasil, como também uma maior participação das mulheres Sem Terra no Movimento. Importante destacar o papel das mulheres, educadoras, professoras, mães, militantes e coordenadoras de acampamentos e assentamentos na gestão dos processos de educação e da política no trabalho com a infância. São instrumentos que se tornaram um referencial para as mulheres e crianças do MST, bem como para outros movimentos populares, sociais e sindicais do campo e da cidade.

3.1 O processo de construção da escola do MST e da infância

“Quando eu crescer eu
quero ser doutor e plantar
feijão de corda...”
(Cauã, 7 anos)¹⁰⁴

Figura 8 - Cartaz do I ENERA. Crianças do Pará, depois do Massacre de Eldorado do Carajás.

103 Ciranda permanente: são os espaços que foram constituídos nos Centros de Formação, assentamentos e escolas; Ciranda itinerante: são os espaços das crianças que acontecem nas marchas, reuniões e outras atividades pontuais. Para saber mais, ver no Dicionário da Educação do Campo, 2012. Ed. Expressão Popular.

104 Acampamento Rosa Luxemburgo. MST. Nossa Marcha, nossa casa, nossa vida Alagoas. 2011, Ed. UFAL.



A *escola do MST*, na concepção da Pedagogia do Movimento, é uma escola que desde a sua gestação é popular, que nasce de movimento, do povo e da luta, transformando a luta na palavra feminina, geradora dos processos educativos da ocupação da terra e do latifúndio do saber. A ocupação da terra está articulada ao direito de continuar vivendo no campo, produzindo alimentos para a humanidade, com dignidade, conhecimento e sabedoria. Nas significadas palavras de Cauã, a esperança, a vontade de estudar, conhecer e seguir cultivando o que é sagrado para as comunidades camponesas, na produção de alimentos saudáveis.

A *escola do MST* nasce da luta popular, nasce daqueles e daquelas que o capitalismo tenta soterrar da história da humanidade, nasce insurgente, se constituindo como uma pedagogia da resistência. Nasce para romper com a ideologia dominante que intencionalmente foi pensada para o controle social, na formação de indivíduos aptos a serem explorados, moldados e obedientes. Prontos para viver e se submeter a todas as mazelas do poder imperialista.

A *escola do MST* nasce de duas palavras mães: a *luta* e o *popular*. Palavras que muitas vezes assusta as populações empobrecidas, desconhecedoras do seu próprio lugar e papel na história, muitas vezes não reconhecendo que o seu lugar de classe é o popular e a luta é a principal forma de conquistar a sua libertação. Romper com a ideologia e práticas dominantes e/ou hegemônicas, nunca foi fácil e no contexto atual a palavra *popular* vem perdendo o lugar na luta política da esquerda brasileira.

Historicamente, a classe trabalhadora, na luta de classes, sempre recebeu ordens, mas nem sempre se submeteu a esses mandos. São as referências históricas da classe trabalhadora que demarcam a luta e a construção de um projeto popular, como convocam Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos

outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (2008, p. 10.)

Coadunada a essa análise, é que compreendo que a *luta* e o *popular* precisam fazer parte da educação, do conhecimento da vida humana. O direito de aprender a ler e a escrever é direito de conhecer o mundo desde a infância. Mas esse direito foi negado para as populações do campo, percebido ainda na atualidade pelos maiores índices de analfabetismo, que pelos dados do IBGE (2020), são em torno de 11 milhões de pessoas sem acesso à alfabetização no campo e na cidade.

A *escola* da luta popular nasce como alternativa à escola capitalista, nasce de uma luta para superar a concentração de poder e ocupar o latifúndio do conhecimento. Portanto a escola popular, não nasce sem povo, sem gente, sem uma realidade concreta. Ela nasce enraizada na luta, insurgente e com projeto de libertação do povo oprimido.

Como dissemos no capítulo anterior, a luta por uma *escola do MST*, popular do/no campo, inicia junto da luta pela terra. Nas primeiras ocupações, no final da década de 1970, no Rio Grande do Sul, ocorreu a gestação da primeira escola de assentamento, pois a grande questão discutida entre as famílias “era o que fazer com as crianças do acampamento?”. O acampamento estava cercado por policiais, muitas preocupações e uma delas era o cuidado com as crianças. No primeiro momento não se pensou em escola, mas de garantir atividade com as crianças, pois as crianças já participavam dos diferentes espaços no acampamento.

3.1.1 1985 – A primeira escola do MST na Fazenda Annoni

“Prefiro morrer lutando
Do que morrer de fome”
Roseli Nunes¹⁰⁵

Lutando pelo direito à existência, criando possibilidade de se construir uma outra história, as mulheres sempre estiveram à frente de decisões determinantes para a vida de seus filhos e comunidades. Roseli Nunes, mãe de três filhos, foi uma das mulheres Sem Terra que com coragem, foi para a primeira ocupação do MST. Roseli Nunes vive o nascimento de

105 Foi uma grande lutadora, mãe, exemplo e referência de mulher na luta da Fazenda Annoni e assassinada em 31 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária. Um caminhão investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, também no norte do RS. A ação resultou em 14 agricultores feridos e em três mortos: Lari Grosseli, de 23 anos; Vitalino Antônio Mori, de 32 anos; e Roseli Nunes, com 33 anos e mãe de três filhos. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>

Marcos Tiaraju¹⁰⁶, com três dias na ocupação da Fazenda Annoni, em novembro de 1995. Como afirma Silva (2018), fugindo da tradição de que os familiares (pai e mãe) é quem escolhe o nome para os filhos, Tiaraju foi o nome escolhido pela coletividade do acampamento do MST na fazenda Annoni.

Roseli Nunes foi assassinada em 1987 durante um protesto. O sonho e a coragem de Rose¹⁰⁷, como era chamada, faz esperar a vida em seguir lutando contra os latifúndios, emergindo uma identidade política de sujeitos que não estão dispostos a se submeter a “morrer de fome”.

O fato é que não há possibilidades de se falar de uma *escola diferente* sem trazer a luta das mulheres, o popular e suas contradições na construção de um projeto novo que busca a emancipação humana. A escola como lugar de disputa ideológica de conhecimento, território e poder, só é reconhecida quando está dentro da estrutura do estado capitalista. Quando se busca alternativas a essa estrutura, os defensores do capital, consideram um espaço dogmático, ideológico, antidemocrático etc., porque eles sabem que são essas experiências que proporcionam ao povo a criticidade, o conhecimento e a dizer não a todas as formas de opressão. São também essas lutas que significam e sempre recolocam questões novas na vida da educação pública, popular brasileira.

É debaixo da lona preta, que começa funcionar a primeira escola oficial de um acampamento do MST no estado. As aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores para 600 alunos, de 1ª a 4ª série (MST, 2005, p. 14).

A ocupação da Fazenda Annoni, com 1500 famílias e mais de 1000 crianças, no ano de 1985, em Sarandi/RS, vai possibilitar o surgimento da primeira escola de acampamento do MST. Com as vivências na experiência de luta por escola na ocupação em Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino, o acampamento da Fazenda Annoni, na organização das famílias, criou várias equipes de trabalho, sendo uma delas a educação, que passou desenvolver atividades com as crianças, mas que inicialmente, não se pensava na escola. (MST, 2005, p. 13).

A partir da lentidão do processo de desapropriação da área ocupada, se considera que o compromisso das gestões públicas e do judiciário (na maioria das vezes) é com a propriedade

106 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EGSF_VdKMkU&feature=emb_logo

O filho de Roseli saiu do Brasil em 2006 para cursar medicina em Cuba, por meio de um convênio entre o MST e aquele país. Seis anos depois, retornou às terras brasileiras com os estudos concluído. Em outubro de 2012, revalidou o diploma estrangeiro para atuar em Nova Santa Rita.

107 Para saber mais sobre a história de Roseli Nunes e o MST, ver os filmes Terra para Rose (2015), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=422xCGIJZR4> e Sonho de Rose (2017), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xP2Jm23RJ9Y>

privada, mesmo que a terra tenha sido adquirida de forma ilegal. Com o passar do tempo na ocupação, a necessidade de ter escola para as crianças passa também ser um ponto de pauta das discussões da equipe de educação. Após o tema apresentado, houveram divergências internas de entendimento, pois um dos grupos discordou da ideia de implantação da escola no acampamento, algumas lideranças julgavam que a escola poderia atrapalhar a luta,

[...] havia aqueles que não concordavam com a instalação de uma escola dentro do acampamento porque julgavam que ela iria atrapalhar a luta maior; iria amarrar ainda mais as famílias, dificultando sua mobilidade e participação ativa no MST (MST, 2005, p, 14).

Essa era a posição de algumas das lideranças no início do Movimento, como a educação não era uma cultura presente para os camponeses e camponesas, também era desconhecido como um instrumento importante, que pudesse contribuir e fortalecer a luta. Mas são as contradições e reflexões sobre elas que permitem as transformações sociais. Os argumentos da Equipe de Educação levavam em conta o número grande de crianças em idade escolar, identificando no levantamento realizado, a existência de 650 crianças de 7 a 14 anos, e na possível demora na desapropriação de terras, “muitos pais poderiam pensar em deixar o acampamento”. E foi com os conflitos e embates internos, da negação do direito a escola que começa a briga por uma escola oficial, junto com as famílias acampadas e 15 professores do acampamento (IDEM, 2005, p. 14-15).

Já no início de 1986, as trocas de experiências foram ocorrendo entre as professoras da Fazenda Annoni e Salete Campigotto, da Escola da Encruzilhada Natalino. Os estudos sobre educação começaram ser realizados pelas professoras da escola e uma comissão de pais, mães e professoras mobilizados e organizados para discutir com a prefeitura de Sarandi (MST. 2005, p. 14).

Estávamos em novembro de 1986. O tempo passou, chegou março do ano seguinte e nada da escola. Nos reunimos de novo, fomos até a prefeitura e lá conseguimos vários pedaços de lona plástica para montar um grande barraco e ali começamos de qualquer maneira as aulas. Veio então a notícia da aprovação da criação da escola pelo Estado. O prédio seria construído em seguida (Bernadete) (MST. 2005, p. 14).

No final do ano, as aulas passaram para o prédio novo. Mas como a ocupação da fazenda Annoni era com muitas famílias, foi reorganizado e dividido em 16 áreas e as famílias passaram a ocupar a fazenda toda. Com a nova reorganização, ficou difícil manter a estrutura de uma única escola. A luta seguiu para a reivindicação de mais espaços, resultando na conquista de sete escolas estaduais, das quais seis delas funcionam até os dias atuais. (MST. 2005, p. 14).

Segundo informação no Site do MST (2021)¹⁰⁸, atualmente o Movimento tem 2 mil escolas públicas construídas nos acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação pública garantida, 50 mil adultos alfabetizados, 2 mil estudantes em cursos técnicos e superior, mais de 100 cursos de graduação em parcerias com universidades públicas de todo o Brasil.

Além das escolas de assentamento e acampamento, outras experiências de escolas foram construídas, como o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, que contribui com a construção da Pedagogia do Movimento. Soma-se elas à luta contra o fechamento de escolas no campo, ampliando os espaços de debates e reflexões sobre o lugar das crianças no MST, desde as Cirandas Infantis permanentes, uma experiência de educação popular, que nasce do movimento camponês, com o desafio de se tornar uma política pública para a educação infantil do e no campo.

3.1.2 1995 – Instituto de Educação Josué de Castro

O Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, criado em 1995, na cidade de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul, foi oficializado pelo Conselho Estadual de Educação do mesmo estado em 1997. O IEJC nasce como uma escola nacional para atender a escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária (CALDART [*et al.*], 2013, p.21).

A base para a gestão do Instituto tem como referência a luta por escolas de acampamento e assentamento, iniciadas junto da luta pela terra no MST projetando uma formação para educadoras e educadores, com base na realidade das comunidades Sem Terra das crianças, jovens e adultos e das experiências com os movimentos e sindicatos do campo.

Foram mobilizadas reuniões com organizações sociais do campo, apoiadas por religiosos da congregação do Oblatos de São Francisco de Sales e dos freis Franciscanos do Rio Grande do Sul, que a partir das demandas apresentadas, foi criado o Departamento de Educação Rural (DER), em Braga/RS, integrando também, o departamento da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro (Fundep), com sede em Três Passos/RS, sendo a “primeira iniciativa de criação de uma escola formal de jovens e adultos diretamente conduzida por movimentos sociais, a que se vinculou o MST” (Idem, idem, p. 22).

108 Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/> Acesso em: abril de 2021

Importante destacar que foi nessa escola, na formação de professores da reforma agrária (quinta turma de magistério) que apareceu com mais evidencia os conflitos ocasionado relacionado a criança, proporcionando estudo, debate, provocações e aprofundamento, a discussão da educação infantil no Movimento. O debate aparece justamente devido à presença de mães militantes e estudantes, que para não deixar de estudar, sendo esta escola a possibilidade, por oferecer cursos em alternância, em nível nacional, passaram levar seus filhos e filhas para a escola. Nesse processo, apareceram diversos conflitos entre o grupo de estudantes, que em sua maioria, eram representantes do Coletivo Nacional de Educação, ocorrendo intensos debates que levou o Setor de Educação Nacional pautar e chegar na construção da Ciranda Infantil.

Essa experiência do DER teve sua duração nos anos de 1990 a 1994. Em 1995, após uma negociação com os Freis Capuchinhos, a escola vinculada ao MST passa a atuar no Seminário dos Freis, na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul.

O objetivo era construir uma escola vinculada aos interesses de classe dos trabalhadores que vivem no e do campo e com um desenho diferente da escola capitalista, assumindo o contraponto de projeto histórico, nas circunstâncias contraditórias em que isso poderia se tornar possível. Pretendíamos ser uma *escola popular*, com condições materiais mínimas de espaço e meios para trabalhar com dignidade, para desenvolver não apenas o ensino, mas também a cultura política que envolve o processo de formação da consciência e, ao mesmo tempo, acumular informações e produzir novos conhecimentos que servissem aos movimentos sociais de trabalhadores, através da pesquisa. Uma escola onde se pudesse analisar a sociedade (projeto popular), aprender a perceber as contradições nela existente e construir caminhos (método) de inserção e organização na direção do projeto (Idem, 2014, p. 23).

O Instituto foi se construindo com autonomia, deixando de ser extensão do DER e construindo seus próprios cursos com auto gesto dos estudantes. Assim como todos os espaços do MST são realizados processos de debates para homenagear lutadoras e lutadores que são referências históricas para a classe trabalhadora, o nome debatido e aprovado nas instâncias do Movimento para o Instituto de Educação foi Josué de Castro (CALDART [et al.], 2013, p. 41) – médico e professor pernambucano, estudioso sobre a questão da fome¹⁰⁹, e que lutava contra ela no Brasil. Stedile descreve a importância de Josué de Castro para o MST, no texto “A Fome e a Reforma Agrária”, no livro “Josué de Castro – vida e obra”.

O MST procura de todas as formas recuperar o legado histórico de Josué de Castro. Reconhecemos nele um mestre e um incentivador à nossa organização. E, modestamente, instituímos entre os Prêmios da Luta Pela Terra, o Prêmio Josué de Castro, destinado aos nossos técnicos, lutadores pela reforma agrária. E também nos orgulhamos de ter utilizado o seu nome na Escola Técnica Josué de Castro, onde

109 O livro “Geografia da Fome” é um dos seus principais estudos sobre a questão da fome no Brasil e no mundo.

formamos os nossos alunos de 2º grau como técnicos em administração cooperativista, formando filhos de assentados do Brasil inteiro (STEDILE, 2000, p. 8).

O IEJC como espaço de formação, estudo e pesquisa é uma referência de escola para a escolarização de jovens e adultos Sem Terra, não só para o estudo e pesquisa, mas também para o aprofundamento das práticas desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos. Foi um espaço que proporcionou na minha formação um compromisso com o projeto de sociedade, com a educação popular e a militância com as crianças Sem Terrinha. Tive a oportunidade de vivenciar a experiência como estudante do magistério na 6ª turma e na Coordenação Político Pedagógica – CPP da turma 7, entre os anos de 1997-2003.

O curso de magistério, que se iniciou em Braga/RS em 1990, no IEJC¹¹⁰ passou a ser denominado, legalmente, como “curso Normal de Nível Médio”, chegando até sua 12ª turma no ano de 2010. O curso Técnico em Administração de Cooperativas – TAC, chamado atualmente de curso Técnico em Cooperativismo, iniciou em 1993 e hoje está na sua 17ª turma nacional (CALDART *[et al.]*, 2013, p. 24).

Em 2020, durante a pandemia da covid-19, o IEJC fez a transição para um novo espaço, localizado no Assentamento Filhos de Sepé, distrito de Águas Claras, no município de Viamão/RS. Essa mudança já vinha sendo discutida e aconteceu por alguns motivos, dentre os quais o fato de que em Veranópolis o Instituto funcionava no prédio do antigo Seminário dos Freis Capuchinhos, e hoje se instala num espaço próprio, garantindo autonomia político-pedagógica e tendo o assentamento como um importante espaço para a construção permanente do IEJC.

3.1.3 1996 – Escola Itinerante

“Escola Itinerante chegou para ficar.
Lutando pela terra e o direito de estudar!”

¹¹⁰ O IEJC também realizou a primeira turma, em 2001, do Curso Técnico em Saúde Comunitária (com ensino médio e técnico); A primeira turma de Comunicação Social, em 2002; E nesse mesmo ano, tem a sua primeira turma de Educação Superior, a Pedagogia da Terra, da Via Campesina, em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Em 2007 iniciou o segundo curso de educação superior, com a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Em 2010, foi conquistado o terceiro curso de nível de especialização, no Ensino das Ciências Humanas e Sociais, numa parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e o quarto curso de educação superior, foi a primeira turma de Licenciatura em História, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), (CALDART. *[et al.]*, 2013, p.429- 434), para saber mais sobre o IEJC, ver o livro “Escola em Movimento”. Instituto de Educação Josué de Castro, 2013, Ed. Expressão Popular.

A luta por escola nos acampamentos do MST proporciona a criação de alternativas para garantir que as crianças tenham acesso à escola e que a escola esteja na comunidade, no caso, o próprio acampamento, sendo gestada num contexto de luta. Uma escola que nasce na luta e é de luta. O estudo de Isabella Camini (2009), que acompanha o processo de conquista da Escola Itinerante – no Rio Grande do Sul, e a experiência atual dos 15 anos dessa experiência no estado do Paraná, por Sapelli, Leite e Bahniuk (2019), trazem a historicidade e a análise de um processo fundamental para a constituição da escola nos acampamentos do MST.

Como já salientamos, foram os processos de ocupação da terra os forjadores da luta por escola nos acampamentos. Embora outros estados tenham realizado lutas por escolas e até obtido conquistas para os acampamentos, são os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná que organizaram um processo mais orgânico, garantindo os registros e sistematização da experiência e da luta das Escolas Itinerantes. As Escola Itinerante são escolas públicas localizadas em acampamentos, áreas de disputa ainda não regularizadas, e para o reconhecimento da existência das escolas nesses locais é necessária a luta para aprovação do Conselho Estadual de Educação. No Rio Grande do Sul os processos com as Escolas Itinerantes foram encerrados no governo de Yeda Crusius, em 2009, e no estado do Paraná as experiências seguem resistindo nos acampamentos de reforma agrária.

Para Camini (2009, p. 112), foi a constituição das primeiras escolas de acampamentos no Rio Grande do Sul que fortaleceram a luta pela Escola Itinerante. Ela destaca que até o ano de 1996 “nenhuma escola de acampamento era reconhecida pelo poder público” e com as mobilizações foram conquistadas algumas escolas de acampamento no estado. Segundo Camini, a mobilização das crianças no II Congresso Infantojuvenil do MST/RS, a partir do estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi fundamental para a conquista das escolas nos acampamentos.

Esta iniciativa resultou em uma negociação que abriu caminhos para a elaboração de uma proposta pedagógica que viria a ser, mais tarde, um projeto de escola de acampamento. Esta deveria atender as crianças acampadas, itinerantes, portanto distantes da rede oficial. É importante salientar que, se a princípio a ideia era de organizar as crianças acampadas, foi este também o momento em que elas entraram em cena, marcando definitivamente a participação efetiva e direta na luta pela escola (CAMINI, 2009, p. 115).

No dia 19 de novembro de 1996, o MST mobilizou 70 crianças e adolescentes de vários acampamentos para participar da votação da proposta da Escola Itinerante no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. As crianças e adolescentes levaram faixas e cartazes e se sentaram no chão, no local da votação. O que só confirma que

para as crianças do MST, desde o início do processo, a *luta* é a principal palavra geradora de mudanças e “[...] este foi um momento que marcou a entrada das crianças em cena para fazer pressão”. A proposta foi aprovada por unanimidade, sob o Parecer nº 1313/96, com base no artigo 64, da Lei Federal nº 5.692/71 como “experiência pedagógica”, a vigorar por dois anos (CAMINI, 2009, p. 119-120).

O nome político de Escola Itinerante surge a partir de pesquisas junto aos educadores e educadoras para saber se denominariam por “escola dos acampados”. Em resposta, muitas ideias apareceram, mas o que pegou rapidamente, segundo Alda Moura (irmã religiosa), foi Escola Itinerante. A inspiração para o nome veio do cubano José Martí, trazendo como referência os seus estudos, de que a “[...] escola itinerante é a única que pode remediar a ignorância camponesa”. (Idem, idem, p. 118).

Nesse mesmo percurso, já com o acúmulo do Rio Grande do Sul, os estados do Paraná (2003), Goiás (2005), Santa Catarina (2005), Alagoas (2005 e Piauí (2008), organizam Escolas Itinerantes em seus acampamentos (SAPELLI; LEITE; BAHNIUK, 2019, p. 85).

A experiência que segue atualmente no MST é a do Paraná, que se iniciou em 2003, com inspiração na experiência das Escolas Itinerantes do RS, mas também das práticas educativas nos acampamentos e mobilizações no estado.

Após muita luta, o MST/PR recebeu um parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação, no dia 8 de dezembro de 2003.

Autorizou o Parecer por meio de n. 1.012 o funcionamento da “Escola Itinerante no contexto em que os trabalhadores Sem Terra se encontrem em situação de acampamento, o qual pode mudar de lugar a qualquer tempo”, seguido da Resolução nº. 614/2004, de 17 de fevereiro de 2004, da Secretaria de Estado da Educação – SEED-PR que aprovou o funcionamento em regime de “experiência pedagógica”, por dois anos, tendo por Escola-base o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak – (Ceciss) (Idem, p. 88).

Segundo os autores, o processo inicial de organização da escola foi com nove acampamentos envolvidos. E nos anos de 2006 e 2007, a Escola Itinerante teve onze unidades de funcionamento totalizavam 1630 estudantes. Já 2020, o estado do Paraná tem organizado sete escolas-base em cinco grandes regiões, totalizando 1500 estudantes das Escolas Itinerantes. Nesse momento pandêmico, o grande desafio para o Setor de Educação no Paraná é de garantir, na BNCC, o projeto político-pedagógico das Escolas Itinerantes que se expressam como conquista e luta permanente.

O nome político de Escola Itinerante como conquista e política pública para os acampamentos do MST, para Camini (2009) tem um sentido de alternativo ao projeto da

escola burguesa, portanto, a Escola Itinerante, como proposta, se torna um princípio para o MST:

[...] ela foi criada com o propósito de acompanhar os povos em luta, onde eles estiverem, onde se precisa de escola: em um acampamento na beira de uma rodovia, em frente a um prédio público, em uma marcha. A Itinerante é uma escola que caminha com seus sujeitos, que não nasce para inviabilizar a luta, mas para acompanhá-la, assim como não impede a saída das famílias para o assentamento. Tem, por fim, outra função, qual seja, estimular a reflexão e, por consequência, educar a própria luta (CAMINI, 2009, p. 267-268).

A Escola Itinerante é uma conquista importante para garantia do acesso à educação das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e da construção do projeto de escola do MST. Foram produzindo estudos importantes nessa direção e para saber mais sobre as Escolas Itinerantes¹¹¹, buscar nas produções do MST, nos estudos de vários pesquisadores sobre o tema e nas referências que foram produzidas nos próprios estados de origem das Escolas Itinerantes.

3.1.4 2005 – Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF

Figura 9 - Sede da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF.



Foto: Arquivo MST

Inaugurada em 23 de janeiro de 2005, a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF tem em sua história a marca de uma escola em construção, pois cada tijolo colocado em suas paredes, foi produzido com o trabalho voluntário, por mãos de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra.

¹¹¹ Ver nas publicações do MST e nos livros “Escola Itinerante na fronteira de uma nova escola”, de Isabella Camini (2009), e “Ensaio da Escola do Trabalho na luta pela Terra: 15 anos da Escola Itinerante no Paraná”, de Marlene L. S Sapelli, Valter de J. Leite e Caroline Bahniuk (2019), ambos os livros da Ed. Expressão Popular.

Foram mais de 1.000 pessoas, entre homens e mulheres, organizadas em 25 brigadas de trabalhadores voluntários de 112 assentamentos e 230 acampamentos de diversos estados brasileiros. Esse foi o contingente total para construir o que ficou conhecido como Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) (SILVA, 2015)¹¹².

O compromisso do MST em construir uma escola da classe trabalhadora está vinculado ao seu processo histórico da luta de classes, que contou com a solidariedade de amigos, defensores da reforma agrária do Brasil e do mundo. Foram muitas as formas de contribuições, política e financeira, para a construção da ENFF. Como por exemplo, a arrecadação de recursos pelas exposições fotográficas e venda do livro “Terra”, com fotos de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e o CD de canções de Chico Buarque e Milton Nascimento¹¹³ (1997), que aconteceu através da doação dos direitos autorais da edição brasileira da obra ao MST.

Como então? Desgarrados da terra? / Como assim? Levantado do chão? / Como embaixo dos pés uma terra. / Como água escorrendo da mão?

Com a dimensão da arte, da cultura, do belo, a Escola Nacional foi sendo gestada e produzindo ensinamentos para o conjunto do MST, tornando-se uma referência de formação para a classe trabalhadora do Brasil, da América Latina e outros continentes.

O MST homenageia, em sua maior escola de formação política, o professor, sociólogo comprometido com a luta da classe trabalhadora e defensor da revolução brasileira e do socialismo, Florestan Fernandes. A escolha do nome está ligada a sua trajetória de vida, persistência, coerência e espírito revolucionário. Entre tantos outros, a escola destaca três aspectos para essa homenagem à Florestan: “A origem de classe e a luta contra a exclusão social; A busca pelo conhecimento e a preparação de novos intelectuais; A busca por saídas imediatas e a preocupação com o futuro” (ENFF, 2020, p. 17-18).

No Projeto Político-Pedagógico da ENFF, o objetivo geral reafirma o compromisso de “organizar e desenvolver processos de formação político ideológica de militantes, dirigentes e quadros de organizações populares nacionais e internacionais que contribui para que a classe trabalhadora, em toda sua diversidade, realize a transformação social com o horizonte do socialismo”. E para que seus objetivos sejam alcançados, o MST considera o processo contínuo, amplo, permanente e sistemático de reflexão sobre a prática, portanto a construção de uma concepção de formação é fundamental para a formação política e para a política de formação.

A formação no MST deve estar vinculada com o processo de ampliação do conhecimento teórico e prático das questões que envolvem a luta de classes. Deve estar direcionada para a formação da consciência, na perspectiva da projeção de

112 Disponível em: <https://mst.org.br/2015/07/17/dez-anos-de-enff-um-sonho-construido-a-muitas-maos/> Acesso em: novembro de 2020.

113 Canção: Levantados do chão.

lideranças, militantes, formadores/as, dirigentes e quadros que possam conduzir a luta de classes e o MST com autonomia política e ideológica. [...] entendemos a política de formação como um conjunto de ações que abrangem diferentes metodologias e conteúdos, no intuito de elevar de forma permanente o nível de consciência e de conhecimento da base, dos/das militantes e quadros, buscando o crescimento cultural e político (ENFF, 2020, p. 21-22).

A ENFF tem como um de seus princípios a auto-organização. As pessoas que passam pela Escola Nacional e participam das atividades, se envolvem nas tarefas de manutenção da mesma no período de permanência nela. Além disso, a Escola conta com uma brigada permanente chamada Apolônio de Carvalho, que garante no dia a dia seu funcionamento.

As atividades que acontecem na ENFF são diversas e vão desde reuniões nacionais do MST e de outros movimentos, seminários, encontros etc, até cursos latino-americanos, de idiomas e cursos em parceria com universidades, além de contribuir no acompanhamento de escolas de formação em outros países. A Escola em 2020 chega na décima edição da turma de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina, em parceria com a Universidade Estadual Paulista – UNESP.

A Escola Nacional tem mais de 500 professoras e professores que contribuem nos diferentes cursos e ações desenvolvidas na Escola. Desde 2009, intelectuais, professores, amigos colaboradores criaram a Associação de Amigos da ENFF¹¹⁴ com o objetivo de fazer divulgação de atividades promovidas pela escola; campanhas diversas; aumentar a quantidade de pessoas que apoiam a Escola; incentivar projetos de educação e escolarização das crianças, jovens e adultos do campo; viabilizar projetos e intercâmbios de formação.

Também compõe o espaço político-pedagógico da ENFF, a Ciranda Infantil “Saci Pererê”, espaço educativo que vem envolvendo os diferentes cursos no trabalho com as crianças, ampliando a socialização entre crianças e adultos dos diferentes estados e países que fazem a formação na ENFF. A Ciranda Infantil Saci Pererê é um espaço de referência nacional e internacional para as mulheres, homens e crianças de diferentes organizações populares.

3.1.5 A escola do MST

A luta pelo direito de construir escolas nas áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária e de ter uma proposta de educação para esses espaços, fez com que o MST, através do Setor de Educação, iniciasse um processo coletivo de debate sobre a escola, que resultou no Caderno de Formação nº 18, intitulado “O que queremos com as escolas de assentamentos”, publicado em 1991. Esse material foi produzido com reflexões de um

¹¹⁴ Para saber mais sobre a Associação, ver <https://amigosenff.org.br/a-associacao>.

coletivo de educação que se debruçou na realidade concreta das crianças dos acampamentos e assentamentos.

A realidade é que a escola não foi pensada para o campo, mesmo a existência dela no meio rural não se diferencia da escola urbana, embora seja mais precarizada. Lutar por uma escola que reconheça a realidade dos estudantes do campo, se contrapondo à escola capitalista ao mesmo tempo acolhendo as crianças e jovens Sem Terra, compreende-os como sujeito de direitos e de saberes. Ao longo da trajetória do MST, denúncias de opressão foram feitas por crianças, adolescentes e jovens, por estarem em escolas completamente distantes da realidade e dos espaços de Reforma Agrária em que vivem.

As crianças do campo, além de ter que se deslocar para a cidade, e em muitos casos em péssimas condições de transporte e estradas, eram colocadas, conforme diversos relatos das próprias crianças, em situação de preconceito, racismo, *bullying* na escola, pelo fato de viverem em acampamentos e assentamentos. Foram essas questões que fizeram com que o MST se desafiasse em pensar uma *escola diferente*, uma escola para as crianças do campo, uma escola que respeitasse as crianças, as suas famílias e sua luta.

A luta, tanto para pensar, como para projetar essa nova escola, exigiu estudar e conhecer as referências teóricas e críticas de outras experiências no campo educacional. A construção de propostas que dialogasse com a luta pela terra no MST pautava, ao mesmo tempo, junto aos poderes públicos, a construção de escolas nos assentamentos. Pois a realidade do campo brasileiro no que se refere à educação, sempre foi uma concepção de escola rural precarizada, da fazenda, condicionada ao dono da terra.

Partindo das reflexões coletivas e da realidade concreta da educação para as populações do campo, o MST descreve o seu ideário de escola:

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando dificuldade com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – apreendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um mundo novo. O caminho se faz caminhando. Se aprende, a capinar, capinando (MST, 2005, p.31).

Para o aprofundamento sobre as escolas do MST, se criou uma Frente Nacional que estuda e acompanha as práticas educativas das escolas de assentamentos e acampamentos. A Frente faz os debates nos Coletivos de Educação em cada estado em que o MST está organizado, fortalecendo a luta por escola, a construção de experiências educativas e realizando seminários para a construção dos Projetos Político-Pedagógicos – PPP das escolas

conquistadas. O projeto de escola do MST, envolve em seus processos de discussão e construção, a participação do conjunto da comunidade local, incluso os estudantes. Foi com o debate sobre o direito de ter escola nas áreas de reforma agrária que o MST iniciou o processo educacional no Movimento.

A luta po escola é permanente no Movimento. Em 2011 o MST lança a Campanha Nacional “Fechar Escola é Crime”, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade sobre a questão da escola pública do campo e a necessidade de uma luta nacional pela educação.

Nesse período, as pesquisas indicavam o fechamento de mais de 24 mil escolas do campo. E em 2018, como já mencionado, esse número passou de 80 mil escolas fechadas no campo brasileiro. Para o MST, a escola é um patrimônio coletivo conquistado com luta e se mantém pela resistência da comunidade.

Por esse motivo é que as crianças Sem Terrinha se mobilizam em 2018 e descrevem em seu Manifesto a realidade e as condições da política pública e estrutural para as escolas do campo no Brasil, vivida por elas:

Lutamos por nossos direitos, que não são cumpridos: nossas estradas são ruins e esburacadas; o transporte escolar quase sempre quebra e entra muita poeira; muitas escolas estão sendo fechadas e outras são longe de nossas casas; falta material e temos poucos livros pra ler. As escolas do campo precisam ter melhores condições. Queremos que sejam construídas quadras de esportes, refeitório e parquinho infantil, que o pátio das escolas seja grande pra podermos brincar. A alimentação das escolas precisa melhorar, ter mais produção da reforma agrária e da agricultura camponesa familiar. Queremos que nossas escolas sejam bonitas e agradáveis, que tenham hortas, aulas de espanhol, biblioteca, música, dança, teatro, desenho, pintura, que sejam seguras e boas de estudar. Queremos assistir filmes e poder fazer passeios pra conhecer outros lugares, outras artes, outras pessoas. “Lutamos para garantir uma educação que faça parte da vida do campo, nos respeite como crianças e que respeite as populações do campo e da cidade” (fragmentos do Manifesto das Crianças Sem Terrinha – julho de 2018).

A política de fechamento das escolas é um projeto arquitetado e planejado com o objetivo de mercantilização da educação pública e gratuita. É produzido através do sucateamento das condições estruturais das escolas, da precarização do trabalho docente e da retirada ou minimização de conteúdos que são fundamentais para a formação de uma consciência social e crítica. Devido a esse projeto, que se aprofundou nos anos de 2015 e 2016, houve um forte movimento de estudantes secundaristas no Brasil, que ocuparam inúmeras escolas no país. Em sua grande maioria, essas ocupações aconteceram em escolas urbanas com luta e resistência na defesa da educação e da escola pública no Brasil.

Sabemos que a luta contra o fechamento das escolas públicas do campo e da cidade faz parte de muitas experiências populares no Brasil. Mas pensando na dimensão de classe e no projeto societário, como organizar o espaço da luta educacional no Brasil se os setores

populares da educação estão fragmentados e distantes do debate da educação popular? Um desafio para pensar a educação na sociedade de classes.

Figura 10 - Normandia/PE. Foto:



Arquivo MST/PE.

A educação é uma dimensão importante na estratégia revolucionária, não sendo unicamente ela a força motriz da revolução, no entanto, interpelando dialeticamente sua contribuição para os trabalhadores. A escola, ao caminhar junto ao projeto de transformação social, precisa estar imbuída da construção da coletividade, pela auto-organização e formação da classe para a sociedade socialista, como declara Lenin publicamente: “a escola à margem da vida, à margem da política é falsidade e hipocrisia”.

3.2 As mobilizações infantis no MST: Por que mobilizar as crianças do campo?

Figura 11 - Sem Terrinha/RJ em audiência na ALERJ.



Foto: Mandato do deputado estadual Flavio Serafini.

A mobilização foi uma forma encontrada pelas organizações populares para colocar na ordem do dia suas pautas, reivindicações e, ao mesmo tempo, construir processos democráticos e coletivos, buscando responder objetivos comuns presentes em seus projetos de

transformação social. As mobilizações no MST fazem parte de um processo organizativo e coletivo, desde a motivação no *trabalho de base*, articulando e conscientizando famílias sem-terra do campo e da cidade para as ocupações do latifúndio; do debate em diferentes espaços na sociedade sobre a importância da luta pela reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis; da organização pelo direito de ter escolas de Educação Infantil e de Educação de Jovens e Adultos nas comunidades Sem Terra; da organização das crianças e os preparativos para as Jornadas Sem Terrinha no MST etc. Mobilizações que envolvem um conjunto de pessoas assentadas e acampadas, bem como apoiadores, amigos, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros, e têm em suas dimensões educativas um movimento popular, um movimento de mudanças, de ações concretas para a transformação da realidade.

No caso do MST, as mobilizações têm como centralidade o projeto político da Reforma Agrária Popular, colocando em evidência os problemas estruturais, sociais, ambientais e de valores. São práticas de luta das organizações populares, sindicais, sociais, conforme nos apresenta o Caderno nº2 Fazendo Escola, “Crianças em Movimento”:

O MST faz mobilizações desde o início de sua história. Se mobiliza para as reuniões, para acampar, para reivindicar lonas pretas para os barracos. Se mobiliza para as caminhadas, marchas, para exigir crédito agrícola, financiamento bancário, posto de saúde, escola, professores (MST, 1999, p. 10).

As mobilizações infantis fazem parte do conjunto de lutas que o MST, historicamente, vem organizando no Brasil e as crianças, como afirma o Movimento (1999), “recriam a Pedagogia do MST” com as mobilizações infantis, colocando o próprio MST em movimento, para pensar, refletir nas ações que são organizadas com as crianças, desde a sua localidade até os espaços estaduais e nacionais.

Hoje, já se tem incorporado várias ações infantis em muitos estados, as quais fazem parte do conjunto de ações dentro da organização do MST. As crianças fazem encontros, caminhadas, ocupações de órgãos públicos, e até se fazem presentes em espaços oficiais. Participam de torneios, do grito dos excluídos, de feiras de ciências e se organizam para recepcionar os colegas acampados que foram fazer uma nova ocupação de terra. As ações das crianças estão, sem dúvida, quebrando a antiga cultura do camponês. Aquela velha concepção de sua casa, do boi na corda e do mundo isolado, dá lugar para ações coletivas em busca do bem comum (MST, 1999, p. 11).

Essas ações vão demarcando a identidade política da criança no MST, pois “a *mobilização infantil* é um espaço da criança Sem Terrinha, um espaço que se propõe ser libertador, criativo e crítico”, a partir da dimensão de mundo, com particularidade na realidade da infância do campo. (RAMOS, 1999, p. 15).

As mobilizações infantis no MST têm o referencial da pedagogia socialista como um dos fundamentos para a construção da educação do MST. No pensamento soviético, na organização do Movimento dos Pioneiros, articulado pela juventude comunista, as crianças se mobilizavam, se colocavam em movimento para aprender *lutar e construir* a vida socialista a partir de uma prática coletiva. Para Pistrak (2000), o Movimento dos Pioneiros ganhou uma importância na Rússia, onde “nenhuma escola ou professor pode iludi-los”, como também não é possível discutir problemas escolares deixando o Movimento de fora (PISTRAK, 2000, p. 208).

A criança de dez a quinze anos concebe o mundo a sua maneira e de forma muito diferente da do adulto. Atribuiremos sem dificuldade a esta concepção particular do mundo no espírito das crianças desta idade o nome de concepção “heroica”. [...] Pensamos que se tratarmos o movimento comunista das crianças como um movimento revolucionário de classe, como um movimento específico dos filhos do proletariado, não deveremos perder de vista as circunstâncias mencionadas acima, que confere ao movimento um caráter especial. A fase heroica da revolução social é fecunda para a fase heroica do desenvolvimento da alma infantil e se sintetiza no movimento dos pioneiros. É também fácil compreender porque o movimento infantil engloba preferencialmente os filhos de operários, isto é, os filhos da classe que dirige a luta revolucionária e a criação do novo mundo (Idem, idem, p. 209-214).

O processo de mobilização e organização da luta revolucionária vai proporcionar uma inserção da criança como sujeito político na vida social, participante no coletivo infantil por meio da auto-organização coletiva na escola e/ou no acampamento/assentamento, a partir das quais as crianças se mobilizam em função de pautas reivindicatórias, do trabalho como princípio educativo, bem como dos direitos de compor uma organização popular desde sua condição de crianças.

As crianças das classes populares vivem nas condições dadas às suas famílias na sociedade de classes, condicionadas a viver em uma realidade de exploração, pobreza e projeção de um “futuro” do devir a ser “trabalhador” explorado, endividado individualista, sem história, vinculado a um projeto “único” de sociedade... Portanto, uma organização popular que as reconhece desde a infância como sujeitos políticos e históricos, modifica a condição de existência da criança na história.

[...] as crianças sabem que na sua quadra falta uma dúzia de torneiras. Escreveram um protocolo. Foram para o Conselho. Insistiram para serem recebidas, ouvidas, insistiram para que as torneiras fossem entregues. Isso foi na última primavera e, no verão, o Conselho cumpriu sua promessa – as torneiras foram entregues. E os pioneiros marcham de lenços vermelhos e sabem que essa é a sua tarefa, que isso eles conseguiram, mas a obra é comum (SHULGIN, 2013, p.119).

As mobilizações infantis são históricas e *reinventam* as organizações populares e vão se tornando uma referência de organização para as crianças da classe trabalhadora, não como

projeção de futuro, de ser alguém quando crescer, mas como construtores de outra história política no seu tempo infantil, no contexto da luta revolucionária, no caso brasileiro, a luta pela terra. Importante destacar, que só é possível a construção desse espaço em sintonia com o projeto educativo do Movimento, considerando a educação das crianças vinculada à dimensão de classe e da luta camponesa no Brasil. As crianças são educadas dentro de um “contexto”, de uma “atualidade” na perspectiva da luta de classe. (Benjamin 2009; Pistrak, 2000).

As marchas, caminhadas, manifestações públicas, são espaços de intervenções populares que se tornam protestos referentes a determinadas decisões políticas. Mobilizar-se no MST faz parte de uma concepção de luta, no sentido de dar visibilidade à pauta política para conquistas da classe.

O ato de tomar a decisão de fazer uma mobilização infantil requer uma série de atos organicamente vinculados entre si, como: perceber uma necessidade; tomar consciência e conscientizar outros dessa necessidade; amadurecer, propor e discutir coletivamente; planejar os passos da ação; realizar a ação; avaliar o que foi feito e encaminhar deliberações. Tudo isso requer um processo de aprendizado, que somente a prática é capaz de ensinar. Todo esse conjunto é educativo, pois o processo vai muito além da atividade em si. O processo educa porque, justamente, é processo, possibilitando, assim, o crescimento pessoal e coletivo dos envolvidos (MST, 1999, p. 25).

Mobilizar as crianças porque são mais de 500 anos de violência, genocídio, exploração, expropriação dos bens naturais e riquezas do povo brasileiro. Mobilizar as crianças porque mediante um estado burguês, com políticas que interessam somente acumulação e lucro, a educação política da infância das classes populares deve ter como horizonte a organização e a luta infantil, para que elas não sejam exploradas pelo sistema hegemônico, se reconheçam na sua classe social e lutem por um mundo melhor.

O objetivo de trazer os processos de mobilizações infantis das crianças Sem Terrinha está vinculado à historicidade da infância na luta pela terra no Brasil, com a compreensão do processo em que as crianças vão tendo visibilidade na luta e no projeto educativo do MST.

3.2.1 A Primeira Mobilização Infantil no MST

O I Congresso Infantil do MST foi realizado nos dias 11 e 12 de outubro, no ano de 1994, na cidade de Porto Alegre/RS. A mobilização reuniu 101 crianças de assentamentos e acampamentos, além de professores e coordenadores do Setor de Educação do MST. O objetivo principal desse congresso foi “estimular o desenvolvimento integral da criança, a partir da sua história e dos seus sonhos”. As crianças Sem Terra devem receber uma educação voltada para o meio rural, onde a escola respeite a realidade das mesmas e ensine tomando por

base a bagagem de vida que possui”, destaca um dos educadores responsáveis pelo encontro, Ivori de Moraes, para o Jornal Sem Terra. (K. MARKO, 1994, p. 5).

Segundo o Jornal Sem Terra (1994), o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, foi o primeiro a utilizar o termo “sem-terrinha” de forma pejorativa, trazendo no título da matéria (1994) “A quem assusta a educação dos ‘sem-terrinha’?”. No mesmo ano, tal “apelido” é apropriado e transformado pelo MST a partir de debates políticos, e ao longo do tempo vai ganhando significado e se torna identidade política a partir do ano de 1997.

Os destaques dos veículos de comunicação no período, segundo o Jornal Sem Terra, foram: “sem-terra moldam crianças que serão líderes no ano 2000”, segundo o JST, “[...] não faltaram matérias maldosa, nos dias seguintes, denunciando a ‘lavagem cerebral’ que o MST faz nas crianças” considerando a mobilização infantil, organizada pelo Movimento, uma “pedagogia homicida” (educação para a morte)”. A mídia burguesa, conservadora servindo a classe social. O Congresso Infantil despertou o que existe de mais reacionário na comunicação de massas da mídia burguesa. É fato que a mídia hegemônica não tem compromisso com a transformação social, muito menos está preocupada com que a criança exerça a sua participação na sociedade. Portanto, não é de se espantar que na repercussão nos meios de comunicação de hegemonia burguesa, seus leitores sejam estimulados para uma visão conservadora e reacionária.

A realidade da infância na luta pela terra ou das crianças que vivem no campo não são denunciadas, muito menos mencionadas as formas de violências praticadas pelo latifúndio no Brasil, que omite as informações do contexto social relacionado ao desrespeito aos direitos dessas crianças, obrigadas a viverem em uma sociedade na qual a terra não está distribuída, e conviverem com a inexistência de trabalho digno que garanta a sobrevivência necessária para a vida humana, com moradia, educação, saúde, tempo livre, entre outros.

Para a realização do I Congresso Infantil, o MST organizou encontros preparatórios em várias regiões do estado do Rio Grande do Sul, tendo uma cartilha de orientações de atividades como a produção, em conjunto com as crianças, de peças teatrais, músicas e atividades artísticas que comporiam as apresentações das regiões no Congresso. Os encontros preparatórios envolveram mais de “1000 crianças” e “possibilitaram conhecer melhor a realidade das comunidades” Sem Terra do estado. Cabe destacar que desde o I Congresso Infantil, o MST envolveu nas “articulações a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS”, além de “professores, músicos, Conselhos Tutelares, secretarias de educação, sindicatos” e coletivos de educação do MST nas regiões (M. MARKO, 1994, p. 5).

O debate principal com as crianças Sem Terra no Congresso Infantil foi sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado e aprovado em julho de 1990 num período de intenso debate sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Também em 1990, no mês de setembro, o Brasil passa a participar, como signatário, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da ONU, num contexto conjuntural que proporcionou maior visibilidade na luta das crianças, bem como para as questões da infância no Brasil.

As crianças se mobilizaram e se expressaram através do Manifesto do 1º Congresso Infantil do MST¹¹⁵, documento final do Congresso Infantil, que teve como consigna: “Com luta infantil, mudaremos o Brasil” e que trouxe como reflexão a construção de um pensamento coletivo sobre o lugar da criança no MST, destacando:

Nós crianças dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, estamos comemorando de forma diferente o nosso dia: realizando o 1º Congresso Infantil do MST/RS. Nesse Congresso, a gente discutiu o tema: a criança e seu espaço na sociedade. Durante o estudo descobrimos que nossos espaços estão em todos os lugares: na família, na escola, na comunidade e na sociedade. No momento do intercâmbio das experiências das diferentes realidades descobrimos que nós também temos que lutar para conquistar nossos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Hoje, nós, crianças e adolescentes, encontramos aqui o nosso espaço para manifestar nossos direitos através do canto, das brincadeiras, dos momentos artísticos e culturais, do estudo e da reflexão. O Congresso foi a nossa chance de propor nossas e novas ideias. (MST, 2017, p. 37. grifos nossos)

O Manifesto, produzido como documento final e síntese do encontro, se faz presente desde a primeira mobilização infantil do MST e se caracteriza como uma importante produção coletiva que documenta os processos das crianças Sem Terrinha na luta pela terra. Ele tem por objetivo fortalecer os direitos da criança e do adolescente, denunciar a realidade do campo e afirmar de que sem luta não é possível efetivar conquistas por direitos. No primeiro manifesto fica evidente, pela forma da escrita, que sua elaboração aconteceu de forma conjunta entre educadores e crianças, no sentido de trazer as demandas das crianças junto com a pauta necessária da educação dos assentamentos e acampamentos no período.

Manifestar-se, trazendo presente as principais discussões e elaborações com as crianças, a partir das condições materiais da realidade dos assentamentos e acampamentos é uma das principais ideias dos manifestos. As crianças apresentam descobertas no sentido de reconhecer a mobilização infantil como espaço das crianças, de manifestar e propor as suas ideias, se colocar em movimento para viajar o mundo, brincando, debatendo, refletindo e denunciando a realidade do campo. Reafirmando e expressando sobre o lugar de construção das crianças e educadores na luta e no estudo para construir uma sociedade melhor, na

115 Ver em anexo o manifesto completo.

exigência da realização da reforma agrária e do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes do campo no Brasil.

3.2.2 As mobilizações nos estados

Outubro ganha outro significado para as crianças do MST. Com a realização da mobilização infantil de 1994, a luta pelo direito de ter escolas nos acampamentos e assentamentos ganha maior visibilidade, desde a atuação das crianças. Diante da realidade de abandono e precarização nos territórios ocupados, considerando que a luta por reforma agrária não se restringe à distribuição de terras, mas à socialização dos meios de produção e a distribuição de um conjunto de estruturas privadas, como a educação, um direito essencial para o MST. Nas mobilizações infantis as crianças juntos com os educadores negociam com autoridades o direito de ter escolas nos assentamentos e acampamentos, transbordando os muros da escola tradicional e exercendo cidadania na sociedade. E dessa forma, as mobilizações infantis vai se colocando como uma frente de luta pelo direito das crianças e adolescentes no MST.

No Brasil, dia 12 de outubro foi oficializado como o Dia das Crianças, aprovado pelo Decreto de Lei¹¹⁶ n° 4867, de 5 de novembro de 1924, de autoria do deputado federal Galdino do Valle Filho e oficializado pelo Presidente Arthur Bernardes. A escolha da data vem ocorrer no calor da realização do 3° Congresso Sul-americano da Criança, em 1923, sediado na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Com o objetivo de ser o *dia de festa da criança* em todo território nacional, não obteve sucesso imediato. A data só vai ganhar maior significado em 1960¹¹⁷, quando a Fábrica de Brinquedos Estrela fez uma promoção com a Johnson & Johnson e criou a "Semana do Bebê Robusto", a fim de aumentar as vendas e tornar o dia 12 de outubro um dia de incentivo ao consumo através dos presentes para crianças, principalmente brinquedos. Ou seja, o capitalismo incidindo na vida das crianças, criando o brinquedo como mercadoria e “tirando do cenário a brincadeira, a criação humana, em nome do lucro”. (RAMOS, 2016).

O Dia das Crianças no Brasil¹¹⁸ tem uma data diferente do dia universal reconhecido pela ONU, através da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovado no dia 20 de

116 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4867-5-novembro-1924-566474-publicacaooriginal-90038-pl.html>

117 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/12/tecnologia/1507807740_537042.html

118 O Dia das Crianças no Brasil ocorre na mesma data do feriado da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, nome católico. Esse dia foi estabelecido pelo Decreto de Lei n° 6.802, de junho de 1980, do então Presidente João Figueiredo. Vale destacar que a data do feriado não tem relação com o Dia das Crianças.

novembro de 1959. Os processos históricos de cada país, diante de seu contexto social, cultural, político e econômico define as datas para o Dia das Crianças. O dia 20 de novembro no Brasil também é uma data muito significativa, e de celebração do Dia da Consciência Negra¹¹⁹.

O mês da criança para o MST vai sendo ressignificado com as mobilizações infantis. Como menciona o JST (1995), no ano de 1995 o estado do **Rio do Grande do Sul** realizou o II Congresso Infantojuvenil, com 120 crianças e com atividades parecidas com o anterior, com passeata e audiência com o governador, entre outras atividades educativas. O JST destaca nessa matéria a entrevista com o menino Ezequiel Piovesan, de 11 anos, do Assentamento Nova Ramada, que fala da sua realidade como criança no assentamento.

Desde a realização desse primeiro congresso direcionado às crianças e educadores, foi se definindo uma forma organizativa das mobilizações infantis, e em linhas gerais, essas definições persistem nos Encontros Sem Terrinha nos dias atuais, como as preparações nas localidades, articulação com os setores da cultura, da comunicação e educação, parcerias com universidades e entidades de defesa da infância, construção de atos políticos, cartas/manifestos, entre outros. As discussões pautadas no 1º Congresso seguem como referência para o momento atual, do direito da criança e do adolescente e, principalmente, o direito de se manifestar na sociedade como seres humanos, contra a criminalização, o preconceito com as crianças dos assentamentos e acampamentos e a precarização das estruturas das escolas do campo.

Com a repercussão nacional da mobilização infantil do Rio Grande do Sul, os encontros de crianças ganham espaços em outros estados do país. Nessa direção, o estado de **Santa Catarina**, em 1995, realizou um congresso infantil com a participação de 270 crianças, na cidade de Florianópolis. Essas crianças representaram as 5 mil crianças dos assentamentos e acampamentos de todo o estado. Em passeata, com o lema “Crianças do Campo e da Cidade Lutando por Dignidade”, ao chegar na assembleia legislativa as crianças foram constrangidas pela polícia. “Barradas e revistadas, foram obrigadas deixar nas portas, suas bandeiras e faixas para entregarem o Manifesto para o chefe de gabinete do governador de Santa Catarina” (JST, 1995, p. 7).

Também em 1995, o estado do **Espírito Santo** mobilizou mais de 300 crianças, educadores/as, mães e pais das escolas de assentamento e da cidade, para participar do I Congresso Infantojuvenil em São Mateus. Com o lema “Ocupar, resistir e produzir também na educação”, as discussões trouxeram a realidade da exploração infantil e da pobreza em que se

119 Dia da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência dos povos africanos e da luta pela questão racial. No Brasil, segundo IBGE (2020), mais da metade de sua população é negra.

encontravam as crianças e adolescentes da população de rua nos grandes centros urbanos. Nesse mesmo ano, o MST no Espírito Santo, já organizava 23 escolas alternativas para os 32 assentamentos, sendo seis destas do segmento de 1ª à 8ª série (atuais Ensino Fundamental I e II), mobilizando mais de 2000 crianças nessas escolas. O Congresso teve seu encerramento com uma passeata e ato em frente à Secretaria de Educação da cidade de São Mateus (JST, 1995, p.7).

As mobilizações infantis ganham uma dimensão nacional nos anos seguintes, com muita expressividade nos estados do Nordeste. No **Rio Grande do Norte**, nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 1996, 200 crianças em Natal abrem com poesia, dança e pinturas o 1º Congresso Infantil. Elas emocionam autoridades na abertura e denunciam a falta de compromisso do governo com a educação. Nessa ocasião, a partir das reivindicações das crianças, foi conquistada “verba do Incra para reestruturar os prédios das escolas dos assentamentos. Da Secretaria de Educação, elas conseguiram 28 quadros-negros, 28 lampiões, cadeiras e material escolar para as salas de aula”. Foram três dias de festa e alegria com as crianças em Natal. (Idem, idem, p.6).

No **Maranhão**, com o lema “Crianças do MST cobram soluções do governo”, entre os dias 13, 14 e 15 de outubro do mesmo ano, 200 crianças realizam o I Congresso Infantojuvenil na capital do estado, São Luís. Com chapéus de palha e fitas vermelhas, as crianças de 7 a 14 anos brincaram, dançaram e debateram temáticas a partir da realidade de seus assentamentos e acampamentos e construíram uma pauta para ser entregue ao governo do estado. Nesse espaço, elas também fizeram a denúncia para a sociedade sobre as “dificuldades das crianças Sem Terra, que sofrem nos despejos efetuados pela polícia” de “[...], não tem escola, muito menos merenda escolar”. “Uma menina entregou ao secretário do governo dois cocos de babaçu representando o trabalho diário de sua mãe, que ganha 30 centavos para quebrar um quilo. ‘Não dá nem para comprar uma barra de sabão’, desabafou a criança”. Diante dessa realidade, das crianças e suas famílias, o governo assumiu alguns compromissos na área da educação, cultura e lazer, para serem efetivados em 1997, nos espaços de reforma agrária (Idem, ibidem).

O **Pernambuco** também realizou, entre os dias 9, 10 e 11 de outubro de 1996, o I Congresso Infantojuvenil, com a participação de 422 crianças, de 7 a 12 anos, em Recife. Com o lema “Terra, saúde, educação e lazer”, o encontro possibilitou muitos “meninos e meninas verem o mar pela primeira vez”, um dos momentos marcantes da atividade infantil para crianças e educadores. As crianças foram muito bem recebidas pela população durante a caminhada no centro da cidade, com direito a “chuvas de papel, buzinaço e aplausos dos pedestres”. Além de muita arte, brincadeiras e oficinas tiveram um momento para a

finalização da pauta de reivindicação, incorporada à pauta geral do MST para a audiência com o governador (JST, 1996, p. 7).

Na **Bahia**, o Congresso realizado na cidade de Itamaraju, reuniu 1.200 jovens dos assentamentos e acampamentos, com festival de música, torneio da reforma agrária e debate sobre os temas: educação, neoliberalismo, cooperativismo, desenvolvimento econômico e participação política da juventude assentada. Num grande acampamento, debateram e construíram a pauta de reivindicações que elencou os seguintes pontos:

Implantação de escolas de 1º e 2º grau; capacitação de professores de áreas da Reforma Agrária; participação dos pais no comportamento educacional dos filhos; escolas técnicas voltadas para a realidade dos assentamentos; implantação de agroindústrias; alternativas para inserir os jovens nas atividades produtivas e políticas; assistência médica para os assentamentos, farmácias naturais e treinamento de pessoas para os primeiros socorros; cooperativas com participação de jovens; encontro com jovens da zona rural e urbana para discutir alternativas de desenvolvimento da sociedade. (Idem, ibidem).

Os estados do Sergipe e Ceará também realizaram atividades pela primeira vez com as crianças, porém, não tem tanta informação documentada no JST como os estados já mencionados acima. Segundo o JST (1996), o **Sergipe**, realizou atividades com 600 crianças e o **Ceará**, mobilizou 100 crianças Sem Terra para o seus respectivos Congressos Infantis.

Além dos estados do Nordeste, outras regiões realizavam seus encontros com as crianças pela primeira vez. Na cidade de **São Paulo**, 400 crianças das diferentes regiões do estado ganham destaque no Jornal Sem Terra, com a chamada “Sem Terrinha emocionam paulistanos”. Como já mencionado, a mobilização infantil do MST/SP de 1996 é o primeiro registro que marca o surgimento da identidade política das crianças em um encontro estadual, com a utilização do termo Sem Terrinha. Diferentes documentos registram esse nome, bem como o lema do próprio Encontro Infantojuvenil “Reforma Agrária: uma luta de todos e dos Sem Terrinha também”. Com esse destaque, as atividades preparatórias nas regionais também inserem em seus cartazes e palavras de ordem a identidade Sem Terrinha: “*Saúde e educação, pra todos os Sem Terrinha é a solução*”, palavra de ordem da regional Sudoeste Paulista, (RAMOS, 2013. p.83), além disso, aparece no próprio Manifesto dos Sem Terrinha ao povo brasileiro, que já inicia reafirmando a identidade,

Somos os Sem Terrinha, estivemos reunidos nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1996 para discutir a situação das crianças no campo. Fazemos parte do MST e, junto com nossos pais, lutamos por reforma agrária. [...] Quando a polícia chega em nossos acampamentos, todas as crianças ficam com medo, porque algum tempo atrás eles mataram 19 pais numa cidade chamada Eldorado do Carajás. A gente chora muito, porque não queremos que matem os nossos pais.

Esses três registros históricos: o cartaz, a palavra de ordem e o manifesto, presentes no encontro de São Paulo e na publicação no JST e nos documentos pessoais sobre as mobilizações infantis, ajudam na definição da identidade política assumida em 1996 pelas crianças, com muito pertencimento. A identidade do sujeito político criança está sendo forjada e subscreve um novo momento na história da infância na luta pela terra no MST.

Figura 12 - Cartaz de divulgação do Congresso Infantil do MST/SP - 1996.



Antes desse encontro estadual das crianças Sem Terrinha do MST São Paulo, essas atividades eram chamadas de “Congresso Infantojuvenil”, nome dado e deliberado pelos professores, estudantes das escolas de assentamentos e coordenação do Setor de Educação do MST no Rio Grande do Sul. A realização desses encontros nos estados (RS, SC, ES, SP, MA, CE, SE, PE e RN), nos anos de 1994 a 1996, ampliou e demarcou os espaços da infância com a ocupação das crianças no MST. Em 1997 as atividades passam ser chamadas de “Encontros Sem Terrinha”, considerando que o MST realiza seu Congresso a cada cinco anos e entende que as crianças Sem Terrinha são parte desse coletivo maior, assim não seria necessário criar um congresso infantil, o que faz com que este espaço político das crianças passe a ser chamado, até os dias atuais, de “mobilizações infantis”, Encontros Regionais ou Encontros Estaduais dos Sem Terrinha, e recentemente, “das Crianças Sem Terrinha”, a partir da realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, em 2018.

Os estados seguiram organizando e mobilizando as crianças nos acampamentos e assentamentos e em 1997 realizou, pela primeira vez, o Encontro dos Sem Terrinha nos estados da **Paraíba**, com 150 crianças; do **Paraná**, que mobilizou em Curitiba 600 crianças; do **Rio de Janeiro**, com 100 crianças; e do estado de **Minas Gerais**, que mobilizou 250 crianças para o encontro em Belo Horizonte.

As mobilizações infantis ganham força no Movimento no ano de 1998, consolidando outubro, no cronograma geral de atividades do MST, como o mês da Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha.

Em 1999 é a vez de mais dois estados inaugurarem suas mobilizações infantis: o **Mato Grosso**, com 200 Sem Terrinha, e o **Mato Grosso do Sul**, com 150 crianças na luta por escola. No ano de 2000, o **Tocantins** realizou o primeiro encontro estadual com 100 crianças, o **Pará**, com 350 e **Alagoas** reuniu 500 crianças em Maceió. Em 2002, foi a vez do estado de **Goiás**, que realizou seu primeiro encontro com 150 crianças. Em 2004, o **Distrito Federal**, mobilizou 150 crianças e a **Bahia**, 250. O estado do **Piauí** realizou, em 2009, a primeira atividade regional com 180 crianças e somente em 2017, em preparação ao 1º Encontro Nacional, realizou o primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha, com 250 crianças no Assentamento Lisboa, em São João do Piauí. (RAMOS, 2016, p. 123-126).

O JST, imprensa alternativa direcionada ao público Sem Terra, desde a primeira mobilização provoca a reflexão sobre o termo “Sem Terrinha” utilizado pela mídia burguesa, levando para a base do MST o impacto que as crianças causaram na sociedade por lutarem por direitos sociais e se mobilizarem contra as injustiças no Brasil. Como veículo de comunicação popular, o Jornal Sem Terra atuou como problematizador e formador, trazendo questões para refletir internamente sobre as crianças e suas realidades na luta pela terra. Desta forma, dando visibilidade para as atividades das crianças no MST, possibilitando o registro desse processo e forjando uma identidade política das crianças Sem Terrinha.

Quadro 1 - Realização dos primeiros Encontros Estaduais das crianças do MST

ESTADO	Nº DE CRIANÇAS	ANO	ESTADUAL, REGIONAL OU LOCAL
RS	101	1994	Estadual – Porto Alegre
SC	270	1995	Estadual – Florianópolis
ES	300	1995	Estadual – São Mateus
MA	200	1995	Estadual – São Luís
SP	400	1996	Estadual – São Paulo
PE	422	1996	Estadual – Recife
RO	120	1996	Estadual – Porto Velho
RN	200	1996	Estadual – Natal
SE	600	1996	Estadual – Aracaju
CE	100	1996	Estadual – Fortaleza
PB	150	1997	Estadual – João Pessoa
PR	600	1997	Estadual – Curitiba
RJ	100	1997	Estadual – Rio de Janeiro
MG	250	1997	Estadual – Belo Horizonte
MT	200	1999	Estadual – Cuiabá
MS	150	1999	Estadual – Campo Grande
TO	100	2000	Estadual – Palmas
PA	350	2000	Estadual – Belém
AL	500	2000	Estadual – Maceió
GO	150	2002	Estadual – Goiânia
DF	150	2004	Estadual – Unai/MG ¹²⁰

120 Unai faz parte do estado de Minas Gerais, mas pela proximidade geográfica do Distrito Federal, é de responsabilidade do MST do DF a organização desse território.

BA	250	2004	Estadual – Salvador
PI	250	2017	Estadual– Assentamento Lisboa, em São João do Piauí

Fonte: Monografia de especialização de 2013, com atualização em 2019.

As mobilizações infantis do MST também podem ter tido influência nas vivências das experiências das/dos militantes do MST em Cuba, em especial nas áreas de educação e agricultura, ao conhecerem a experiência da Organização dos Pioneiros José Martí – OPJM, pela forma organizativa, com presença nas escolas, com assembleias para discutir auto-organização e coletividade, participação nas principais datas de celebração da revolução e na realização dos seus Congressos Infantojuvenis, que existem desde 1961¹²¹ para discutir a vida política do país com suas próprias crianças. O nome Congresso Infantojuvenil, por exemplo, pode ter sido uma inspiração dessa experiência.

Como Cuba é uma referência muito presente nas atividades do MST, nos processos formativos da militância, nos intercâmbios das brigadas de produção e educação, assim como os círculos infantis cubanos influenciaram na criação da Ciranda Infantil, os Pioneiros podem ter motivado a realização do I Congresso Infantojuvenil do MST/RS, em 1994. Não foi encontrado nenhum documento que traga o registro desse processo, mas os depoimentos das/dos militantes do MST, se referem à experiência cubana como principal formadora no início do MST e a educação como referência fundamental para o processo revolucionário.

A criança Sem Terrinha se forma no movimento da luta, numa perspectiva de organização do coletivo infantil, como lutadora e construtora da história da infância no MST. Nesse processo, que é iniciada através da luta pelo direito ao acesso à escola dentro dos acampamentos e assentamentos, fortalece a ideia de que a educação política precisa ser acessada desde a infância, sendo este um desafio para o MST, pensar o projeto de educação das crianças e ações concretas no projeto de sociedade.

A significação da experiência das mobilizações infantis no MST vem se propondo ser um espaço construído com as crianças, reafirmando o lugar da infância Sem Terrinha na luta pela terra. As crianças *reinventando* o Movimento como organização popular que as reconhece no espaço de formação, de educação e de cultura como lugar político das crianças Sem Terrinha na sociedade.

O principal debate de 1994, sobre os direitos das crianças, foi também um dos principais debates no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, em 2018, ou seja, 24 anos depois. O Manifesto, as oficinas, as atividades culturais, as articulações com entidades, tem uma relação com as primeiras mobilizações infantis. Esses encontros articulam diferentes espaços nas comunidades Sem Terra, mas para a preparação das crianças, as escolas, as Cirandas Infantis e/ou outros espaços comunitários são fundamentais, principalmente para a realização dos encontros e mobilizações com as crianças em escala local, regional e estadual.

121 Documento metodológico para el trabajo de la OPJM. Municipio: Playa.

Em 2017, o MST mobilizou mais de dez mil crianças em todo o Brasil, na preparação para o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

Nenhuma mobilização de criança acontece por acaso. Todas nascem de uma necessidade concreta, vivida, sentida e refletida por elas e pelo conjunto do acampamento e do assentamento. A falta de escola, professores, material escolar, por exemplo, é assunto discutido no cotidiano de suas vidas. [...] Com o crescimento dessas atividades, no ano de 1998 vem se ampliando o número e o público de participação, oportunizando encontros de entrosamento com a participação de crianças urbanas Sem Teto e crianças vizinhas dos assentamentos (MST, 1999, p. 35-36).

As mobilizações infantis no MST são esse espaço de encontro de diferentes sujeitos, por exemplo, crianças do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, da Via Campesina nacional e internacional, do movimento sindical, entre outros. O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha demarca esse território em construção, de colocar na agenda dos movimentos populares e sindicais a pauta da infância da classe trabalhadora.

Em 2020, ano que as mobilizações infantis do MST completaram 26 anos de formação e construção de uma experiência política e educativa, as atividades foram realizadas de forma virtual, devido à pandemia do coronavírus. Com o compromisso de manter vivas as mobilizações infantis, foi realizado a Assembleia Nacional das Crianças Sem Terrinha, no dia 12 de outubro. A construção desse espaço envolveu o conjunto do Movimento para garantir, de forma segura, com distanciamento e os protocolos de saúde orientados pela Organização Mundial da Saúde – OMS, para que as crianças se encontrassem dessa forma virtual.

Considerando a histórica realidade do campo, de abandono e precarização, foi um desafio organizar um encontro que exigia um aparato tecnológico e sinal de internet no campo brasileiro. A Assembleia Nacional “Sem Terrinha em Movimento: cultivando a vida”, foi um espaço de interação, socialização, arte e cultura, uma grande festa cultural nas condições possíveis da pandemia.

Na Ciranda Sem Terrinha ajudar a semear / Suportar a pandemia e ajudar a preservar
/ Para as vidas ceifadas uma árvore é plantada / E a vida renascerá eh ehe! (Sem Terrinha do Ceará).

As mobilizações infantis se tornaram cultura no Movimento por ser espaços educativos de organização, de arte, da mística e da luta para as crianças Sem Terrinha. As crianças são sujeitos da luta concreta, vivenciam uma realidade de extrema expropriação, por isso, se debate com as crianças pautas da vida real, no sentido de proporcionar um espaço em que elas compreendam a sua realidade, os problemas reais da sociedade e tenham espaços garantidos de participação. De discussão e construção de pautas de reivindicação junto às autoridades dos municípios, estados e nacionais, como ocorreu em 2007 no V Congresso, em assembleia com Fernando Haddad, então Ministro da Educação. Ou ainda em

2014, na mobilização em Brasília também com o Ministro da Educação à época, José Henrique Paim. Ou seja, as crianças “fazem a luta pra valer”!

Estas mobilizações nos inspiram pensar e pesquisar mais a fundo as crianças que nasceram nos acampamentos e assentamentos e dar significação ao lugar da infância na luta pela terra, com as Jornadas Sem Terrinha. E como fruto dessa trajetória reconstituída nesse texto e do processo que envolve as crianças, em 2018, o MST realizou o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. O maior encontro de crianças camponesas da América Latina, reunindo mais de 1500 crianças e educadores em Brasília, nos dias 23 a 26 de julho. Esse encontro será a temática abordada no próximo capítulo desta tese.

Figura 13 - Foto: Assembleia Nacional Virtual “Sem Terrinha em Movimento: cultivando a vida, 2020. Arquivo pessoal



3.3 Ciranda Infantil: uma conquista das crianças e das mulheres no MST

Abelhinha pintadinha, boazinha
Ela toma, ela pega o nector da florzinha
Dá pra tomar o chazinho, Zinho, Zinho
(Luísa¹²², de 5 anos)

Figura 14 - Espaços de educação infantil das crianças Sem Terrinha, na Agrovila III, Itaberá/SP e Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA.

¹²² Sem Terrinha do Estado de São Paulo. Durante a pandemia, quando perguntei como estava sendo a sua quarentena, respondeu dizendo que estava brincando muito com o irmão, mas que faria uma música. E sua mãe, nos enviou em áudio, em junho de 2020.



3.3.1 O direito das crianças do campo de ter o seu espaço de educação

Contextualizar na história da infância Sem Terrinha a Ciranda Infantil, como espaço das crianças e das mulheres Sem Terra, é trazer a raiz da luta feminista presente na luta das mulheres camponesas. Assim como a “história da creche é a história da luta das mulheres”, a história da Ciranda Infantil é também a história das mulheres do MST.

No Brasil, para as feministas, a luta pela creche significava, no final da década de 1970, uma das bandeiras para a emancipação. As mulheres, lutando pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, incluíam a creche na agenda de reivindicações dos movimentos que protagonizaram, entendendo-a como um desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação política. O movimento feminista trouxe para a luta a crítica ao papel tradicional da mulher na família e a defesa da responsabilidade de toda a sociedade em relação à educação das novas gerações (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015, p. 9).

Na luta feminista que movimentou o mundo no final da década de 1970, no Brasil, havia muitas mulheres lutando contra a ditadura empresarial-militar e tiveram seus “filhos pequenos sequestrados nas prisões, ou ainda, houveram casos em que elas estavam grávidas e deram à luz a seus filhos nos centros de tortura” (TELES. 2015, p. 23). As mulheres, que historicamente são violentadas de diferentes formas: física, psíquica, da invisibilidade e do silenciamento na sociedade de classe, passam a atuar no momento em que tomam consciência da sua realidade e lutam por seus direitos.

Existe um caminho longo para a conscientização do papel das mulheres no Brasil, embora as lutas venham ganhando força, no campo popular, nas periferias, com as mulheres do campo, porém ainda segue sendo um desafio para as organizações feministas e populares,

de maneira geral. Em tempos de negacionismo, de violência autorizada contra a mulher, trazer o “significado da luta das mulheres em defesa de bandeiras históricas do movimento feminista”, é não perder a dimensão histórica e de classe para que tais conquistas estejam presentes na sociedade brasileira, como o direito ao voto, da creche como espaço sociocultural para as crianças, da redução da jornada trabalhista, do direito à licença-maternidade, do dia do professor, da lei Maria da Penha. (TELES, 2015). São processos históricos de luta das mulheres que sempre sofrerão muitas repressões e que precisam ser lembrados cotidianamente.

A educação infantil como política pública é recente, assim como a nossa “democracia” brasileira. Foi instituída na Constituição Federal de 1988¹²³, no artigo 208, IV o direito das crianças de 0 a 5 serem educadas em creches e pré-escolas.

O Movimento de Luta por Creches, articulado com sindicatos, movimentos feministas e de mulheres, principalmente as periféricas, intelectuais pesquisadoras/es, com o apoio fundamental do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) obteve uma grande vitória ao ter incluído na Constituição brasileira a bandeira da creche como um direito das crianças pequenas (0 a 6 anos) à educação em período integral. Pela primeira vez, a criança pequena passou a ser pautada nas políticas públicas específicas que dessem conta da Educação Infantil. Passou a ser visibilizada como um ser humano que deve se desenvolver sob a perspectiva de sujeito de direitos e de cidadania, desde que considerada a necessidade de assistência, cuidados e educação (TELES, 2018¹²⁴).

O Estado passa ter o dever de fazer o atendimento para as crianças da educação infantil, a partir de mobilizações sociais e populares no Brasil, que na avaliação de Aquino (2009) foi um período que ocorreu a implantação de empresas multinacionais, da penetração de capital internacional no Brasil, resultando em medidas no arrocho salarial para atrair o capital internacional, privilegiando o empresariado e massacrando a classe trabalhadora.

A nova ordem política e econômica que se instalou, ao agravar as condições de vida das camadas populares e acirrar as contradições sociais, fomentou a organização popular. Como os tradicionais canais de luta – sindicatos, associações de moradores – estavam proibidos de atuar, outras formas de organização da sociedade civil ganharam força. Grupos de mulheres, grupos religiosos (principalmente ligados à Igreja Católica) tornaram-se canais de expressão e participação da população civil, oriunda das camadas média e baixa. Posteriormente, já no final da década de 1970, com a chamada política de abertura gradual, ressurgiram as associações de moradores, que tiveram papel especial na história das creches comunitárias. A organização em movimentos comunitários (AQUINO, 2020, p. 8-9).

123 Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf
Acesso em: novembro de 2020.

124 Disponível em: <http://www.dmttemdebate.com.br/direito-a-creche-luta-rebelde/>
Acesso em: novembro de 2020.

Como já mencionado, o processo de luta e organização das mulheres feministas, sindicalizadas ou nas comunidades periféricas, cumprem um papel fundamental de intervenção na história social e política no Brasil. Nos permitindo pensar e refletir as condições das mulheres das populações do campo. Elas foram silenciadas pela “cultura” patriarcal e ao trabalhar nas lavouras levavam junto suas crianças. Essas mulheres viviam uma realidade de escassez, nas suas casas, nem sempre tinham acesso à energia elétrica, nem à água encanada, logo, lavar a roupa e banhar-se no riacho tornava-se cotidiano, ou carregar água nas costas, “diretamente da fonte”, para preparar as refeições, entre outras necessidades. Para muitos, incluso pesquisadores, essa realidade é contada de forma romântica, mas a vida das mulheres e das crianças no campo não foi, e não é, nada romântica. Ainda hoje, muitas delas não tem acesso ao básico, como energia elétrica ou água encanada e o acesso à saúde pública é na cidade (e nem sempre se tem transporte coletivo).

Considerando essas questões reais da vida no campo, a educação infantil, mesmo sendo instituída na Constituição Federal, só vai se realizar como política pública com a organização popular e de luta das mulheres, pois no campo, como sempre na história do Brasil, os direitos sociais estão bem distantes de suas populações. Podemos evidenciar que em muitas comunidades, nas quais as mulheres estão organizadas, se mobilizam para reivindicar dos órgãos municipais condições adequadas e dignas para as crianças. No caso do MST, são vários os exemplos de luta, das mulheres e crianças Sem Terra que ocuparam prefeituras e secretarias municipais de educação pelo direito à educação infantil do campo.

Mesmo na situação dos governos ditos *democráticos*, a educação infantil do campo, para se efetivar, carece de luta, pois a obrigatoriedade é remetida aos municípios. Foram vários os seminários de Educação Infantil do Campo realizado pelo MEC, com a presença de pesquisadores referências nos estudos da educação infantil e dos movimentos sociais e sindicais no Brasil. A construção das *Orientações* “Curriculares para a Educação Infantil do Campo”¹²⁵, além de apresentar a realidade das crianças do campo e de indicar caminhos possíveis para o trabalho com a infância, traz dados da realidade sobre o acesso a essa etapa da Educação Básica. São orientações possíveis de efetivação de construções de estruturas físicas, um quadro de docentes, entre outros, se houver, vontade política.

125 Foi uma construção fundamental, a partir das reflexões dos movimentos sociais, sindicais e de pesquisadores da infância, na tentativa de avançar na luta pela educação infantil do campo. Tive a oportunidade de participar desse processo representando o MST. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7396-oreint-curric-pdf&category_slug=janeiro-2011-pdf&Itemid=30192

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, pela primeira vez em uma Resolução Nacional, promovem a interlocução dos avanços conquistados pelos movimentos sociais ligados à educação infantil e à educação do campo. As especificidades da educação infantil do campo se inserem num movimento amplo de luta dos povos do campo por uma educação que reconheça o seu protagonismo no processo de construção do conhecimento. Essa concepção foi incorporada nas DCNEI em diálogo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n1, 03 de abril de 2002), aprovadas após a emissão do Parecer CNE/CEB 36/2001. Em 2008, foram ainda aprovados o Parecer CNE/CEB 03/2008 e Resolução CNE/CEB 02/2008. Esses documentos são históricos na regulamentação e orientação da educação do campo no país, incluindo a educação infantil do campo (SILVA, PASUCH, 2009, p. 6).

A luta vai sendo construída no âmbito federal, porém a responsabilidade dessa etapa de ensino é dos municípios, os quais só se realizarão se tiver compromisso com a educação. No geral, as prefeituras justificam não ter verbas disponíveis para a construção de estruturas para a EI do campo. Muitas vezes, essas políticas que vem da luta, são transformadas em projeto eleitoral do prefeito ou vereadores como um feito deles.

Outras vezes, o acesso das crianças à Educação Infantil se efetiva em escolas de ensino fundamental, numa estrutura e com mobília não adequada para a idade das crianças (nesse caso, já se comemora na comunidade uma conquista, ter acesso à educação infantil); a demanda por vagas é muito grande, porque o espaço não comporta a quantidade de crianças, e muitas são colocadas numa lista de espera; o transporte escolar é o mesmo que transporta a educação básica como um todo; e há também, uma intensa precarização e desvalorização dos docentes que atuam nessas escolas.

[...] a dívida brasileira com a criança não decorre apenas da desigualdade de distribuição de rendimento pelos segmentos sociais, mas também da desigualdade da distribuição dos benefícios das políticas sociais, desigualdades sustentadas por gastos *per capita* inferiores para crianças e adolescentes. [...] A história internacional tem mostrado que a educação infantil não tem escapado à lógica de produção e reprodução da pobreza via políticas públicas: as crianças mais pobres, de área rural, mesmo em países desenvolvidos, tendem, via de regra, a frequentar instituições de educação infantil de pior qualidade que as crianças não pobres e de área urbana. Em países com desigualdades sociais intensas, as desigualdades que atingem a educação infantil são ainda mais intensas (ROSEMBERG; ARTES, 2012, 18-19).

O direito ao acesso à educação no/do campo sempre foi uma luta das populações que resistem, historicamente, às intervenções das estruturas dominantes. O MST foi se constituindo como uma referência de luta na educação do campo, a partir do momento que foi construindo coletivamente a pedagogia da luta, diante das ações de resistência ao projeto do capital, forjando uma pedagogia insurgente e popular da luta no campo.

A construção da Ciranda Infantil no MST, alternativa encontrada para o descaso político com a educação infantil nos assentamentos e acampamentos, não tira a

responsabilidade do Estado em garantir acesso às populações do campo, incluso as crianças Sem Terrinha, do direito à Educação Infantil.

3.3.2 A Ciranda Infantil é de todas nós

A Ciranda Infantil, nome dado ao espaço das crianças Sem Terrinha de 0 a 6 anos, teve um processo importante de debate coletivo e práticas em diferentes espaços, até chegar na sua definição como instrumento político das mulheres e das crianças Sem Terrinha. Na década de 1990, com a presença mais incisiva das mulheres Sem Terra nos espaços de luta, desafiadas a assumir os processos produtivos de forma mais orgânica, como associações e cooperativas, surge a necessidade de garantir o cuidado e a educação dos seus filhos e filhas. Essas mulheres colocam a discussão no conjunto do assentamento e da cooperativa, para a garantia de espaços para as crianças.

Alguns militantes do MST, como já dissemos, conheceram e vivenciaram alguns processos de formação e lutas revolucionárias em outros países, a qual influíram na construção do projeto de reforma, logo também na gestação da Cirandas Infantis do MST. Os Círculos Infantis, presentes na experiência cubana, a pedagogia socialista russa e a luta feminista por creches no Brasil.

O nome Ciranda Infantil, para representar um desses espaços da criança no MST, é escolhido com o argumento de que o Círculo Infantil era original da revolução cubana e a creche, com esse nome propriamente dito, apesar de ser considerada uma luta importante e estar presente em alguns assentamentos como espaço infantil, era ainda muito restrita à população da cidade no período, e a concepção educativa estava distante do que o Movimento projetava para as crianças Sem Terrinha, além de não representar a luta no campo, no sentido em que as reivindicações eram para as trabalhadoras da cidade.

O que chamava atenção pra gente, lá em Cuba, era a ideia dos Círculos, e pra cá trazer como Ciranda, porque digamos, ciranda é uma coisa que está dentro da idiossincrasia da cultura brasileira. Nós tínhamos a discussão de chamar de círculo. Porque a CPA [Cooperativa de Produção Agropecuária] ficou CPA mesmo. Mas daí no diálogo do setor, avaliamos que aqui combina melhor a ciranda que é uma palavra bem mais próxima da gente do que círculo. Aqui tinha círculo bíblico, então o nome foi engatando numa ação que já existia no Brasil, feita pelas crianças e até tem canções do Chico que trabalha muito bem essa ideia de ciranda como espaço lúdico de vivências entre os pares com diferentes idades e da dimensão do cuidado (KOLLING, 2015).

Com esses argumentos, o Setor de Educação do MST avança nos debates, cursos e oficinas nos estados e em nível nacional, e vai buscar um nome que se aproximasse do ideário

que está em gestação, buscando fazer uma relação com o Brasil, pensando em algo mais original, sensível e que represente uma aproximação com o ser criança. Assim, inspirados na canção de Lia de Itamaracá “essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós, ela de todas nós” e numa aproximação com “a cultura popular, as nossas danças, brincadeiras, a cooperação, a força simbólica do círculo, ao coletivo e ao ser criança”, o nome Ciranda Infantil é criado e ganha expressividade nacional.

A junção de duas palavras do universo da cultura da criança *Ciranda* e *Infantil* recolocam para o Movimento uma dimensão singular, nas palavras de Kohan (2008, p. 42), “a infância já não é mais objeto, mas sujeito, já não é pensada, mas pensante [...] e a infância já não é mais uma categoria, um conceito ou produto de pensamento, mas uma força de dois sujeitos diferentemente infantis”. A força que o universo infantil Sem Terrinha ganha na luta pela terra, com a realização da Ciranda Infantil, subverte a ordem hegemônica, possibilitando que crianças e mulheres do campo atuem como produtoras de sua história social e política, numa experiência emergente no MST, a qual carrega consigo desafios, reflexões e reafirmação de que as “[...]crianças Sem Terra se constroem nos diferentes contextos em que estão inseridas: acampamentos, assentamentos, escolas, famílias, mobilizações” e de que o ‘lugar da infância Sem Terrinha’ é onde o MST está organizado (MST, 2017, p. 123).

A Ciranda Infantil se constitui, portanto, como um lugar da infância no MST, um espaço que ela pode ocupar e criar suas referências. É a partir desse espaço coletivo que outras vertentes da vida da criança se interpenetram, juntando a experiência de participar da luta do Movimento, a relação com a escola, o cotidiano na família e o dia a dia que vive como acampada ou assentada. A participação das crianças e adolescentes nesse espaço ganha significação para os acampamentos e assentamentos, como também para o conjunto de atividades nacionais no MST.

Essa nova frente coloca como desafio para o MST a construção das Cirandas Infantis nos assentamentos e acampamentos, a luta por políticas públicas para a educação infantil do campo e a luta contra a exploração do trabalho infantil. Para o MST:

A Ciranda Infantil é um espaço educativo da vivência de ser criança Sem Terrinha, de brincar, jogar, cantar, cultivar a mística, a pertença ao MST, os valores, a formação, a construção de uma nova geração, de uma nova sociedade, de um novo país (MST, 2004, p. 24-25).

A Ciranda surge como parte do processo de organização dos assentamentos e inserção da mulher na luta. A necessidade das mulheres se inserirem no trabalho das cooperativas vai, portanto, proporcionar um debate sobre o lugar da criança nos assentamentos. Influenciado

pela experiência cubana na organização das Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs, o MST, entre os anos de 1989 e 1995, mobiliza os assentamentos para organizar as experiências de cooperativas. (CONCRAB, 1998, p. 30).

Segundo o MST (2004), duas necessidades deram origem às primeiras experiências no trabalho com as crianças nos assentamentos:

A participação das mulheres na produção, através das cooperativas e associações, do trabalho coletivo, e no conjunto do MST, a participação das mulheres na militância, nos cursos e encontros de formação, nas reuniões e nas lutas. A experiência das creches permanentes nas cooperativas de produção, e a criação da creche itinerante que teve a sua primeira experiência no MST Ceará, impulsionaram as primeiras discussões sobre a educação infantil na reunião do Setor de Educação na cidade de Santos, São Paulo, em 1996, na etapa da V turma de magistério (MST, 2004, p. 23-24).

Nessa direção de fortalecer a participação das mulheres, no estado do Ceará se constrói esse espaço das crianças também pela necessidade destas mesmas mulheres militantes conseguirem atuar no Movimento, já que tendo em sua direção estadual a maioria mulheres, muitas delas deixavam a militância para cuidar dos filhos.

Algumas dessas mulheres, por virem de lutas nos sindicatos rurais, já conheciam a luta por creche, e desta forma, coletivamente buscavam alternativas para participação concreta no todo do MST, organizando um espaço para deixar as crianças enquanto trabalhavam. Reivindicaram do UNICEF¹²⁶ em Fortaleza, uma Creche Itinerante que, em homenagem a uma criança que havia falecido no assentamento, deram ao espaço o nome de Paloma, mudando, com o passar da história, para Ciranda Infantil Paloma¹²⁷.

Para o surgimento da Ciranda, muitos debates ocorreram, em função da presença das crianças nos espaços de reuniões, na sala de aula do curso de magistério na década de 1990 e nos mais diferentes espaços da luta pela terra, porque as mães, para terem a chance de participar precisavam levar seus filhos para as atividades do Movimento. O próprio Setor Nacional de Educação, onde a composição é majoritariamente de mulheres, também foi o lugar de debate das contradições e conflitos que se iniciou nos cursos de escolarização, onde mães militantes queriam continuar sua formação e escolarização.

Figura 15 - Bebê Sem Terrinha participando da reunião com sua mãe.

126 Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

127 Informação obtida por meio de conversa com Maria de Jesus, em 27 de março de 2013. Maria de Jesus é educadora e dirigente do Setor de Educação no estado do Ceará.



Foto: arquivo pessoal de Rita Zanotto

Assim nos relata Rita Zanotto¹²⁸, que para não deixar de participar das reuniões políticas, levava seu filho, como faziam outras mulheres, mas ficava com ele no fundo da reunião para “não atrapalhar”...

Primeiro quero dizer da importância do MST na construção do espaço da Ciranda e que precisa de reconhecimento. Eu sou mãe de um menino de 26 anos. Quando eu tive o Eduardo, em 1994, não tinha ciranda ainda. Eu e muitas mulheres temos uma história de ter as crianças nas reuniões, nas atividades, nos cursos, e a gente teve que contar com as companheiras mulheres que estavam nas atividades, para algum momento de descanso da mãe. Eu vou falar de mim, tenho na memória momentos bastante fortes (você vê que estou até me emocionando, Marcinha), porque eu carregava o Eduardo por minha vontade, por minha militância, era até contra a vontade do pai que achava que eu não devia viajar com o menininho. Sempre foi um esforço de nós, mulheres, garantir a nossa presença, a nossa participação política, a nossa capacidade de participação. Cuidar das crianças, amamentar, trocar fraldas. Várias de nossas crianças eram bastante ativas e participavam também da reunião, participavam agitando a reunião e, muitas vezes, com os olhares atravessados dos nossos dirigentes e de algumas mulheres também. O fato de o Movimento ter se dado conta, acho que foi também da nossa persistência e da nossa insistência de continuar sendo dirigente com nossas crianças, com nossos filhos. Começamos chamar de Sem Terrinha, dando um lugar político às nossas crianças, não só sendo filhos, mas tendo um lugar político no Movimento, isso foi um motivo, e acho que dá qualidade para as mulheres no Movimento. Hoje já não somos poucas, somos muitas e com muita capacidade para conduzir o Movimento. As mulheres que hoje vão para as atividades, sabem que pode levar as crianças, seja na Saci Pererê, ou na Ciranda de qualquer curso de formação, reunião, de qualquer lugar. O MST teve essa clareza política e a criatividade de criar esse espaço da Ciranda (ZANOTTO, 2020).

O depoimento da Rita representa a realidade de muitas mulheres do MST antes do processo de organização da Ciranda Infantil. Como já mencionamos no documento do MST

¹²⁸ Militante do MST e da Secretaria CLOC. Foto de 1994. Rita é Mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina – Mestrado em parceria ENFF com a UNESP. Depoimento enviado no dia 11/11/2020

(2004), reafirmando-se com a pesquisa de Rossetto (2009, p. 87), as “Cirandas Infantis Permanentes” fortalecem seu surgimento no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, com a realização dos Laboratórios Organizacionais de Campo¹²⁹, para a discussão e implementação das CPAs nos assentamentos, mexendo com a estrutura organizativa das comunidades e ampliando o debate sobre a participação igualitária das mulheres¹³⁰ na produção agrícola. Elas, ao se inserirem no trabalho das cooperativas, proporcionam o debate sobre o lugar da criança nos assentamentos, bem como a discussão de gênero.

Esse processo, que ocorre no final dos anos 1980, faz parte do jeito de pensar a cooperação, a distribuição do resultado e a organização da produção no assentamento, considerando a participação do conjunto das famílias nos diferentes espaços e, em especial, a participação da mulher no processo produtivo.

Nesta experiência podemos analisar três questões importantes no surgimento das Cirandas Infantis. A primeira questão diz respeito à participação das mulheres no trabalho, pois neste momento especialmente, o Setor de Produção era composto quase que somente por homens. Esta experiência leva o Movimento a discutir a participação da mulher no trabalho e na organização. Assim, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e discutir a sua participação na luta pela terra no MST. Em 1996 realizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, cujo objetivo maior era o fortalecimento do Coletivo das Mulheres Sem Terra. Em 1998, aconteceu o II Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST (ROSSETTO, 2009, p. 88).

Importante demarcar que a ocupação do espaço das crianças, bem como o espaço das mulheres nesse processo, não ocorreu sem conflitos. Muitos debates, reflexões e até mesmo divisão interna nos assentamentos ocorreram em função das mudanças nos modos de produção dos assentamentos, quando da definição de que o lote teria o nome do casal e não

129 Os Laboratórios Organizacionais de Campo iniciaram no sul do país e em alguns estados da Região Sudeste para a implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias – CPAs. Foram desenvolvidos cursos com especialidades em determinadas áreas, bem como estudos políticos, como a “Teoria da Organização do Campo”, de Clodomir de Moraes. O espaço proporcionou a participação das mulheres e das crianças. Logo, o espaço infantil também foi instituído como creche. No caso de minha referência histórica, a oportunidade de participar do Laboratório no assentamento da Agrovila III, interior de São Paulo, em 1993, permitiu conhecer um pouco mais a implantação da Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida – COPAVA. No início, teve o espaço chamado de creche, mas posteriormente renomeado de Ciranda Infantil Ana Dias, o que demarcou o território da infância no assentamento.

130 Com vivência no assentamento onde me tornei educadora das crianças do mesmo, o Laboratório Organizacional de Campo da COPAVA, garante, até os dias de hoje, o trabalho das mulheres na cooperativa, a partir da Ciranda inaugurada no laboratório com a luta das mulheres e crianças. Com a experiência da Ciranda Infantil, foi organizada uma mobilização e luta pelo direito à educação infantil para todo assentamento e bairros vizinhos, na prefeitura e Secretaria de Educação do município de Itaberá/SP, resultando na conquista do Centro de Educação Infantil “Ciranda do Saber”. Hoje funciona também uma cozinha comunitária, um pouco diferente do processo inicial.

apenas do homem, como acontecia, por exemplo. A cultura da “propriedade” vai sendo colocada em questão, uma luta em construção para romper com a mentalidade machista e patriarcal de que a “terra do assentamento é do homem”, mesmo sendo uma luta de toda a família.

No caso das cooperativas, as mulheres e os jovens passam a ter os mesmos direitos que os homens no resultado da produção. As crianças têm um espaço educativo, que se torna um setor de trabalho da cooperativa, ou seja, quem trabalha com as crianças na Ciranda, tem o mesmo direito no resultado da produção.

Para os camponeses compreenderem que o valor do trabalho da mulher e da juventude é o mesmo do homem, não ocorre sem conflitos é um processo que exige muitos debates, reuniões, assembleias etc., assim como a aceitação de quem trabalha com o cuidado e educação das crianças, que deve ser remunerado com o resultado da produção, algo que não está na cultura camponesa. Para a organização da cooperativa, Foi um período de muitas discussões, de formação, conscientização, especialmente para as mulheres, na compreensão do seu papel e lugar político na luta pela terra.

Para Rosmeri Witcel¹³¹:

A história do MST nos mostra que as mulheres estiveram presentes desde o início. Desde a primeira ocupação, o primeiro congresso, elas estavam ali presentes! Portanto, é no seio da luta pela terra que nasce esse novo sujeito social, a mulher Sem Terra, camponesa, na construção do Feminismo Camponês e Popular. São elas mesmas que questionam a propriedade da terra e a sua função social. E ao questionarem essa condição, vão questionar também as relações sociais estabelecidas e as formas de produção que são impostas pelos mesmos que concentram, que exploram e que oprimem. É na luta que as mulheres entendem que, historicamente, a classe dominante necessita da opressão e inferiorização para garantir a exploração (WITCEL, 2020, P. 107-108).

A discussão e implementação das cooperativas no MST trazem essas questões, que foram sendo superadas ao longo da história, mas, continuam como debates permanentes, pois o MST mobiliza e organiza pessoas do campo e da cidade, muitas das quais não tem acesso a essas discussões no seu cotidiano. Como nos traz Witcel em sua pesquisa, assim como a infância camponesa, as mulheres Sem Terra, em conjunto com as mulheres da Via

131 Foi educadora na Ciranda Infantil do Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC no início de sua militância e, atualmente, é educadora e militante da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF.

Campesina, vão concebendo o Feminismo Camponês Popular¹³² e modificando o seu lugar na história.

Em síntese, podemos afirmar que a Ciranda Infantil permanente tem sua origem nas experiências das creches dos assentamentos, na demanda da participação da mulher no trabalho, na luta e na formação política, com a implantação das CPAs; da experiência e a articulação e trabalho das mulheres Sem Terra no estado do Ceará, com a organização da Creche Paloma, para atender as crianças das mulheres dirigentes; e da experiência dos Círculos Infantis em Cuba.

A Ciranda Infantil é, portanto, fruto da luta das mulheres Sem Terra. As mulheres sempre estiveram presentes no MST e ao longo da história da organização vem desempenhando um papel importante no Movimento, entendendo a necessidade de reivindicar o seu espaço dentro desse processo. Para tanto, as mulheres Sem Terra vão construindo organicidade. Inicialmente chamado de Coletivo de Gênero, no Encontro Nacional do Movimento, no ano de 2000, foi deliberado politicamente a composição e afirmação do Setor de Gênero do MST. Nesse sentido, mais recentemente o MST realizou nos dias 5 a 8 de março de 2020 o 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, em Brasília. Com o lema: “Mulheres em luta, semeando resistência”, mobilizou mais de 3500 mulheres Sem Terra de todo o Brasil e 180 crianças¹³³ na Ciranda Infantil Paulo Freire. Foi mais um passo importante dado pelas mulheres na história do MST.

3.3.3 A 1ª Ciranda Infantil Itinerante do MST

Tendo a educação como uma frente importante para o debate da reforma agrária no MST, entre os dias 28 e 31 de julho de 1997, o Movimento realizou na Universidade de Brasília – UNB, o I Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, com o lema: “Movimento Sem Terra: com escola, terra e dignidade”. Estiveram presentes no I ENERA, 534 educadores de 22 estados do Brasil e 46 convidados de

132 “Feminismo Camponês e Popular tem uma identidade evidente porque nasce da relação profunda das mulheres camponesas com a terra e a Soberania Alimentar. É popular porque emerge de uma perspectiva de classe, dentro da luta de classes. A construção e ousadia do Feminismo Camponês e Popular está fortemente ligada às lutas de resistência das mulheres rurais articuladas na CLOC – Via Campesina, num contexto de resistência e confronto ao capitalismo colonial e extrativista, que há séculos vem pilhando nossas terras, territórios e riquezas naturais”. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>

133 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/07/ciranda-garante-diversao-e-formacao-para-criancas-no-encontro-das-mulheres-sem-terra/>

universidades e instituições educacionais, além de representantes do MAB e das Pastorais Sociais da CNBB. O homenageado nesta atividade foi o educador e mestre Paulo Freire. (MST, 2014, p. 7).

Como já mencionado no capítulo 2, nesse encontro aconteceu a 1º *Ciranda Infantil* do MST, de caráter nacional, com a presença de 80 crianças de diferentes estados brasileiros. Para a preparação e organização do espaço, a atividade contou com a contribuição dos educadores dos estados e da turma VI do magistério¹³⁴, do Instituto de Educação Josué de Castro¹³⁵. Naquele momento, a expectativa era muito grande, porém não se imaginava que ela se tornaria uma experiência exitosa e uma referência para as crianças e mulheres do MST e da Via Campesina.

Com direito a composição do cantador popular do MST, Zé Pinto, a ciranda recebeu uma canção, cantada por educadores e crianças até os dias de hoje:

Ciranda Infantil

É um, é dois, é três,
Já aprendemos contar
É quadro é cinco é seis
E agora nos vamos parar.
Um tempo pra gente brincar
Antes de chegar a mil
/: Em nome da Reforma Agrária ai, ai, ai:/
Um viva a Ciranda Infantil:/

De ciranda em ciranda
Aprender a cirandar
Como Estatuto diz:
- Estudar, brincar feliz
E aprender a cantar:/E vamos lá.
Vamos plantar poesia E vamos lá.
E vamos colher alegria, E vamos lá
É hora de estudar

A Ciranda vai contagiando as crianças, as mães, se tornando um lugar de muita alegria, animação, brincadeira e festa. Um encontro das crianças da reforma agrária.

Na memória do I ENERA, a fala das crianças na Ciranda Infantil reflete a importância das educadoras dar prioridade em ouvir as crianças e saber o que elas sentiram na vivência dessa primeira experiência:

Gostei muito da Ciranda infantil, tenho 4 anos, gostei da “motinha” e dos outros brinquedos e não lembro o nome. Sou filha da Matilde e do Zé Pinto. As educadoras fizeram carinho e brincaram com nós, eu gostei muito. (Dandara, de MG¹³⁶).

134 Tive a oportunidade de contribuir na ornamentação do espaço da ciranda, pois fazia parte da turma VI do magistério, Paulo Freire – IEJC/RS.

135 Informações da memória do I ENERA (documentos interno do MST).

Estou gostando da ciranda. Meu pai é Fabiano e minha mãe é Miceli. Gostei dos carrinhos e das brincadeiras. Gostei das educadoras, nenhuma maltratou as crianças, cuidaram bem das crianças. (Emerson, do RS).

O I ENERA, através do MST, proporciona a criação dessa grande obra coletiva para as crianças do MST, reconhecendo o lugar da mulher na luta pela terra.

No ano de 2000 outra Ciranda Infantil foi estruturada, conforme indicamos no capítulo anterior. Podemos considerar que a organização da Ciranda Infantil no IV Congresso do MST foi determinante para dar visibilidade e as mulheres e crianças seguirem ocupando seus espaço no MST. Como a realização da primeira Ciranda Infantil no I ENERA, a Ciranda no IV Congresso, também ganha visibilidade nacional e se constitui como mais uma frente de atuação do Setor de Educação. Nesse movimento de organização dos assentamentos, o final da década de 1990 foi um período de intensa formação de educadores para a educação infantil no MST, de construção de parques infantise preparação para a realização da Ciranda no IV Congresso Nacional do MST.

O IV Congresso ocorreu entre os dias 07 e 11 de agosto de 2000, com 11 mil militantes de 24 estados do Brasil (MORISSAWA, 2001, p. 165). E nesse grande acampamento de Sem Terra a

{...}Ciranda Infantil Itinerante que atendeu 320 crianças, filhas de militantes que participavam como delegados e delegadas, provenientes dos 24 estados do Brasil. O espaço da Ciranda Infantil foi organizado com uma intencionalidade pedagógica: a troca de saberes e de experiências entre as crianças. Esta Ciranda tornou-se uma referência para a organização das Cirandas, por parte do Setor de Educação nos estados. (ROSSETO, 2009, p.93).

A atividade infantil no IV Congresso se tornou um marco para a organização das Cirandas Infantis nos estados, multiplicando a organização desses espaços, reconhecendo e valorizando, passando ser parte da organicidade do conjunto do Movimento, dando maior visibilidade da atividade infantil, no amplo espaço político de definições do MST (MST, 2004, p. 25).

Nesse mesmo ano, inaugura-se a **Ciranda Infantil Permanente “Pequeno Colibri”** no IEJC, então localizada em Veranópolis até março de 2020.

As questões sobre a construção da Ciranda Infantil no IEJC começam com a turma VI¹³⁷ de magistério. Era uma turma grande, formada em sua maioria, por mulheres, sendo a primeira turma do curso de magistério realizada no instituto. O curso, com duração de três

136 Participou da Ciranda Infantil no I ENERA. Hoje, é educadora e militante do Setor de Cultura do MST e formada em Serviço Social pela UFRJ e Pronera. (Memória do I ENERA).

137 O magistério foi meu primeiro curso de escolarização no MST, com o método da Oficina Organizacional de Capacitação - OFOC. Uma relação com os processos de organização das cooperativas.

anos, se desenvolveu no sistema de alternância (tempo escola e tempo comunidade). As mães estudantes vinham de vários estados do Brasil, com etapas de até 2 meses de tempo escola, período em que permaneciam no Instituto em aulas presenciais. Elas colocaram a demanda para a coordenação das turmas e do Instituto sobre a possibilidade de levar crianças, sendo que algumas sequer tinham com quem deixar os filhos, o que se tornou uma condição da continuidade dos estudos para estas mulheres Sem Terra.

Fruto dessa necessidade e das discussões, em 2000 ocorre a inauguração da Ciranda Infantil no IEJC, como espaço permanente. Atendendo as turmas e as crianças das trabalhadoras e trabalhadores do IEJC.

A ciranda é organizada em Núcleos de Base, sendo usada como critério a idade das crianças, para que possam ser planejadas atividades adequadas para cada faixa etária. NB Semente (0 a 1 ano de idade), NB Flor (1 a 2 anos de idade), NB Folha (2 a 4 anos de idade) e NB Fruto (4 anos em diante, no caso da Ciranda Infantil Pequeno Colibri, pela necessidade, este NB atende aos filhos dos educadores fixos da casa) (documento interno do IEJC).

A ciranda do IEJC é um importante espaço de implementação, reflexão e acompanhamento do processo pedagógico da Ciranda Infantil Permanente no MST. São essas experiências que fortalecem a importância das Cirandas Infantis permanentes ou itinerantes para as crianças e para maior participação das mulheres nos encontros, reuniões, assentamentos, congresso, entre outros.

As grandes atividades do MST passaram ter presente nas pautas de discussões a organização da Ciranda Infantil. No ano de 2005, com a realização da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, foi inaugurada a “**Ciranda Infantil Pé na Estrada**”. A Marcha Nacional ocorreu entre os dias 1 e 17 de maio de 2005, com 12 mil pessoas de todo Brasil saindo em marcha de Goiânia à Brasília, organizados pelo lema “Reforma Agrária, Emprego e Justiça Social”.

A realização dessa Ciranda na Marcha Nacional demarca um momento na história do MST que, para além do debate sobre os cuidados com a infância, provoca o conjunto do MST a discutir nacionalmente o lugar da infância Sem Terra. Participaram desse espaço 140 crianças e 80 educadores e educadoras, a qual pelo caráter de marcha, se realiza com muitas dificuldades estruturais, pedagógicas, de entendimento da importância do espaço etc. Ou seja, tudo foi muito difícil.

As reflexões realizadas sobre essa experiência na Marcha tornaram-se uma tarefa assumida pelo conjunto do MST, pois passar tantos dias na estrada, caminhando, com as condições limitadas até para os adultos, somado a dura realidade da vida das crianças no cotidiano dos acampamentos e assentamentos, afloram diversas questões.

A dimensão do cuidado é algo que temos que cultivar e a marcha mostrou o quanto temos que interpretar o processo de relacionamento entre os sujeitos que estamos querendo construir. O que leva um pai, uma mãe não ter diálogo com suas crianças. Em um esforço de interpretação sabemos que é o processo de desumanização, os quais são submetidos na sociedade. Mas então vamos ter que trabalhar reformulando a questão, como podemos construir um novo sujeito capaz de dialogar sem violência com nossas crianças e adultos (MST, 2005).

As crianças tiveram a oportunidade de ter a Ciranda Infantil e os educadores para as acolher todos os dias de marcha, bem como uma infraestrutura pensada para dar conta do cuidado destas crianças enquanto a marcha acontecia, como o ônibus só para esse fim, as questões pedagógicas etc. Mas nem sempre é assim no cotidiano das crianças Sem Terra e considerando as dificuldades gerais da realização de uma ciranda em movimento, cada questão apresentada e resolvida, era uma conquista.

Nessa Ciranda as educadoras e educadores observaram e registraram algumas das condições físicas e psíquicas das crianças, questões que acabaram por serem refletidas profundamente no MST em nível nacional.

Algumas crianças não tinham sequer uma chinela para por nos pés. Vamos culpar os pais por isso, não, mas nosso Movimento não pode deixar de perceber algo tão triste. Quando nos agrupávamos durante a madrugada, à espera da marcha sair para entrarmos nos ônibus, não era fácil perceber na grama fria e molhada os pezinhos de criança com apenas três anos de idade “enrugadinho” de frio, sem calçado. Fizemos o possível para resolver alguns desses problemas. Mas a reflexão é, se cada estado tem sua organicidade temos que perceber essas coisas nos pequenos grupos, não de uma forma assistencialista, mas de uma forma reflexiva, algo que nos faça crescer juntos para humanização de nossos companheiros e companheiras (MST, 2005).

A realidade das crianças na marcha de 2005, tornou-se um ponto de pauta na Coordenação Nacional do MST e do Setor de Educação Nacional, colocando o Movimento para pensar a realidade da infância dos acampamentos e assentamentos, pois se a luta e o projeto é para alcançar uma sociedade emancipada e livre, é preciso que o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras estejam atentos para essas questões.

O dia a dia da ciranda e da escola mostrou que “apesar da dura vida” a criança brinca, chora, briga, grita, abraça, beija, são essas as manifestações que nos enchem de esperança, pois são expressões que mostram a criança em processo de resistência e de luta (MST, 2005).

A Marcha Nacional, através da vivência da Ciranda Infantil, faz com que o conjunto do Movimento faça uma autocrítica sobre as questões que surgiram referente aos cuidados e trato das famílias com as crianças nos acampamentos e assentamentos. Debate que aprofunda e efetiva o lugar das crianças e da infância no MST. Mais que marchar num contexto de luta e denúncia, colocou em debate as contradições e conflitos internos para o coletivo refletir,

trazendo como elemento a sociedade em questão. Questionar as formas de opressão e se colocar como uma organização popular, que se propõe construir outro tipo de sociedade, fez o movimento político proporcionar debate, reflexões e ações efetivas nos diferentes espaços nacionais sobre o lugar da infância no MST, considerando que a luta por Reforma Agrária na perspectiva do MST é também a luta por mudanças estruturais, culturais e de valores. Desde a distribuição da terra, a igualdade social e política, de gênero e étnico-raciais. A ampliação dos processos formativos das crianças Sem Terrinha em nível nacional vai sendo proporcionada mediante as atividades e estruturas organizadas. No ano de 2006, a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, localizada no município de Guararema, estado de São Paulo inaugurou a Ciranda Permanente “Saci Pererê”. Seu funcionamento inicial, antes mesmo da inauguração da ENFF (2005), foi de forma itinerante, acompanhando a alternância das brigadas, ou em outras palavras, de grupos de trabalhadores que vieram participar da construção da ENFF. As brigadas eram formadas por Sem Terra de vários estados do Brasil, que passavam três meses trabalhando na construção da escola e, depois desse período, voltavam para seus locais de origem, então uma nova brigada era formada para seguir a construção da ENFF. A ciranda itinerante era organizado de acordo com a quantidade de crianças existentes em cada brigada, assim como a Educação de Jovens e Adultos – EJA, também realizada nesse período.

Antes disso, em dezembro de 2003, com a chegada do curso de especialização em Educação do Campo, é que se iniciou um processo de discussão sobre a Ciranda Infantil Permanente para as atividades de cursos, reuniões etc, realizados na ENFF. Segundo os documentos internos da ENFF, foi em novembro de 2004, que se realizou o debate para a implantação da Ciranda Permanente e dois anos depois se inaugurou a Ciranda Saci Pererê.

Figura 16 - Ciranda Infantil Permanente "Saci Pererê", da Escola Nacional Florestan Fernandes



Para a organização da Ciranda Infantil Permanente foi convidado o Setor de Educação e foi indicado um educando do IEJC, Henrique Araújo, da turma IX do magistério para contribuir na construção do PPP e na prática da Ciranda. O Projeto Político pedagógico que se estrutura nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do Movimento, compõe a concepção de escola da Florestan Fernandes, fazendo parte do setor pedagógico e cultural da mesma.

A Ciranda Infantil no MST é um espaço educativo, organizado com o objetivo de trabalhar as várias dimensões do Ser Criança como sujeito de direito, com valores, imaginação, personalidade em formação, vinculando as vivências com a criatividade, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, a autonomia, o trabalho educativo, a saúde, a luta pela dignidade etc (ENFF – PPP – documento interno).

A ENFF, como a principal escola de formação de militantes do MST, para além de atender as crianças Sem Terrinha, recebe nos cursos pessoas com crianças, de outras organizações sociais do Brasil e de outros países. Possibilitando um espaço de desenvolvimento social, cultural, de socialização plena da criança e se tornando um espaço de referência para a militância e crianças dos diferentes países que passam pela ENFF.

Nessa construção histórica da inserção da criança como sujeito político no MST e na sociedade, com o aprofundamento no debate e construção de seu projeto educativo, em 2007, o MST realizou o V Congresso e a **“Escola e Ciranda Infantil Itinerante Paulo Freire”** teve seu lugar de destaque, com a presença de mais de 1000 crianças Sem Terrinha de todo Brasil.

Para a projeção da Ciranda Infantil no V Congresso foi levado em conta todo o processo histórico da infância no MST, incluindo a Marcha de 2005 e o debate realizado em 2007, no Seminário Nacional sobre o Lugar da Infância no MST. A formação das educadoras e educadores que atuariam como coordenação na ciranda e escola, ocorreu um mês antes da realização do Congresso. Foram cinco dias intensos de estudo e planejamento da Ciranda, envolvendo 50 educadores e educadoras que teriam o papel de contribuir na coordenação geral destes espaços.

O planejamento foi organizado por faixa etária – 1 a 12 meses, 1 e 2 anos, 3 e 4 anos, 5 e 6 anos e 7 a 12 anos. Cada faixa etária com uma coordenação específica, para garantir o melhor desenvolvimento do planejamento pedagógico. Ele foi construído coletivamente a partir do tema do V Congresso **“Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular!”**.

A coordenação pensou todos os espaços, desde a ornamentação, o lanche, as oficinas, as atividades artísticas, o que cada estado poderia levar para a Ciranda, o que teríamos de

buscar com os amigos etc. O planejamento foi compartilhado com os educadores nos estados e feito a impressão para que todos tivessem acesso à totalidade da Ciranda.

Um dia antes da abertura do V Congresso foi realizado um momento geral com os educadores e outro com as frentes. Foi um grandioso desafio a realização desse espaço com os educadores que não se conheciam e tiveram o contato com o planejamento nos estados.

3.3.4 Ciranda Infantil e Escola Itinerante Paulo Freire

Com mais de 1000 crianças e 300 educadoras e educadores da reforma agrária, a Ciranda Infantil e Escola Itinerante Paulo Freire foram espaços de aprendizado para o conjunto do MST, envolvendo os diferentes setores do Movimento na construção dos mesmos.

Os dois espaços, a Ciranda Infantil para as crianças de zero a seis e a Escola Itinerante, de 7 a 12 anos, foram as grandes novidades desse Congresso. Receber, no mesmo espaço, mais de 1000 crianças de diferentes estados, que mesmo não se conhecendo, já se sentiam amigas, que faziam parte do mesmo lugar, ocupando o lugar das crianças no V Congresso do MST.

A experiência da organização mostrou terem as crianças mais afinidade com o nome Ciranda Infantil do que com a escola. Elas foram demarcando o território da Ciranda, pois escola, para as crianças, simbolizava o lugar cotidiano, formal de estudar, mostrando-se desconhecedoras de uma escola onde a arte, a musicalidade, a brincadeira, a criação deveriam fazer parte do Projeto Político-pedagógico, sinalizando que a escola do assentamento e do acampamento pode ser diferente na concepção, mesmo não envolvendo esse movimento todo, desde o dormir fora de casa, encontrar crianças de diferentes lugares... Na Escola e Ciranda Paulo Freire, a brincadeira, a palhaçaria estavam presentes todos os dias. A música, a poesia, os grandes bonecos artesanais espalhados desde a entrada do espaço, nos arvoredos que faziam parte do ambiente educativo, a rádio-poste com programas das crianças, o cinema na terra e os espaços de plenárias.

A Ciranda Escola foi recebendo no seu dia a dia muitos materiais pedagógicos, de higiene, brinquedos, dos amigos e apoiadores das Crianças Sem Terrinha, assim como voluntários no campo das artes, que vinham muito felizes para contribuir com as crianças, apresentando teatro de bonecos, perna de pau, mamulengo, entre outras atividades que se incorporaram nas oficinas ou em apresentações culturais para todas as crianças.

A participação nesse espaço provocou nas crianças reflexões sobre as suas escolas. Muitos queriam permanecer na Ciranda e não voltar com os pais no final da tarde, pois o espaço era muito acolhedor e tinha muitas novidades, além dos brinquedos. O Pedro Ernesto¹³⁸, de Minas Gerais, motivado por essa experiência, escreveu sobre a escola genial:

Escola

Uma escola Diferente
Sem lixo no chão
E que o povo tenha educação
Uma escola com luta e sem brigas
Onde as crianças sejam todas amigas
Uma escola que diga a verdade
E que ensine usar nossa dignidade
Uma escola que tenha que ir a pé
E não me proíbam de usar o nosso boné
Uma escola bem maneira
Que me deixem levar minha bandeira
Uma escola genial
Que o meu professor seja bem legal

A ideia de *escola diferente* é que vai demarcando, do ponto de vista das crianças, um lugar de brincadeiras, festa, alegria, onde a Ciranda Infantil se torna referência não só como lugar das crianças de zero a seis, mas da infância do MST, que também é a principal referência para a adolescência Sem Terra.

A partir da construção da Ciranda e Escola Itinerante Paulo Freire no V Congresso, na reunião do Coletivo Nacional de Educação, considerando a relação das crianças com a Ciranda e não com a escola, ficou definido que os espaços das crianças, em nível nacional, passariam se chamar Ciranda Infantil Itinerante Paulo Freire, para as crianças de 0 a 12 anos. Esse foi um espaço que proporcionou uma grande festa cultural das crianças da reforma agrária. Mas sem luta, não seria possível a realização desse espaço que hoje nos faz refletir, pensar, fazer autocrítica, pesquisar e apresentar como uma experiência da educação do MST.

As reflexões e ações na construção da infância do MST vai se consolidando com as atividades práticas, desde a organização das Cirandas Infantis, da formação de educadores, das produções de comunicação e cultura. Para a organização do VI Congresso, foi realizado em Brasília, entre os dias 25 a 28 de outubro de 2013, a Oficina de Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, em preparação a Ciranda Infantil Paulo Freire. Os educadores e educadoras estiveram presentes no Seminário Nacional da Educação Infantil do Campo, organizado pelo Ministério da Educação – MEC, universidades e movimentos

138 Pedro Ernesto se formou em Jornalismo e atualmente trabalha na CBN, em Minas Gerais.

sociais, e permaneceram para a Oficina¹³⁹, que foi realizada no Albergue da Juventude e contou com a participação e presença de educadores e educadoras dos estados do PI, RJ, DF, GO, PA, TO, BA, SP, SE, PB, MT, RN, MA, SC, PR, PE, AL, MS e RS.

A Ciranda Infantil, como já mencionado, foi o lugar de brincar, jogar, conspirar, cantar e lutar. É nesse lugar políticocultural que mais de 700 crianças de 0 a 12 anos, junto com mães e educadores, realizaram uma visita ao MEC. O objetivo da visita/manifestação das crianças no MEC não foi para compor mesa de negociação, mas para denunciar o descaso com a educação do campo e o fechamento das mais de 37 mil escolas do campo no Brasil na época. Num lindo encontro de socialização infantil, as crianças dão mais um passo e a Ciranda Infantil é um espaço que proporciona a criança enxergar e chegar longe.

Figura 17 - Ciranda Infantil Itinerante Paulo Freire, no VI Congresso do MST, em 2014.



Foto: Oliver Kornblihtt.

No VI Congresso, a Sem Terrinha do estado de Alagoas, no relato da educadora do Setor de Educação, conta que:

A Sem Terrinha, então com 10 anos, participou da Ciranda Paulo Freire no VI Congresso Nacional do MST, em Brasília. Havia ido com sua avó e era aquela sua primeira vez na ciranda. No acampamento Patativa do Assaré, no município de Maragogi, Alagoas, onde mora, não havia Ciranda, mas haviam muitas crianças e não tinham pessoas formadas ou dispostas a realizar as atividades com as crianças, havia sempre alguma dificuldade. A vivência na Ciranda do Congresso foi tão significativa e intensa que, ao retornar ao acampamento, a Sem Terrinha levou junto na bagagem todas as músicas aprendidas, palavras de ordem, além de um repertório pedagógico de atividades que seguia o roteiro aprendido na prática, a partir da experiência com os/as educadoras/es. Assim, quando chegou ao acampamento, tratou de organizar a Ciranda: arrumou o espaço no barraco e convocou as crianças e logo iniciou com uma roda de conversa, palavras de ordem e leitura de uma Revista Sem Terrinha que havia ganhado na Ciranda Paulo Freire. Fui ter conhecimento destes fatos quando a Sem Terrinha solicitou que um adulto me ligasse solicitando materiais, livros e CDs para que ela pudesse utilizar na Ciranda. O que vinha sendo

139 Informação do Relatório interno da Oficina de educadores e educadoras (2013).

tão difícil de ser desenvolvido pelos adultos, foi rapidamente solucionado por ela, pela autonomia construída na experiência do Congresso e a necessidade sentida (POMMÉ¹⁴⁰, 2015).

O retorno socializado na reunião do Coletivo Nacional de Educação, com o depoimento sobre a Ciranda Infantil e a criança Sem Terrinha, em 2015, reafirma a importância do instrumento político para a realização da infância, da dimensão coletiva de compartilhar, socializar com as crianças que não tiveram a oportunidade de estarem no VI Congresso, mas tiveram o direito de saber o que ocorreu por lá e serem inseridas no processo. A grandeza da experiência não está no grande evento, mas naquilo que toca, que dá significado à existência da humanidade, eis o grande sentido da vida, como nos acalenta Cora Coralina e a Sem Terrinha alagoana nos presenteou com a sua atitude e convicção.

O surgimento da Ciranda infantil foi e é uma grandiosa realização para as crianças Sem Terrinha e para as mulheres Sem Terra, se transformando na principal referência para as crianças como espaço educativo e lugar inspirador de possibilidades, de participação e de segurança para as mulheres Sem Terra. A prática educativa desenvolvida na Ciranda, permitiu que as crianças reconhecessem a Ciranda como delas, um lugar de encontro, amizades, do brincar e tantas outras possibilidades. As Cirandas Infantis nacionais, itinerantes e permanentes, como a dos Congressos, marchas, e até mesmo as internacionais, vem permitindo encontros de crianças de diferentes países, trazendo para a coletividade o espaço o desafio do trabalho para as/os educadores/as de fazer a relação da cultura desde a comida, as roupas, o idioma, enfim, uma diversidade cultural que aumenta o repertório na vida das crianças envolvidas.

A partir da experiência da Ciranda Infantil do MST, a Via Campesina Brasil e Internacional, também colocou na agenda organizativa de suas atividades a Ciranda Infantil, que passou fazer parte das conferências internacionais na América Latina e dos cursos de formação nos diferentes países, garantindo a formação de educadores e educadoras de outros movimentos para além do Brasil.

No Brasil, alguns movimentos da Via Campesina¹⁴¹, como o MPA, MAB e Levante Popular da Juventude já indicaram militantes para participarem de Cirandas Nacionais do

140 Luana Pommé, educadora e militante do Coletivo Nacional de Educação. Nesse período atuava como dirigente da educação no Estado de Alagoas.

141 No Brasil são 15 organizações que compõem a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP. Disponível em: <https://feab.wordpress.com/pra-quem-serve-teu-conhecimento/> Acesso em: novembro de 2020.

MST e da formação de educadores para constituírem suas próprias Cirandas Infantis, buscando autonomia nessa construção e garantindo formação a partir de suas realidades, bem como, maior participação das mulheres nos movimentos, se desafiando em aprendendo na prática a organizar o espaço *para e das* crianças do campo.

Em nível internacional, o Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI)¹⁴², da Argentina, a partir da referência do MST, realizam várias atividades com crianças, e em setembro de 2010, em Buenos Aires, com a realização do Congresso Nacional do Movimento, realizaram o ‘*Congresito de los Niños*’, com 200 crianças de 0 a 11 anos e 30 educadores da organização. Nesse espaço as crianças puderam dialogar com o movimento campesino argentino sobre as suas questões no campo, como também do direito de brincar. As crianças participaram das passeatas entre outras atividades organizadas pelos educadores e educadoras.

Figura 18 - Congresito de los Niños.
(Buenos Aires, 2011) Foto: arquivo MNCI



Figura 19 - Congresito de los Niños.
(Buenos Aires, 2011) Foto: arquivo MNCI

142 Informação obtida na visita a Buenos Aires, em 2010, e diálogo com educadores do Movimento Campesino em 2014 e 2015.



Esse Movimento realiza um trabalho educativo com as crianças nas periferias de Buenos Aires e tem apresentado uma possibilidade de formação com as famílias das crianças, desde as atividades e mobilização infantil. Na última atividade da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo – CLOC, em 2015, realizada em Buenos Aires, os educadores do MNCI¹⁴³ garantiram a organização do *Congresito de los Niños* nessa atividade internacional.

Temos notícias que a experiência da Ciranda no Brasil, tem contribuído na organização de ações com as crianças, junto aos movimentos sociais camponeses na Guatemala, com o povo guarani no Paraguai, nas conferências internacionais e Cúpula dos Povos e que todas elas tiveram como referência, ou inspiração, o trabalho desenvolvido pelo MST na Ciranda Infantil.

Podemos dizer que temos Cirandas Infantis nas mais variadas condições. A orientação, em linhas gerais, do Setor de Educação do MST é para que se garanta o espaço educativo para as crianças, considerando que é o contexto e a realidade que determina as condições estruturais e políticas para a organização da Ciranda. Muitas vezes, o local não tem educadores com formação específica para o trabalho com as crianças, outras são educadores que não tiveram acesso à alfabetização ou com baixa escolarização, mas com muita vontade de fazer a diferença na sociedade. A Ciranda permanente tem suas dificuldades, mas tem um grupo de educadores que faz o processo desde o assentamento, acampamento, o Centro de Formação, a Cooperativa, o IEJC, a ENFF, a partir do projeto político-pedagógico, que orienta a construção do espaço. Nesse caso, existe uma coletividade permanente que faz o debate sobre as questões que aparecem no dia a dia e acompanha.

Considerando que a luta por creche é uma pauta histórica do movimento de mulheres feministas, operárias, sindicalizadas e de bairros das periferias das grandes cidades, a luta das

143 <https://cloc-viacampesina.net/argentina-somos-semillas-de-maiz-i-congresito-de-la-cloc-vc/>

mulheres e das crianças no campo segue sendo um desafio para os movimentos camponeses. A Ciranda Infantil, como uma conquista das crianças e das mulheres Sem Terra no Brasil, demarca uma ocupação de espaço fundamental e determinante para a participação das mulheres. Uma experiência que nos traz muitas reflexões importantes para o avanço das práticas educativas das crianças e das mulheres, mas a principal talvez seja a de pensar como que o lugar das crianças e das mulheres do/no campo estão sendo forjados nos programas dos movimentos da Via Campesina.

É possível perceber nos relatórios, nos sites, nas declarações da Via Internacional a presença da mulher, através das assembleias, reuniões etc., mas fica evidente, nesses mesmos espaços de publicações, que a criança do campo não está na pauta dos grandes debates nacionais e internacionais. Mas sabemos que nas últimas atividades internacionais, a Ciranda Infantil estava presente, ou seja, tinha crianças e educadoras/es. A Via Campesina Internacional pode ser uma grande educadora dos movimentos sociais e populares camponeses para o trabalho da educação política com as crianças do campo, tanto pelo debate, quanto pelo projeto que vem sendo construído coletivamente entre as organizações.

Sabemos não ser possível construir uma sociedade revolucionária e socialista com práticas colonizadoras, conservadoras e imperialistas, ou até mesmo, daquelas ideias do “capitalismo verde”, da “humanização” do capital. A realidade internacional das camponesas e camponeses organizados na Via Campesina é de luta e de ações contra o capitalismo, pois lutar por educação política desde a infância é uma pauta importante para ser incorporado na formação cultural das organizações sociais. A Ciranda Infantil pode se constituir como uma pauta de luta por políticas públicas, como um instrumento político e de direito das mulheres e das crianças do campo, além de se materializar no projeto em construção do Feminismo Camponês e Popular da Via Campesina, considerando que a Ciranda Infantil é uma experiência construída desde a classe trabalhadora camponesa.

O caminho que o MST foi construindo, do projeto educativo *para* e *com* as crianças, que nos limites da sociedade de classe se apresenta como um avanço por garantir a participação da mulher não só na produção agrícola, mas nos estudos¹⁴⁴, nos cursos de formação política, na definição que 50% da composição das coordenações das instâncias sejam de mulheres e na participação da mulher Sem Terra na condução política do MST; das

144 A valorização do estudo como um princípio político para o MST, permitiu que muitas mulheres e homens do próprio MST e de outros movimentos populares do campo, tivessem acesso à escolarização. Essa oportunidade só foi possível diante do Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que em parcerias com várias universidades de todo Brasil, mobilizou cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, graduação e especialização em várias áreas do conhecimento. O programa foi e é fundamental para a formação de educadores militantes das organizações sociais, onde muitas mulheres, incluso eu, tem a oportunidade de estar na finalização do Doutorado, na UERJ.

crianças, que em sua formação são reconhecidas como sujeito histórico e político na luta pela terra, desde a luta por escola, da atuação e ocupação na Ciranda Infantil, das mobilizações infantis que se tornam uma atividade insurgente no Brasil, despertando “ódio” nos ultraconservadores; da luta para garantir a formação das educadoras e educadores, que em sua maioria, são mulheres, muitas vezes advindas de uma trajetória de pouco acesso à escolarização, mas se dispõem em educar e educar-se no processo da luta pela terra. Portanto pensar e fazer desse um lugar de educação política é desafiador, ao mesmo tempo em que as crianças se educam, educam também as/os educadores, bem como o conjunto do MST.

Nas palavras de Walter Kohan¹⁴⁵, “a infância é uma voz, uma oportunidade, é uma possibilidade de pensarmos em nós mesmos [...] quem não acolhe a infância, não pode afirmar a educação de forma interessante”. O tempo da infância Sem Terrinha desde a Ciranda Infantil, vem sendo construído para além do Setor de Educação no MST, envolvendo principalmente, os Setores de Cultura e Comunicação nas atividades com as crianças, desde programas de rádios, teatros a partir da literatura infantil, entre outros.

A Ciranda Infantil se constitui, portanto, como um instrumento da infância no MST, um espaço em que ela pode ocupar e criar suas referências. É a partir desse espaço coletivo que outras vertentes da vida da criança se interpenetram, juntando a experiência de participar da luta do Movimento, a relação com a escola, o cotidiano na família e o dia a dia que vive como acampada ou assentada. A participação das crianças e adolescentes nesse espaço ganha significação para os acampamentos e assentamentos, como também para as atividades gerais do MST.

Valorizar a história e a memória construída no projeto coletivo faz parte do compromisso de classe, pois sabemos que a história valorizada hegemonicamente é a dos colonizadores homens, heróis, europeus e brancos... Trazer a história das crianças Sem Terrinha é projetar uma infância que, por mais contradições que a história apresente, busca tornar-se sujeito da luta pela terra no Brasil. São elas sujeitos históricos da luta pelo direito à *escola do MST*; são produtores da identidade política Sem Terrinha e se reconhecem como integrante do MST.

A significação da criança Sem Terra a partir da perspectiva de resistência e de presença na luta são elementos fundamentais para pensar os modos como a infância é significada, em especial no contexto da luta pela terra. No caso do MST, a criança não está fora do processo da vida real do Movimento, ela faz parte e também constrói significado para a luta pela terra. Nesse sentido, os instrumentos das crianças no MST, como a **Escola**, a **Jornada das Crianças Sem Terrinha** e a **Ciranda Infantil** de caráter itinerante e permanente, são referências na construção da identidade Sem Terrinha, por permitir que a

145 Entrevista realizada no Conexão, no dia 10/11/2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ue1saLKgT3g&t=158s> Acesso em: 10/11/2020

criança participe do processo organizativo do Movimento e faça parte da sua construção social e histórica.

A experiência da prática educativa com as crianças dá significado à Pedagogia do MST e as desafiam em não perder a perspectiva do coletivo, da luta social, da resistência na organização política desde a infância. Certamente, educação política para a infância da classe trabalhadora não será defendida pela “pedagogia do capital”, portanto, será de resistência coletiva e ativa na construção de uma educação na perspectiva da emancipação humana.

4 AS CRIANÇAS SEM TERRINHA REINVENTAM O MST

“Somos crianças Sem Terrinha do MST!
Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra,
Moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.
Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos e casa para morar, Lugar de
brincar e ser feliz”¹⁴⁶

Figura 20 - Plenária de abertura do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, Brasília, 2018.



Foto: Elitiel Gomes, Juliana Adriano, Juliano Vieira e Luiz Fernando/MST.

A escrita deste capítulo tem uma mistura de sentimentos nostálgicos, de saudades, de recordações dos momentos de êxtase vivenciados com as crianças na realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Ao mesmo tempo, da responsabilidade de trazer elementos que contribuam com a memória desse processo, com a história sociopolítica das crianças Sem Terrinha na luta pela terra, mas também, de provocar, no campo dos estudos da infância, o lugar do debate sobre a educação popular e a infância da classe trabalhadora.

Uma análise que tem em sua perspectiva a criança do campo na história da luta pela terra no MST. Portanto, nas linhas deste capítulo, busco desenhar o processo de construção do 1º encontro nacional de crianças vinculadas ao MST no Brasil, cujo lugar de participação e organização nasce dentro de sua classe social, camponesa Sem Terra.

Processo que proporcionou em mim, repensar a prática como educadora popular, as relações do fazer com as crianças e do desafio de construir coletivamente, numa relação entre crianças e adultos em um espaço de participação infantil, não por “decreto”, isto é, por uma

¹⁴⁶ Fragmentos do Manifesto aprovado pelas crianças no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha – 2018.

ordem definida sem discussão da participação propriamente dita, mas por princípios da organização política, da auto-organização desde as suas comunidades e da coletividade como referência para a construção do projeto societário, estabelecendo o lugar social e popular da criança da classe trabalhadora, sua formação, história e o horizonte na construção do projeto emancipatório, desde a infância.

Provocada em pensar e refletir sobre o caminho andado em movimento, na história da infância do MST um estudo que busca compor a construção desse processo mediado pelas vivências na luta pela terra para continuar existindo no campo, desde a luta por escola, as Jornadas das Crianças Sem Terrinha e o surgimento da Ciranda Infantil, como alternativas populares que contrapõem as ações impactantes do latifúndio e do agronegócio no território agrário brasileiro.

O contexto é histórico e afeta a realidade sociocultural, política, econômica e ambiental na vida das crianças do campo, sendo desafiador pensar o lugar de participação infantil e da auto-organização das crianças em suas comunidades camponesas. O horizonte é a construção de autonomias e do projeto emancipador, porém o contexto em que vive as crianças do campo é de um território marcado pela conflitualidade agrária e intervenção direta do agronegócio. O projeto de Reforma Agrária Popular, aprovado no VI Congresso do MST, apresenta caminhos para o projeto educativo das crianças Sem Terrinha, mas não sem luta e resistência.

Na luta por outra hegemonia¹⁴⁷, o MST decide, politicamente, realizar o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, em 2018, com a participação de 1200 crianças e 300 educadoras e educadores da reforma agrária, juntamente com amigas e amigos das crianças Sem Terrinha. Um encontro significativo para a história das crianças Sem Terrinha, que transformou não só o grande espaço de concreto do Parque da Cidade, em Brasília, como deu vida, cor, sons e movimento, trazendo o debate de outro projeto social, onde as crianças fazem parte e contribuem em sua construção. A realização do 1º Encontro foi um marco histórico na construção política, coletiva e educativa *para e com* as crianças Sem Terra, no Brasil.

147 O Programa de Reforma Agrária Popular sintetiza “uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura voltado para as necessidades do povo brasileiro”. O Programa promove “[...] junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista”. Compreendendo a “[...] correlação de forças na luta de classes e dos espaços que se abrem na conjuntura política, o Movimento definirá suas pautas de reivindicações e de lutas, detalhadas e específicas, correspondentes às necessidades da nossa base social e da classe trabalhadora em geral. O programa defende: 1) A democratização da terra; 2) Água: um bem da natureza em benefício da humanidade; 3) A organização da produção agrícola; 4) Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5) A industrialização; 6) Política agrícola; 7) A educação do campo; 8) O desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas; 8) Mudança na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa (MST, 2014, p. 39-48).

O 1º Encontro Nacional reafirma a criança como uma construção social, histórica e política no MST. São os diferentes momentos das crianças na luta pela terra que vai tecendo a história social e política da infância Sem Terrinha, sendo concebida, tecida e bordada por muitas mãos. A história das crianças é forjada na luta coletiva e na resistência, produzindo lutadoras e construtoras de uma identidade política, que fazem a diferença na história da luta pela terra no Brasil e na educação brasileira, proporcionando que camponesas e camponeses Sem Terra, reflitam, repensem suas práticas e a educação da infância nos acampamentos e assentamentos.

A importância do processo histórico na construção de uma obra coletiva é fundamental para analisar e compreender o caminho que definiram as escolhas feitas em sua trajetória. Portanto, a perspectiva gramsciana (1978), sobre o conceito de história, reafirmando que a “elaboração crítica é a consciência daquilo que somos”, traz elementos que compõem a “construção desse inventário” sobre a história social e política das crianças Sem Terrinha.

O movimento real da vida, da sociedade, na história das crianças na luta pela terra, nos permite a aproximação com o método do materialismo histórico-dialético, trazendo como essencial, os processos em que o MST vai dando visibilidade para a infância do campo na luta pela terra. “O método implica pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Dessa maneira, o “trato do material histórico-social” nos estudos sobre a construção da infância no MST, tem o marco nos processos formativos da luta pela terra e o contexto da luta de classes.

Portanto, o marco histórico já apresentado nos capítulos anteriores têm como objetivo trazer elementos de como o processo da formação da infância Sem Terrinha foi sendo elaborado no MST, concebendo uma história sociopolítica e popular, com identidade na luta pela terra e pela reforma agrária. A construção do 1º Encontro Nacional das crianças do MST como uma obra coletiva, *com a participação das crianças e adultos*, leva em conta o processo de construção dialética, histórica, popular e revolucionária no MST.

A projeção de um encontro dessa natureza no Brasil, compreendendo as dimensões geográfica, social, econômica, política e ética, que para o MST são valores socialistas e humanistas, exigiu um tempo de maturação, debate e reflexão nacional. O encontro não aconteceu por acaso, existe uma intencionalidade política, pedagógica e de projeto social e popular em curso. Assim também como a luta e construção do projeto de Reforma Agrária, que exige pensar desde a práxis social do MST, onde as crianças dos acampamentos e assentamentos não estão separadas do contexto da luta de classe.

O contexto agrário das crianças do MST, se constitui num movimento campestre, que, em “tese”, tem como finalidade a luta pela terra e a produção de alimentos saudáveis, subvertendo a ordem hegemônica do capital, o que representa que, para além da ocupação da terra, é necessário ocupar o “latifúndio” do conhecimento. Aprender a ler e escrever, ter acesso aos conhecimentos científicos, e socialmente produzidos pela humanidade, são direitos e fazer parte da luta dos povos do campo. Nesse sentido, a luta pela educação das crianças, jovens e adultos também se torna uma pauta importante para o projeto de reforma agrária e do MST.

Para construir o projeto de uma sociedade socialista a educação deve ser construída desde a luta social e popular, assim como o debate e as práticas ligadas à igualdade de gênero, da diversidade sexual, da luta antirracista como um projeto que provoca debates e ações concretas para a transformações, no conjunto das famílias Sem Terra. Considerando a composição histórica do Brasil, de colonização, ditaduras, a questões raciais, de gênero e as diferentes forma de violências, que no tempo presente, século XXI, nos entristece com as práticas coloniais, reprodutoras de um sistema opressor, deve ser considerado na perspectiva de classe, “[...]até porque uma noção de classe que desconsidera o modo que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico” (ALMEIDA, 2020, p.185). Importante destacar que a base social do MST, majoritariamente, tem origem nos povos de matrizes africanas.

Ou seja, as crianças Sem Terrinha vêm de uma realidade de classe que para a sua formação e educação política, necessariamente, deve ser considerado a questão racial, de gênero e da diversidade sexual. Portanto, realizar, mobilizar e organizar um encontro nacional de crianças, massivo, em pleno período de golpe parlamentar, jurídico e midiático no Brasil, foi um posicionamento político na produção de outra hegemonia, desde a concepção de infância.

O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha aconteceu no mês de julho de 2018, em Brasília, em um momento ainda recente de crise política e econômica que afetou a “democracia” brasileira, tendo como representante de Estado, na esfera federal, um governo interino golpista e com eleições previstas para outubro de 2018, numa campanha forjada por *fake news*, que “não se importa com a veracidade dos fatos que dissemina” (EMPOLI, 2020, p. 15) e liderado pelo atual chefe de Estado do Brasil.

Não foi uma decisão fácil, como não foi tranquila a realização do encontro. Não por ser de criança, mas porque o cenário político e econômico não estava, e ainda não está, favorável para a classe trabalhadora. Além do desafio em ter que pensar a construção de um

encontro nacional na dimensão do Brasil, com a participação das crianças Sem Terrinha na construção geral do 1º Encontro, era preciso pensar, estrategicamente, cada atividade e cada momento para que essa falsa “democracia” na conjuntura brasileira não se utilizasse da atividade das crianças.

Mesmo com o cuidado de respeitar as crianças e a legislação que às protegem, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma conquista histórica de luta social, que no Art. 15 garante que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis” (ECA, p. 18), houveram ataques com mentiras e acusações de que as crianças Sem Terrinha são doutrinadas pelo MST. As acusações foram exibidas na TV Record, no Programa “Domingo Espetacular” com a chamada “Domingo Espetacular investiga o envolvimento de crianças no MST”. Além dos ataques e mentiras espalhadas pelo Brasil, também foi aberto um processo no Ministério Público por parte da família do atual governo federal, representado pelo seu filho, Eduardo Bolsonaro.

O processo resultou no parecer do Ministério Público, a partir de análises da reportagem e do site do MST sobre a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, promovendo o arquivamento do processo com as seguintes considerações:

Desta forma, não se verifica, analisando os fatos narrados na reportagem, nenhuma violação por parte da organização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha aos direitos assegurados às crianças pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela constituição da República. Pelo contrário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem sido ativo ator social na luta pelo direito à educação das crianças e adolescentes do campo. Por fim, ressalte-se que o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha está inscrito no contexto das manifestações democráticas de uma sociedade plural, realizado de forma legítima, legal e constitucional (Brasília, 06 de junho de 2019, Procuradora da República, Márcia Brandão Zollinger).

A promoção do arquivamento foi uma conquista em meio a uma complexa conjuntura e de avanço de práticas neofascistas que desqualifica o conhecimento, a ciência, criminaliza a luta social e do direito das crianças se manifestarem livremente no Brasil. O 1º Encontro desde a realização e o seu processo posterior, foi de aprendizado com muitas possibilidades, limites, contradições, conflitos e perguntas

O MST, ao apresentar a proposta de realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, teve uma expressiva mobilização das crianças nos estados e a acolhida de vários setores da sociedade. Além dos diferentes apoios políticos para a realização do encontro, defensoras e defensores públicos da área da infância deram suporte jurídico e político durante a realização da atividade, entre eles: o Conselho Nacional Tutelar, a 1ª Vara

da Infância de Brasília, a Associação Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED, além de professoras e professores, estudantes e artistas. Todos os cuidados foram tomados para garantir que as crianças tivessem seu encontro com segurança e sem ferir seus direitos.

O **1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha** – Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar... Por Reforma Agrária Popular! – demarca um novo período das crianças Sem Terrinha e sua infância do/no campo como sujeitos políticos e históricos na luta pela terra. Esse importante acontecimento se propõe fortalecer a participação e auto-organização das crianças dos acampamentos e assentamentos no Brasil, considerando um tempo *sem sol*¹⁴⁸, de fortalecimento do ultraconservadorismo no Brasil, a realização do encontro das crianças vem como um alento para a história da infância camponesas na luta pela terra.

O MST como educador desse processo, proporcionado na história concreta a vontade coletiva de colocar as crianças em movimento, no Movimento. Tecendo como o poema de Mário Lago¹⁴⁹, “Canção do Não Tempo de Lua”, a esperança de mudanças concretas com as ações coletivas, em movimento:

A criança é bonita? É!
A mulher é bonita? É!
A lua é bonita? É!
A rosa é bonita? É!
Pois a criança vai crescer porque a gente quer!
A mulher e o homem vão sonhar e realizar seus sonhos juntos, porque a gente quer!
Vai – SIM! – ser tempo de ver lua... E de colher rosa do pé!

Esperançados com a possibilidade de um tempo novo, mesmo que o concreto da vida se apresente como barbárie, a *criança cresce* com o 1º Encontro Nacional, ampliando a possibilidade de que mais crianças de outras organizações se façam presentes nas pautas dos movimentos e organizações populares. Ao mesmo tempo, em que se constituía como uma referência na construção e organização de um encontro massivo com crianças e educadores camponeses.

4.1 A construção do Encontro

A decisão política em realizar o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha tem na sua grandiosidade a construção de um processo, em meio a muitos acontecimentos, numa

148 Canção “Eu vivo num tempo de guerra”. Composição: Edú Lobo / Gianfrancesco Guarnieri. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_1S_7wKdCV0

149 Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mario-lago/cancao-do-nao-tempo-de-lua/>

conjuntura de golpe, de conflitos que ocorreram no processo de sua preparação, como acampamentos e escolas queimados pelo latifúndio no Pará, assentamentos que sofreram pulverização aérea de agrotóxicos pelo agronegócio, dos assassinatos de lideranças Sem Terra e o próprio adiamento do Encontro, devido à greve dos caminhoneiros no mês de maio de 2018, é, de certa forma, difícil de descrever.

Dos ataques públicos, através das redes sociais da mídia burguesa e do atual presidente incentivando a violência em sua campanha eleitoral, considerando o encontro Sem Terrinha uma espécie de “doutrinação para guerrilha” e acusando o MST de usar as crianças e doutrinando-as com ideias do socialismo/comunismo, de “Paulo Freire” e do “marxismo”. A declarada criminalização ao MST, denominando-o como movimento terrorista, tem relação com o cenário de complexidade e avanço do movimento ultraconservador no Brasil e na América Latina.

O contexto de criminalização no campo não se restringe às crianças do MST, mas também às crianças indígenas, quilombolas, posseiras, atingidas por barragens, entre outras que são violentadas pelo latifúndio e agro-minero-negócio na disputa por territórios. Da imposição de uma agricultura e minerais como *commodities*, da não demarcação das terras indígenas e quilombolas e não desapropriação de áreas para fins de reforma agrária, as crianças do campo vivem em um território de conflitualidade, assim como as crianças da cidade que vivenciam a violência de Estado, principalmente as crianças de favelas e periferias.

Em minhas memórias, lembro como hoje o primeiro momento em que começamos a falar do Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Foi no final do II ENERA, em setembro de 2015, com o grupo que ficou no espaço, numa confraternização animada, cheia de mística e com o sentimento de tarefa cumprida.

Numa conversa informal, surge uma primeira provocação ao grupo de coordenação do Setor de Educação, na proposição de organizar uma minuta para discutir o assunto com o conjunto do MST. No grupo que estava presente na confraternização, contávamos com representantes dos estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, e informalmente, inicia-se um processo de consulta provocado por Maria Raimunda, do estado do Pará, e por mim. Dessa provocação, na semana seguinte, precisamente no dia 28 de setembro de 2015, uma mensagem com um pequeno texto, tímido, foi enviada, por e-mail, para o grupo de coordenação do Setor de Educação, mas não teve resposta. Em princípio, acreditava-se que não seria possível. O fato era que o coletivo não respondeu no momento, mas estavam matutando, pensando caminhos... E nesse caminhar, o assunto foi ganhando uma dimensão ampla, chegando aos ouvidos das crianças,

dos educadores, gerando tristeza para algumas crianças que já estavam entrando na adolescência, portanto, não poderiam participar, e felicidades para outras crianças que já sonhavam com a viagem para-Brasília.

Em maio de 2016, com a realização da reunião da Executiva do Setor de Educação, no debate sobre o Encontro Nacional das Crianças, ficou indicado a elaboração de uma minuta introdutória. A proposta inicial tinha como pretensão ser pautada nesse mesmo mês, na reunião da Direção Nacional – DN. Mas como, ainda não tinha um desenho mais organizado da proposta do Encontro, se fez o debate inicial na Executiva do setor para ser pautada na reunião seguinte da DN.

O ano de 2016 foi de intensas articulações e motivações para projeção do Encontro Nacional. Além das motivações internas, à convite do presidente, o educador ativista Fábio Paes, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, naquele período, as crianças Sem Terrinha participaram da plenária da Xª Conferência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram mais de sete mil pessoas participando das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, por políticas públicas¹⁵⁰, sendo elas: LGBT, dos idosos, das pessoas com deficiência, da criança e do adolescente e a conferência de direitos humanos.

A Conferência ocorreu em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, nos dias 24 a 27 de abril de 2016, sendo um espaço importante para as crianças Sem Terrinha entenderem um pouco de como se configurava a conjuntura do país. A mesa de abertura contou com Guilherme Boulos (candidato à presidência da República em 2018 pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), que trouxe questões sociais e agravantes do contexto conjuntural, o que permitiu observar as divergências de classe começando a ressoar na plenária, quando se ouvia comentários de alguns no sentido de desqualificar a fala de militante político de esquerda. Desta forma, todos os dias foi preciso reafirmar o lugar do popular e da participação de crianças e adolescentes na X Conferência do CONANDA.

As conferências ocorreram ao meio de tensão, conspirações conservadoras, tentando, de todas as formas, desmobilizar e boicotar as mesmas, causando caos... Desde os hotéis, que não comportavam os/as participantes; ônibus superlotados; sem comida suficiente para todas as pessoas no primeiro dia; e sem uma programação de atividades noturnas para as crianças e adolescentes. As crianças, ressignificar a programação, elas mesmas criaram suas atividades, brincando pelos corredores e elevadores do hotel, o que certamente para a maioria, os

150 Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/08/revista_conferindo-min.pdf. Acesso em: dezembro de 2020.

elevadores eram novidades e que gerou desaprovação dos “defensores” da criança e do adolescente. Cenário difícil, mas real.

Quatro meses depois, em 31 de agosto de 2016, foi declarado pela ordem hegemônica do capital, o *impeachment* da primeira mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, assumindo a presidência o interino Michel Temer. Período em que se amplia o debate sobre o a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha no MST, gestando uma proposta metodológica para a realização da atividade.

Foram muitos os debates para finalizar a primeira proposta. Várias questões foram levantadas sobre realização do encontro nas reuniões da Executiva e do Coletivo Nacional de Educação, problematizando e pensando nas condições objetivas da realização de um encontro dessa natureza. Afinal, o quadro conjuntural na América Latina, com a particularidade do Brasil, era de avanço constante das forças ultraconservadoras.

As questões levantadas exigiam argumentos no campo político pedagógico, por se tratar de um encontro nacional com crianças. Perguntas que surgiam desde as práticas concretas da organização dos estados, como exemplo: por que realizar um encontro nacional se nos estados a prática das mobilizações infantis é permanente, desde os encontros Sem Terrinha, a luta por escolas? Muitos argumentavam sobre a dificuldade das famílias permitirem o deslocamento das crianças para Brasília. Havia dúvidas se um encontro com essa natureza seria um marco histórico no processo de organização das crianças Sem Terra, pois se não fosse para organizar as crianças, não tinha sentido realizá-lo. Foi com esse debate que iniciamos a construção da proposta de organização do 1º Encontro Nacional.

Os questionamentos foram sendo respondidos na medida em que os argumentos traziam elementos que confrontavam as perguntas. Pois, considerando os exemplos dos trabalhos realizados com as crianças nos estados e em nível nacional, se via uma capacidade organizativa para a realização desse encontro, com referência nas duas últimas Cirandas Infantis Paulo Freire, no V e VI Congresso do MST, em que estiveram presentes entre 700 a 1000 crianças; as Cirandas das Marchas Nacionais e Estaduais; as Jornadas Sem Terrinha nos estados, onde Pernambuco e Paraná já mobilizaram nas mesmas cerca de 1000 a 2500 crianças. Ou seja, elementos para afirmar a capacidade de realizar um encontro dessa natureza existiam e muito. Mas como seria um encontro nacional? Teria as mesmas características das atividades dos estados? Quais possibilidades de financiamento? Que entraves apareceria no contexto de organização? Estas foram algumas das questões necessárias para pensar e dar prosseguimento à ação.

4.1.1 A metodologia de trabalho adotada com as crianças

Uma das principais perguntas para a realização da atividade foi: que metodologia daria conta de um encontro nacional dessa natureza? Foi a partir dessa questão que o coletivo de metodologia, que já vinha discutindo ações realizadas nos encontros estaduais Sem Terrinha, propôs a construção geral do encontro junto com as próprias crianças. Assim, um encontro mais reduzido, com representantes dos estados, foi organizado, a fim de debater o lugar da infância e seu espaço nas comunidades, numa perspectiva de trazer a pauta dos assentamentos e acampamentos desde o universo infantil.

A primeira proposta apresentada para a Direção Nacional levou em conta a organização do encontro *com* as crianças e tinha como meta sua realização em outubro de 2017, na Escola Nacional Florestan Fernandes ou em Brasília, com participação de 400 a 1000 crianças. A escolha da ENFF tinha como objetivo proporcionar para as crianças um espaço orgânico do Movimento, que permitiria que elas pudessem conhecer e vivenciar a auto-organização da Escola Nacional, a formação política, e ter uma participação ativa na mesma, que é construída cotidianamente pela coletividade.

No debate, o tema da infância Sem Terra foi acolhido com muitas reflexões, desde a importância da educação das crianças, como a própria realização do Encontro, que ganha uma dimensão nacional e política, com algumas observações, considerando o contexto brasileiro, as mobilizações infantis e a origem do MST. A decisão política foi de realizar o 1º Encontro com caráter de *acampamento infantil*, massivo, organizativo, festivo e bonito, com a presença da mística e da organicidade Sem Terra, mobilizando mais de 1000 Crianças Sem Terrinha e 300 educadoras e educadores, em Brasília.

O passo seguinte foi criar as primeiras equipes de trabalho. Desde a reunião do Coletivo Nacional de Educação, em novembro de 2016, foram mobilizadas duas equipes de trabalho, denominadas de *metodologia* e *infraestrutura*, que se dedicaram na construção da proposta, na realização e no pós-encontro. A primeira ficou responsável por pensar e organizar as atividades de formação das crianças e educadores, os materiais pedagógicos e fazer o diálogo direto com a equipe de infraestrutura, para que houvesse sintonia na construção geral do encontro; a segunda ficou com a responsabilidade de pensar a captação de recurso, o espaço, alimentação, projeto etc., além da articulação com o geral da organização Sem Terra.

Considerando ser um encontro com crianças do campo e da luta popular, o tempo para a mobilização das crianças era fundamental ser considerado no processo metodológico. O caminho para a construção das atividades, concebidas ao longo de dois anos, foi um tempo necessário para o trabalho de base e de formação, que envolveu o conjunto de famílias dos acampamentos e assentamentos. É possível visualizar um trabalho de educação popular se

materializando na teoria e prática, desde a base social do MST. O encontro sem esse processo, seria aquilo que podemos chamar de *evento*, sem qualquer caráter ou compromisso com o processo formativo, sem acúmulo político, sem uma mobilização na base social do MST.

A construção do encontro, desde o seu processo inicial, tem como perspectiva a práxis social existente no projeto educativo para a infância do MST. Portanto, o processo construído, historicamente, na formação das crianças Sem Terrinha é o que dá movimento aos estados para a construção de atividades concretas do fazer *com* as crianças, envolvendo-as desde a construção dos encontros locais, até a própria realização do Encontro Nacional. A organização das crianças, nos espaços locais, regionais e estaduais, foi a principal base para a construção desse processo.

A participação infantil, tomada como princípio da luta popular e revolucionária, fundamenta a compreensão de que os espaços de organização e articulação das crianças são lugares importantes para pensar o próprio Movimento e o papel político das crianças na construção da história do MST e da luta pela terra no Brasil.

A prática participativa e educativa das crianças Sem Terrinha na construção do seu 1º Encontro Nacional, foi fundamental para o entendimento de que o que leva à *participação infantil* no MST é a relação com a luta popular, sendo a infância forjada na luta de classes desde uma perspectiva latino-americana, para a construção de um projeto emancipador. Portanto, a participação infantil vai sendo concebida ao longo da história da luta pela terra no MST, na luta por escola, nas mobilizações infantis, nos enfrentamentos cotidianos para garantia ao direito à literatura, de ter um espaço como a Ciranda Infantil, de trabalho para sua família e um lugar para o habitat.

O 1º Encontro Nacional dá centralidade para o debate da participação, mas a construção desse processo ocorre desde a comunidade local, nos encontros *com* e *das* crianças que são mobilizadas a partir das pautas com as prefeituras, escolas e as condições sociais de suas comunidades. Esses são espaços formadores e educativos para a participação das crianças no MST.

Assim sendo, no contexto social das crianças e o projeto de Reforma Agrária do MST, que direciona à produção de um lugar de visibilidade e da construção social da infância do campo, consideramos nessa pesquisa alguns aspectos relevantes: 1) ter presente a realidade agrária brasileira em que as crianças com suas famílias estão inseridas, desde a conflitualidade no campo brasileiro, exercida pelo latifúndio na defesa da propriedade privada; 2) da luta popular, que mobiliza famílias e pessoas do campo e cidade, desprovidas de direitos sociais, humanitários e que, em muitos casos, a luta pela terra é a sua única opção de sobrevivência; 3) da formação do *movimento educativo* que vai sendo gestado na luta, desde a organização política e da participação de todas as pessoas que compõe o Movimento, inclusive as crianças.

Importante refletir que a *participação* in MST, faz parte da construção do projeto social produtor de desigualdades, do individualismo, de gênero, do racismo e etc., produzir outra he contradições da luta de classes, considerando que uma prática do capitalismo, pois a promoção de desigualdade como instrumento de controle, *participação infantil* no MST é também se proporcionar uma mudança na história das crianças



o caso do gemônico plência de diante das nças não é ismo e a rcício da popular,

Portanto, faz-se necessário reafirmar que a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, não se trata da criação de um movimento de crianças ou uma organização infantil paralela ao MST, mas de uma frente que se constrói com identidade política, cuja participação está enraizada nos princípios organizativos que se vincula ao movimento da luta popular, proporcionado desde a base social (acampamento e assentamento) onde as crianças também estão inseridas.

É fato que se constrói no meio de conflitos e contradições, tendo em vista a realidade brasileira, mas um coletivo ou uma organização não se forma sem um contexto, sem um propósito. Se forma diferente, justamente porque tem em sua base formativa a luta social e o popular.

O coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a suas partes, o coletivo apresenta propriedades que não são inerentes ao indivíduo. A quantidade se transforma em qualidade. As crianças e também os homens em geral formam um “coletivo” quando *estão unidos por determinados interesses, dos quais têm consciência e que lhes são próximos* (PISTRAK, 2000, p. 177).

Um das dimensões da coletividade construída desde a perspectiva do 1º Encontro foi proporcionar às crianças pensar e construir um processo conjuntamente com os adultos, num diálogo das possibilidades de organização desde os assentamentos ou acampamentos, num projeto de construção de uma obra e um desejo coletivo. Assim como no envolvimento das comunidades Sem Terra, no espaço de gestação de proposta e da organização do projeto, além da imaginação e criação de condições para a viagem à Brasília (produções de doces, pizzas, bingos, festas, entre outros), em alguns lugares organizado por mães e crianças, outros pela juventude ou por professores das escolas de assentamentos, para garantir finanças para a viagem ao 1º Encontro Nacional. As formas de participação das crianças foram diversas, onde cada estado e região, com as suas características e organização, proporcionaram esses espaços.

O processo de mobilização das crianças, famílias e educadoras/es ficou como desafio de cada estado organizar, como também os transportes para deslocamento até Brasília e a alimentação saudável produzida nos assentamentos; e parte da organização do encontro em si,



como nos estados, das místicas, as articulações com a Ciranda de livros e os materiais pedagógico preparados para a construção. Uma mudança no fazer pedagógico! O que antes era feito com as crianças, de poder *pensar* e *construir* junto com o político no país, foram mobilizadas possibilidades e alternativas para as crianças Sem Terrinha viverem sua infância de forma ativa.

Na condição de integrante do Movimento, tive a oportunidade de participar de todo o processo de construção e realização do 1º Encontro Nacional, como também de estar presente nos Encontros Estaduais das crianças do estado do Pará (2015, 2016 e 2017) e de vivenciar, em um dos encontros, o comunicado para as crianças da realização do Encontro Nacional. Convidada para apresentar o que estava sendo pensado, mais que falar do desejo coletivo de realizar o encontro, foi trazer as reflexões coletivas sobre uma proposta em construção, a se realizar em conjunto com as crianças e educadores, um processo que estava sendo gestado e que a pressão e mobilização das crianças, certamente fortaleceria a tomada de decisão do MST, possibilitando sua realização com mais alegria e boniteza. Os olhinhos brilhavam junto a sorrisos grandes. Ir para Brasília e encontrar crianças de todo Brasil, viajar... Viver uma grande festa das crianças da reforma agrária!

A preparação do encontro propriamente dito, considerou um caminho metodológico que foram sendo concebidos desde o pensar a *participação infantil* na construção do Encontro, a atuação dos educadores e educadoras, o fortalecimento da mística em nível nacional para o trabalho nas comunidades Sem Terra, como também a garantia que a direção do Movimento colocasse a atividade na pauta de prioridades.

Como descrição desse processo metodológico, elencamos cinco momentos que foram fundamentais para o aprofundamento dos estudos dessa pesquisa: a) o lançamento do Encontro Nacional das crianças na Coordenação Nacional do MST; b) a reunião da equipe de metodologia; c) a produção coletiva do Caderno de Orientações para os educadores e educadoras; d) a Oficina Preparatória com o coletivo de coordenação das crianças; e) as mobilizações nos estados e articulações das reuniões do Setor de Educação, das Direções Estaduais e da Direção Nacional. A seguir, apresentamos de modo sucinto cada um desses cinco momentos.

4.1.1.1 Lançamento do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha, na Coordenação Nacional

Em janeiro de 2017, na Coordenação Nacional – CN do MST, em Fortaleza, estado do Ceará, as educadoras/es e crianças da Ciranda Infantil organizaram um momento místico, para

apresentar para a CN uma carta proposta para o Encontro Nacional. A carta foi construída pelas crianças e educadores na Ciranda Infantil e apresentada na coordenação junto ao cartaz de lançamento do 1º Encontro Nacional, que foi enviado, pós-CN, para a organização dos Encontros Estaduais das Crianças Sem Terrinha.

Foi um momento forte, místico, de muita energia e emoção, e que envolveu o conjunto das coordenações do Movimento nos estados. As crianças da Ciranda Infantil expressaram seus desejos para a realização do seu 1º Encontro. Com brinquedos, músicas, palhaços, livros, as crianças entraram em cena, no espaço dos adultos, e conseguiram mostrar o que o MST tem de mais sensível, o compromisso coletivo com o projeto de emancipação humana. Nesse momento, os/as dirigentes assumiram o compromisso com as crianças, de garantir estrutura, mobilização e articulação para a realização do Encontro.

O momento místico foi encerrado com a leitura da Carta das Crianças Sem Terrinha da Ciranda Infantil, fazendo uma chamada para o MST quanto ao compromisso com as crianças e com a realização do 1º Encontro.

Figura 21 - Cartaz Sem Terrinha Rumo ao 1º Encontro Nacional e Carta das crianças Sem Terrinha para Coordenação Nacional do MST (2017).

	Carta das Crianças Sem Terrinha da Ciranda Infantil, na Coordenação Nacional do MST. Fortaleza, 27 de janeiro de 2017. Em nome de todos os Sem Terrinha, queremos apresentar à Coordenação Nacional do MST as nossas ideias para o Encontro Nacional dos Sem Terrinha, em 2018. Entendemos que a organização coletiva dos Sem Terrinha se faz necessário para nossa formação. Somos os Sem Terrinha e apontamos as seguintes propostas: • Que o Encontro Nacional dos Sem Terrinha possa ser pensado e construído por nós, com o apoio dos adultos. • Que seja um espaço alegre, recreativo, esportivo e que seja do nosso jeito. • Que as palestras não sejam chatas, mas com muita arte e alegria, conduzida por nós. • Nós, Sem Terrinha, assumiremos nossas responsabilidades: com a divisão de tarefas práticas, coordenação dos dias e noites culturais. • Queremos também que nosso encontro tenha uma alimentação saudável e orgânica. Como ponto de protesto, primeiramente, muito Fora Temer!!! Para isso, poderemos organizar uma marcha com direito a trio e coordenação dos Sem Terrinha. Nesta marcha, também protestaremos contra o fechamento das escolas do campo e a produção de alimentos com venenos e transgênicos que fazem mal à nossa saúde. Porém, para que nosso encontro aconteça precisamos que vocês, adultos, façam sua parte. É preciso articulação, através de encontros de formação dos Sem Terrinha em todos os estados. “SOMOS OS PEQUENOS DA CIRANDA INFANTIL – SOMOS SEM TERRINHA PARA MUDAR O BRASIL!”
---	---

4.1.1.2 Reunião com a equipe metodológica

Diante das definições nacionais, foi realizada a primeira reunião da equipe de metodologia, nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril de 2017, em uma das casas das Aldeias Infantis¹⁵¹, em Brasília. Estiveram presentes seis integrantes do Setor Nacional de Educação do MST. O principal objetivo foi debater sobre o 1º Encontro e pensar a formulação de um projeto político pedagógico que permitisse trabalhar em conjunto com as crianças.

Considerando o processo e as reflexões sobre a infância Sem Terra, alguns pontos foram destacados no sentido de garantir a participação das crianças na construção do 1º Encontro. Sendo eles: a) Avançar no debate sobre o processo de construção do Encontro, envolvendo o conjunto do MST para não ser uma atividade coordenada somente pelo Setor de Educação; b) Garantir que os estados proporcionassem espaços de participação das crianças na construção do Encontro; c) Dimensionar no Caderno de Orientações para os educadores a definição de temas centrais para os estudos, como os direitos das crianças; os tipos de violências; a agroecologia etc.; d) Valorizar o processo histórico da construção da infância no MST; e) Provocar a Via Campesina a fazer o debate sobre a educação da infância na organização; f) Trazer a importância da Organização dos Pioneiros José Martí, de Cuba, para compartilhar a experiência infantil com as crianças Sem Terrinha; g) Fazer o estudo do Caderno da Infância nº 1, com as direções e educadores nos estados (MST, 2017. Relatório interno).

Muitas perguntas foram feitas no grupo, sendo [considerada] a mais importante: como despertar nas crianças a participação? O *despertar* tem uma relação com a comunidade, visto que para o conjunto do Movimento, que habitualmente está “acostumado” *fazer para* as crianças, *fazer com* é outro tempo, outro processo, outra forma de pensar a vida. Muitas questões estavam envolvidas na construção do Encontro e nesse percurso de muitas perguntas e, ao mesmo tempo, a busca para obter respostas, foi definindo a construção do mesmo.

Outro ponto de atenção, quanto à participação, diz respeito à garantia de ser um espaço que dialogasse com as questões de gênero, para que, nas coordenações infantis, a participação igualitária entre sexos se tornasse, cada vez mais, uma prática na vida das crianças. Sendo assim, ficou definido que a coordenação nacional das crianças, contaria com uma menina e um menino.

A equipe então propôs: a) organizar uma oficina preparatória com duas crianças de cada estado (com a equidade de sexo) para pensar o encontro; b) realizar o lançamento nas

151 Instituição que foi parceira na realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

capitais, com prioridade nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília; c) organizar um Caderno de Orientações para os estados, que teve como título Caderno de educadoras e educadores (MST, 2017. Relatório interno).

4.1.1.3 Caderno de Orientações para os/as Educadoras/es

No exercício da produção coletiva, a escrita é sempre um desafio. Produzir um material coletivo e orientador para as/os educadoras/es trabalharem com as crianças em suas comunidades, foi um exercício. Os limites quanto aos prazos da própria elaboração e escrita, as questões sobre o caminho escolhido, o tempo para o trabalho nas comunidades exigia da equipe muita responsabilidade na produção das orientações.

A reflexão coletiva muitas vezes explicitada em relação à militância, destacada com desenvoltura na oralidade, desenvolvendo ideias e argumentações na defesa do projeto de reforma agrária, muitas vezes não se refletia na produção da escrita, foram poucos os *escrevedores* e *escrevedoras*¹⁵² para a materialização das propostas coletivas de formação no Caderno. O processo de elaboração então, foi se dando lentamente, mas chegou a uma produção coletiva que apresentou quatro pontos para a organização e mobilização nos estados.

O primeiro tema visou apresentar a concepção de infância no MST, trazendo a historicização das mobilizações e da Ciranda Infantil. O segundo tema, de cunho organizativo, recuperou os processos das mobilizações infantis no MST e apresentou o caráter do encontro nacional. A terceira parte do Caderno traz como principais temáticas de estudos: a) Reforma Agrária Popular; b) Alimentação Saudável; c) Identidade Sem Terrinha; d) História do MST; e) Violência, abuso e exploração. E por fim, na quarta parte das orientações, um conjunto de materiais como textos para estudos, literaturas, links de internet, artigos e sugestões de filmes e músicas.

O processo de organização do encontro nacional das crianças, com a intencionalidade de desencadear as mobilizações e organização para a participação massiva das crianças dos acampamentos e assentamentos, desenvolvendo a auto-organização, potencializando as atividades criativas, culturais, esportivas, políticas, de formação e discussão sobre os direitos das crianças e o lugar da infância Sem Terra na Reforma Agrária Popular. Articulado com o processo de conhecimento da realidade, potencializando os espaços de luta, o “I Encontro Nacional será um grande acampamento de crianças de todo o Brasil, representado pela diversidade cultural, organizativa e formativa do conjunto do MST”. (MST, 2017, p. 22-23).

152 Ana Cristina Hammel & Marcos Gehrke. Livro “Escrevedores da Liberdade”, 2018.

O processo de preparação do Encontro teve como intencionalidade proporcionar espaços nas comunidades que garantissem a participação massiva das crianças, a partir da organização de atividades culturais, das discussões dos temas centrais e de fortalecer o seu lugar como criança participante nas comunidades Sem Terra.

Nessa construção coletiva, o Caderno de Orientações propõe os seguintes objetivos para o 1º Encontro:

a) Fortalecer o debate da infância no MST, compreendendo a criança como sujeito que luta e constrói a organização popular junto com os adultos, participando dos espaços organizativos, dos processos formativos e fortalecendo a identidade Sem Terrinha; b) Estimular a participação e auto-organização das crianças Sem Terrinha nos diferentes espaços do Movimento, como nos acampamentos, nos assentamentos, nas escolas, nas cirandas infantis, nas cooperativas, nas lutas, nas instâncias, nas atividades culturais etc.; c) Discutir o projeto de Reforma Agrária Popular e de desenvolvimento do campo, que visa a produção de alimentos saudáveis através da agroecologia e combater o agronegócio; d) Fortalecer a luta contra a violência, abuso e exploração infantil, contra o fechamento das escolas, em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliando as lutas e conquistas por direitos das crianças do campo e da cidade; e) Desenvolver processos formativos e pedagógicos, baseados nas matrizes de formação humana: trabalho, luta social, coletividade, cultura, história e internacionalismo; f) Lutar em defesa da educação pública e popular. (MST, 2017, 23).

Os objetivos do Encontro reafirmaram a compreensão do MST, da criança como sujeito histórico e político, potencializando os espaços de participação, desde as suas localidades aos espaços mais amplos de organização do Movimento. Do fortalecimento de estudar o ECA, para a compressão dos direitos das crianças nas questões emblemáticas das relações sociais, até ao combate ao agronegócio, projeto de agricultura do capital, e da defesa da Reforma Agrária popular, como projeto de agricultura das famílias camponesas.

O Caderno, enviado para os estados, seguiu com as orientações para os encontros locais, regionais e estaduais, no sentido de fortalecer as ações com as crianças, desde as indicações das/dos participantes, com a definição da faixa etária estabelecida para 8 a 12 anos, das autorizações para viagem e a escolha das/os educadoras/es que acompanhariam as crianças à Brasília.

4.1.1.4 Oficina Preparatória com o coletivo de coordenação das crianças Sem Terrinha

Será que a terra vai seguir nos dando / O fruto, a folha, o caule e raiz? / Será que a vida acaba encontrando / Um jeito bom da gente ser feliz? / Vamos ter que cuidar bem desse país! (Toquinho)

Figura 22 - Oficina Nacional das Crianças Sem Terrinha, Brasília, 2017.



Foto: Matheus Alves

No embalar do movimento das crianças Sem Terrinha, a Oficina Preparatória do 1º Encontro Nacional foi realizada em Brasília, com o coletivo de 32 crianças e 20 educadores/as, com representação dos estados da Paraíba, Ceará, Pará, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Rondônia.

Assim como no poema “A Canção da Primavera”¹⁵³, de Mario Quintana, “na cidade adormecida, primavera vem chegando”, as crianças do campo floriram Brasília, de 06 a 09 de setembro de 2017, no espaço do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, para a realização da Oficina, com a diversidade cultural do Brasil representada por uma ou duas crianças por estado. Alguns estados não conseguiram chegar ao Distrito Federal, por falta de condições financeiras ou por não estarem adaptados em viagens aéreas com crianças. Em outros casos, a distância do assentamento até o aeroporto, resultou em perdas de voo¹⁵⁴. Isso, as questões de viagens (burocracias e documentos exigidos), também proporcionou limites e aprendizado para o conjunto.

O debate sobre as relações de gênero e participação das crianças no 1º Encontro, se iniciou com o critério da representação de uma menina e um menino de cada estado, para a composição da coordenação do Encontro Nacional.

Outro critério para a participação, o que valia também para o perfil das/dos educadoras/es que acompanhariam as crianças na viagem e na Oficina e faria os encaminhamentos posteriormente, foi o de estarem inseridos em atividades do Movimento, de não ser a primeira atividade que a criança e o/a educador/a participariam. Ou seja, que pudessem contribuir com a construção do encontro, desde pensar, fazer e dar direção para o

¹⁵³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IpJ_8luC0gY Acesso em: setembro de 2020.

¹⁵⁴ O estado da Bahia perdeu o voo e uma criança do estado de São Paulo só conseguiu embarcar no dia seguinte.

Encontro Nacional, para isso, ter alguma experiência com as dinâmicas de atividades do movimento.

Em relação a indicação das crianças, a circular de orientação apresentou os seguintes critérios:

[...] representatividade de gênero; vínculo e vivências nas atividades do MST; que tenha bom desenvolvimento de oratória; não tenha problemas de saúde. Para a indicação das/os educadores/as dos estados, acompanhantes das crianças na viagem, foram orientados os seguintes critérios: cada estado deve indicar um educador/militante que acompanhará as crianças e será o articulador/referência do Encontro no estado, bem como, contribuirá na coordenação geral do Encontro Nacional. (Circular de orientação – documento interno, julho de 2017).

Foi possível vivenciar a grandeza de uma atividade realizada com as crianças planejando, pensando, propondo e colocando as questões do seu tempo para a construção do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

A expectativa não era só das crianças, mas do conjunto da equipe de metodologia e dos/as educadores/es responsáveis pelas crianças. Na busca por garantir o planejamento do *fazer com* as crianças, considerando a conjuntura brasileira, a Oficina foi um espaço pequeno, que indicou para a equipe de metodologia questões fundamentais para pensar o Encontro Nacional. Desde os processos preparativos nos estados *com* as crianças, das questões da viagem, da alimentação, da saúde, das oficinas de interesses das crianças até os estados que não conseguiram garantir a participação das crianças por falta de condições financeiras ou por problemas de burocracias da viagem.

A preparação da oficina foi um processo de muito aprendizado para uma equipe que estava iniciando um trabalho pedagógico nacionalmente e se dispoñdo fazer diretamente com as crianças e educadores. Da articulação com artistas, garantindo oficinas culturais e de comunicação, na perspectiva de garantir uma metodologia que se tornasse uma referência para as crianças e educadoras/es, para o processo de mobilização e no *fazer com* as crianças nos estados.

4.1.2 Organização da Oficina Preparatória

A realização da Oficina Preparatória teve como metodologia de trabalho com as crianças, a educação popular, com a práxis que o MST utiliza para a organização de suas comunidades, desde uma relação dialógica e crítica da sociedade capitalista. Assim, foram organizados cinco Núcleos de Base – NBs, que homenageavam lutadores que fazem parte do cotidiano das crianças, e escolhidos por elas. Os nomes escolhidos, vem junto com as palavras

de ordem, criadas pelas crianças dos NBs: **Fidel Castro**, “Fidel, Fidel fez transformação, junto com Ernesto forjou revolução”; **Paulo Freire**, “Paulo Freire um grande educador. Na educação do campo seu legado ele deixou”; **Sem Terrinha do MST**, “Somos Sem Terrinha do MST, acordo todo dia pra lutar, você vai ver”; **Che Guevara**, “Somos Sem Terrinha do Brasil, lutaremos pelo Che, lutaremos todos juntos pelo MST”. Os educadores que acompanharam as crianças nas oficinas compuseram o Núcleo de Base **Mafalda**, “Mafalda, Mafalda brincar e organizar pra construir o poder popular.” (Documento interno do MST, 2017).

Os Núcleos de Base são espaços para a realização de debates coletivos, organizados desde as comunidades Sem Terra para discutir questões de interesse do assentamento ou acampamento. Na Oficina, esse espaço foi organizado levando em consideração a representação das cinco regiões do Brasil e obedecendo a equidade de gênero. Sendo tarefa do coletivo de cada um dos NBs, indicar duas crianças (uma menina e um menino) para compor a coordenação e relatoria do mesmo. Esse espaço também contou com a presença de um educador/educadora em cada NB para contribuição na mediação do processo e das atividades realizadas.

As tarefas dos NBs foram assim estabelecidas: fazer os debates indicados pela programação; coordenar os dias com muita animação e mística; organizar atividade para a noite cultural; garantir as reuniões diárias dos NBs; e contribuir com o trabalho necessário do espaço: lavar as louças do café da manhã, almoço e jantar, limpar banheiros e os espaços de uso coletivo no geral do dia a dia da Oficina. A organização e limpeza dos quartos ficaram sob responsabilidade da coletividade de cada espaço. Todas essas atividades foram realizadas com as educadoras e educadores, como processo de formação e auto-organização desde as crianças.

A seguir apresentamos os espaços e atividades que dão a dimensão do trabalho desenvolvido pelo coletivo de crianças e educadores/as, quanto à organização, dinâmicas, tensões e encaminhamentos. Abordaremos os seguintes assuntos: cozinha, saúde, programação da oficina, piscina, abertura da Oficina, lançamento da proposta e programação do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha, além do Manifesto das Crianças Sem Terrinha, destacando também a produção de arte na Oficina.

Figura 23 - Hora do almoço na Oficina Nacional da Crianças Sem Terrinha, em Brasília, 2017.



Foto: Rita Zanotto

A cozinha foi organizada com a voluntariedade das mulheres de acampamentos e assentamentos do Distrito Federal. Esse espaço foi de produção e criação de um cardápio farto. Uma questão nos levou pensar/refletir no lugar das mulheres que se dispõem em estar na cozinha das grandes atividades do Movimento, elas são fundamentais, mas são poucos os homens que se dispõem para a tarefa. A participação das mulheres nessa tarefa, não pode ser considerada como uma atividade menor. O ato de preparar os alimentos, cozinhar e alimentar, é uma arte que exige criatividade. O cheiro e sabores produzidos, uma mesa farta, colorida com diversidade, elogios garantidos das crianças e educadores. A arte da cozinha é organização e conhecimento.

Diante desse cuidado com os alimentos, da dedicação em sua preparação, da voluntariedade para a tarefa coletiva, algumas questões nos fizeram refletir e pensar na realidade das mulheres dos acampamentos. Elas estavam ali, dispostas para o trabalho e sempre sorridentes. Mas as mulheres, cozinheiras da Oficina, levaram também para a cozinha, lugar de trabalho, seus filhos e netos, crianças em idade entre 2 a 5 anos de idade.

A Oficina não estava preparada para receber crianças dessa faixa etária e não foi organizada uma Ciranda Infantil. Existiu um descompasso na organicidade, uma preocupação com a metodologia e organização das crianças de 7 a 12 anos para o Encontro Nacional e, ao mesmo tempo, de como organizar espaço para as crianças pequenas que estavam ali, aos olhos da coletividade e na cozinha? Ou seja, mesmo fazendo um exercício de adaptação em levar as crianças pequenas para o espaço das crianças maiores, não teve uma relação recíproca, nem sempre foram acolhidas por elas, pois não estavam acostumadas com o espaço e eram muito apegadas com a mãe ou avó que as trouxeram. Foi de certa forma, mais um elemento para pensar o Encontro Nacional e o lugar das crianças pequenas, no Movimentos.

A gravidez, na realidade das mulheres Sem Terra, especialmente na adolescência e juventude, tem se tornado uma questão para pensar o projeto de Reforma Agrária Popular. Pois vem direcionando os cuidados das crianças para as avós, como também, a gestação precoce na vida dessa geração. Muitas mães, quando se dispõe para as atividades de trabalho, nem sempre comunica que levarão as crianças. É um tema difícil, mas fundamental para pensar a vida das mulheres no campo e na cidade, bem como, das crianças.

A dimensão da saúde foi outra questão para nossa reflexão. Mesmo com a orientação de que as crianças não deveriam ter problemas de saúde para a viagem, tivemos uma criança com problemas sérios. Foi um momento tenso, tanto para a coordenação quanto para a criança, que queria continuar na Oficina e não ser internada. O Setor de Saúde esteve presente, dando todo o suporte necessário e, finalmente, não foi preciso interná-la. Esse fato reafirma a importância em pensar a totalidade nos processos formativos, sendo que a organização de uma atividade com crianças em preparação ao Encontro Nacional, que seria muito maior, era apenas um experimento. Foi um alerta e, ao mesmo tempo, problematizador da participação da criança com problemas de saúde crônicos. Cabe pensar, nas crianças com deficiência, se ao limitar a participação, sem reflexão e aprofundamento, não seria também uma forma de exclusão?

A programação da Oficina teve três momentos de atividades. Nas manhãs foram realizadas plenárias com debates sobre a organicidade, estudo da Revista Sem Terrinha, planejamento do Encontro Nacional, construção do manifesto e socialização das produções da Oficina. As tardes estiveram organizadas com cinco oficinas culturais: artes, jogos teatrais, palhaçaria, comunicação popular e expressão corporal, e as noites foram direcionadas para atividades culturais – atividades livres (brincadeiras, cantigas, filmes...) e a noite cultural infantil – espaço organizado pelas crianças, com brincadeiras e compartilhamento da cultura de cada região, desde as comidas típicas, danças, cantigas, numa integração e socialização entre o saber das crianças e dos adultos.

O espaço utilizado para a Oficina, que conjugava o alojamento, foi um lugar muito tranquilo, com muitas possibilidades para o trabalho com as crianças, mas no caminho para os quartos, tinha uma piscina, que se constituiu no lugar mais desejado pelas crianças.

Figura 24 - Intervalo do almoço, brincando na piscina, na Oficina preparatória. Foto: Rita Zanotto Local Brasília, 2017.



Foi preciso organizar um espaço de debate e elaborar combinados coletivos para garantir os horários das atividades, bem como a segurança das crianças. Nesses combinados coletivos, ficou definido que para a entrada na piscina era necessário ter a presença de adultos, não podia jogar os/as colegas na piscina e só entrar na água nos horários de intervalos... Esse espaço deu muito o que falar durante a atividade.

A Oficina teve sua abertura no CIMI com a mística e entrega das mochilas com os materiais da atividade, camisetas e bonés do MST. Foi apresentada, pela coordenação geral, a proposta da programação, objetivo da oficina e organicidade. No período da tarde, foi organizado um passeio por Brasília com piquenique, para conhecer os principais espaços turísticos. No passeio, atentas à crise estrutural e conjuntural brasileira, as crianças, sujeitos de seu tempo, puxaram a palavra de ordem mais difundida naquele período: “*Fora Temer!*”¹⁵⁵

Figura 25 - Crianças Sem Terrinha visitando a Praça dos Três Poderes em Brasília, 2017.



Foto: Arquivo pessoal.

¹⁵⁵ Governo interino, pós golpe parlamentar, jurídico e midiático no Brasil contra a então presidente Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016.

Foi bonito ver as crianças curiosas para conhecer os espaços turísticos e o local onde estava previsto a realização do 1º Encontro, no Parque da Cidade. Ao mesmo tempo, com o pouco tempo que restava, corriam para comprar uma lembrança de Brasília (chaveiros ou ímãs de geladeira) para o irmão, irmã, amigos/as e mães que ficaram em suas comunidades.

O lançamento oficial do I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha ocorreu no Sindicato dos Professores de Brasília – SINPRO, com a coordenação do ato e a mística feitas pelas crianças, deixando registrado que o Encontro Nacional seria um espaço organizado com as mesmas. Tiveram falas das crianças e de representantes de diferentes entidades políticas nacionais, reafirmando a importância das Crianças Sem Terrinha na construção do Encontro Nacional. Sem perder a dimensão conjuntural do golpe, a Oficina foi um momento de festa, cantoria, brincadeiras e muitas palavras de ordem.

Os processos organizativos que foram ocorrendo na Oficina, tinham como objetivo garantir um debate com as crianças, dando centralidade nas principais ideias delas para a construção do Encontro, que foi se constituindo desde a *programação geral*, do *manifesto* e da *arte* para as produções dos materiais pedagógicos.

Na compreensão de que a educação não pode ter somente uma relação formal com a vida, mas sim essencial, as crianças da classe trabalhadora compõe, no “seu lugar de luta” cotidiana, formas de lutar e sobreviver. No caso das crianças Sem Terrinha, elas vivenciam as possibilidades da “formação de uma concepção de mundo”, são forjadas para contribuir com as “mudanças sociais” e são essas perspectivas que anunciam um tempo, que o fazer com as crianças precisam ser consideradas no enfrentamento da pedagogia da capital (MÈSZÁROS, 2005, p. 10-51).

O primeiro tema discutido com as crianças foi a **programação geral** do Encontro Nacional. A motivação para a discussão foi a leitura do texto das crianças Sem Terrinha do estado do Pará, organizado na Revista das Crianças Sem Terrinha, que apresenta um diálogo entre elas, trazendo a importância dessa construção na formação da infância Sem Terra. Nos Núcleos de Base, o desafio foi garantir uma proposta para todos os momentos da programação, desde os temas, as sugestões de oficinas e as atividades culturais. Assim, foram propostos para a programação do 1º Encontro Nacional os seguintes pontos:

Temas:

- Produção de alimentação saudável
- Agroecologia
- História do MST (do início até agora) – conflitos

- Identidade Sem Terrinha
- Violência
- Drogas
- Meio Ambiente
- Educação do Campo
- Agrotóxico
- História dos Sem Terrinha
- Revolução Cubana

Para as oficinas:

- Batucada
- Palhaço
- Pintura – painel
- Músicas – Banda de Lata
- Confecção de brinquedos recicláveis
- Artes
- Dança
- Teatro e Pintura de rosto
- Confecção de artesanatos em madeira e materiais recicláveis
- Brincadeiras de roda
- Grafite
- Fotografia
- Diversas

Atividades culturais:

- Cantoria – cantores
- Jornada Socialista
- Teatro
- Apresentações por regiões
- Sarau de poesia
- Apresentação da identidade Sem Terrinha
- Noite cultural com comidas típicas de todas as regiões
- Brincadeiras das regiões
- Filme

Diversão:

- Brincadeiras esportivas: futebol, queimada, vôlei, pique bandeira e outros jogos
- Passeio/tour para conhecer Brasília

Luta:

- Ministério da Educação – pauta: melhorias da educação
- Marcha pela cidade/Brasília gritando “Fora Temer”
- Preparação para a luta – cartazes, gritos, músicas

Místicas:

- Distribuição por regiões

Observações da plenária das crianças:

- Todas as crianças devem trazer kit militante;
- Não ao refrigerante nos Encontros das Crianças Sem Terrinha;
- Discutir sobre o *impeachment*: injustiça com Dilma e Temer é corrupto

Construir a programação com as crianças, refletindo nas possibilidades, na conjuntura e geografia do país, foram momentos de afloramento de muitas ideias. As crianças sabem o que elas querem, debatem, questionam e propõem. O que a programação apresenta são as referências do que as crianças vivem nos assentamentos e acampamentos do MST. As atividades organizativas da Ciranda Infantil e das Mobilizações Infantis, propiciam essa formação para as crianças.

Para a construção inicial do **manifesto** e a discussão com as crianças, foram apresentados como referência vários tipos de manifestos: os manifestos do Movimento Indígena, do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres. Essas referências apresentaram uma dimensão para que elas compreendessem como se daria o formato de um manifesto de movimentos sociais, no caso, na perspectiva das crianças em defesa da reforma agrária.

Também foi apresentada a ideia de manifestação. E para exemplificar como se dá uma manifestação, o educador mediador criou um fato e fez referência a outra educadora da coordenação, dizendo que ela tinha *proibido* a entrada das crianças na piscina. Gerou uma revolta imediata nas crianças. Com a confusão dada, elas tiveram que trazer seus pontos de vista, argumentos e contrapor a decisão. A partir daí, foi proposto um momento para o diálogo e negociações para saberem o porquê dessa proibição e quais argumentos deveriam construir para serem apresentados para a coletividade.

Foi um momento auge da Oficina, pois as crianças queriam entrar na piscina, mas não estavam cumprindo com os combinados. Elas tiveram que se organizar e apresentar uma proposta de como seria a organização para os momentos de piscina. O fato foi criado e as questões foram trazidas para a coletividade. Essa foi uma das dimensões de organização do Núcleo de Base: cuidar das ações da coletividade, resolver os problemas do cotidiano e refletir sobre as ações individuais em função do bem comum.

Após todo esse processo, a primeira versão do Manifesto foi elaborada nos Núcleos de Base e socializado na plenária da Oficina. A síntese do texto inicial foi para os estados, com o intuito de seguir na construção das Jornadas das Crianças, em encontros estaduais e regionais.

4.1.3 Manifesto das Crianças Sem Terrinha

Quem somos

Somos Sem Terrinha do MST! Somos crianças, filhas de Sem Terra que moram no campo, em assentamentos e acampamentos do MST. Somos crianças que ocupam a terra para ter um pedaço de chão, para ter renda e lutar por igualdade.

Participamos das atividades, lutas e reuniões e estudamos no campo. Ajudamos nossa família na roça e a cuidar dos animais. Também gostamos de comer os alimentos que plantamos e é muito bom dormir na roça.

Ser Sem Terrinha é muito legal! Brincamos na Ciranda, tomamos banho de rio, soltamos pipa.

Somos crianças e lutamos pelo Fora Temer e contra os corruptos do Brasil.

O que queremos

Nós queremos denunciar o desmatamento da Amazônia, a desigualdade no país e os golpes que estão acontecendo. O Brasil é rico de natureza. A Amazônia é a maior floresta do mundo e está sendo desmatada. O Temer está querendo vender a Amazônia. Se ele vender, o que vai acontecer com a gente? O mundo precisa ser melhor, por exemplo, na educação, saúde, na alimentação saudável e de qualidade.

Queremos nossos direitos e liberdade. Ter mais escolas em assentamentos e acampamentos, postos de saúde e diversão.

Queremos alimentação saudável nas escolas do campo, com lanches de qualidade.

Queremos ter os direitos iguais, com Reforma Agrária e Poder Popular.

Queremos produzir alimento gostoso, sem agrotóxico. Produzir banana e feijão. Ainda não fizeram a Reforma Agrária do jeito que precisa, mas nós vamos fazer! Reforma Agrária é dividir a terra, ter educação, saúde e alimentação saudável.

Temos que construir um Brasil igual Cuba, que é socialista.

Por que lutamos

Porque nossos direitos não estão sendo cumpridos, nossas estradas são ruins; o transporte quebrado que entra poeira; falta material nas escolas. E por isso temos que fazer mais ocupações.

Lutamos por terra, Reforma Agrária Popular, para cultivar alimentos saudáveis. Lutamos por escola e educação para todas e todos; moradia digna; uma vida melhor no campo; por cooperativas; acesso à luz; posto de saúde; transporte escolar; mercado com produção do assentamento. *Lutamos para ser feliz!*

Lutamos contra os preconceitos e o desrespeito contra a classe trabalhadora.

Lutamos para construir uma nova vida. Lutamos por justiça!

Lutamos pela preservação do meio ambiente. E vamos preservar as reservas dos nossos assentamentos.

Lutamos pelo Socialismo! (Documento interno, 2017 – Grifos nossos).

O Manifesto foi um exercício elaborado entre educadores e crianças, aprofundando o conhecimento das crianças sobre suas realidades e propondo alternativas para um mundo melhor, enfatizando a ideia de que “lutamos para ser feliz”. A dimensão da luta e seu significado está na relação com a terra e com a vida. Do direito à dignidade, a “ser feliz”.

A produção da **arte** com as crianças foi trabalhada na seguinte metodologia: num primeiro momento foi feito em plenária uma conversa coletiva, apontando os principais elementos que deveriam compor a arte e iniciando com as observações dos desenhos da mochila e do cartaz de lançamento do Encontro. Na sequência, se inicia a produção individual.

Foi um processo que exigiu um momento de concentração, criação, trazendo os elementos apontados no debate coletivo realizado em plenária, para a produção individual. No final do exercício, num segundo momento em plenária, cada criança apresentou seu desenho e expôs o significado dessa produção para a arte coletiva.

4.1.4 Produção da Arte

Figura 26 – Oficina Nacional. Produção da arte para o Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha em Brasília, 2017. Produção individual



Foto: Rita Zanotto

Figura 27 - Foto: Produção da arte individual na Oficina Nacional em Brasília, 2017.



Foto: Rita Zanotto

No momento seguinte, o trabalho se desenvolveu nos Núcleos de Base, com a proposta de versão final das crianças a ser apresentada para a Frente de Artes Plásticas Cândido Portinari, do Setor de Cultura do MST, responsável por produzir a arte final.

Figura 28 – Arte dos núcleos de base na Oficina Nacional



Foto: Matheus Alves

A Oficina chegou ao fim em meio a muita emoção, amizades, compromissos coletivos e saudades. Foi um espaço que proporcionou a construção da possível participação das crianças, desde o seu lugar na luta popular, no Movimento, da relação com a solidariedade e o compromisso com a construção do projeto de sociedade, onde as crianças já são parte construtora.

Não basta dizer que é necessário fazer atividades com crianças, é necessário também criar as condições objetivas. Os grandes eventos governamentais ou das agências de controle

internacional com crianças, geralmente têm projetos com financiamento, têm estrutura que dá conta de acolher o evento e técnicos instruídos para tal atividade. Mas mesmo com toda a infraestrutura para esses grandes eventos, não dá resposta, como já mencionado no capítulo 1, para as questões das violências na América latina, assim como não resolve as questões referente a fome e os problemas agrários do Brasil.

O processo que apresentamos até aqui não conta com apoio financeiro das grandes agências internacionais que debatem e pesquisam sobre a infância. Esse processo, construído historicamente, tem sua raiz na luta popular, na solidariedade entre os povos e nas articulações políticas do MST que, nas condições de movimento popular, realiza a Oficina Preparatória do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

Desde a luta social, o processo em construção é considerado na formação sociopolítico da infância Sem Terra. Pois, certamente, a Oficina foi o espaço que mais nos deu possibilidade para a realização do 1º Encontro Nacional *com* a participação das crianças.

Nossa despedida já tinha vontade de estar mais perto, mais próximos para observar como que as crianças que estavam voltando para suas casas dariam continuidade a cada compromisso assumido. A partir desse processo construído, viria então, os próximos passos para realizar o 1º Encontro Nacional, no mês de maio de 2018.

Seguimos nos despedindo no aeroporto com os estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Ainda ali, seguiam em muita interação entre elas e educadores/as, como também com o próprio espaço e suas novidades. Por exemplo, brincando nas cadeiras de massagens...

Figura 29 - Crianças Sem Terrinha no aeroporto de Brasília - Foto: Arquivo pessoal



4.1.4.1 Mobilizações nos estados

A preparação para o 1º Encontro Nacional considerou a organização das crianças nos seus assentamentos ou acampamentos, mobilizando a comunidade, que proporciona para as crianças espaço como a escola, a área comunitária para o encontro que projeta brincadeiras, filmes, cantigas e oficinas. As oficinas culturais permitem uma maior concentração nas atividades, criação de uma produção das crianças e estímulo para que elas possam se desenvolver e ter mais atuação em suas comunidades.

As conversas em torno da realidade do assentamento e acampamento trazem os mais diversos relatos das crianças Sem Terrinha, como também as propostas de espaços estruturais e culturais que gostariam que tivesse no lugar de vivência.

As crianças Sem Terra brincam e fazem muitas artes juntas. Gostam de cantar e animar os espaços delas e dos adultos, principalmente com as palavras de ordem. Uma das canções do CD Plantando Cirandas 3, virou hino. O *funk* “Cantando com Sem Terrinha”, criado pelas crianças do MST no estado do Rio de Janeiro, ganhou expressão nacional e foi popularizado entre as crianças de tal forma, que nos encontros estaduais elas já sabiam de cor.

Sou Sem Terrinha do MST, acordo todo dia para lutar, você vai ver! / Por terra, por escola, saúde e educação, desse meu direito eu não abro mão. / Ser criança é ser feliz / Pra ser feliz tem que brincar / Pra brincar tem que sorrir / Para sorrir tem que lutar! (MST, 2014, p. 14).

Os espaços das crianças Sem Terra se fortalecem e a expectativa para o 1º Encontro Nacional não é só das crianças, mas também do conjunto do Movimento, que se permitiu mobilizar em outubro e novembro de 2017, envolvendo uma média de 11 mil crianças em todo o Brasil. Com a motivação dos Encontros Estaduais da Crianças Sem Terrinha no mesmo ano, os manifestos organizados com as crianças para serem entregues nas prefeituras, governos de estado, bem como ser incorporado ao Manifesto do 1º Encontro Nacional destacaram-se, conforme trechos que nos apresentaremos a seguir:

Figura 30 - XIII Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha de Pernambuco. Carta entregue ao Reitor da UFPE no dia 10 de outubro de 2017. Foto: Arquivo MST/PE.



Nós somos os **Sem Terrinha pernambucanos** [...] escrevemos essa carta para o professor Anísio Brasileiro, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, para que ele não cometa um erro com 5 jovens que lutando pelos seus direitos ocuparam a sua escola, assim como nós ocupamos a terra. Sabemos que é somente lutando que escutam a gente e a gente consegue saúde, educação, biblioteca, lanche, casa e brincadeiras. Ficamos Tristes e indignados com essas pessoas que tirar o direito desses jovens de estudar. Nos contaram que Rosa Karina, que um dia já foi Sem Terrinha como a gente, e é filha de assentado do assentamento Normandia é uma dessa jovens que pode perder a universidade porque resolveu lutar por ela...

Somos Sem Terrinha do MST da **Paraíba**! Lutamos porque nossos direitos não estão sendo cumprido. As estradas são ruins, os ônibus quebram muito e entra muita poeira. Lutamos porque falta material na escola, falta professor, transporte novo e melhor. E falta até alimentação em alguma escola. Também lutamos para melhorar a explicação de alguns professores. Lutamos por moradia digna, por uma vida melhor, para ter posto de saúde, mercado que vendam o que produz no assentamento.

Figura 31 - Encontro das Crianças Sem Terrinha na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2017. Foto: Mandato do Deputados Estadual Flavio Serafini.



Somos Sem Terrinha do estado do Rio de Janeiro, lutamos para melhorar a infraestrutura das escolas dos assentamentos e acampamentos garantindo água, construção de quadras, aumentar o pátio, construir refeitório, melhorar a alimentação das escolas com a produção da reforma agrária. Lutamos por ônibus novos, com ar condicionado para levar nas escolas. Lutamos para que nas nossas escolas tenham aulas de música, de dança, de teatro, atividades de desenvolvimento e expressão corporal, de práticas esportivas, porque não queremos ficar só sentados nas salas de aulas! [...] Para que nos nossos assentamentos tenham Cinema. Pela obtenção da iluminação pública, internet e sinal de celular.

Figura 32 - Visita das crianças Sem Terrinha no Incra de Belén/PA. Foto: Arquivo do MST/PA



Somos as crianças Sem Terrinha e moramos no estado de **São Paulo**. Não queremos ter que acordar muito cedo para estudar na escola da cidade. Queremos poder escolher se vamos estudar de manhã ou a tarde. As escolas da cidade são muito longe e o transporte muito ruim. Quando chove, não conseguimos chegar nas escolas. Os professores faltam muito, porque é longe. Queremos que as pessoas que trabalham nas escolas do campo sejam do assentamento. Queremos que as crianças participem das decisões nas escolas. Não queremos diferença entre quem mora no campo e quem mora na cidade. Não queremos preconceito por a gente ser Sem Terrinha e morar no assentamento e acampamento.

Figura 33 - Encontro regional sudeste das Crianças Sem Terrinha, estado de São Paulo. Arquivo MST/SP



Nos Sem Terrinha do Estado do **Pará**. Estamos reunidos para denunciar o abandono da Reforma popular e protestar contra o fechamento de Escolas do campo, assim como reivindicar nosso próprio espaço no MST, construindo a organização e auto-organização e participação dos Sem Terrinha e o fortalecimento da identidade Sem Terrinha em nossa organização.

As mobilizações infantis Sem Terrinha, organizam as crianças e como fazem parte do calendário de lutas do MST, no mês de outubro de 2017 as ações para e com as crianças, estiveram em função da preparação do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. O processo seguiu com as mobilizações das famílias Sem Terra, dos educadores envolvidos, das direções nos estados, setores do Movimento e da sociedade. As articulações foram desde providenciar ônibus para a viagem, alimentação para 1.500 crianças e adultos, fazer o debate com as crianças sobre a programação, as místicas, o manifesto, a campanha de livros de literaturas etc., até os materiais preparados carinhosamente para as crianças Sem Terrinha.

4.2 Realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha... mas no caminho teve uma greve dos caminhoneiros

Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar Por Reforma Agrária Popular!

Para todos os envolvidos na organização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, a sensação se resumia numa expressão: TUDO PRONTO! O material pedagógico chegando da gráfica, ornamentação sendo preparada, alimentação garantida pelo MST nos estados, estrutura montada no Parque da Cidade, em Brasília, a equipe de coordenação geral já na capital do país, e alguns estados com as crianças nos ônibus, a caminho, outros, que estavam mais próximos, esperando ansiosos o dia para seguir viagem. Clima de animação, mas também de tensão!

O Encontro, previsto para os dias 28 a 31 de maio de 2018, estava com os preparativos e espaço garantidos, mas a coordenação geral do MST se preocupava com a greve dos caminhoneiros¹⁵⁶, que ocorreu entre os dias 21 e 30 de maio de 2018. Uma greve deflagrada em meio uma conjuntura de golpe, não tendo um prazo determinado para sua mobilização, podendo se estender por muitos e muitos dias, num ambiente de muita tensão.

Diante desse cenário, foi muito difícil a tomada de decisão sobre manter ou não o encontro. Deslocar mais de mil crianças pelas estradas brasileiras no meio de uma greve nacional era correr o risco de deixá-las sem comida e combustível em plena viagem, além dos riscos de conflitos, até mesmo físicos, já que os ânimos dos envolvidos se mostravam bastante exaltados. Quem poderia tomar essa decisão? Que encaminhamentos dar? Os olhares da coordenação geral do Encontro eram de tensão, preocupação, tristeza... Os dias foram se aproximando e a decisão tinha que ser tomada, pois já havia ônibus a caminho. A direção do MST se reuniu e depois de muitas reflexões, tomou a decisão de adiar o Encontro para mais uns meses, considerando que era uma atividade com crianças, que a conjuntura brasileira não estava nada tranquila, portanto, essa era a decisão mais prudente naquele momento.

Foram muitas as reflexões para tomar a decisão mais acertada no sentido de, em primeiro lugar, priorizar a segurança e bem-estar das crianças quanto às condições de viagem. Afinal, a responsabilidade política pela realização do encontro não era das crianças e sim do movimento popular. Outro elemento objetivo foi o fato de levar em conta que, embora fosse uma greve de uma categoria de trabalhadores, com uma pauta considerada popular, estavam apoiados pelo empresariado e por ruralistas. Esse movimento de caminhoneiros não foi construído em diálogo com outros movimentos sindicais e populares, como o MST, por exemplo.

Com a decisão de adiar o Encontro, o mais difícil foi informar para as crianças, especialmente para aquelas que já se encontravam na estrada e teriam que voltar para casa com todo seu kit Sem Terrinha organizado (mochila, colchonete, barracas etc.), bem como os lanches preparados para o percurso de viagem. Algumas crianças tentaram convencer a coordenação de seu ônibus, propondo fazer articulação com os caminhoneiros para que os ônibus das crianças Sem Terrinha pudessem passar. Tanto para as crianças, quanto para o conjunto da direção do Movimento, foi muito triste ter que decidir pelo adiamento, mas o momento não apontava outro caminho.

¹⁵⁶ A greve dos caminhoneiros ocorreu em maio de 2018, parou o Brasil e teve apoio do agronegócio. Com a pauta política sobre o aumento dos preços de combustível, caminhoneiros protestaram em todo o Brasil gerando desabastecimento, exatamente num período marcado por golpes, da gestão de um governo interino comprometido com o empresariado e num período eleitoral jamais visto no Brasil, onde o governo ultraconservador de Jair Bolsonaro apoiava a greve dos caminhoneiros. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55805368> Acesso em: fevereiro de 2021.

A nova data, após consultar o Parque da Cidade, ficou agendada para os dias 23 a 26 de julho de 2018. Aquele momento exigia uma rearticulação geral, inclusive internamente, pois a alimentação agroecológica, vinda de assentamentos e acampamentos para o Encontro Nacional, foi doada para acampamentos no Distrito Federal. Foi preciso retomar todas as articulações.

Mesmo com a nova data, foi necessária uma avaliação geral do momento, feito pela direção dos estados para garantir a rearticulação com as crianças e os adultos (educadores e familiares), além da rearticulação com o transporte, alimentação e a renovação das autorizações de viagem das crianças junto à Vara da Infância e Juventude de cada região, a qual deve ser solicitada pelos responsáveis legais.

Nesse período, ocorreu a reunião da Direção Nacional, que mesmo considerando a conjuntura complicada, reafirmou a importância de realizar o 1º Encontro Nacional das Crianças. Assim, as articulações para garantir a infraestrutura e o projeto pedagógico do Encontro, considerou a mesma forma que estava sendo organizado anteriormente e os processos de mobilização nacional, estaduais e regionais.

Importante destacar que também nesse período, além do Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, que era o primeiro com esse caráter, o MST realizou mais três grandes atividades políticas – a 3ª Feira Nacional da Reforma Agrária, de 3 a 6 de maio, no Parque da Água Branca, na cidade de São Paulo, o Acampamento Nacional da Juventude Sem Terra, em Goiânia, entre os dias 7 a 9 de agosto e a Marcha Nacional Lula Livre, dos dias 10 a 15 de agosto, em Brasília.

4.2.1 1º Encontro Nacional: uma grande festa das crianças da reforma agrária popular!

“Sem Terrinha em Movimento:
brincar, sorrir e lutar
por Reforma Agrária Popular”.

Figura 34 –Banner do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, 2018.



O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha mobilizou 1200 crianças e 300 educadoras/es vinculados aos assentamentos e acampamentos de reforma agrária no Brasil, bem como representações de crianças de outros movimentos e organizações sociais, como o Movimento Nacional Campesino Indígena – MNCI, da Argentina, o Centro da Criança e do Adolescente – CEDECA, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, e articulações de crianças que enviaram saudações de outros países como Zâmbia e Cuba. O Encontro foi realizado em articulação com as Aldeias Infantis – Brasil.

O tema do Encontro “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar por Reforma Agrária Popular”, inspirado na canção “Cantando com Sem Terrinha” do CD Plantando Cirandas 3, foi traduzido para a canção do Encontro, de composição de Marcos Monteiro, com o título “Sem Terrinha em Movimento”.

As crianças se deslocaram de seus estados para Brasília, assim como ilustra o mapa das localidades em que o MST está organizado e de onde vieram estas. Apenas dois estados, Roraima e Sergipe, que têm a presença do MST, não tiveram crianças representantes, por questões financeiras.

Figura 35 – Mapa do Caderno de Programação do 1º Encontro Nacional, 2018, p. 11



O Parque da Cidade Sarah Kubitschek é um espaço administrado pelo Governo do Distrito Federal para a realização de grandes eventos. O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha se utilizou de metade da estrutura física para sua efetivação. Aos poucos, esse espaço gigante foi se modificando, ganhando cor, movimento, sons, cheiros... e para fazer com que tivesse mais vida foi preciso muita criatividade com tecidos, balões, banners, plantas e um projeto de ornamentação.

O início do Encontro, previsto para a tarde do dia 23, contou com a antecipação da delegação do Distrito Federal para o dia 22 de julho, e mais à noite, chegou também o estado de Rondônia. A noite toda foi um movimento só, de crianças chegando para o tão

esperando Encontro Nacional. Eram meninos e meninas correndo para todo lado, perguntando como seria o Encontro, querendo saber de tudo.

A organização interna do 1º Encontro contou com a estrutura de duas coordenações e uma equipe de realização de tarefas fundamentais para o bom funcionamento do proposto. A seguir, descrevemos brevemente a composição e finalidade de cada uma.

- a) *Coordenação Geral*: composta por integrantes da Direção Nacional (um representante de cada estado, mais setores) e educadores responsáveis pelas equipes de trabalho. Essa coordenação teve como responsabilidade as decisões políticas referentes ao encontro, desde o passeio, a alimentação e água, a imprensa, saúde, banheiros, entre outras questões relacionadas à política geral e infraestrutura. A coordenação organizou suas reuniões nos horários de intervalos ou nos momentos das oficinas.
- b) *Coordenação Nacional das Crianças*: a composição foi de dois representantes de cada estado (uma menina e um menino), mais equipe de trabalho da metodologia, que no geral, participavam dois membros da equipe. A Coordenação das Crianças tinha as seguintes funções: fazer a avaliação diária da programação geral do Encontro, bem como da infraestrutura; replanejar as atividades da programação do dia seguinte; coordenar as plenárias das manhãs e das noites; levar os pontos de debate levantados pela coordenação para as assembleias de cada estado na manhã do dia seguinte.
- c) *Equipes do Encontro*: essas se dividiam pelos temas/tarefas, como metodologia, ornamentação, cozinha, saúde, segurança, comunicação, cultura, Ciranda Infantil, secretaria e direito humanos; sendo responsáveis por garantir o planejamento que fora definido pela Coordenação Geral do Encontro.

Quanto à organização física e seu funcionamento, foram constituídos vários espaços pedagógicos.

No centro do grande acampamento infantil, se localizava o **Palco de Rosa**,¹⁵⁷ um ambiente que garantiu as atividades culturais nos intervalos das refeições e noites culturais; A **Plenária Geral**, foi onde se realizou a abertura e as plenárias das manhãs.

A **Cozinha**, lugar de cheiro bom, muita animação, filas gigantescas e de uma equipe de cozinheiras e cozinheiros que trabalhavam muito. E que mesmo com o cansaço dos dias

157 Rosa é uma personagem da literatura infantil do Livros Estória de Rosa do MST.

intensos, quando as refeições estavam prontas, saiam em cortejo cantando uma canção para convidar as crianças para as refeições.

Do lado da cozinha estava a tenda da **Saúde**, lugar de cuidados com as crianças e educadores. Uma equipe que garantiu boa orientação antes, durante e na volta para os estados. E o mais importante é que foi um Encontro sem registro de ocorrência de problemas de saúde.

A **Secretaria Geral**, foi um espaço de muito movimento. A equipe garantiu toda a montagem do material pedagógico (mochila, livros de literaturas, caderno do Encontro, entre outros), cada criança teve direito a dois livros de literatura infantil e outros materiais, distribuídos nos estados posteriormente ao encontro.

O espaço da **Comunicação** era diferente dos demais. Cheio de computadores, câmeras fotográficas, filmadoras, gravadores, entre outros. A equipe se organizou em sete Frentes de Trabalho: Audiovisual, Produção de Conteúdo, Assessoria de Imprensa, Fotografia, Rádio, Redes e Tecnologia da Informação (responsável pelo pleno funcionamento da estrutura de internet, por exemplo). Em todos os espaços, a Comunicação contou com a presença das crianças, desde pensar a programação até a execução das tarefas.

O espaço da **Memória** funcionou de modo itinerante. A equipe, para além de organizar a produção da memória dos diferentes espaços do Encontro em si, distribuiu um caderno para cada estado, com a proposta de as próprias crianças produzirem os registros, as quais se organizaram para fazê-lo diariamente.

Com a realização das mais de 50 **Oficinas**, organizadas em grandes tendas espalhadas pelo espaço, a partir de uma diversidade de temáticas, as tardes do acampamento infantil se desenvolveram com muita arte, cultura, e euforia das crianças para escolher em qual oficina participar. Foi muito desafiante para a equipe organizar os/as artistas e crianças.

O **Alojamento** foi um lugar de intenso movimento e festas durante as noites. Suas divisórias, demarcadas com as mochilas das crianças e educadores, facilitaram a possibilidade de muitas amizades. Como em Brasília, nessa época do ano, as noites são frias, nada melhor do que estarem bem juntinhas/os, se aquecendo e dando apoio aos que eram de regiões mais quentes do país e não dispunham de cobertas adequadas para aquele clima. Foi garantido colocar um tapete nesse espaço para aquecer o piso e as crianças não adoecerem.

Como já relatado sobre a **Oficina Preparatória**, etapa de organização desse Encontro realizada no ano anterior, referente as mulheres que participaram das atividades da Cozinha e levaram seus filhos e netos com idades inferiores a 7 anos, foi organizado no encontro, o espaço da **Ciranda Infantil Paulo Freire** para as crianças de 0 a 6 anos. A equipe, que tinha se preparado para receber 30 crianças, teve um total de 52 crianças nessa faixa etária, o que

exigiu replanejamento, tanto da organização como da exploração ao máximo do espaço do Encontro Nacional.

Como em todas as atividades do MST há o espaço de **Segurança**, certamente com o Encontro das Crianças não seria diferente. Já no portão de entrada era possível ver esse espaço, com uma equipe formada por mais de 50 Sem Terra, que trabalharam 24 horas por dia, garantindo a identificação de todas as pessoas que passaram pelo Encontro.

Ainda em relação à organização espacial, mais quatro espaços pedagógicos foram criados no acampamento infantil: o espaço *Mafalda*, com foco nas artes; o *Kiriku*, de cinema; o *Carrapicho*, de literatura; e o *Saci*, sobre agrofloresta. Tais espaços foram organizados para que as crianças pudessem vivenciar e expressar sua criatividade, ampliarem conhecimentos e interagirem com outras crianças durante os intervalos do encontro, podendo circular livremente entre estes.

Espaço pedagógico das Artes Mafalda

O Espaço Mafalda foi pensado para que as crianças pudessem explorar a criação no campo das artes plásticas – com atividades de desenhos, pinturas, costura, colagem, construção de brinquedos etc. A sala foi organizada com mesas, cadeiras e materiais pedagógicos para a criação das crianças.

Espaço pedagógico Cinema da Terra Kiriku

O Cinema da Terra *Kiriku* teve por objetivo ampliar o repertório das crianças através de outras histórias infantis, outras realidades apresentadas em documentários e temas que fazem parte da realidade das crianças, mas que nem sempre são debatidos no seu cotidiano.

Espaço pedagógico Literário Carrapicho

O Espaço Literário Carrapicho, com o objetivo de estimular o gosto pela leitura, disponibilizou uma variedade de gêneros textuais adquiridos no processo da Campanha de Arrecadação de Livros de Literatura para o Encontro. Foi um ambiente que proporcionou debates sobre temas, conversas e lançamentos de livros de literatura infantoil-juvenil.

Espaço pedagógico Agrofloresta do Saci

Este espaço tinha como objetivo criar um ambiente de diálogo com a produção sem veneno, a importância de reflorestar as matas, os assentamentos e as áreas de nascentes. Trazia como foco o compromisso com a natureza e com a produção saudável; a importância

do projeto de Reforma Agrária Popular na defesa da agroecologia, das sementes crioulas e da agrofloresta. O espaço foi organizado para receber sementes que as crianças trouxeram de suas comunidades com o objetivo de trocá-las durante o Encontro.

Fora os espaços e atividades planejados, no grande acampamento infantil não teve espaços *vazios*. As crianças também atribuem outros significados aos espaços de modo a atender seus interesses, assim, os corredores tornaram-se verdadeiros campos de futebol nas horas vagas ou de brincadeiras diversas que envolviam as crianças nesse grande encontro de culturas. Elas aproveitaram tudo e nem queriam dormir!

Importante fazer referência à organização dos espaços e o que eles representam na dinâmica da formação das crianças, pois um dos objetivos foi garantir uma programação que ampliasse o repertório das crianças, para que elas tivessem como referências outras possibilidades de organização em suas comunidades. De modo a envolver as crianças que não estavam presentes nesse 1º Encontro, e juntas, pautarem e discutirem, também com os adultos, propostas organizativas para vivenciarem experiências integradas ao Movimento.

O amanhecer no Parque da Cidade, um Encontro em movimento

Aqui trazemos o registro das atividades realizadas, de acordo com a programação planejada, e apresentamos o Manifesto produzido e divulgado ao final do Encontro. Nosso registro conta ainda com fragmentos das falas de crianças que participaram do Encontro Nacional, onde expressam suas avaliações e reflexões sobre a experiência vivida na atividade. Essas falas foram produzidas em diálogo com a pesquisadora no ano de 2020, com o objetivo de ouvir o que as crianças tinham a dizer sobre o vivido, mas também como o encontro repercutiu no dia a dia delas, após o retorno à sua comunidade.

O amanhecer no Parque da Cidade era muito cedo. O sol nem tinha se apresentado, a Rádio Sem Terrinha nem tinha dado o bom dia às 6 horas, mas já se ouvia o movimento das crianças. Era tanta euforia que dava a impressão que elas nem tinham dormido à noite.

Sem muito a gente perceber, logo já estava formada a fila do café da manhã. A alimentação foi umas das reivindicações dos estados, da garantia de ter a diversidade cultural do Brasil. Já no final do café da manhã, os estados se organizavam para a realização das assembleias, onde as coordenações das crianças junto com os educadores, faziam a avaliação e apresentavam os pontos discutidos na reunião anterior. Era o momento de discutir a organização do encontro, avaliar e propor.

O primeiro dia do Encontro Nacional, que começou com um pouco de atraso, foi um espaço que marcou a presença de autoridades defensoras da infância no Brasil e outras

referências, como os embaixadores da Palestina e da Venezuela, que estiveram presentes no ato. A linda música foi apresentada pelas crianças do estado de Pernambuco e a coordenação estava sob responsabilidade da Júlia, do Ceará, e Cauê, do Rio Grande do Sul.

Figura 36 – Equipe de animação durante o 1º Encontro. Foto: Maison Bertoncello SINPRI/DF



Da fala política das crianças na abertura¹⁵⁸, Sara, do Espírito Santo, e Pedro, de Minas Gerais, trouxeram a importância da realização do encontro e da luta das crianças, se reafirmando como sujeitos políticos na luta pela terra e no MST.

Para Sara,

Esse encontro é um dos espaços criados pelo Movimento para acontecer nossa formação e educação, estou muito feliz de estar aqui e poder lutar por nossos direitos, mas também brincar, conhecer outros colegas do Brasil inteiro e ver como somos fortes juntos. Esperamos que esse encontro acenda uma chama que nos impulse a seguirmos lutando contra todos os desafios que a história nos apontar durante o nosso caminhar, sempre nos posicionando a favor da vida e da construção de uma sociedade em que possamos ter terra, moradia, em que todos os direitos sejam garantidos a todos e não para uma minoria que tem dinheiro. [...] Aprendemos com o nosso Movimento que para nossos direitos serem garantidos é preciso lutar sempre, mas também brincar, estudar e seguir unidos.

Para o Pedro,

Nós, Sem Terrinha, não somos as únicas crianças que lutamos, também têm crianças em outros países que lutam contra as injustiças, na Síria, Venezuela, Palestina e no Haiti. Na Palestina as crianças jogam pedras nos muros que Israel construiu para impedir elas de ter acesso à sua terra, por isso Israel mantém presas mais de 400

¹⁵⁸ A escrita do discurso de abertura foi preparada pelas próprias crianças que o fizeram. Foi um momento muito tenso, pois o ato de falar em público, para mais de 1000 crianças, era uma responsabilidade, já que isso não faz parte da cultura da criança brasileira, pelo menos não de boa parte da criança do campo. No entanto, esse foi um desafio bonito, participativo e muito emocionante.

crianças, só porque estão lutando pelos mesmos direitos como nós, Sem Terrinha, que é o direito a ter terra, produzir alimentos e viverem com sua comunidade. Por isso nossa luta é muito importante, o assentamento em que vivo, foi conquistado depois de muita luta. Ele era uma fazenda muito grande, que teve até escravidão. Hoje é terra repartida em que vivem famílias, lá existem muitas cachoeiras, campo de futebol e até mesmo casarões que são patrimônio histórico, com mais de 200 anos. Lá, nós crianças, ajudamos nossos pais a tirar leite, plantamos feijão, milho, fazemos afazeres domésticos, que não é só tarefa de menina, mas também de menino. [...] o que mais gosto é de ir ao acampamento, que fica perto de onde eu moro, porque lá é cheio de crianças e brincamos de jogar bola, esconde-esconde e todo mundo fica junto, faz assembleia com cantorias, grito de ordem.

As falas das crianças na abertura representaram a dedicação e esforço de cada um e cada uma da coordenação de crianças. Um desafio para preparar a fala, e falar. Com a abertura realizada, o próximo passo seria colocar as crianças para dormir e descansar da longa viagem. Mas a euforia é total. No planejamento do Encontro, cada estado se organizaria para a contação de histórias. Esse era o combinado. Alguns educadores/as conseguiram colocar as crianças às 22 horas para ouvirem as histórias, outras estavam tão cansadas da viagem que nem conseguiram ficar até o final da abertura. Mas tinham aquelas e aqueles que queriam mesmo era jogar futebol. Na rádio já anunciava o horário de silêncio às 22h30. E com toda essa animação, assim foram, todas as noites.

As plenárias ocorreram no período das manhãs, com temáticas apresentadas por crianças e adultos. No primeiro dia o tema foi sobre os *direitos das crianças*, com a representação da Sem Terrinha Iara, do Pará, e da educadora Rosana, do MST – ENFF, fazendo referência ao ECA e ao texto que fora organizado para estudos das crianças, o “Direito de amadurecer bonito, no tempo certo”.

Na segunda manhã houve um lindo passeio pela cidade de Brasília. Sendo uma parte de ônibus e outra caminhando, pois em alguns espaços da visita não tinha outro jeito de chegar que não fosse caminhando. Com muita animação e palavras de ordem, os coloridos das camisetas identificavam as crianças por grandes regiões e deixaram as ruas de Brasília com mais vida e movimento.

Na terceira e última manhã do Encontro, o debate na plenária trouxe dois temas que são muito caros para a sociedade brasileira, e no contexto do encontro, se revelaram como questões fundamentais para a formação das crianças: os debates sobre o corpo, gênero e sexualidade, apresentado em forma de teatro pelo Coletivo de Cultura, e o tema da agroecologia, apresentado pela educadora Izabel, do Paraná, e o Sem Terrinha Caio do Ceará.

Os estados da Paraíba, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais e Rio Grande do Sul prepararam as intervenções iniciais do debate na plenária. Mas foi a atividade dramatizada,

através da metodologia do Teatro do Oprimido, que ganhou uma significação explícita na participação e expressão das crianças.

O teatro pode ser considerado como um instrumento poderoso e revolucionário a ser apresentado para crianças, como meio de compreender seu mundo e de se manifestar sobre ele. A educação das crianças Sem Terrinha se diferencia em sua pedagogia, desde o contexto de conflitualidade e intervenção nesse mundo. Assim, mais do que encenar a realidade, compõe um conjunto de criação e imaginação no campo das saídas para o problema, como por exemplo, nas relações de gênero.

À burguesia, nada parece mais perigoso para crianças do que o teatro. Isto não é apenas um efeito residual de um velho terror burguês: comediantes nômades que roubavam crianças. Muito mais, arrepia-se aqui a consciência amedrontada de ver a força mais poderosa do futuro ser despertada nas crianças mediante o teatro (Benjamin, 2009, p.112-114).

No caso do Teatro do Oprimido, o desafio proposto para as crianças, em relação à opressão da mulher e das crianças, dá possibilidade a elas de participação e intervenção efetiva no assunto, proporcionando pensar e agir desde uma relação de conhecimento e de classe, buscando as possíveis saídas para os problemas do machismo.

Para compreender o significado do Teatro do Oprimido para as crianças, com o tema *corpo, gênero e sexualidade*, em depoimentos durante a pandemia, uma das crianças, a Maiz, Sem Terrinha que em 2018 tinha 8 anos, expressa o que faria “hoje” (em 2020) se estivesse no lugar da filha na peça de teatro.

[...] depois de tanto tempo que eu pensei o que eu faria se eu tivesse lá naquele lugar. O pai estava pedindo a toalha e a mãe obrigou a filha ir lá entregar. Eu perguntaria para minha mãe, por que eu tenho que pegar a toalha para o meu pai? Por que meu irmão não pode fazer isso? Ele tem perna e braço como eu. Ela ficaria brava e falaria para eu levar. Eu falaria pra ela: – Mas mãe, todo serviço que tem, a senhora manda eu fazer, eu faço. Por que não manda ele? Por que só as mulheres têm que trabalhar em casa? Por que só as mulheres têm que lavar roupa? Por que só as mulheres têm que lavar vasilha? Por que ele não pode fazer? É proibido? Eu faço quase todo serviço quando a senhora me manda, a senhora nunca manda ele. Por que ele não pode levar a toalha para o meu pai? Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira! No Brasil a gente sofre muito. As mães obrigam as filhas fazer as coisas à força. Nas tribos indígenas nenhum pai obriga o filho fazer alguma coisa, eles não batem em criança, porque elas são consideradas apenas crianças. Não tem culpa de nada. As crianças indígenas são educadas e os pais não pedem nem pros filhos pegar um copo de água na cozinha, não pede para eles fazer nada.

Importante reflexão apontada por Maiz, trazendo forte a reprodução da opressão de mãe para filha e a educação indígena. O teatro, como uma linguagem libertadora e da cultura e educação popular, contribui para a apropriação do conhecimento e em especial no imaginário do diálogo com a infância. De todas as temáticas desenvolvidas em plenárias,

talvez essa, com a proposta de Teatro do Oprimido, seja a que mais aproximou as crianças de uma participação efetiva, onde elas se reconheceram em lugar dialógico, reflexivo, de imaginação e criação.

As temáticas que envolveram a presença de adultos e crianças nas mesas do Encontro foram importantes. Mas foi a intervenção do teatro que apareceu com mais vivacidade nas avaliações das crianças. É um desafio para os movimentos sociais e populares pensar em diferentes linguagens, outras formas para a apropriação do conhecimento. A tradicional metodologia das composições de mesas, mesmo sendo crianças, não foram isentas dessa definição. O conhecimento da criança, expressada através da encenação, sem uma formalidade que as prende, desde a atuação e fala no *gesto infantil*, nos diz que é preciso repesar, a partir das diferentes linguagens, “[...] os teatros infantis proletários exigem, para atuarem de maneira produtiva, uma coletividade como público, absolutamente implacável. Em uma palavra: exigem a classe” (BENJAMIM, 2002, p. 115-116), para a educação das crianças da classe trabalhadora O Pedro, em sua fala de abertura, estava tenso, como se estivesse carregando um peso. Em 2017, na Oficina Preparatória, ele colocou o nariz de palhaço e se transformou em palhaço.

Passeio Cultural

Na manhã do dia 25 de julho aconteceu o *passeio cultural*, que na avaliação das crianças, “foi o melhor”.

A caminhada por Brasília foi bem organizada em relação à alimentação e animação com os palhaços. O passeio foi ótimo, rápido e tivemos a oportunidade de conhecer a capital, o Ministério da Educação e Palácio do Planalto, soltar os balões, gritos de ordem... a marcha foi o melhor! (MST, 2018, documento interno).

A marcha de crianças estava bem colorida, animada, com faixas, cartazes e o cata-vento¹⁵⁹, símbolo da luta contra o trabalho infantil. Para quem estava no Encontro foi fácil saber de onde eram as crianças, pois as cores das camisetas identificavam as grandes regiões do Brasil. O verde representava a Região Amazônica, a cor laranja a Região Sul, o azul a Sudeste, o branco a Centro-Oeste e o amarelo a Região Nordeste. A camiseta de cor vermelha, foi produzida para todas as crianças e educadores do Encontro.

159 O cata-vento é considerado o símbolo contra o trabalho infantil. As cinco pontas representam os cinco continentes e as mobilizações contra essa prática. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/catavento/> Acesso em: fevereiro de 2021.

Figura 37 – Passeio em Brasília



Foto: Elitiel Gomes, Juliana Adriano, Juliano Vieira, Luiz Fernando

O passeio cultural fez o percurso da Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes. A primeira parada foi no Ministério da Educação para entregar o Manifesto das Crianças Sem Terrinha, construído coletivamente pelas crianças nos estados. Foi um momento de muitas palavras de ordem, sendo uma das principais, “Fora Temer”. As próprias crianças fizeram a leitura do Manifesto e entregaram na portaria do MEC.

Figura 38 – Visita ao MEC, no 1º Encontro Nacional, 2018. Foto: Elitiel Gomes, Juliana Adriano, Juliano Vieira, Luiz Fernando



O Ministério da Educação foi bem visitado pelas crianças Sem Terrinha nessa década. Em 2011, as crianças da Ciranda Infantil do Acampamento Nacional da Via Campesina, participaram de uma audiência com o então Ministro, Fernando Haddad, no ano de 2014, a Ciranda Infantil Paulo Freire do VI Congresso do MST foi até o MEC para denunciar o fechamento de escolas do campo no Brasil, e em 2018, no 1º Encontro Nacional, as crianças Sem Terrinha, além de conhecerem o prédio onde funciona o órgão responsável pela educação no Brasil, deixaram protocolado o seu manifesto.

O Manifesto¹⁶⁰ das Crianças Sem Terrinha afirma: “Queremos que todas as crianças possam ser felizes e livres. [...] Fizemos esse Manifesto das Crianças Sem Terrinha, para juntas com as demais crianças, lutarmos por nossos direitos e crescermos num mundo sem desigualdade social e sermos felizes”.

SOMOS SEM TERRINHA!

Somos Crianças Sem Terrinha do MST! Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar de brincar e ser feliz. [...]

LUTAMOS PRA SER FELIZ!

Lutamos por terra e Reforma Agrária Popular, que é dividir a terra, para que as famílias possam ter educação, saúde e cultivar alimentos saudáveis. Em nossos assentamentos e acampamentos já temos a produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e tem até agroflorestas, com muita coisa bonita pra ver e pra comer. Produzimos diversos alimentos gostosos e sem veneno: banana, feijão, macaxeira, melancia, arroz, cana-de-açúcar, legumes etc. É preciso melhorar nossas condições de vida no campo e também na cidade. Nós queremos que as crianças da cidade também comam comida sem veneno! (Trechos do Manifesto das Crianças Sem Terrinha, 2018).

A construção do manifesto, iniciado com as crianças na Oficina Preparatória e nos estados, nos encontros locais, regionais e estaduais, teve como ponto de partida e de chegada, a realidade concreta das crianças Sem Terrinha. Ele traz para a dimensão nacional a expressão de uma produção coletiva e que representa, na vida cotidiana e no contexto nacional, as desigualdades sociais, políticas e econômicas que, historicamente, vive a população do campo. As crianças Sem Terrinha expressaram em seu Manifesto, que a luta da classe trabalhadora é desde a infância, e a esperança está no projeto coletivo em construir um mundo onde as crianças sejam felizes.

A educação política das crianças acampadas e assentadas da reforma agrária, se desenvolve desde as atividades locais, nos espaços proporcionados a elas para debater questões da vida concreta de suas comunidades, e, por exemplo, marcar audiências com as prefeituras para que as crianças possam apresentar as condições dadas no seu assentamento ou

¹⁶⁰ Em anexo. Disponível também em: <https://mst.org.br/2018/07/24/queremos-que-todas-as-criancas-possam-ser-felizes-e-livres-afirma-manifesto-das-criancas-sem-terrinha/>

acampamento e exigir o cumprimento dos seus direitos, como o acesso à escola, à saúde, à cultura, das condições das estradas e vias de acesso e circulação, como também, o acesso às tecnologias para melhoria da agricultura camponesa e familiar no desenvolvimento dos assentamentos.

O Manifesto das Crianças Sem Terrinha é uma produção que apresenta uma elaboração coletiva em nível nacional, numa perspectiva de construção da infância do campo com a pedagogia da luta do MST. Uma metodologia presente na vida das crianças do campo, no sentido de reivindicar, desde a sua localidade, o direito das crianças às políticas públicas. É uma forma de participação ativa na sociedade, de conhecimento de sua estrutura e da luta por melhorias da mesma.

Após a entrega do Manifesto, a marcha de crianças seguiu para a Praça dos Três Poderes, para finalizar com o ato místico e a presença das crianças por Brasília.

Figura 39 – “Caracóis” de crianças na Praça dos Três Poderes.



Foto: Juliana Adriano.

Uma grande ciranda, com vários caracóis de crianças foram formados por regiões na mística de encerramento. Vários balões preencheram o céu com frases que simbolizavam o Encontro Nacional das crianças e sua presença na luta.

Com muita beleza, e sensibilidade aqui, é fato, a *primavera das criaças* nos impressiona com o seu colorido, com a sua coletividade ousada, e movimenta a raiz da estrutura, para poder compor um lugar de *esperançar* e de reinvenção do que podemos chamar de participação por princípios, e não por “decreto”.

A volta para o Parque da Cidade, ao Acampamento Sem Terrinha, foi um pouco sonolenta. Calor e fome. O almoço já estava na mesa e, logo na sequência, um momento para o descanso. Mas como não poderiam perder nem um minuto, o descanso foi organizado com

contação de histórias e relaxamento, feito pelos educadores/as dos estados e do Setor de Saúde.

Um outro ponto a registrar sobre o Encontro, se refere às atividades que visaram manifestar a *Solidariedade Internacionalista*, tema caro na sociedade capitalista e fundamental para o MST. A prática da solidariedade internacionalista está ligada ao surgimento das teorias políticas revolucionárias de caráter classista, na defesa e resistência dos povos por seus territórios e da luta por direitos humanos. Esta se expressa numa palavra de ordem que unifica a luta da classe trabalhadora mundial, uma convocação do Manifesto do Partido Comunista: “Proletários de todo o mundo, uni-vos!” (MST, 2012, 7).

Com o compromisso de “internalizar o internacionalismo” na cultura do MST, a perspectiva da solidariedade entre os povos do mundo vem sendo trabalhada desde as escolas, na Revista das Crianças Sem Terrinha, com as temáticas sobre Cuba, Venezuela, Haiti, Palestina, Síria, Zâmbia, entre outras, e nas atividades de preparação e encontros das crianças, além das Cirandas Infantis e nos diferentes espaços do conjunto do Movimento.

Para ilustrar o tema da solidariedade internacionalista desde a infância no MST, na programação da noite de 24 de julho, do 1º Encontro Nacional, conforme proposto pelas crianças na Oficina Preparatória, se realizou um momento místico, que o MST chama de Jornada Socialista¹⁶¹. A noite foi organizada pelo estado do Ceará, trazendo como temática central a fome e a violência, que afetam as crianças no mundo.

Figura 40 – Jornada internacionalista das Crianças Sem Terrinha, 2018.



Foto: Douglas Mansur

¹⁶¹ A Jornada Socialista é um momento em que se traz presente a história de luta e resistência dos povos e militantes que defenderam o ideário socialista. No MST a Jornada Socialista ocorre nas atividades estaduais e nacionais, nos centros e escolas de formação, trazendo como um alimento para a luta revolucionária e o projeto de sociedade socialista.

Num cenário de avanço do desenvolvimento capitalista, na evolução da acumulação do capital, produtor de imagens de uma realidade de consumo e de miséria, as crianças pobres no mundo vivem em uma máquina de moer humanos, que produzem as guerras, as catástrofes, a fome e a violência. É com essas imagens das crianças no mundo que se inicia a Jornada Socialista. Na plenária, crianças com olhos brilhando e um silêncio pairando no ambiente. No palco, crianças com várias letras e uma voz infantil de uma Sem Terrinha cantando à capela, Rosa de Hiroshima¹⁶²:

Pensem nas crianças mudas, telepáticas. Pensem nas meninas cegas inexatas. Pensem nas mulheres rotas, alteradas. Pensem nas feridas como rosas cálidas. Mas oh! Não se esqueçam da rosa, da rosa. Da rosa de Hiroshima, a rosa hereditária. A rosa radioativa, estúpida e inválida. A rosa com cirrose a anti-rosa atômica. Sem cor, sem perfume, sem rosa, sem nada.

O coração pulsava mais forte, as lágrimas eram visíveis nos rostos e uma súbita emoção tomava conta da plenária, na certeza de que a infância da classe trabalhadora deve ser ouvida, visibilizada numa perspectiva organizativa e no contexto político e social.

O sentimento daquele momento era de esperança e emoção em ver as crianças trazendo temáticas tão caras para o mundo. Temáticas que ficaram presente na vida das crianças pós-encontro, como expressaram, em diálogo durante a pandemia, as Sem Terrinha mineiras, manifestando indignação sobre a questão da fome.

Para Ana Carolina: a fome no Brasil é uma coisa desnecessária, a fome é uma coisa terrível. Ela fere profundamente a dignidade humana. Maiz comenta que a fome é uma coisa que não precisava existir no mundo. Mas se existe, a gente tem que lutar para ela amenizar, diminuir, porque a fome magoa, não só por dentro, mas por fora também. A fome é uma coisa sem necessidade, é uma tortura, por dentro e por fora. A gente deveria fazer uma luta contra a fome no Brasil. (Depoimento concedido em 2020).

A fome é uma questão internacional e, como já mencionado no capítulo 1, é política e geográfica afetando diretamente as crianças em todo mundo e com a pandemia, aprofunda as desigualdades e escancara mundialmente a crueldade do sistema capitalista. É preciso falar com as crianças sobre esses assuntos, ouvi-las e saber das suas opiniões e proposições. Nas narrativas radiofônicas para as crianças, Benjamin (2015, p. 209), quando afirmava: “[...] eu preciso dizer algumas palavras a vocês sobre as leis importantes, e os grande propósito que constitui o pano de fundo das histórias em que os contrabandistas de álcool são os heróis”, ele fazia menção à lei criada nos Estados Unidos da América, que proibia o consumo de álcool como bebida na década de 1920. Ou seja, é uma passagem em seu programa de rádio, em que expressa o direito das crianças de saberem a verdade, elas precisam conversar sobre fatos no

162 Composição de Gerson Conrad e Vinícius de Moraes.

seu contexto social e discuti-los. Como elas fazem parte do contexto da sociedade, elas podem e devem ter opiniões, além de serem ouvidas. O Encontro se propôs a ser esse instrumento para as crianças, assim, como a Jornada Socialista, que cumpriu com esse propósito, trazendo a expressão “crianças de todo o mundo, uni-vos” e, dois anos depois, continua sendo assunto das crianças que participaram do Encontro.

A solidariedade internacionalista na prática educativa do MST é um espaço que simboliza o compromisso do Movimento com as questões voltadas às crianças no mundo, compartilhando não só para o conhecimento das crianças Sem Terrinha, mas num intercâmbio com a realidade das crianças de outros países, numa perspectiva da unidade entre as crianças e os povos do mundo, considerando que a desigualdade é implantada desde a gestação e nascimento das crianças da classe trabalhadora. É negada à infância os direitos humanos e sociais estabelecidos em documentos como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), a Constituição Brasileira (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que dentre os direitos universais que deveriam ser garantidos, está o direito básico à alimentação, educação, saúde e moradia.

O Encontro teve participação internacional de uma criança camponesa, a Fátima, representante do Movimento Campesino de Santiago del Estero – MOCASE, da Argentina, e que faz parte da Via Campesina. Ela deu seu depoimento no Encontro, publicado na Revista Sem Terrinha, conforme reproduzido a seguir:

Figura 41 – Fala da criança camponesa da Argentina. Brasília, 2018



Foto: Elitiel Guedes

Estava assustada e com medo durante o primeiro dia do Encontro Sem Terrinha. Eu não entendia o idioma e me sentia um pouco só. Logo conheci umas crianças: Cecília, Lana, Tivini e Fernanda do Pernambuco e aí comecei a não me sentir sozinha e já não estava assustada... Bom, um pouco sim, quando subi no palco, já que é a primeira vez que subia num palco com tantas crianças e adultos. Eu estava muito nervosa, mas pude gritar na frente de todos: “alerta, alerta, alerta que caminha a luta camponesa pela América Latina” (MST, 2018. p. 9).

Durante o Encontro aconteceram várias atividades externas em Brasília, as quais as crianças foram convidadas a participar. Para isso foram organizados grupos de crianças das diferentes regiões do Brasil, que com os educadores, participaram representando o Encontro Nacional e o MST. Um desses grupos foi para a Embaixada da Palestina, onde conversaram sobre o Encontro, a solidariedade, ouviram sobre o contexto de luta da Palestina e, em especial, a realidade das crianças. Ao final da atividade, as crianças Sem Terrinha plantaram um pé de oliveira, símbolo da resistência palestina.

Figura 42 – Sem Terrinha manifestando solidariedade ao povo palestino.



Foto: Luiz Fernando

Essas atividades voltadas para o tema da solidariedade internacional se somaram a outras internas, que proporcionaram ricas experiências culturais, como a Jornada Socialista e as noites culturais, momentos de vivência das crianças na cultura popular, com criatividade, movimento e *muita alegria*.

Figura 43 – Momento de brincadeiras, palhaçaria e mágicos.



Foto: Maison Bertencello SINPRO/DF

Talvez a expressão *muita alegria*, seja a que melhor demonstre esse momento vivido pelas crianças e pelos adultos. No **Palco de Rosa** e no espaço da plenária, eram tantas crianças pulando, que era difícil encerrar a atividade e seguir para os outros momentos da programação. As místicas nas manhãs do Encontro, assim como a abertura, foram realizadas pelos estados de Pernambuco, Espírito Santo e do Pará. Esses momentos estavam ligados às temáticas do dia, trazendo presente a realidade das crianças do campo no contexto brasileiro. A mística para o MST, como já mencionado no capítulo 2, tem em sua composição a valorização da história e memória da classe trabalhadora; da luta e resistência de classe, nas conquistas reais para os acampamentos e assentamentos; da luta permanente para a construção do projeto de sociedade socialista.

Para Arenhart (2007), as significações da mística para as crianças Sem Terra estão expressas pelas “encenações e dramatizações”, que se apresentam em dois sentidos na formação das crianças: aprendizagem e expressão.

Aprendizagem pela mística está relacionada ao sentido da experiência. É pela experiência corpórea, sensitiva e subjetiva que as crianças podem aprender o que envolve a dimensão da luta do Movimento. Quando as crianças se colocam no lugar do Sem Terra que sofre a opressão do fazendeiro e da polícia, quando as crianças sentem a força que tem a ocupação, um grito de ordem, um canto que fala delas, parece que vão compreendendo sua origem, sua história, suas razões, sua força e o valor do povo Sem Terra. [...] A mística, como produção cultural do MST, também é valorizada pelas crianças e está relacionada à expressão. Por meio dessa expressão cultural, as crianças podem mostrar às outras pessoas que não conhecem o Movimento, ou que o conhecem de forma deturpada, como vivem, o que conquistaram, enfrentam e sonham para a sua classe e para o Brasil. (ARENHART, 2007, p. 107-109).

A mística é o mistério, a surpresa que todas as pessoas que estão nas atividades esperam para o início da reunião, da assembleia, do encontro... A depender da pesquisa, da apropriação cênica e dos elementos culturais envolvidos, pode se transformar em um momento muito forte e expressivo para o dia todo. A mística para o MST é considerada o alimento da luta revolucionária.

Como representação da mística no Encontro, a palavra de ordem, que nem era tão fácil de pronunciar, foi expressivamente fortalecida pelas crianças: “*Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar por Reforma Agrária Popular!*”, além da canção de autoria de Marcos Monteiro, onde o refrão era composto pelo lema e palavra de ordem do Encontro, a letra trazendo presente uma mistura de compromisso e animação para as crianças. (MST, 2018, p. 44).

Quem quer escola dê um passo à frente / Quem ama a terra dê uma rodadinha /
Quem tá feliz solta um grito / Porque nós somos os Sem Terrinha.

Quem quer saúde vá pro lado esquerdo / Sonhar, brincar e dar um pulinho / Vamos lutar pelo direito à vida / Para a mãe terra não ter veneno.

A alegria esteve presente durante todo o 1º Encontro. A realização dessa obra coletiva foi uma verdadeira mística para as crianças que estavam eufóricas com tantas novidades no mesmo lugar, mas também para o conjunto do MST, que estava realizando, pela primeira vez, uma atividade nacional que exigia de todos os adultos muita concentração em todos os mínimos detalhes. Um exemplo está na demanda de mobilizar e organizar as mais de 50 *oficinas*, que aconteceriam durante as tardes, um desafio em vários sentidos: a) receber os mais de cem artistas que compuseram o grupo deicineiros/as; b) organizar as 1200 crianças nestas oficinas; c) garantir os horários de início, de lanche da tarde etc.

As crianças, a partir de suas avaliações sobre a atividade como um todo, em que descrevem o significado das oficinas, destacaram que o Encontro foi muito rico em conhecimento, e que nas oficinas elas aprenderam “experiências novas” que levarão para o dia a dia dos assentamentos e acampamentos.

As oficinas foram divertidas e trouxeram conhecimento novo. As oficinas Eureka: de música sobre alimentação saudável, de saúde, moldura com argila, pinturas em caixas, Reik, medalha de futebol, fantoches, os cartazes, a de pintura foi boa porque pintamos juntos. Foi um momento de aprendizagem que ajudou na nossa formação. (Documento interno, 2018).

Foram quatro dias e noites intensas em Brasília, além do trajeto da viagem. Mas chegou o dia de voltar para casa. O cansaço era de todas as crianças e adultos. As crianças da Região Sul estavam eufóricas, pois o encerramento era de responsabilidade delas. No palco, se ouvia a coordenação do 1º Encontro, orientando os estados para os encaminhamentos dados em plenária. Era hora das crianças organizarem seus pertences, o kit Sem Terrinha (mochilas, colchonetes, barracas etc.) para levarem para os ônibus e também organizar e separar os livros de literaturas, que durante o processo de preparação do Encontro foram doados pelas amigas e amigos das crianças Sem Terrinha.

No grande acampamento infantil era um movimento só, de crianças e adultos levando as bagagens para os ônibus. Muita animação e cantoria no Palco de Rosa, o espaço já estava preparado para o encerramento do Encontro. A Sem Terrinha Talita, de Tocantins, e o Sem Terrinha Francisco, de Goiás, já estavam prontos para fazer a fala final e apresentar os compromissos das crianças Sem Terrinha.

Era o momento da despedida, de aproveitar o máximo do tempo que restava. De agradecimentos de todas as equipes que contribuíram e garantiram a realização do Encontro, da mística que fortaleceu a identidade das crianças Sem Terrinha como sujeitos políticos e

históricos da luta pela terra no Brasil; da alegria contagiante e da emoção, e em meio a tudo isso, as crianças Sem Terrinha reafirmaram seus compromissos no 1º Encontro Nacional.

Figura 44 – Compromissos assumidos pelas crianças Sem Terrinha.

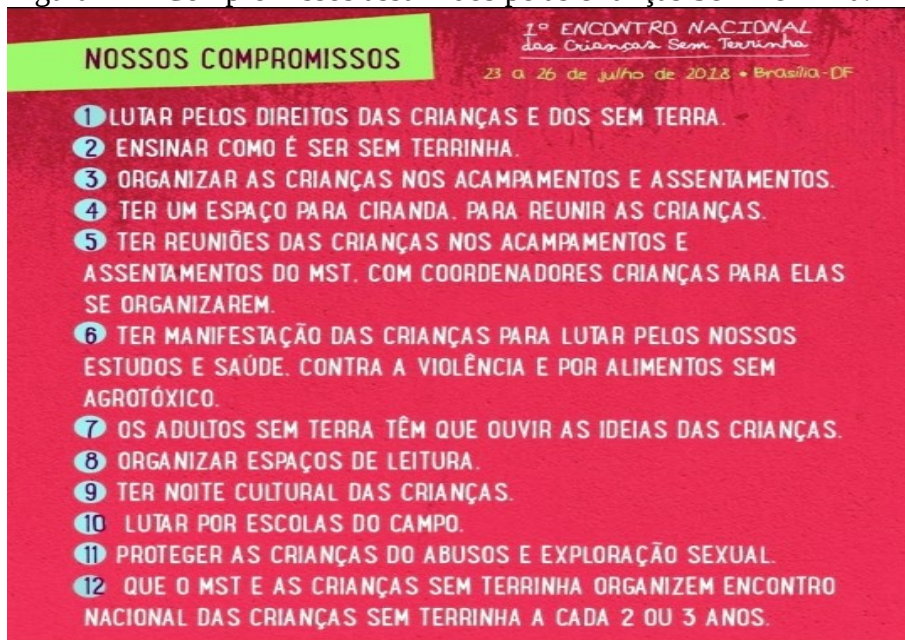


Foto: Jornal Sem Terrinha, edição especial, 2018

Uma grande festa de encerramento, uma conquista das crianças Sem Terrinha. E como faz parte da cultura das crianças e adultos, não poderia faltar o bolo na grande festa das crianças da Reforma Agrária Popular.

Figura 45 – Ato de encerramento do Encontro.

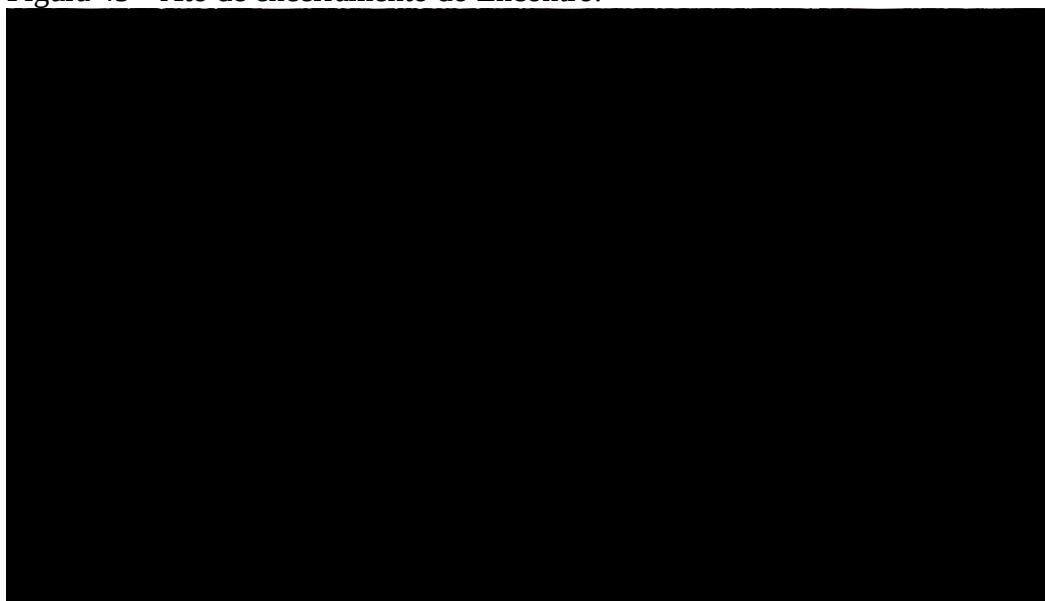


Foto: Juliana Adriano

Voltar para casa significou, para a coordenação geral, que todas as crianças teriam que estar no seu local de origem, com seus familiares. O 1º Encontro só encerrou de fato, após a chegada do último grupo de crianças em suas casas, que foi o do estado de Pernambuco. As informações que chegavam pelo WhatsApp eram de que as crianças seguiram com as palavras de ordem, dormiram muito, mas leram praticamente todos os livros de literatura que ganharam. A viagem para alguns estados foi longa, deu tempo, inclusive, como no caso do Rio Grande do Sul, das crianças trocarem os livros para seguirem lendo.

4.3 O pós Encontro

Com o Encontro realizado e os registros dessa obra coletiva produzidos, o desafio se torna ainda maior para o MST e os movimentos populares organizados. Pensar no aprofundamento da construção da referência de organização e participação com crianças camponesas Sem Terrinha é algo evidente. Como já citado, o projeto educativo do MST para as crianças Sem Terra foi vai sendo construído ao longo de sua história, desde a luta por uma *escola diferente* no e do campo, se constituindo como um projeto de escola do MST; das mobilizações infantis, que constrói uma identidade política Sem Terrinha, proporcionando a atuação das crianças na sociedade como sujeitos políticos e históricos; e da Ciranda Infantil como instrumento que garante a presença das crianças nas diversas atividades do MST e proporciona uma maior participação das mulheres no Movimento. Considerando todo esse processo histórico político e organizativo, para chegar na realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

Os instrumentos educativos que foram construídos coletivamente para as crianças, foram alternativas concebidas no contexto da luta de classes, diante das conflitualidades vivenciadas na luta pela terra, da ausência das políticas públicas para o campo e da concepção de educação autoritária e burguesa.

A luta para a construção de outra hegemonia, onde as crianças são forjadas a compor esse referencial que mobiliza e organiza é uma experiência que MST vem acumulando na luta pela terra no trabalho com educação. O fazer *para, com e das* crianças do campo é um desafio permanente para o MST, mas também para as organizações da Via Campesina e movimentos urbanos. Conceber espaços de visibilidade para suas infâncias, na relação da criança como sujeito histórico e político no contexto da América Latina é fortalecer a luta e o projeto pela emancipação humana.

A realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha coloca em debate as questões sobre participação infantil no contexto dos movimentos do campo, da auto-organização e da educação política das crianças Sem Terrinha. O Encontro Nacional se constituiu como uma instância socializadora para as crianças que se formam e aprendem entre si e com os adultos. Sendo um espaço educativo para crianças e para adultos do MST.

Refletindo sobre a necessidade de pensar a concepção da infância do campo desde os movimentos populares, concebendo no projeto de sociedade o lugar das crianças camponesas nessa construção, seria importante, e sensível, se as organizações da Via Campesina Brasil, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra, entre outros, tivessem garantido as representações de sua infância no Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Os motivos devem ser diversos e, certamente, as crianças gostariam de ter participado, se tivéssemos perguntado a elas e, quem sabe, proporcionado às organizações pensar com mais sensibilidade na questão da infância em seus movimentos. Talvez tenha faltado uma motivação e incentivo das organizações sociais, por não ter a infância como uma frente de atuação, não compondo os debates orgânicos e intencionalidade por parte do MST com as organizações sociais no fortalecimento da participação das crianças camponesas, na atividade nacional.

Com a pandemia e o atual governo brasileiro, a pauta *criança* tem sido apresentada em todo o universo das organizações. Até porque, com aulas remotas, ficaria difícil não trazer a temática da educação e, por conseguinte, das crianças. Mas no geral, a pauta é dos grandes projetos e dos adultos. A questão que fica para pensar e refletir é sobre o lugar da criança do campo nas organizações sociais e que projeto de infância está em curso na Via Campesina. A Ciranda Infantil é uma conquista das crianças e das mulheres do campo, mas refletindo sobre os movimentos que a realizam, será, nesse caso, efetivada por pressão feminista para garantir a participação das mulheres da Via Campesina ou como um projeto político para as crianças e mulheres? Com o avanço do agronegócio no campo, intervindo não só na agricultura, mas na cultura, comunicação e educação, existe algum debate ou projeto educativo em curso para a infância do campo, na Via Campesina? São algumas questões que ficaram para serem aprofundadas em outras pesquisas sobre a infância da classe trabalhadora camponesa nos movimentos organizados.

A educação revolucionária, da classe trabalhadora, requer ser construída desde a “consciência de classe”, como nos descreve Benjamin (2009), trazendo para a realidade atual, as crianças da classe trabalhadora, do campo e cidade, considerando o *contexto* e a *totalidade* para serem educadas mediante a sua classe social. Considerando que, para o MST, o lugar das

crianças Sem Terrinha é em todos os espaços em que o Movimento está organizado, participando da luta pela terra desde sua origem, a *participação infantil* é compreendida desde os princípios organizativos, desde um pensamento revolucionário, que influencia na formação do próprio MST e, em particular, cumpre um papel importante na formação das crianças Sem Terrinha. Com a realização do 1º Encontro Nacional da Crianças Sem Terrinha em 2018, o MST conta com mais um acontecimento histórico no processo de formação da infância, um marco que dá visibilidade à infância, à educação libertadora, à luta por um projeto de sociedade emancipatório, democrático e participativo.

Para análise do processo organizativo, de mobilização do Encontro e sua realização, consideramos alguns pontos determinantes para a efetivação da ação:

1) A prática educativa de organização e mobilização nos estados construindo o encontro com as crianças, desde as comunidades Sem Terra (acampamento e assentamento), dos educadores e professores com perfil de proporcionar espaços participativos para as crianças, da indicação do coletivo de coordenação que representaria os estados no Encontro Nacional e de pensar em uma metodologia democrática nas tomadas de decisões. Das questões trazidas pelos adolescentes em querer participar do Encontro, mesmo com os combinados, e do encontro ser das crianças em idade de 8 a 12 anos.

2) O papel articulador dos e das professoras e professores das escolas dos assentamentos e acampamentos na mobilização para o Encontro, que garantiu o debate e organização das crianças. Os professores do estado do Espírito Santo, por exemplo, garantiram o pagamento do ônibus para Brasília e organizaram um seminário estadual com as crianças para definir quem seriam os coordenadores por parte das mesmas. Outros estados garantiram a realização dos encontros regionais e/ou estaduais, conforme orientação anterior ao Encontro. O estado do Piauí realizou, pela primeira vez, o Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha, em 2017. Houveram estados que mobilizaram várias atividades desde a escola e comunidades, para garantir o recurso da alimentação das crianças durante a viagem. Já em outros espaços, onde a escola não teve tanto vínculo com a luta, foram as próprias famílias assentadas e acampadas, junto com as direções dos estados, que mobilizaram e garantiram a participação das crianças no Encontro. Ou seja, a escola pública, gratuita e popular, é um instrumento de conhecimento, com potencial de organização política das crianças.

3) A dimensão de gênero, que no próprio nome do Encontro define o que o Movimento quer atingir na formação das crianças – a palavra CRIANÇA tem duplo significado, da valorização e presença no Movimento como criança, e da relação de gênero, que se fortalece na discussão da paridade/equidade, onde a coordenação de crianças tem como

referência uma menina, um menino e a coletividade, saindo do tradicional chamado encontro dos Sem Terrinha, para encontro *das Crianças Sem Terrinha*. Do lema que reafirma o lugar da brincadeira, da alegria e da luta no projeto agrário do MST.

As definições nem sempre são cumpridas, mas são lembradas cotidianamente. Teve a intencionalidade de ser educativo não só para as crianças, mas também para os adultos. E mesmo com a definição nacional, e de ser uma prática no MST em garantir a paridade e equidade de gênero, nem sempre é tido como uma forma educativa no processo de formação das crianças. A relação de poder de gênero faz com que meninos queiram se sobrepor nas atividades e a mediação foi importante para demarcar essa construção.

Outro elemento para considerar na análise sobre a participação das crianças e adultos, nos estados, muitas vezes, é a realidade geográfica que define. O exemplo é a composição da coordenação e participação na Oficina Preparatória. Tiveram estados em que a composição foi somente de meninos, “justificado” pela disponibilidade, liberação da família, por estar mais próximo dos centros urbanos etc. A realidade determina a participação, mas existe também um limite e a dificuldade das pessoas adultas lerem as orientações gerais que são direcionadas a elas, no que se refere ao fazer *com* as crianças. Por mais que componhamos princípios organizativos, é conflituoso, complexo e desafiador para o movimento popular.

4) O deslocamento para Brasília. Desde a Oficina Preparatória e no próprio Encontro Nacional, muitas crianças não tiveram a oportunidade de participar por motivos de entraves burocráticos para liberação de viagem ou mesmo das famílias não autorizarem. O adiamento do Encontro, por motivos da greve dos caminhoneiros, reduziu a participação das crianças, mas que também aconteceu, em alguns casos, pela falta de agilidade dos pais na articulação de providenciarem a documentação necessária. Pois, as autorizações exigiam o deslocamento até um cartório da cidade e, muitas vezes, a cidade estava longe.

Houve caso também, de educadores que esqueceram as autorizações na secretaria e o ônibus já estar a caminho de Brasília... Outros, em que se queria garantir a viagem mesmo sem as autorizações, e a coordenação ter que se posicionar para não receber nenhuma criança nessas condições. Foram momentos intensos e de muitas tensões até a chegada no Encontro, sempre com a consigna: “Nenhuma criança a menos, mas nenhum sem autorização”.

5) A Oficina Preparatória. A importância de se realizar esse espaço de produção e construção com as crianças, proporcionou debate, ritmo e concentração entre elas, em suas diferentes idades. Da valorização à coordenação das crianças e a construção geral do Encontro com elas. Foi um espaço determinante para a qualidade, reflexão e cuidados na realização do

1º Encontro. Uma prática a ser aprimorada como metodologia de trabalho com as crianças Sem Terrinha, que poder ser vivenciada nas comunidades, nas regiões e estados.

6) O desafio para as crianças falarem em público. Nos diferentes momentos de atos políticos por Brasília, nas coordenações dos dias, na abertura, no encerramento, nas noites culturais, na animação do Encontro, foram vários os momentos em que o ato de falar em público foi desafiador para as crianças, mas também para os adultos que davam suporte e precisavam dar força e encorajar as crianças, para se sentirem seguras e acolhidas. Era preciso lembrá-las de que tinham que ocupar aquele espaço de poder, para que o MST avançasse na atuação com as crianças e na concepção de infância. Mas esse é um ponto a ser pensado, refletido, principalmente no direito à fala, sair da teoria de dar voz para a criança, exercitando na prática.

7) As dimensões da cultura e da comunicação no projeto pedagógico do Encontro e os desafios em conceber coletivamente um espaço menos escolar e mais cultural. A reflexão coletiva direcionava para a importância da cultura, mas também, conduzia as crianças para os debates de temas, que na compreensão do Coletivo Nacional de Educação do Movimento, exigiam garantir composições de mesas. Foi importante, para a coletividade, perceber que seria necessário avançar nas diferentes linguagens, mas de toda forma, se apresentou como um limite na metodologia, ficando muito explícito nas falas das crianças, desde a avaliação final do encontro aos depoimentos recebidos em 2020.

A arte foi a que mais apresentou elementos de apropriação das discussões sobre fome, gênero, alimentação saudável e dos direitos das crianças. A cultura e a comunicação foram expressivas no Encontro. A alegria representada pela presença de palhaços, o Teatro do Oprimido como instrumento formador, as diferentes oficinas, proporcionando ampliação no repertório, o Cinema na Terra e a literatura trazendo a importância da leitura de mundo. A comunicação com forte expressão das crianças, desde a produção do Jornal das Crianças Sem Terrinha, resultado de uma metodologia que envolveu diretamente as crianças na produção de imagens do Encontro, até as filmagens produzidas pelas mesmas, as entrevistas, produção radiofônica e de textos... E no encerramento do Encontro, a alegria de todas as crianças em receber o Jornal Sem Terrinha impresso, um veículo de comunicação popular da infância Sem Terra, que registrou, com elas, esse grande acontecimento em 2018.

O Encontro foi um contato da criança com um mundo de possibilidades, dos direitos, do seu lugar de existência nesse mundo numa relação profunda com a natureza, a solidariedade com outras crianças, da coletividade, da arte e cultura e do direito de acessar o conhecimento produzido pela humanidade. A luta pela terra no MST, proporciona espaços de

formação e socialização para as crianças, desde o lugar de habitar-se com sua família no acampamento e assentamento, que as colocam em movimento na luta por uma sociedade democrática. Elas sabem da realidade da sociedade em que vivem, aprendem a lutar por seus direitos e a construir uma sociedade que seja justa, igualitária e com valores humanistas e socialistas.

Destacamos nesta tese, que a construção desses espaços não se configura como uma organização particular das crianças, como um movimento infantil ou uma organização política separada. Elas fazem parte do Movimento Sem Terra e constrói com ele a luta pela terra no Brasil, trazendo uma outra dimensão para o cenário agrário, onde a criança sai da invisibilidade do campo e passa a atuar como sujeito de direitos, histórico e social, desde a educação política vinculada ao projeto de reforma agrária no MST, na perspectiva da emancipação humana.

O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha deve seguir sendo um provocador para o conjunto do Movimento Sem Terra pensar na perspectiva da organização política das crianças em suas comunidades, que é, essencialmente, o lugar de resistência política, organização e coletividade. É a base que sustenta o Movimento, são as localidades, assentamentos e acampamentos, que vivem a realidade concreta da vida humana. E é nesse lugar que as crianças precisam existir como criança Sem Terrinha, tirando-as da marginalidade social e dando-as visibilidade em suas comunidades, considerando que é em sua comunidade que acontece a luta por escola, a construção da Ciranda Infantil, a organização das mobilizações infantis, que têm intencionalidade de luta, estudo e cultura.

As crianças precisam da mediação dos adultos para se mobilizarem, precisam do espaço político e contexto social que emerge da realidade e necessidade da sua comunidade Sem Terra, bem como de outras organizações do campo, que podem proporcionar atividades formativas para as crianças, para além das Cirandas Infantis que ocorrem nos encontros, reuniões e marchas.

Diante de um cenário de conflitos, contradições, ameaças à democracia e de golpes, o movimento camponês que se propõe em organizar um Encontro Nacional de crianças, pode considerar que seu projeto educativo para a infância está sendo construído na perspectiva de outra hegemonia, feito pela resistência popular, na compreensão do projeto de emancipação humana.

Para as considerações deste capítulo, teço com as palavras das crianças que muito me ensinaram e motivaram em meu processo de escrita. Num tempo em que a pandemia nos tira da centralidade, aprendi muito e muito tenho a aprender com as crianças. Talvez o mais

expressivo do meu trabalho esteja aqui, refletido nas palavras delas, no jeito que se expressam para contar sobre a significação do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, dois anos depois. Certamente elas têm muito a nos dizer.

É em meio a pandemia que busco, de maneira muito informal, abrir um diálogo com as educadoras para uma mediação com as crianças de alguns estados. Com uma das crianças fiz o contato direto, com as outras, foi mediado pelas educadoras dos estados via *WhatsApp*, como já mencionado na introdução da tese.

Os áudios enviados a mim pelas crianças, foi o alimento para seguir escrevendo e refletindo. Falas aguerridas das crianças Sem Terrinha numa relação direta com “minha” pesquisa, que não é só minha, é também uma produção coletiva. Sou parte desse processo e é ele que me faz educadora popular da reforma agrária. Ao ouvir os áudios, que transcrevo adiante, tomada por emoção e um sentimento de força, reafirmaram em mim a convicção de que o caminho que escolhemos para seguir estudando, trabalhando e pesquisando, proporcionam a formação de sujeitos políticos, históricos e de direitos. E o sentimento é de um trabalho que está começando...

Muito gratificante poder vivenciar esses momentos de construção da história da infância no MST, que não se deu da noite para o dia e sim, no processo da luta e resistência, como já mencionado nos capítulos anteriores. A tese chega ao final, mas deixará registrado o processo histórico da Infância Sem Terra, que tem em seu marco a realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. O trabalho com as crianças seguirá com muito mais maturidade e esperando a coletividade.

A inspiração nas lutas revolucionárias segue como a esperança na primavera. Assim como nos elucida o pensamento de Fidel e a Revolução Cubana, a escola “diferente”, as mobilizações infantis, a Ciranda Infantil são os espaços de organização das crianças do MST no Brasil. As crianças Sem Terrinha constroem e dão continuidade na luta pela terra com o Movimento, elas reinventam e revolucionam o MST.

Finalizo com o trecho do discurso de Fidel Castro¹⁶³ para os Pioneiros, em 1962, e as falas (diálogos) das crianças Sem Terrinha¹⁶⁴ para nossa tese.

Por que devem estar organizadas as crianças? Por quê?

Os trabalhadores estão organizados, os camponeses estão organizados, as mulheres estão organizadas, os jovens estão organizados, todos estão organizados. Então, as

163 Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/discursos/discurso-pronunciado-no-ato-de-inauguracao-do-palacio-dos-pioneiros> Acesso em: dezembro de 2020.

164 As crianças que enviaram depoimentos são de acampamentos e assentamentos do MST nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Pará. Todas as mensagens foram enviadas pelo *WhatsApp* e ao total, foram envolvidas 11 crianças nesse processo.

crianças também têm que estar organizadas. Daí que a associação de pioneiros é a organização das crianças, é a organização de vocês, e vocês devem tratar de que a organização seja grande, de que a organização seja boa, de que a organização seja disciplinada, para que a melhor organização seja a das crianças. Vocês devem procurar que a melhor organização seja a organização de vocês, estar bem organizados, para que todos digam: que boa é a organização das crianças! Que grande é a organização das crianças! Que bonita é a organização das crianças! (Fidel Castro, 1962).

4.3.1 Com a palavra, as crianças Sem Terrinha



Sou Ana Carolina, eu gostei muito do Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, porque a gente teve amizade diferente, a gente conheceu culturas diferentes, conheceu crianças de todos os jeitos. Muito legal!



Sou Kauê. O encontro para mim, me fez compreender e valorizar o campo, lutar e me sentir feliz por todas as conquistas que minha família teve até hoje. Aprendi a valorizar o que produzimos para o sustento da família. O que mais marcou pra mim foi participar como coordenador do dia e também conhecer pessoas novas, de histórias diferentes e lugares diferentes. O encontro contribuiu muito para a vivência minha, do assentamento, e a forma de pensar em relação ao Movimento Sem Terra. Pois mesmo nascido no assentamento, não tinha me dado conta da importância de valorizar o campo e a luta pela terra.



Eu sou Eduarda. Foi muito bom e muito importante ter participado do Encontro. Eu sempre tive um sonho de conhecer Brasília e também agradeço muito pela oportunidade de ter ido na embaixada da Palestina. Tenho muitas lembranças boas de lá.



Sou Arthur. Nós adoramos passear juntos, brincar juntos. Muitas oficinas, muita diversão e muito estudo também. Um estudo ao ar livre, muitos passeios. Saudades daquela aglomeração! O Encontro é a oportunidade de um ensino melhor, porque na escola a gente só aprende matérias, na minha escola eles não fazem aula de dança, lá é inglês, geografia, português, essas matérias de 6º ano, quando vai para os Encontros Sem Terrinha, principalmente no nacional que teve oficinas, diversão e muita dança.



Sou Maria Clara, tenho 14 anos. Praticamente nasci no MST. Desde bebê participei de todas as cirandas em cursos que ia com minha mãe e dos Encontros Sem Terrinha na minha região. E aos meus 12 anos participei do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Infelizmente foi meu último, agora já tenho 14 anos, estou entrando em uma nova fase, da adolescência para a juventude, e pretendo continuar essa jornada de aprendizado de um novo jeito, uma nova fase. Quando eu participei do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, reforçou muitas coisas que eu já tinha aprendido durante essas jornadas. Lá, foi um momento de estudo, aprendizado, diversão. Tinham muitas oficinas, falamos muito sobre respeito, viver em comunidade, solidariedade, sobre os alimentos saudáveis, que é muito importante, e sobre os nossos direitos, que é muito importante também. Coisas que desde pequeninha já venho vendo, aprendendo, lendo nessas cirandas, nesses encontros do MST.



Sou Igor. O Encontro Nacional Sem Terrinha foi de grande significado para mim, pois pudemos aprender coisas que não aprenderemos aqui, pudemos ir pra lá, conhecer novas pessoas e aprender novas culturas. Ele contribuiu bastante para pessoas que não acreditavam que tinham que ir em busca dos seus direitos, assim, trazendo sempre mais pessoas que pudessem nos ajudar nessa busca por direitos.



Sou Ana Clara. O 1º Encontro Nacional Sem Terrinha, significou pra mim, aprendizagem e conhecimento. E minha mensagem é que é muito bom participar dos Sem Terrinha. A gente aprende muita coisa, a gente pratica várias atividades.



Eu sou o Gabriel. O que me marcou foram as atividades, as brincadeiras, que foi boa. O Encontro todo me marcou. Eu gostei bastante porque a gente conheceu crianças de vários lugares, de outros estados. Se tivesse outro encontro eu também iria, porque o que eu vivi lá, vou levar para a minha vida toda. Foram coisas impressionantes. Aprendi várias coisas: como viver em sociedade, sobre o uso do veneno/agrotóxico e como a gente deve ser irmão, partilhando as coisas. A gente não pode ter as coisas só pra gente. A gente tem vizinho, a gente tem a horta, tem que compartilhar, tem que fazer o melhor para aquela pessoa, para que quando ela puder, retribuir...



Sou Maíz. Eu gostei muito do Encontro Sem Terrinha porque a gente pode conhecer novas crianças de todo o Brasil. Fazer amizades foi muito bom! Foi bom porque a gente pode despertar a inteligência, a sabedoria, porque quando a gente chegou lá, quando

colocou o pé lá no encontro, dava par ver tudo arrumadinho, estava tudo perfeito, estava lindo, eu gostei muito mesmo, de coração! Aquele lugar espaçoso que dava pra gente se dispersar, brincar, fazer qualquer coisa lá, era liberdade pura. Foi ótimo, eu amei. Eu nunca vi tanta criança na minha vida, nunca mesmo. Não cheguei ver nem a metade daquele tanto de crianças numa vez só. Foi muito bom eu amei demais!



Sou a Yasmin, tenho 13 anos. Para mim o 1º Encontro Nacional Sem Terrinha foi meio surreal. Por mais que eu já tenha ido para outros encontros, nenhum foi tão grande e a mística tão bonita, quanto o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Significou muito pra mim. Acho que ali foi onde eu entendi mais o que era o MST, o que ele buscava, o que era reforma agrária, e que o MST não era apenas um movimento político, mas tinha uma enorme família buscando justiça pelos pobres. Foi lá onde aprendi a grandeza do MST, creio que não fui a única a entender sobre isso, a perceber a enorme perseverança e garra do MST.



Sou Felipe, tenho 10 anos. Gostei muito do Sem Terrinha, da animação das crianças e da organização. Que continuemos a fazer os encontros de Sem Terrinha também aqui no assentamento Palmares. Quero continuar fazendo atividades, cantando as músicas e participando das caminhadas e que em breve nós estaremos junto de novo.

O QUE MAIS MARCOU...



[Maíz] Eu gostei muito da plenária, foi maravilhosa. Muita agitação, animação. A gente ficou debatendo sobre a fome e o machismo.



[Maria Clara] O que mais marcou no Encontro Sem Terrinha foram as místicas, tudo estava muito lindo, muito enfeitado, tudo funcionou tão bem. Participei de muitas místicas do meu estado, dos outros estados. Fiz amizades, muita gente que eu nem conhecia, mas já me sentia tão acolhida. Dormimos em barracas, colchões, tudo mundo perto. Tivemos brincadeiras, shows, fizemos até manifestações Fora Temer, andamos. Conhecemos tanta gente nova, revimos tanta gente e foi maravilhoso.



[Ana Carolina] Eu gostei muito das plenárias. As plenárias foram algo extremamente maravilhoso, debateu sobre muitas coisas. A gente cantou, brincou, teve muita

alegria, muita cantoria, foi muito divertido. A gente debateu sobre o machismo, o trabalho infantil, sobre a fome no Brasil.

ATIVIDADES CULTURAIS...



[Ana Carolina] O show do Rubinho do Vale, com brincadeira, a gente dançou, pulou, foi muita alegria. E teve show de mágica.



[Maíz] Eu gostei muito do show de mágicas, foi maravilhoso, foi engraçado. Gostei do show do Rubinho do Vale, acompanhei aquele show maravilhoso que teve música, dança. Teve uma hora que a gente fez uma roda gigante, uma roda gigantesca, e começamos cantar, dançar, uma coisa sem igual.



[Ana Carolina]. As oficinas, a gente teve direito de escolher o que a gente queria. E teve oficina de teatro, artesanato, de muitas outras coisas.



[Maíz]. Gostei das oficinas, pessoas muita gente boa, gentil. As pessoas que eu conheci foram muito boas, não sei do resto, porque não fui em todas, mas nas que eu fui, foi muito bom. Até vi o filme do Kiriku.

PASSEIO CULTURAL



[Maíz] Eu gostei também, muito, da caminhada que a gente fez. A gente andou um pouco de ônibus, mas andamos um pouco a pé também. Aquela marcha de crianças, a gente cantou em frente um prédio, as pessoas ficavam olhando lá de cima. E, lá de cima abriam um pouco da janela e ficavam olhando... parecia que estavam com medo de abrir a janela ou sair lá fora.



[Gabriel] Para minha vida eu levo que a gente não pode ter as coisas só pra gente, tem que compartilhar com as pessoas, ajudar para ser ajudado. E produzir sem veneno, porque o agrotóxico mata, não use agrotóxico! O 1º Encontro Nacional teve um momento que a gente passou com a caminhada para protestar em frente do palácio do planalto e naquela época era o Temer.



[Ana Carolina] Na marcha Sem Terrinha, andamos de ônibus um pouco e depois a gente marchou, cantou, pulou, conversou... Foi muito legal!



[Maíz] Gostei muito quando a gente ficou em frente o prédio... o prédio daquele corrupto do Bolsonaro [no período era o interino Temer], aquele corrupto que faz milhares de pessoas passar fome, aquele corrupto que enganou milhares de pessoas na hora das eleições. Foi extremamente bom fazer aquela caminhada. Soltar aqueles papéis nos balões foi maravilhoso.

ALIMENTAÇÃO



[Maíz] A comida das cozinheiras eu amei, elas estão de parabéns! A comida maravilhosa, o lanche maravilhoso.

MENSAGEM PARA O MST



[Yasmin] O Encontro contribuiu muito na questão de nós, crianças, entendermos o MST e o que podemos fazer nele. Foi um encontro de muito aprendizado, foi lá onde percebemos como o Brasil está. Foi uma troca de cultura entre os estados, foi realmente muito bom e divertido.



[Maria Cecília]. Que todos devem participar porque é uma oportunidade muito grande e lá você aprende diversas coisas. Eu participei de brincadeiras, plenária e oficinas.



[Maria Clara] O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha foi um momento muito importante, infelizmente foi o último, sei que vai ter muito mais, espero ter o privilégio de participar. Eu adorei, é uma experiência que eu vou levar para a vida toda.



[Gabriel] Na minha vida eu espero que tenha outros encontros nacionais dos Sem Terrinha, porque esse encontro marcou muito a minha vida. Então eu peço que ano que vem, no outro, tenha muitos e muitos encontros Sem Terrinha. Não porque eu não vou mais poder ir, mas outras crianças vão poder ir. Eu vou crescer... as crianças que viver o encontro, não vai querer sair dele, porque é muito bom. Eu mesmo quando fui, não queria mais voltar pra casa. Eu peço a Deus, primeiramente, segundo à organização, que faça mais Encontros nacionais dos Sem Terrinha, que tenha o 2º, 3º e muitos mais...



[Eduarda] No Encontro fiz muitos amigos, que hoje tenho muitas saudades. Muitas vezes tenho vontade de reencontrar eles, dar um abraço bem apertado. Eu sou muito agradecida por essa oportunidade. Eu acho que qualquer criança Sem Terrinha queria participar do 1º Encontro Nacional. E vai ser uma coisa que vou levar para a minha vida inteira, o aprendizado e a experiência.



[Igor] Que o MST sempre continue sendo esse Movimento organizado, que continue mobilizando e se importando com os direitos das pessoas.



[Ana Carolina] A importância do Encontro Sem Terrinha pra mim, foi ter conhecido crianças diferentes, de culturas diferentes, ter a chance de participar desse grande encontro, foi muito legal eu gostei muito!



[Arthur] Se outras crianças estivessem lá, elas iriam ver que ia ser muito bom, porque foi muito legal mesmo, foi um estudo fora da escola.



[Maíz] O MST representa essas pessoas pobres que não tem direito a nada, não tem direito ao próprio pão para colocar na mesa. A gente é isso, o Encontro Sem Terrinha representou a gente lutando contra a fome no Brasil, pode ser crianças, velhos, pode ser qualquer tipo de pessoa, lutar, construir reforma agrária popular.



[Kauê] A mensagem que deixo para o MST é que é muito importante esses encontros, porque assim como eu, tem muitas crianças que precisam dessa motivação. E perceber que a luta começa desde crianças, para valorizar o nosso assentamento. E a você Sem Terrinha, venha comigo nessa luta, você não vai se arrepender e muitas coisas vão aprender! Bandeira, Bandeira vermelhinha o futuro da nação está nas mãos dos Sem Terrinha!



Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar

Por Reforma Agrária Popular!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver sem ler é muito perigoso.
 Você tem que acreditar
 naquilo que os outros dizem.
 (Mafalda)

A coragem expressada pela coletividade em romper a cerca do latifúndio para *não morrer de fome*, teve a presença das crianças Sem Terrinha desde a primeira ocupação do MST. Os 37 anos de história do Movimento me permitiu vivenciar, estudar e pesquisar, como educadora popular, a historicidade das crianças Sem Terra. Uma infância que emerge nas condições da luta e ocupação do latifúndio, nascendo e crescendo em territórios de disputa, de conflitualidade e resistência, lutando com seus familiares na construção de um projeto emancipatório.

O estudo e pesquisa sobre a criança Sem Terrinha e o seu lugar na história da luta pela terra, tem a força do rompimento dos fios de arames farpados. Arames que cercam e concentram não só a terra, mas aprisionam as mentes, determinam a velocidade do tempo, do ritmo e do movimento humano. Impactam profundamente na história da humanidade, que no caso da classe trabalhadora, é marcada por um contingente de “desgarrados da terra e levantados do chão”, que lutam cotidianamente para seguir existindo e para transformar a terra árida, degradada e concentrada, pisada por bois e plantações de eucaliptos, em produções agroflorestais, que garantam, no projeto coletivo, os cuidados necessários para o solo, a água e a biodiversidade, fazendo germinar esperança, ideias e práticas para a construção de um lugar do brincar, sorrir e ser feliz.

É nesse *caminhar junto* que a pesquisa sobre a criança na luta pela terra no Brasil se desenvolveu, com particularidade na educação política do MST, que desde seu ponto de partida, propõe um caminho contra-hegemônico, dando a palavra e voz às crianças do campo, tirando-as do silenciamento, não só da luta pela terra, mas também das literaturas e pesquisas, que avançam no sentido de dar visibilidade e significação para a experiência infantil no e do campo brasileiro.

Existem muitas cercas de latifúndios a serem rompidas. A luta pela terra organizada coloca as famílias em movimento, proporcionando que elas se reconheçam como sujeitos coletivos e de mudanças, numa luta feita por muitas mãos e mentes unidas. Na luta pelo acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, a educação para e das populações do campo, ressurge como direito. Um direito não só pela condição de ser escolarizado, isso

também, mas que abarque a importância do conhecimento para as transformações sociais desde o campo brasileiro.

Para as considerações da tese, com referência no caminhar juntos, apresentado na avaliação das crianças do 1º Encontro Nacional, porque “juntos seremos sempre mais fortes”¹⁶⁵, sabemos que uma pesquisa nasce e se desenvolve a partir de problematizações da realidade social e de um tema. No caso da pesquisa com as crianças Sem Terrinha, a problematização que nos tocou foi a análise do projeto educativo para as crianças do MST, entendendo que se trata de um sujeito histórico, político e coletivo, cuja consciência se forma diretamente em territórios demarcados por uma histórica conflitualidade no campo, na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. De forma mais específica, intencionou investigar o papel da participação individual e coletiva e da auto-organização exercida pelas crianças Sem Terrinha através de sua vivência nas lutas do Movimento, buscando analisar se há participação da criança na pedagogia de lutas do MST e se o coletivo Sem Terra potencializa a identidade de luta e auto-organização das crianças desde suas comunidades.

O caminho percorrido nesses quatro anos de estudo e trabalho, o “sentir pensante” na “pesquisa-ação-participante” (FALS BORDA, 2015, p. 427), embalada por convicções e compromissos militantes com o projeto popular para e com as crianças da classe trabalhadora, possibilitou a construção de mais um caminho para os estudos da infância. Numa perspectiva histórica, política, dialética e social, e por compreender também que as crianças da classe trabalhadora precisam, desde cedo, aprender a lutar e construir outro projeto de sociedade, para que elas não sejam escravas do sistema hegemônico que condiciona e determina suas vidas em função do projeto do capital.

Um projeto que se relaciona não só com a minha trajetória de vida no campo, mas também de atuação militante; do trabalho com as crianças Sem Terrinha; da construção de uma pesquisa de interesse popular, bem como da dimensão da história social e política das crianças na luta pela terra no Brasil.

Uma investigação que tem como ponto de partida e chegada o debate sobre a participação infantil, das crianças Sem Terrinha, na luta pela terra. Com o compromisso de pensar, estudar e sistematizar as principais referências históricas que compõem sua historicidade no MST, apresentamos uma conclusão de participação infantil que não é construída através de manuais, mas evidenciada diante de um processo que exige do Movimento uma práxis, na qual os valores humanistas e socialistas são dimensões para a

¹⁶⁵ Avaliação das crianças no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, sobre o ponto do passeio cultural: “bom mesmo foi a linda caminhada pela belíssima Brasília. Conhecemos lugares muito bonitos e juntos seremos sempre mais fortes”.

construção de um mundo emancipado. Um processo que forma as crianças Sem Terrinha junto com os adultos, como sujeitos coletivos, políticos e históricos.

É uma relação, em construção, de uma democracia participativa, não sem contradições, porque vivemos em uma sociedade de classes e o MST se propõe a construir um lugar a partir da luta pela terra, do cultivo e da projeção de um mundo melhor, onde as crianças têm o seu papel em criar e indicar caminhos de participação.

Compreendendo a urgência de outro projeto societário e da produção de outra hegemonia, considerando que as crianças dentro de sua classe social devem ter um papel político e histórico e contribuir a partir do seu tempo/criança, a investigação prezou por uma análise apreendida nos estudos da concepção dialética da história, objetivando na organização da tese o processo de construção do projeto educativo para as crianças Sem Terrinha, ao considerar a realidade e a conflitualidade produzida na luta pela terra no Brasil e o projeto da Reforma Agrária Popular.

Com a compreensão de que o Brasil tem um papel importante na composição da América Latina, a análise sobre o contexto conjuntural da realidade social em que vive a região e o lugar da infância de “*los de abajo*” no projeto do capital, exige das organizações sociais uma atuação pensante desde a educação na luta de classes. De refletir e pensar nos debates e discursos sobre a *pobreza e a extrema pobreza* que vive a infância latino-americana, a exploração do trabalho infantil, a violência de gênero e de Estado, bem como a relação da pedagogia do capital na formação das crianças do campo e da cidade. Para que as crianças de “*los de abajo*” tenham infância, é preciso estar na luta dentro de sua classe social, por um lugar de dignidade no mundo. E o que dá vida para as mudanças é o movimento vital das organizações sociais e populares, na produção coletiva de instrumentos políticos e alternativos, que efetivem espaços formativos e educativos para as crianças, jovens e adultos.

Sabemos que a *infância*, como conceito, é uma construção social. Os estudos apresentam que sua gestação tem uma origem na ideologia burguesa, se caracterizando na relação família e escola, Estado e propriedade privada, produzindo a ideia de infância e de um novo tipo de adulto ocidental. É fato que o conceito de infância não surge da realidade das crianças das classes populares, mas tem referência numa sociedade aristocrata, europeia e que concebe a criança (seus filhos e filhas) como herdeiros.

Considerando importante a historização da concepção de infância, que nós dá a possibilidade de reconhecer a construção social do conceito desde a perspectiva ocidental, de reconhecer também que existe uma infância latino-americana e que, certamente nos diferentes

continentes, existem registros (não colonizados) de como a infância foi ganhando sua significação na história.

Historicamente, a exploração e expropriação das classes populares desde a infância, apresenta um contexto marcado por desigualdade e pobreza e que a pandemia escancarou nos níveis mais elevados de espoliação do capital sobre o planeta, sendo as crianças e as mulheres as mais afetadas.

As mobilizações e as ações dos povos latino-americanos, os fazem resistentes e insubmissos. São tantas as violências enfrentadas na região que os caminhos alternativos construídos, fazem emergir uma contribuição social do pensamento crítico latino-americano, em que as crianças da classe trabalhadora ganham espaços importantes na defesa da vida e da educação popular. São muitas as experiências alternativas construídas com as crianças, mas que, pelo tempo e pandemia, não tivemos como trazer para a pesquisa. Porém, são as práticas educativas e as formas de lutas populares, subvertendo a lógica e intervenções do capital, que tem apresentado saídas para os povos do campo, sinalizando a construção de uma concepção da infância desde “*los de abajo*”.

O inimigo dos povos é forte, tem atuação do âmbito local ao internacional, tem a seu favor a comunicação de massas, a indústria cultural, a ideologia religiosa, o agronegócio, entre outros, que compõem a pedagogia do capital como instrumentos de poder e controle da sociedade de classe. E são essas relações de poder e controle que refletem na formação das crianças das classes populares, pois elas são importantes para a “vida” do capitalismo. Mas importante também é o povo organizado e mobilizado, consciente da sua tarefa social, construindo a partir da luta social, uma educação política para a infância da classe trabalhadora e a supressão do projeto hegemônico do capital.

Na interação entre adultos e crianças nas suas comunidades, diante das contradições do capital, a historicidade das crianças do MST, desde o viés popular, social e político na luta pela terra, apresenta alternativas de resistência frente à pedagogia burguesa.

Na medida em que a história das crianças Sem Terrinha vai sendo esculpida, através do projeto educativo do MST, ocupando outro lugar na historicização da luta pela terra no Brasil, as crianças dos povos do campo ganham outra dimensão. Da invisibilidade para a visibilidade, garantindo um reposicionamento social na história e um posicionamento de concepção da infância do campo, reconhecimento pouco dado às crianças. Uma história social e política da criança na luta pela terra construindo uma referência, de experiência, para os movimentos da Via Campesina, colocando como desafio, a maior participação das mulheres e das crianças na luta e na política.

O desafio apontado pela pesquisa, no sentido de fazer o enfrentamento às ideias dominantes na formação da infância, sendo as dimensões formativas que norteiam o projeto educativo do Movimento, a luta social, a organização política e a coletividade, que mesmo nas contradições da sociedade de classes se propõe construir outra história social, certamente não é um desafio só do MST, mas sim do conjunto da sociedade na sua diversidade, pois pensar e propor outro projeto societário requer garantir o lugar de participação das crianças e das mulheres.

Considerando o caminho que o MST foi compondo no projeto educativo para a infância Sem Terra, aos poucos se constroem instrumentos políticos para a atuação da criança na sociedade, a partir do pensamento da “Educação Popular, da Pedagogia Socialista e da Pedagogia do Movimento”, desde uma concepção de criança e de infância que vai sendo esculpida em meio à conflitualidade da luta pela terra, do direito ao lugar de fala, da brincadeira, de responsabilidades, da solidariedade com crianças de outros movimentos e países vinculados a sua classe social. Uma concepção fundamentada na educação política que enraíza a criança na organização coletiva desde as suas comunidades, compreendendo-as como lutadoras e construtoras, participantes ativas na história da luta pela Terra no Brasil.

A construção dos *instrumentos políticos* para as crianças Sem Terrinha, são frentes que compõem a concepção de infância no projeto educativo do MST, sendo a primeira proporcionada através da luta pelo direito à escola na comunidade, uma **escola “diferente”**, em que o MST construiu um projeto de Educação e de Escola do Movimento, enraizada na luta pela terra, na coletividade e na organização política. Uma escola que tem como referência em seu Projeto Político Pedagógico, a dimensão de mundo na perspectiva do projeto de emancipação humana. Uma escola de luta e da luta, vivendo nos limites das contradições do capitalismo, resistindo contra o fechamento das escolas do/no campo e as imposições da pedagogia do capital para a educação pública.

A segunda referência tem uma relação direta com a luta por escola, mas também dos direitos das crianças de se manifestarem e se colocarem em movimento na sociedade. As *crianças em movimento*, diante das condições dadas no fazer da luta pela terra, nas vivências nos acampamentos desde a conflitualidade, vulnerabilidade e precarização que enfrentam junto a seus familiares, fazem a luta por escola, alimentação, moradia, trabalho, entre outros, que também passam a ser pautas das crianças. Ou seja, são as condições de classe que as fazem lutadoras, num movimento de ações que dá visibilidade para sua infância e na relação com os processos históricos de luta do Movimento, do país e do mundo; tem referência também nos debates sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, proporcionado às

crianças desde a primeira mobilização infantil realizada no ano de 1994 no Rio Grande do Sul, até o 1º Encontro Nacional, com o tema sobre os direitos das crianças; influência do pensamento latino-americano com a experiência cubana na Organização dos Pioneiros e os Círculos Infantis, no pensamento da educação popular em José Martí, bem como da pedagogia socialista na formação das crianças a partir dos fundamentos da escola do trabalho.

A terceira referência da construção do instrumento político, é a experiência que pauta no MST a *participação da mulher* Sem Terra e das *crianças Sem Terrinha* na luta. Não é possível pensar a participação infantil sem discutir a participação da mulher. É na contradição de classe e da sociedade patriarcal que a criança se torna uma questão/problema para a participação da mulher nos diferentes espaços. Não foi diferente no MST. A diferença está na forma de conceber, tanto o lugar da mulher, quanto o da criança no contexto social. E isso não quer dizer que não haja contradições, conflitos, mas são esses espaços que provocaram debates e mudanças para a construção da Ciranda Infantil no MST. Portanto, trazer o processo de formação e de luta das crianças Sem Terrinha é também trazer o lugar que as mulheres Sem Terra ocupam na luta pela terra, da visibilidade na participação da mulher e da criança, proporcionado através da Ciranda Infantil. Desde o direito de estudar, ser dirigente e comandar o MST, garantindo um lugar educativo para as crianças, participando dos espaços para além de sua presença e igualdade de gênero, mas com intervenção, pensamentos e reflexões, demarcando um lugar que ganha força com a luta feminista e camponesa.

Como marco desse processo de construção da história social e política da infância no MST, a decisão política de realizar o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, afirma o lugar em que as *crianças reinventam* o Movimento Sem Terra e, desta forma, abre mais um espaço de debate sobre o sujeito coletivo desde as crianças, garantindo participação, reflexão e decisão coletiva.

Um encontro assumido pelo conjunto do MST. Uma experiência construída desde o movimento camponês, que se desafiou pensar um espaço massivo com as crianças Sem Terrinha, num contexto marcado por uma conjuntura ultraconservadora no Brasil. A realização do 1º Encontro Nacional é um marco na história das crianças e do MST, numa relação onde a participação não ocorre pelas crianças ou pelos adultos, mas mediante um processo de construção coletiva, democrática, que reconhece as diferenças e especificidades dos sujeitos, buscando articular encontros e ações que, por essa diversidade, garante uma efetiva ação coletiva.

O depoimento de Kauê¹⁶⁶ para essa pesquisa, chamando para a reflexão de que é preciso “perceber que a luta começa desde criança”, para que elas saibam valorizar o assentamento, é um dos elementos que precisa ser considerado na construção do projeto educativo, para além da luta por escolas do campo, *perceber* o lugar de fala e de atuação das crianças, referente aos assentamentos e acampamentos, são questões fundamentais na interação entre crianças e adultos. E para o avanço do processo de formação iniciado no 1º Encontro Nacional, a continuidade das atividades culturais e educativas com as crianças, para além da escola, precisam compor na organicidade do MST, pois a luta é parte de um grupo do qual as crianças fazem parte.

Já Yasmim¹⁶⁷ sinaliza que foi “ali onde eu entendi mais o que era o MST”, reafirmando a importância e a força do 1º Encontro Nacional na ação coletiva e participativa, que proporciona mais um espaço de educação para a formação das crianças sobre o MST e a sociedade. Considerando que, mais que efetivar a participação infantil no MST, a intencionalidade desse processo mobilizador foi de fortalecer a participação das crianças em suas localidades – comunidades.

Com esse marco, podemos afirmar que a construção da história sociopolítica da infância Sem Terrinha na luta pela terra no Brasil não se deu por acaso, e sim no processo da luta e resistência contra o latifúndio e o agronegócio, em um percurso que se aproxima de quase quatro décadas e que se mantém vivo na coletividade, na luta e resistência em defesa de um mundo mais humano e solidário.

Podemos dizer que o projeto educativo para e das crianças Sem Terrinha vem sendo traduzido nos instrumentos criados para a infância (escola, mobilizações infantis e Ciranda Infantil); nas relações de solidariedade com as crianças de outros povos (Palestina, Haiti, Síria, Cuba, Venezuela, Zâmbia, entre outros); nas produções de comunicação e cultura infantil; no projeto de agroecologia em suas comunidades, na produção de alimentos saudáveis; na educação popular e do campo. Num processo que se transforma em referência para as comunidades tradicionais do campo brasileiro, dos camponeses, dos povos das florestas e das águas, bem como de organizações da Via Campesina internacional, se reconhecendo como produtores e produtoras de saberes e conhecimento.

São as mudanças na composição da história sociopolítica das crianças da luta pela terra no MST, numa relação com o projeto de reforma agrária, que proporcionam a

166 Sem Terrinha do Rio Grande do Sul. Diálogos na pandemia via *WhatsApp*, em dezembro de 2020, sobre o Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

167 Sem Terrinha da Bahia. Diálogos na pandemia via *WhatsApp*, final de 2020, sobre o Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

reinvenção da história do MST e das crianças, desde o direito de lutar pela terra, concebendo-a como lugar para habitar-se, de produção da vida e existência, pensando e atuando sob as contradições produzidas pelo capitalismo.

Com o surgimento dos espaços educativos para as crianças, várias dimensões vêm sendo aprofundadas pelo MST desde a cultura, a arte e a comunicação popular, sendo a brincadeira, a criação e a imaginação no contexto da luta, elementos fundamentais para o trabalho nas escolas, nas cirandas e nos encontros Sem Terrinha. Espaços que compõem processos organizativos de debates, visibilidade, voz e de reafirmação do lugar das crianças no MST.

Considerando o processo de estudo sobre a história sociopolítica da infância do MST, a pesquisa também abre outras possibilidades de investigação sobre as questões do campo e da infância, entre elas:

1) A experiência do MST com as crianças Sem Terrinha, que vem influenciando outras organizações do Brasil, e em nível internacional com a realização da Ciranda Infantil, tem proporcionado o debate sobre infância nas organizações da Via Campesina?. Um instrumento que vai compor um debate sobre o lugar da criança e da mulher nos movimentos do campo e que, diferentemente de outros períodos históricos, as crianças passam ser enxergadas e ter maior presença na luta. O contato das crianças Sem Terrinha com crianças de outros movimentos, possibilitando a ampliação desse espaço para a infância de outras organizações do campo, como o MAB, o MPA, o MMC, a PJR, a CONTAG, a CPT etc., certamente influencia esses, e outros movimentos, a enxergar a infância e proporcionar a ela espaços que antes não eram vistos, como a organização da Ciranda Infantil em seus encontros.

2) Aprofundar sobre a forma organizativa dos assentamentos e a influência desses processos na formação das crianças. Na organização e construção desde a moradia, onde a família decide se vai construir a casa no lote de trabalho ou em agrovila (comunidades), de conceber a área social da mesma, de decidir as formas de produção (agroecologia ou convencional) coletiva ou familiar. Morar no lote, em muitos casos, significa se distanciar da vida coletiva, da escola, das áreas sociais, bem como da socialização das crianças com outras crianças e adultos, o que pode, em muitos casos, silenciar e invisibilizar a criança da vida social. O assentamento e o acampamento em forma de agrovila é certamente o lugar onde a criança pode ter seu desenvolvimento cultural ativo, possibilitando a criança enxergar para além do espaço escolar. O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha teve como objetivo ser um espaço para o fortalecimento das crianças em suas comunidades.

3) Atualizar e aprofundar os estudos sobre a Pedagogia do Capital e sua influência na educação na América Latina, compreendendo que as relações capitalistas são internacionais, mas sua atuação ocorre de forma diferente nos países colonizados e dependentes. Na resistência, e contrapondo as formas de opressão e exploração, as diferentes organizações populares na América Latina¹⁶⁸, do campo e da cidade, vem construindo experiências alternativas com as crianças. O fortalecimento do debate sobre o conceito de infância desde as classes populares no pensamento latino-americano será uma contribuição importante na construção do lugar e pensamento da infância da classe trabalhadora a partir da luta e resistência de “*los de abajo*”, numa perspectiva da formação e emancipação humana.

Esses três apontamentos não foram aprofundados na tese e abre possibilidades para outras pesquisas desde a América Latina e o Caribe, numa perspectiva do pensamento crítico latino-americano, considerando a importância da sistematização dessas experiências com a infância do/no campo, a partir da luta social e suas organizações populares.

Concluimos que a participação infantil no MST tem uma dimensão revolucionária, forjada nas contradições do sistema hegemônico, e que ao inserir a família da classe trabalhadora camponesa nos processos da luta organizada, insere também as crianças. As contradições são dadas na luta de classes e é a organização de classe que, no caso do MST, vai proporcionar a participação infantil não como decreto, mas como princípio da luta revolucionária e coletiva, em defesa do projeto comum.

Como desafio para o avanço desse processo organizativo das crianças no MST, pensar na participação efetiva das crianças Sem Terrinha também nos Congressos Nacionais. Elas participam desde a Ciranda Infantil, apresentam suas cartas, suas músicas, palavras de ordem, mas o avanço que o Movimento poderia dar em relação à participação da infância, seria o de ouvir as crianças nas suas comunidades (acampamentos e assentamentos), nas escolas e nas mobilizações e cirandas infantis, desde um dialogar sobre o lugar das crianças na Reforma Agrária Popular. E diante dessas escutas, as crianças apresentarem suas propostas de participação, suas questões e suas pautas para a plenária geral do Congresso, além de suas contribuições serem também incorporadas no Programa Agrário do MST.

Seria um passo a mais no aprofundamento efetivo do lugar político de participação das crianças do campo. Considerando que o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha se colocou nessa perspectiva, reafirmando a participação infantil como um dos princípios do projeto educativo para a infância, a auto-organização das crianças desde as comunidades poderá contribuir com o trabalho que já vem sendo desenvolvida em algumas escolas do

168 Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México, Nicarágua, Paraguai, entre outros.

campo, mas segue com o desafio de avançar para além das escolas e se compor no contexto das comunidades Sem Terra, no projeto da Reforma Agrária Popular.

É no “caminhar juntos”, crianças e adultos, que outro projeto sociopolítico vai sendo desenhado, forjado e esculpido, sob a ótica de uma teoria social enraizada na luta organizada e coletiva, desde as classes populares. A partir da relação dialética e do pensamento ontológico, de uma práxis social vinculada ao projeto comum, aprendendo juntos e na coletividade da comunidade, é que se organiza o processo da luta pela terra, que significa reconhecer, nesse lugar de luta e resistência, a classe social em que se compõem as crianças, jovens e adultos Sem Terra no Brasil.

É da luta pela terra e no MST que a história social e política da infância Sem Terrinha tem o seu marco com a realização do 1º Encontro Nacional, que se propôs em ser um processo direcionado à infância. Um encontro construído com um projeto educativo pensante, organizador não só das crianças, mas que dimensionou e desafiou o conjunto do MST a pensar o lugar da infância com as crianças a partir das suas comunidades Sem Terra em todo Brasil.

E como não lembrar o ano de 2020, ainda presente nas nossas vidas? A Assembleia Virtual das Crianças Sem Terrinha, no contexto da pandemia, no dia 12 de outubro, Dia das Crianças no Brasil, foi o primeiro espaço virtual massivo organizado com as crianças pelo MST e estiveram presentes mais de 500 Sem Terrinha de todo o país. As dificuldades foram imensas, começando pelo distanciamento, uso de máscaras, as condições tecnológicas e de acesso à internet no campo. Mas foi um importante espaço das crianças Sem Terrinha, que mesmo com a pandemia estão na pauta do MST e ocupando os espaços que foram conquistados historicamente. O tema principal da Assembleia foi: “*Sem Terrinha em movimento: cultivando a vida*”.

Ao mesmo tempo em que a emoção toma conta ao ver as crianças coordenando a assembleia virtual, trazendo suas músicas, poesias, cartas, atividades realizadas nos assentamentos e acampamentos, o uso da máscara etc., me conduzo de volta à vida real da pandemia e das condições estruturais, sociais e políticas no Brasil. E me lembro das palavras de Galeano (2015, p. 11) para concluir: “muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural, Ed. Jandaíra, 2020.

ALAMBERT, Francisco . MST e a Cultura. 2021. Disponível em: MST e A Cultura - Francisco Alambert | PDF | Brasil | Estado (scribd.com)

ALENTEJANO, Paulo. CORDEIRO Tássia. 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos> Acesso em: Novembro de 2019.

AQUINO, Ligia Leão de. Creches comunitárias e a política da educação infantil pública na cidade do Rio de Janeiro. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 18, n. 31, jan./jun. 2009. pp 207-218. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bpMqBQcghMglz3u74RFZIMtiVXPBD5BZ/view?usp=sharing>

ARENHART, Deise. Infância, Educação e MST: Quando as Crianças Ocupam a Cena. Ed. Argos. Chapecó, 2007.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BARCELOS, Caco. Nicarágua. A Revolução das crianças. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. História do menino que lia o mundo. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2014.

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. Editorial 34, 2009.

_____. O Capitalismo como religião. Ed. Boitempo. São Paulo, 2013.

_____. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2012.

BRINGEL, Breno. MALDONADO, E. Emiliano. Pensamento Crítico Latino---Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e Libertação. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. Vol. 07, N. 13, 2016, p. 389---413 ISSN: 2179---8966

BONDAR, César Iván. “La “batalla de los niños”, 16 de agosto de 1869: guerra de la triple alianza. PARAGUAY. *Revista Sans Soleil - Estudios de la Imagen*, Vol 9, 2017, pp. 44-58 Disponível em: <http://revista-sanssoleil.com/wp-content/uploads/2017/09/Bondar.pdf> Acesso em: fevereiro de 2021.

CALDARTE, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000, São Paulo.

CALDAR Roseli Salete... [et al]. Escola em Movimento. Instituto de Educação Josué de Castro – 1. ed, São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento e complexo de estudo. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FREITAS, Luiz Carlos de; CALDART, Roseli Salete (orgs.). Caminhos para a transformação da escola 3. Organização do trabalho Pedagógico nas

escolas do campo: ensaios sobre complexo de estudo. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

CALDART, Roseli Salete. STEDILE, Miguel Henrique. DAROS, Diana. (org.). Caminhos para a transformação da escola 2. Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Manifestações pelo país marcarão Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos. Disponível em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/40-campanha/572-manifestacoes-pelo-pais-marcarao-dia-mundial-de-luta-contra-os-agrotoxicos> Acesso em: dezembro de 2015

CAMINI, Isabela. Escola Itinerante na fronteira de uma nova escola. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

Canção da Primavera - Mario Quintana CD Crianças. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IpJ_8luC0gY Acesso em: setembro de 2020.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Ed. Antares, Rio de Janeiro, 1985.

CHÃ, Ana Manuela. Agronegócio e indústria cultural. Estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

CHÃ, Ana Manuela. VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Educação para o agronegócio: A classe dominante preparando as gerações futuras para a subordinação ao projeto hegemônico. In: VINHA, Janaina Francisca de Souza Campo. ALMEIDA, Ana Lúcia de Jesus (orgs.). Residência Agrária: Reflexões e Práticas sobre o Desenvolvimento Territorial Camponês. São Paulo: UNESP, 2015.

CEDECA. 27 anos – Candelária Nunca Mais. Disponível em: <https://cedecarj.org.br/2020/07/24/27-anos-candelaria-nunca-mais/> acesso em: janeiro de 2021

CEPAL-UNESCO. La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45904/1/S2000510_es.pdf acesso em: 30/12/2020

CESARE, Marques. Nestlé e Mondelez processadas por escravidão de crianças na cadeia do cacau. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/artigo-nestle-e-mondelez-processadas-por-escravidao-de-criancas-na-cadeia-do-cacau> Acesso em: março de 2021

_____. Café “Nespresso”, da Nestlé, explora trabalho infantil. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/02/cafe-nespresso-da-nestle-explora-trabalho-infantil#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20explora%C3%A7%C3%A3o%20do,principal%20garoto%20propaganda%20da%20Nespresso.&text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20cacau%2C%20a,Sequer%20se%20manifestou> Acesso em: março de 2021

CLOC. (2015). Argentina: Somos semillas de maíz – I Congreso de la CLOC-VC. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/argentina-somos-semillas-de-maiz-i-congreso-de-la-cloc-vc/>

CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento. A discussão no acampamento. São Paulo, 2001.

CONDE, Soraya Franzoni. SILVA, Mauricio. Persistência do Trabalho infantil ou da exploração do trabalho infantil. Roteiro, Joaçaba. V. 45. p. 1-20. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23071/14292>

CPT. Conflitos no Campo, Documentação Dom Tomásu Balduino, Goiânia 2021. Disponível: Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo Brasil 2020 (cptnacional.org.br)

DA EMPOLI, Giuliano. Os Engenheiros do Caos. Como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Ed. Vestígio, São Paulo, 2020.

DARDOT, Pierre. LAVAL. Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade Neoliberal. Ed. Boitempo, São Paulo, 2016.

DEJOURS, Christophe. A banalização da justiça social. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2008

DEL PRIORE, Mary. (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, Newton. (org.) Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2012.

ENFF. Caderno de Estudos nº 9. Projeto Político Pedagógico. 1ª Edição, 2020.

ESTEVE, Esther Vivas. O negócio da comida. Quem controla nossa alimentação? Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2017.

FALS BORDA, Orlando. Uma sociología sentipensante para América Latina. Clacso, siglo vientiuno editoras. Buenos Aires, 2015.

FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro. In: FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano. STEDILE, João Pedro. 1999. *Brava Gente. A trajetória do MST e a Luta pela Terra*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

Universidade e MST. Belém: Universitária EDUFPA. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. STEDILE, João Pedro. 1999. *Brava Gente. A trajetória do MST e a Luta pela Terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Sarah. Conheça 20 incêndios provocados para expulsar camponeses e indígenas de suas terras. De Olho nos ruralistas, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/29/conheca-20-incendios-provocados-para-expulsar-camponeses-e-indigenas-de-suas-terras/>

FREITAS, Marcos Cezar (org.). História social da infância no Brasil. Ed. Cortez, São Paulo, 2006.

FIDEL Soldado de las Ideas. DISCURSO PRONUNCIADO NO ATO DE INAUGURAÇÃO DO PALÁCIO DOS PIONEIROS, A 6 DE JANEIRO DE 1962. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/discursos/discurso-pronunciado-no-ato-de-inauguracao-do-palacio-dos-pioneiros> Acesso em> Dezembro de 2020

FINCO, Daniele. GOBBI, Márcia Aparecida. FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (org.). Creche e feminismo os desafios atuais para uma educação descolonizadora. Leitura Crítica LC, Campinas, 2005.

FONTES, Virginia. História, historicidade e dialética Anpuh Rio de Janeiro Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ 2006. Disponível em: Microsoft Word - Virginia Fontes.doc (anpuh.org)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de Segurança Pública 2020. Disponível em: [://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf)

FOX, Mem. VIVAS, Julie. Tradução: AQUINO, Gilda de. Guilherme Augusto Araújo Fernandes. Brinque Book, São Paulo, 1995.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar. A escola do mundo ao avesso. L&PM POCKET, Porto Alegre, 2018.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

G1, 2017. Acampados denunciam ataque a grupo em fazenda de Marabá, sudeste do Pará. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/acampamento-em-area-de-fazenda-e-alvo-de-ataques-em-maraba-sudeste-do-para.ghtml>

G1. Doze crianças morreram baleadas no Rio em 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/conheca-as-historias-das-criancas-mortas-baleadas-no-rio-em-2020.ghtml> acesso em: 04/11/2021

G1. Menina de 10 anos que engravidou após estupro deixa hospital em Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/19/menina-de-10-anos-que-engravidou-apos-estupro-deixa-hospital-em-pernambuco.ghtml> acesso em: 04/01/2021

HAMMEL, Ana Cristina. GEHRKE, Marcos. (org.). Escrevedores da liberdade V. Se aprende com as diferenças e não com as igualdades. Ed. Tubarão, 2018.

HARVEY, David. O Enigma do capital. E as crises do capitalismo. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Estatuto da Criança e do adolescente. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 2018

JAUMONT, Jonathan. VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 414---464 ISSN: 2179---8966

JUÁREZ, Sarai Miranda. ALBERTO RE, Daniela. El trabajo infantil rural en México y Argentina. El caso de dos complejos agroindustriales. Sociedad y economía, nº 29 (julio - diciembre 2015): 91-106.

KONDER, Leandro. Marx vida e obra. Editora Paz e Terra. 6º Ed. Rio de Janeiro RJ 1983.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz & LOUREIRO, Carlos Frederico B. Agronegócio e educação *ambiental: uma análise crítica*. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas na Educação. Rio de Janeiro, v22, n.83, p. 533-554. Abr./jun. 2014.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Educação e Agronegócio. A nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Ed. Apris, Curitiba, 2016.

LANCMAN, Selma. SZNELWAR, Laerte Idal. (Orgs.) Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2º Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo15, 2008.

LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. Boitempo, São Paulo, 2005.

LOUREIRO, Isabel Maria. Rosa Luxemburgo. Vida e Obra. Editora Expressão Popular. São Paulo, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. Ed. Alínea, Campinas, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge. Ir. NERY. MOLINA, Mônica Castagna. (org.) Por Uma Educação Básica do Campo. Fundação Universitária de Brasília. Brasília, 1999.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK. (org.) Psicologia compromisso social. Ed. Cortez 2003

MARTINS, José de Souza. O Massacre dos Inocentes. A criança Sem Infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2ª edição, 1991.

MARTINS, André Silva. NEVES, Lúcia Maria Wanderly. Pedagogia do capital. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 20012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

MEZÁROS, István. A educação Para Além do Capital. Editora Boitempo, São Paulo, 2005.

MOVIMENTO SEM TERRA. Crianças em Movimento: As Mobilizações Infantis no MST. Coleção Fazendo Escola nº 2. São Paulo, 1999.

MOVIMENTO SEM TERRA. Boletim da educação - Número 12. II Seminário Nacional da Infância Sem Terra. in: II Encontro Nacional de educadoras e Educadoras da Reforma Agrária, II ENERA. Edição especial. São Paulo, 2012.

_____. Caderno de Educação nº 13. Edição especial. Dossiê MST escola. Documentos e Estudos 1990-2001. ITERRA, Veranópolis, 2005.

_____. Caderno de Educação nº 14. Educação no MST. Memória – Documentos 1987-2015. São Paulo, 2017.

_____. Educação Infantil. Movimento da vida, dança do aprender. Caderno de Educação nº12. 2004.

_____. Princípios da educação do MST. Caderno de educação nº 8, São Paulo. 1999.

- _____. Programa Agrário do MST. São Paulo, 2014 (texto interno)
- _____. A Escola Itinerante Paulo Freire no 5º Congresso. Coleção fazendo Escola nº4. Brasília, 2008.
- _____. Educação da Infância Sem Terra. Orientação para o trabalho de base. Caderno a Infância nº1. São Paulo, 2011.
- _____. JST – Jornal Sem Terra. Ano XIII – Nº 142. 30 mil exemplares. Novembro de 1994. São Paulo/SP.
- _____. JST – Jornal Sem Terra. Ano XIII – Nº 153. 32 mil exemplares. Novembro de 1995. São Paulo/SP.
- _____. JST – Jornal Sem Terra. Ano XIII – Nº 1463 28 mil exemplares. Outubro/novembro de 1996. São Paulo/SP.
- _____. JST. Jornal Sem Terra. Anos XVIII, Nº 196, 40 mil exemplares. Dezembro/1999 e janeiro/2000. São Paulo/SP;
- _____. JST/RJ. Jornal Sem Terra do Rio de Janeiro. Setembro/outubro de 1997. Rio de Janeiro/RJ
- _____. Educação no MST. Memória - documentos 1997-2015. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2017
- _____. Revista das Crianças Sem Terrinha, 1º edição. São Paulo 2009.
- _____. MST. Jornal Sem Terra. Encarte do Jornal Sem Terrinha, 1º edição, São Paulo, 2007.
- _____. Dossiê MST e a Escola. Documentos e estudos 1990-2001. ITERRA, Veranópolis, 2005.
- _____. Mulher Sem Terra. São Paulo, 2000.
- _____. Nossa marcha, nossa casa, nossa vida, Alagoas. Ed. Udufal, Maceio, 2011.
- MOVIMENTO SEM TERRA. Indígenas sofrem ataques de pulverização aérea em MS. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/01/26/indigenas-sofrem-ataque-de-pulverizacao-aerea-em-ms/>
- _____. Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo, 1998.
- MST. A conspiração dos gêneros. Elementos para o trabalho de base. Caderno de Formação Setor de Gênero. São Paulo, 2018.
- _____. Crianças do MST ocupam Ministério da Educação por escolas do campo. Ação faz parte do VI Congresso do MST e denuncia precarização da educação no campo. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/02/12/criancas-do-mst-ocupam-ministerio-da-educacao-por-escolas-do-campo.html> acesso em: 16/02/2016.
- MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

MORAES, Denis de. Vozes abertas da América Latina. Estado, Políticas públicas e democracia da comunicação. Ed. Mauad. Rio de Janeiro, 2011.

NOBREGA, Camila. BANDEIRA, Olívia. Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam. Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: Estratégia do capital para educar o consenso. Ed. Xamã, São Paulo. 2005.

NOSOTRAS. Ao menos 40 meninas foram mortas no dia 8 de março em um abrigo na Guatemala pela omissão do Estado! Disponível em: <https://nosotrasfeministas.wordpress.com/2017/03/15/ao-menos-40-meninas-foram-mortas-no-dia-8-de-marco-em-um-abrigo-na-guatemala-pela-negligencia-do-estado/> Acesso em: fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, Isabel de. SILVA, Ana Paulo Soares. MARTINS, Aracy Alves. (org.). Infâncias do campo. Autêntica, Belo Horizonte, 2013.

OPJM – Documento Metodológico para el trabajo de OPJM. Municipio de Playa.Havana, Cuba.

OSAR. Embarazos y registro de nacimientos de madres adolescentes – año 2020. Disponível em: <https://osarguatemala.org/embarazos-y-registro-de-nacimientos-de-madres-adolescentes-ano-2020/> Acesso em: fevereiro de 2021

OXAFAM. Bilionários da América Latina aumentaram fortuna em US\$ 48,2 bilhões durante a pandemia. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/> acesso em: agosto de 2020

OXFAM. Mais pessoas morrerão de fome no mundo do que de covid-19 em 2020, Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-pessoas-morrerao-de-fome-no-mundo-do-que-de-covid-19-em-2020/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=campanha_grants&utm_term=ads3&utm_content=fome_mundo&gclid=CjwKCAjw0_T4BRBIEiwAwoEiAY2bS1nBQJn5GWA BCqVxV9UuMeVwN7VJKYWihM77oNbdrZb8DCI7cRoCi_sQAvD_BwE Acesso em: 26/07/2020

PABLO GUIMÓN. Os gurus digitais criam os filhos sem telas. 2019, California, EUA - EL País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html

PRONKO, Marcela. FONTES, Virginia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2000.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da Infância. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melho. Ed. Grafhia. Rio de Janeiro, 2012.

RAMOS, Márcia Mara. Educação, Trabalho e Infância: Contradições, Limites e Possibilidades no Movimento dos trabalhadores Sem Terra. (Dissertação em Educação) Campinas: UNICAMP, 2016.

_____. A Significação da infância em documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (monografia de especialização), FIOCRUZ/ EPSJV. Rio de Janeiro, 2013.

RANDALL, Margaret. As mulheres...Estamos todas despertas. Global editora, São Paulo, 1982.

REDONDO, Patrícia. Infancia(s) latinoamericana(s), uma deuda interna, um debate pendiente. In. MULLER, Verônica Regina. Crianças na América Latina: Histórias Culturas e Direitos. Ed. CRV. Curitiba/PR, 2015.

REVISTA PIONEIRO, 2004. *Fidel habla a los niños*. La más noble y humana de todas las tareas. Casa Ed. Abril, Havana – Cuba. 2004.

RIZZINI, Irmã. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, Mary. (org.). História das crianças no Brasil. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. Essa Ciranda não é minha só, ela é de todos nós: A educação das crianças Sem Terrinha no MST. (Dissertação em educação) UNICAMP, Campinas/SP 2009.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. SILVA, Flavia Tereza. Ciranda Infantil. In Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SINGER, André. LOUREIRO, Isabel. (Orgs.). As contradições do Lulismo. A que ponto chegamos? Ed. Boitempo, São Paulo. 2016.

SAPELLI, Marlene Lucia Sibeebert. Leite, Valter de Jesus, BAHNIUK, Carolina. Ensaio da escola do trabalho na luta pela terra. 15 anos da Escola Itinerante no Paraná. Ed. Expressão Popular, São Paulo. 2019.

SILVA, Ana Paula Soares da; FELIPE, Eliana & Márcia RAMOS. Infância do Campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Ana Paula Soares. PASUCH, Jaqueline. Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7396-oreint-curric-pdf&category_slug=janeiro-2011-pdf&Itemid=30192

SILVA, Allan Rodrigues de Campos. A pandemia e o agronegócio no Brasil. Diplomatie, Edição 162 | Brasil, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-pandemia-e-o-agronegocio-no-brasil/> Acesso em: fevereiro de 2021

SHIVA, Vandana. Monocultura da Vida. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mnj_SE05rxY&t=9s Acesso em: abril 2020

SODRÉ, Lu. Eleitores de Bolsonaro ateiam fogo em acampamento do MST no Mato Grosso do Sul. Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eleitores-de-bolsonaro-ateiam-fogo-em-acampamento-do-mst-no-mato-grosso-do-sul/>

SOARES, João Paulo. Há 40 anos, Revolução Sandinista derrotava a ditadura Somoza na Nicarágua. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza/> acesso em: fevereiro de 2021.

SCOLESE, Eduardo. Pioneiros do MST. Caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, José Vicente Tavares do. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidade. Dossiê, Sociologia, Porto Alegre, 2012, ano 4, nº 8, Jul/dez 2002, p. 16-31.

SHULGIN, Viktor N. Rumo ao Politecnismo. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

TALGA, Dagmar. Filme: Portal do Buriti. Brincando na Chuva de Veneno. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg>

TELES, Maria Amélia de Almeida. Direito à Creche, luta rebelde. Outras Palavras, 2018. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/direito-a-creche-luta-rebelde/> acesso em: novembro de 2020.

Terre des hommes. Convenção Internacional sobre os direitos da criança. São Paulo, 2017.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Imaginação e crianças na infância. Tradução: Zoia Prestes e Elizabete Tunes. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

WAETOFOFSKY, Marx. A construção do mundo da criança e a construção da criança no mundo. Waetofofsky. In: KOHAN, Walter Omar. ENNEDY, David. (org.). Filosofia e Infância. Possibilidade de um encontro. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

WITCEL, Rosemeri. A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dissertação de Mestrado, UNESP/ENFF – 2020.

ZIMBECHI, Raúl. Movimento sociais na América Latina. O “mundo outro” em movimento. Consequência, Rio de Janeiro, 2020.

ANEXO A – Manifesto do 1º Congresso Infantil do MST

MANIFESTO DO 1º CONGRESSO INFANTIL DO MST¹

PORTO ALEGRE/RS, 11 E 12 DE OUTUBRO DE 1994

Nós, crianças dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, estamos comemorando de forma diferente o nosso dia: realizando o 1º Congresso Infantil do MST/RS. Nesse Congresso, a gente discutiu o tema: a criança e seu espaço na sociedade. Durante o estudo descobrimos que nossos espaços estão em todos os lugares: na família, na escola, na comunidade e na sociedade.

No momento do intercâmbio das experiências das diferentes realidades descobrimos que nós também temos que lutar para conquistar nossos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje, nós, crianças e adolescentes, encontramos aqui o nosso espaço para manifestar nossos direitos através do canto, das brincadeiras, dos momentos artísticos e culturais, do estudo e da reflexão.

O congresso foi a nossa chance de propor nossas e novas ideias.

Essa troca de experiências nos mostrou que temos que brigar muito para que nossos direitos saiam do papel. Nós estamos reunidos para vermos as diferentes opções para garantirmos nossos direitos em todos os espaços que ocupamos: escola, família, comunidade, sociedade.

“A criança tem direito à alimentação, à saúde... a chorar e a falar sem que o adulto corrija.”

Se nós, crianças e adolescentes, continuarmos nos organizando vamos aprender bem mais a lutar para conquistar nossos direitos.

“Estamos aqui porque queremos e estamos nos propondo a contribuir para uma sociedade melhor.”

Nossa vida é uma vida de luta: aprendemos com nossos pais que existe uma Lei de Reforma Agrária e para que ela seja cumprida tivemos que nos organizar, nos mobilizar para exigir o cumprimento de nossos direitos.

Pensamos também que, para que se cumpra o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós, crianças assentadas e acampadas, junto com as crianças da cidade temos que fazer o mesmo, exigindo que:

¹ Este Congresso do RS foi a primeira atividade de mobilização infanto-juvenil organizada pelo Setor de Educação do MST. As mobilizações logo se expandiram para outros Estados e passaram a ser chamadas de Encontros dos Sem Terrinha ou Jornada Sem Terrinha. O nome “Sem Terrinha” passou a ser usado a partir de 1997. (N. E.)

- em primeiro lugar, deve ser garantido que as crianças e os adolescentes estudem o Estatuto da Criança e do Adolescente para que tenham conhecimento dos seus direitos;
- temos que assegurar que a Educação Infantil aconteça em todas as comunidades rurais e urbanas, garantindo as estruturas e materiais necessários, alimentação, brinquedos, livros, parquinhos, saúde, transportes, creches;
- o ensino deve promover o trabalho e a prática, procurando ajudar no nosso dia a dia: "Na escola temos que aprender no caderno e na terra";
- deve ser garantida a criação dos conselhos escolares envolvendo a participação dos pais, da comunidade e dos funcionários, tanto na discussão, no planejamento e na avaliação;
- garantir que aconteça a troca de experiências entre as escolas, as comunidades e entidades, através de encontros, cartas, jornais, visitas as outras escolas, mobilizações, congressos e outros eventos envolvendo crianças e adolescentes.

É fundamental garantir as estruturas para que aconteça a educação, como o transporte escolar, pois tem assentamento em que as crianças andam a pé vários quilômetros para estudar.

Por outro lado, temos que garantir que o trabalho da criança seja reconhecido, procurando que a criança não seja explorada.

Mas é fundamental que o trabalho que a criança realiza seja educativo para sua vida, tanto na ajuda de casa, quanto na escola e comunidade.

Nós, crianças, trabalhamos para comprar roupas, calçados, brinquedos, viagens, para praticar esportes e lazer e assistir TV.

É fundamental, também, que nossa saúde seja garantida fazendo a implementação do SUS, tanto no campo como na cidade.

As crianças e os adolescentes devem lutar por uma família digna, na qual sejam valorizados nossos direitos, para isso, temos que participar das discussões de família recebendo carinho, educação e sendo respeitados em nossas opiniões.

Portanto, através deste Manifesto, estamos dizendo à sociedade que nós, crianças dos acampamentos e assentamentos do MST/RS, estamos cientes de nossos direitos e estamos lutando para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido na sua totalidade.

COM A LUTA INFANTIL, MUDAREMOS O BRASIL.

ANEXO B – Manifesto dos Sem Terrinha ao povo Brasileiro

Manifesto dos Sem Terrinha ao povo brasileiro


FOTO DE ANDRÉ VOLARON. PUBLICAÇÃO IMPRESSA PELO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO/CUT

Somos os Sem Terrinha, estivemos reunidos nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1996 para discutir a situação das crianças no campo. Fazemos parte do MST e, junto com nossos pais, lutamos pela reforma agrária. Somos fruto de uma nação que não se importa com nosso futuro, somos fruto do amor de nossos pais, que se preocupam com a gente por isso moram no acampamento, às vezes passando muita necessidade. Mas sabemos que tudo isso é para não ver a gente de baixo da ponte, perdida nas ruas, pedindo esmola, se prostituindo, roubando ou fazendo igual aquelas crianças que vimos um dia na esquina com o nariz num saquinho; falaram para nós que era cola. Nós queremos sentir o cheiro das flores, do campo, da terra tombada, do colo acolhedor de nossas

mães, da chuva caindo na terra fazendo brotar a semente.

Nosso pai diz que a terra é nossa mãe, e dela que sai o nosso sustento. É ela que nos abraça sem sentirmos e quando ela produz é por que seus filhos são bons, e têm o dom de tirar dela o feijão, o arroz, os legumes e tudo aquilo que é importante para nós crescermos saudáveis. Onde nós moramos existem muitos filhos maus que deixam a terra abandonada, sem carinho. Não gostamos deles, eles são maus, são fazendeiros com espírito assassino que roubaram a terra, estão acabando com a terra e querem matar nossos pais que querem plantar e dar vida para aquelas terras abandonadas. Eles são violentos e não gostam de ver a terra produzindo, por isso tombaram a plantação que nossos pais fizeram.

Quando a polícia chega em nossos acampamentos todas as crianças ficam com medo, por que a algum tempo atrás eles mataram 19 pais, numa cidade chamada Eldorado dos Carajás. A gente chora muito porque não quer que matem nossos pais.



s nossos pais gostam da terra e trabalham bastante — o dia inteiro — e ainda arrumam um tempinho para brincar com a gente. Se os nossos pais fossem bandidos eles não trabalhavam, nem estariam lutando para conseguir terra para nela produzir. A gente pensava que a polícia era para prender ladrão e matadores, mas descobrimos que isso não é verdade, porque foi a polícia que matou os pais dos nossos amiguinhos, e até agora ninguém foi preso, nem mesmo um tal governador chamado Almir Gabriel, que segundo a gente ouviu, foi quem mandou matar aqueles companheiros.

Uma amiga nossa, disse que no acampamento dela tem jagunço impedindo a companheirada de trabalhar na terra; eles deram tiros para amedrontar as famílias e acabaram acertando uma moça da televisão. Essa amiga nos contou também que levou uma cesta de flores a um deles, que abaixou a cabeça como se fosse chorar agarrado a uma espingarda enorme da altura de nossa amiga, e lhe falou baixinho: *Nós queremos terra, não queremos guerra!*

Outro amigo contou para nós que o pai dele já conseguiu a terra, eles trabalham na cooperativa, tem casa, uma escola bonita, muitas frutas, têm até trator! Mas ele disse que todos tiveram que lutar muito para conseguir tudo isso, nossos pais estão sempre lutando e nós também vamos lutar. Nossos pais falam que vamos produzir bastante para alimentar todo o povo, mas muitos de nossos amigos falaram que é difícil vender a produção porque o governo não ajuda em nada, eles têm que ir nas rodovias vender o que produziram para ajudar os pais.

Criaram o Estatuto da Criança e do Adolescente, que em nosso encontro nós lemos

e discutimos, e ficamos sabendo dos nossos direitos e também deveres. Só não sabemos por que não é cumprido; tem um monte de coisas bonitas escritas: direito à alimentação, à saúde, à educação, à moradia; mas achamos que seria mais bonito se tudo isso fosse verdade, por isso, nós 'Sem - Terrinha' vamos para a rua exigir nossos direitos.

O presidente fala na rádio e na televisão que faz a reforma agrária, nossos avós falaram que outros também diziam a mesma coisa e nunca fizeram nada, o tempo passa e ninguém faz nada. Nós 'Sem Terrinha' queremos a terra e condições para produzir, queremos a reforma agrária, porque sonhamos com um futuro melhor, uma vida mais digna.



Quando a gente ouvia nossos pais falarem em reforma agrária, e todas aquelas palavras que falavam da luta de nossas famílias, achávamos muito difícil, hoje já estamos nos acostumando com elas e estamos vendo que são muito simples, é difícil a gente entender por que "eles" não repartem logo a terra para a gente plantar. Queremos construir um Brasil melhor, queremos brincar sem medo da violência, queremos estudar, ter direito a tudo aquilo que está escrito no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso convidamos todo povo! Menino, menina, pai, mãe, avó, avô, jovens. Vamos fazer a reforma agrária?! A gente não pode esperar que nossas crianças morram de fome.

Nós não temos uma casa grande, nossos pais não tem um carro bonito, nossa mãe não tem a mão lisa, nossos pais têm o rosto queimado pelo sol e a mão calejada de tanto trabalhar, nós andamos de pés no chão, mas mesmo assim nos orgulhamos por sermos organizados; por nossos pais não serem covardes; por nossas mães estarem juntas na luta e por nós, crianças, nos sentirmos filhos da terra, sem medo de dizer: somos Trabalhadores Sem Terra e queremos garantir nosso futuro, queremos garantir o futuro de nosso país.

Reforma Agrária: uma luta de todos e dos Sem Terrinhas também

ANEXO C – Manifesto das crianças sem terrinha

MANIFESTO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA



Quem são vocês? Os Sem Terrinha outra vez!
O que que traz? A vitória e nada mais!
Essa onda pega? Essa onda já pegou!
Pra anunciar: que o Sem Terrinha já chegou!

Nós, Crianças Sem Terrinha, realizamos o nosso 1º Encontro Nacional, em Brasília, de 23 a 26 de julho de 2018. Estamos bem felizes!!!

Desde 1994, todos os anos, fazemos em nossos estados a Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha. Há algum tempo, preparamos o Encontro, conversamos com muitas crianças sobre como é a vida em nossos assentamentos e acampamentos. A gente brinca, grita, canta, estuda e também luta. Por isso, viemos para esse Encontro gritando: "Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar por Reforma Agrária Popular!". O Encontro é um espaço pra gente conhecer muitas crianças Sem Terrinha e crianças de outros movimentos populares do campo e da cidade do Brasil e de outros países. Já conhecemos a história de luta das crianças da Palestina, da Síria, do Haiti, de Cuba e da Venezuela. Queremos que todas as crianças do Brasil e do mundo possam ser felizes e livres, soltar pipa, jogar bola, brincar de roda e estudar. Fizemos esse Manifesto das Crianças Sem Terrinha, para juntas com as demais crianças, lutarmos por nossos direitos e crescermos num mundo sem desigualdade social e sermos felizes.

SOMOS SEM TERRINHA!



Sou Sem Terrinha do MST,
acordo todo dia pra Lutar, você vai ver!

Somos Crianças Sem Terrinha do MST! Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar de brincar e ser feliz. Ajudamos nossa família com os trabalhos da roça e a cuidar dos animais. Gostamos de comer os alimentos que plantamos. Queremos alimentação saudável nas escolas do campo, com lanches de qualidade. Gostamos de morar e dormir na roça! Participamos das atividades, de lutas e reuniões e estudamos no campo. Ser Sem Terrinha é muito legal! Brincamos na Ciranda Infantil, tomamos banho de rio, soltamos pipa, pulamos corda, brincamos de esconde-esconde, pega-pega, jogamos bola, donas da rua e até bolinhas de gude. Gostamos da natureza, de olhar para o céu, brincar com as nuvens, sentir o vento. Gostamos de aprender como uma semente germina na terra, como que a plantinha cresce, como a terra pode ser linda e nos dar alimentos gostosos. Por tudo isso, organizamos esse nosso 1º Encontro Nacional pra dizer que temos o direito de viver bem. E vamos lutar pelos nossos direitos, junto com nossos pais, com o MST e com outras crianças do Brasil e do mundo.



LUTAMOS PRA SER FELIZ!

Ser criança é ser feliz
Pra ser feliz tem que brincar
pra brincar tem que sorrir,
pra sorrir tem que lutar!

Lutamos por terra e Reforma Agrária Popular, que é dividir a terra, para que as famílias possam ter educação, saúde e cultivar alimentos saudáveis. Em nossos assentamentos e acampamentos já temos a produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e tem até agroflorestas, com muita coisa bonita pra ver e pra comer. Produzimos diversos alimentos gostosos e sem veneno: banana, feijão, macaxeira, melancia, arroz, cana de açúcar, legumes, etc.

Estamos aprendendo a preservar o meio ambiente, a cuidar melhor do lixo e vamos cuidar das matas, das florestas e dos nossos assentamentos e acampamentos. Ainda não fizeram a Reforma Agrária do jeito que precisa, mas nós vamos ajudar a fazer! É preciso melhorar nossas condições de vida no campo e também na cidade. Nós queremos que as crianças da cidade também comam comida sem veneno!

Lutamos por nossos direitos, que não são cumpridos: nossas estradas são ruins e esburacadas; o transporte escolar quase sempre quebra e entra muita poeira; muitas escolas estão sendo fechadas e outras são longe de nossas casas; falta material e temos poucos livros pra ler. As escolas do campo precisam ter melhores condições. Queremos que sejam construídas quadras de esportes, refeitório e parquinho infantil, que o pátio das escolas seja grande pra podermos brincar. A alimentação das escolas precisa melhorar, ter mais produção da reforma agrária e da agricultura camponesa familiar. Queremos que nossas escolas sejam bonitas e agradáveis, que tenham hortas, aulas de espanhol, biblioteca, música, dança, teatro, desenho, pintura, que sejam seguras e boas de estudar. Queremos assistir filmes e poder fazer passeios pra conhecer outros lugares, outras artes, outras pessoas. Lutamos para garantir uma educação que faça parte da vida do campo, nos respeite como crianças e que respeite as populações do campo e da cidade. Lutamos contra os preconceitos, o desrespeito com as pessoas e por igualdade de direitos. Com nossos pais e com o Movimento, lutamos por escola; moradia digna; cooperativas; acesso à luz, água boa e encanada; postos de saúde também com tratamento natural; transporte escolar. Nós queremos tudo isso para que todo mundo tenha uma vida digna. Lutamos por terra, escola, saúde e educação, desses direitos não abrimos mão!

**"SEM TERRINHA EM MOVIMENTO:
BRINCAR, SORRIR, LUTAR POR
REFORMA AGRÁRIA POPULAR!"**

